



# POST CULT MUNDO

o livro de  
referência  
essencial para  
o debate pós-  
crescimento

ORGANIZADORES

giacomo d'alisa  
federico demaria  
giorgos kallis



HEINRICH  
BÖLL  
STIFTUNG  
BRASIL

VOCABULÁRIO  
PARA UM NOVO  
MUNDO

TOMO  
EDITORIAL

**VIVEMOS** em uma era de estagnação, empobrecimento rápido, aumento das desigualdades e desastres socioecológicos. No discurso dominante, esses são efeitos da crise econômica, da falta de crescimento ou do subdesenvolvimento.

Este livro argumenta que o crescimento é a causa desses problemas e que ele se tornou antieconômico, ecologicamente insustentável e intrinsecamente injusto. Quando a linguagem em uso é inadequada para dizer o que precisa ser dito, é hora de um novo vocabulário.

Um movimento de ativistas e intelectuais que começou na França e se espalhou para o resto do mundo fez um chamado para que o debate público fosse descolonizado do idioma do economicismo e o crescimento econômico fosse abolido como objetivo social. “Decrescimento” (*“décroissance”*) passou a significar, para eles, o rumo desejado de sociedades que vão utilizar menos recursos naturais e vão se organizar para viver de forma radicalmente diferente.

DECRESCIMENTO

© dos autores

Seleção e organização, Giacomo D'Alisa, Federico Demaria e Giorgos Kallis; verbetes, colaboradores. Introdução, epílogos e verbetes 30 e 46 sujeitos a licença copyleft.

1ª edição 2016

Direitos reservados desta edição: Tomo Editorial Ltda.

Esta publicação contou com o apoio da Fundação Heinrich Böll Brasil ([www.br.boell.org](http://www.br.boell.org)).

*Degrowth: a vocabulary for a new era*

Traduzido do original fornecido pelos organizadores em língua inglesa, editado por Routledge (2015), acrescido de verbetes e contribuições novas.

A Tomo Editorial publica de acordo com suas linhas e conselho editoriais que podem ser conhecidos em [www.tomoeditorial.com.br](http://www.tomoeditorial.com.br)

*Coordenação editorial*

João Carneiro

*Comercial*

Marga Comassetto

*Revisão*

Moira Revisões (Maria de Nazareth Agra Hassen)

*Capa, projeto gráfico e diagramação*

Krishna Chiminazzo Predebon

Tomo Editorial

*Ilustração da página 20*

Bárbara Castro Urío

---

D298 Decrescimento: vocabulário para um novo mundo. /organizado por Giacomo D'Alisa; Federico Demaria; Giorgos Kallis -- Porto Alegre : Tomo Editorial, 2016. 312 p.

ISBN 978-85-86225-99-4

1. Desenvolvimento. 2. Sociologia : Políticas Públicas. I. D'Alisa, Giacomo. II. Demaria, Federico. III. Kallis, Giorgos. IV. Título.

CDU 316.42/.43

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Pública do Estado do RS, Brasil)

Tomo Editorial Ltda. Fone/fax: (51) 3227.1021  
[tomo@tomoeditorial.com.br](mailto:tomo@tomoeditorial.com.br) [www.tomoeditorial.com.br](http://www.tomoeditorial.com.br)  
Rua Demétrio Ribeiro, 525 CEP 90010-310 Porto Alegre RS

# DECRESCIMENTO

## VOCABULÁRIO PARA UM NOVO MUNDO

ORGANIZADORES

giacomo d'alisa  
federico demaria  
giorgos kallis

TRADUTOR

roberto cataldo costa

**TOMO**  
EDITORIAL

Porto Alegre, 2016

# SUMÁRIO

- apresentação O QUE PODE VIR A SER NO BRASIL  
A IDEIA DE DECRESCER? 9  
*Felipe Milanez*
- apresentação DECRESCIMENTO: UM DEBATE NECESSÁRIO E  
URGENTE NO BRASIL PARA QUE SUPEREMOS O  
SUBDESENVOLVIMENTO EM NOSSAS CABEÇAS 14  
*Chico Whitaker*
- prefácio VOCABULÁRIO COMO PODER 17  
*Giacomo D'Alisa, Federico Demaria e Giorgos Kallis*
- introdução DECRESCIMENTO 21  
*Giorgos Kallis, Federico Demaria e Giacomo D'Alisa*
- parte 1 LINHAS DE PENSAMENTO
- verbeta 1 ANTIUTILITARISMO 44  
*Onofrio Romano*
- verbeta 2 BIOECONOMIA 49  
*Mauro Bonaiuti*
- verbeta 3 CORRENTES DO AMBIENTALISMO 53  
*Joan Martínez-Alier*
- verbeta 4 CRÍTICAS AO DESENVOLVIMENTO 58  
*Arturo Escobar*
- verbeta 5 ECOLOGIA POLÍTICA 63  
*Susan Paulson*

- verbete 6 ECONOMIA DE ESTADO ESTACIONÁRIO 68  
*Joshua Farley*
- verbete 7 JUSTIÇA AMBIENTAL 73  
*Isabelle Anguelovski*
- verbete 8 METABOLISMO SOCIETAL 78  
*Alevgül H. Şorman*

## parte 2 O NÚCLEO

- verbete 9 AUTONOMIA 84  
*Marco Deriu*
- verbete 10 CAPITALISMO 89  
*Diego Andreucci e Terrence McDonough*
- verbete 11 CONVIVENCIALIDADE 94  
*Marco Deriu*
- verbete 12 CRESCIMENTO 99  
*Peter A. Victor*
- verbete 13 CUIDADO 104  
*Giacomo D'Alisa, Marco Deriu e Federico Demaria*
- verbete 14 DEMOCRACIA DIRETA 108  
*Christos Zografos*
- verbete 15 DÉPENSE 114  
*Onofrio Romano*
- verbete 16 DESCOLONIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO 119  
*Serge Latouche*
- verbete 17 DESMATERIALIZAÇÃO 124  
*Sylvia Lorek*
- verbete 18 DESPOLITIZAÇÃO ("O POLÍTICO") 128  
*Erik Swyngedouw*

- verbete 19 **EMERGIA** 133  
*Sergio Ulgiati*
- verbete 20 **ENTROPIA** 137  
*Sergio Ulgiati*
- verbete 21 **FELICIDADE** 141  
*Filka Sekulova*
- verbete 22 **FRONTEIRAS DAS COMMODITIES** 146  
*Marta Conde e Mariana Walter*
- verbete 23 **LIMITES SOCIAIS DO CRESCIMENTO** 151  
*Giorgos Kallis*
- verbete 24 **MERCANTILIZAÇÃO** 155  
*Erik Gómez-Baggethun*
- verbete 25 **NEOMALTHUSIANOS** 160  
*Joan Martínez-Alier*
- verbete 26 **PARADOXO DE JEVONS (EFEITO REBOTE)** 165  
*Blake Alcott*
- verbete 27 **PEDAGOGIA DO DESASTRE** 170  
*Serge Latouche*
- verbete 28 **PICO DO PETRÓLEO** 173  
*Christian Kerschner*
- verbete 29 **PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)** 178  
*Dan O'Neill*
- verbete 30 **RECURSOS COMUNS (COMMONS)** 184  
*Silke Helfrich e David Bollier*
- verbete 31 **SIMPLICIDADE** 189  
*Samuel Alexander*

## parte 3 A AÇÃO

- verbeta 32 AUDITORIA DA DÍVIDA 194  
*Sergi Cutillas, David Llistar e Gemma Tarafa*
- verbeta 33 CIÊNCIA PÓS-NORMAL 198  
*Giacomo D'Alisa e Giorgos Kallis*
- verbeta 34 COMPARTILHAMENTO DE TRABALHO 203  
*Juliet B. Schor*
- verbeta 35 COOPERATIVAS 207  
*Nadia Johanisova, Ruben Suriñach Padilla e Philippa Parry*
- verbeta 36 DESOBEDIÊNCIA 211  
*Xavier Renou*
- verbeta 37 DINHEIRO PÚBLICO 215  
*Mary Mellor*
- verbeta 38 ECOCOMUNIDADES 218  
*Claudio Cattaneo*
- verbeta 39 GARANTIA DE EMPREGO 222  
*B. J. Unti*
- verbeta 40 HORTAS URBANAS 226  
*Isabelle Anguelovski*
- verbeta 41 INDIGNADOS/OCCUPY 230  
*Viviana Asara e Barbara Muraca*
- verbeta 42 MOEDAS SOCIAIS 234  
*Kristofer Dittmer*
- verbeta 43 NEORRURAIS 237  
*Rita Calvário e Iago Otero*
- verbeta 44 NOVA ECONOMIA 241  
*Tim Jackson*

- verbete 45 **NOWTÓPICOS** 245  
*Chris Carlsson*
- verbete 46 **RECURSOS COMUNS DIGITAIS** 249  
*Mayo Fuster Morell*
- verbete 47 **RENDA BÁSICA E RENDA MÁXIMA** 252  
*Samuel Alexander*
- verbete 48 **SINDICATOS** 255  
*Denis Bayon*

## parte 4 **ALIANÇAS**

- verbete 49 **BEM VIVER** 260  
*Eduardo Gudynas*
- verbete 50 **ECONOMIA DA PERMANÊNCIA** 265  
*Chiara Corazza e Solomon Victus*
- verbete 51 **ECONOMIA FEMINISTA** 269  
*Antonella Picchio*
- verbete 52 **UBUNTU** 273  
*Mogobe B. Ramose*
- epílogo **DA AUSTERIDADE À DÉPENSE** 277  
*Giacomo D'Alisa, Giorgos Kallis e Federico Demaria*
- bases para  
um programa **SIM, PODEMOS DECRESCER** 285  
*Giorgos Kallis e Coletivo Research & Degrowth*
- DEZ PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS** 288  
*Giorgos Kallis e Coletivo Research & Degrowth*
- SOBRE OS AUTORES** 294
- COMENTÁRIOS SOBRE O LIVRO** 305

APRESENTAÇÃO

# O QUE PODE VIR A SER NO BRASIL A IDEIA DE DECRESCER?

*Felipe Milanez*

O crescimento é um mito fundador do Brasil moderno e é constantemente ressignificado e rearticulado pelos ocupantes do poder central. No Brasil, crescer tem um sentido mítico civilizatório, propõe uma ideia de evolução, de caminhar em uma direção única para se atingir um certo lugar. Esse percurso é marcado, sob o lema positivista da bandeira nacional, pela incisiva separação entre cultura e natureza que faz sentido apenas quando aplicada às populações que vivem no território que politicamente se chama Brasil por mecanismos *racializados* de funcionamento. Isto é, para crescer sobre a natureza, é preciso separar a natureza de outras formas de existência. Esta “ordem” para o “progresso” visa, portanto, subjugar populações à exploração da força do trabalho, seja pela escravidão ou outras formas de trabalho degradante, forçado, exaustivo, e distanciar essas populações das suas relações possíveis com o que a *ordem* estabelece como “natureza”. Crescer pela ordem e para o progresso implica tensionar duas contradições fundamentais do capitalismo: a exploração do trabalho e da natureza.

Crescimento e desenvolvimento têm suas traduções na agenda política pelo crescimentismo e no desenvolvimentismo (com suas reelaborações tais como o “neodesenvolvimentismo” que marcou a primeira década do século XXI no país). Mas é uma ideologia tanto da direita neoliberal, com o *Avança Brasil*, de Fernando Henrique Cardoso, como do centro-esquerda dos governos Lula e Dilma e seus Programas de Aceleração do Crescimento (PACs) PAC1, PAC2 e PAC3, planos sucessivos que significam um crescimento<sup>2</sup>, já que se cresce de forma acelerada, isto é, duas vezes na potência, ou até mesmo o *Ordem e*

*progresso*, reeleitura reacionária positivista do governo interino alçado ao poder após um golpe parlamentar, de um espectro de direita conservadora, por Michel Temer. Foi no Brasil que se pensou ser possível crescer “50 anos em 5 anos de mandato”, como propôs o presidente Juscelino Kubitschek no seu “Plano de Metas” de industrialização e modernização, na era do aceleracionismo mundial do pós-guerra.

Parece que na política jogada em Brasília não há como discutir o projeto político do Brasil, enquanto país e Estado-nação, sem enfrentar a ideia fundamental do crescimento. Esse que sempre é implementado a partir do uso abusivo e extensivo dos recursos naturais, tidos como fundamento exportador da economia. E este livro *Decrescimento* vem, portanto, em uma hora fundamental para os debates em torno da economia política e ecológica, que surgem em meio a uma profunda crise política e econômica que o Brasil atravessa.

É comum escutar críticas à ideia ou à “palavra de ordem” do decrescimento. E também é comum pensar que, no caso do Brasil, há que se pensar diferente e que decrescimento não se aplique aqui, que a ideia “não funciona” na realidade brasileira. Quanto à diferença fundamental para se pensar qualquer contribuição teórica em um país criado a partir de uma colônia, em um processo de descolonização incompleto e marcado por sistemas racializados de exclusão e violência, não há dúvida. Mas o que é, e o que pode vir a ser, no Brasil, a ideia de decrescer, tendo em vista que é uma contribuição teórica que parte, na Europa, ao mesmo tempo de movimentos sociais e da academia ativista?

O *Vocabulário para um novo mundo*, na minha leitura, não é um manual de uma “palavra de ordem”, como sugerem certas leituras críticas do conceito de “decrescimento”, mas sim um conjunto de reflexões que compartilham, a partir da perspectiva europeia, a crítica à ideia do crescimento como única possibilidade de existência. Alguns podem preferir ideias similares que possuem esse mesmo sentido, como “impedidores do crescimento”, de forma que as reflexões aqui escritas podem ajudar a fazer pensar, a inovar nas formas de comunicação de reflexões, e a mexer em velhos hábitos arraigados na memória coletiva, sobretudo hábitos crescentistas que se apresentam como universalizantes, totalizantes e como a única possibilidade de existência civilizacional. Um antigênesis, num neomalthusianismo ecológico reconfigurado, como a leitura de Joan Martínez-Alier no texto *Neomalthusianos*, antítese da mensagem do “crescei” que é seguida do “multiplicai-vos” em um livro religioso que tem sido tão citado por políticos no parlamento brasileiro.

Além de construir uma profunda análise sobre a formação do mito do crescimento a partir da Europa – já que é de lá que se expande o capitalismo

e o colonialismo –, a última parte do livro, as *Alianças*, merece uma profunda reflexão e deve ganhar atenção pela leitura no Brasil. Talvez, na perspectiva daqui do Brasil, essas sejam algumas possíveis novas ordens econômicas e sociais a desorganizar o progresso para que outras formas de vida possam existir e reproduzirem-se.

As reflexões críticas sobre a perspectiva civilizacional crescentista europeia são produzidas por uma ampla equipe interdisciplinar de investigadores e investigadoras, cujos paradigmas de análise partem de diferentes áreas interdisciplinares, como a economia ecológica, a ecologia política, a antropologia do desenvolvimento, ou mesmo além das disciplinas. Essas áreas de pesquisa estão em emergência no Brasil, onde as tradições dos departamentos estão dando lugar, em diversos casos, a paradigmas interdisciplinares que estão cada vez mais presentes, sobretudo, nas novas universidades com as reformas feitas a partir do programa Reuni, de 2007.

Decrescer pode ser bem viver em uma terra sem tantos males, fazendo uso aqui do mito guarani da “terra sem males”, *yvy maraê*, relido pela liderança do movimento indígena, Ailton Krenak: sem tantos. Ailton pensava, ao falar em uma possibilidade de uma existência sem tantos males, após o desastre provocado pelo maior crime ambiental da história brasileira: o rompimento das barragens da mineradora Samarco, de propriedade da Vale e da BPH Billiton, em Mariana, que destruiu o distrito de Bento Rodrigues e provocou um holocausto ecológico no rio Doce e em seu encontro com o Atlântico. Não há crescentismo ou desenvolvimentismo em *yvy maraê*, e os povos Guarani, como interpretou o antropólogo francês Pierre Clastres, constituem-se em uma sociedade organizada contra o Estado.

Ou então, como será possível suspender o céu que está desabando sobre as nossas cabeças, de forma acelerada, cada vez mais rapidamente à medida que insistimos em crescer destruindo a natureza que permite a vida? Quando o céu caiu pela primeira vez sobre o mundo e esmagou a humanidade para os subterrâneos, como conta o mito Yanomami narrado por Davi Kopenawa (Cia das Letras, 2015), uma nova floresta foi criada por *Omama*, mais forte, e um novo céu foi esticado sobre a terra. Desde então, cabe aos xamãs suspender o céu que foi reconstruído por *Omama*. Hoje, com as transcrições dos mitos Yanomami em papel, sabemos que os xamãs não trabalham por dinheiro, mas para o céu ficar no lugar, para segurar a abóbada celeste. Sempre que o céu começa a tremer, os xamãs dançam, cantam, tomam rapé de *yãkoana* e enviam os espíritos para segurar o céu. Isso é algo próximo a pensar no fim do mundo sem qualquer possibilidade de alternativa, no imperativo de crescer ou desaparecer.

Nesse sentido, inspirado a imaginar uma terra sem tantos males, ou então ideias e poderes que suspendam o céu muito além das medidas de austeridade econômicas voltadas ao crescimento, este livro oferece algumas entradas inspiradoras. Cito, a título de exemplo e sem pretender ser exaustivo, *o bem viver*, por Eduardo Gudynas, a *economia feminista*, por Antonella Picchio, *Ubuntu*, por Mogobe B. Ramose, sobre a *descolonização do imaginário*, por Serge Latuche, *críticas ao desenvolvimento*, por Arturo Escobar, *justiça ambiental*, por Isabelle Anguelovski, e as *fronteiras das commodities*, por Marta Conde e Mariana Walter, como análises que possuem uma grande potencialidade de construção de diálogos com os desafios em curso à construção de uma alternativa pelo contexto brasileiro. Supre assim, e nesse caso, não apenas nestes temas, um grande vazio na literatura em português, ainda com poucas traduções sobre ideias emergentes nas discussões internacionais.

Esta tradução vem a se somar a um movimento literário de importantes traduções que acontece nos últimos anos no Brasil em torno da ideia do decrescimento. O livro seminal de Serge Latouche, *Pequeno tratado do decrescimento sereno*, saiu pela Martins Fontes em 2009, e a obra clássica de Nicholas Georgescu-Roegen, *O decrescimento: entropia, ecologia, economia*, pela editora Senac, em 2012. No XI Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, aconteceu uma movimentada mesa redonda sobre a obra de Georgescu-Roegen, que contou com a presença de Martínez-Alier, um dos autores deste livro. Foram grandes as divergências sobre a ideia de “decrescimento” e também sobre o autor romeno, Georgescu-Roegen, que chegou inclusive a ser taxado de “nazista” por um dos professores presentes no público, motivo de divergências no debate que sucedeu e que dissipou a discussão sobre economia política. No fundo, o debate era mesmo sobre o que poderia ser aplicado ou não no Brasil, a partir desta ideia que parece ser tão bem pensada para ganhar corpo em países ricos, desenvolvidos e colonialistas.

A discussão inicial na EcoEco parece ter se perdido, a meu ver, nas preliminares, com opiniões formadas sobre a impossibilidade da aplicação teórica da ideia de decrescer no contexto socioeconômico brasileiro e sobre a trajetória de Georgescu-Roegen. Entre algumas razões que têm limitado as discussões no Brasil, aponto o fato de ser compartilhada, nas suas divergências, eminentemente por pessoas brancas, maioria homens, e de universidades tradicionais no Brasil. Por isso trago para esta apresentação, e a título ilustrativo, talvez, das possibilidades que existem no horizonte, algumas reflexões a partir da perspectiva de intelectuais indígenas, como Ailton Krenak e Davi Kopenawa, pessoas que, em conversas diretas que tivemos, mostraram-se interessados na ideia do decrescimento, associada à da descolonização. Há muito a se pensar no Brasil sobre o crescimento e o decrescimento. Por en-

quanto, o principal trabalho a ser destacado é o livro organizado por Philippe Léna e Elimar Pinheiro do Nascimento, *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade* (Garamond, 2012), já levando em conta a perspectiva brasileira e as contradições históricas sobre a destruição socioecológica como motor do progresso.

O poder de síntese de cada uma das 52 entradas deste vocabulário, associado à excelente qualidade de cada uma delas, é uma das grandes forças desta publicação, um mérito compartilhado de trabalho e dedicação dos organizadores, Giacomo D'Alisa, Federico Demaria e Giorgos Kallis. Eles souberam ser precisos e sintéticos, sem serem superficiais ou generalistas. Em sua amplitude multidisciplinar, a ideia do decrescimento pode alimentar discussões e debates em campos variados, sob diversas perspectivas, além de tradições do pensamento econômico e dos muros da academia. *Decrescimento* discute a possibilidade de outras formas de vida e a imaginação de alternativas a partir de um problema econômico. E é fundamental lembrar que, no Brasil, apenas uma pequena forma de vida se beneficia com o crescimento, em detrimento de muitas outras existências que são inviabilizadas e aniquiladas.

As narrativas contra-hegemônicas, mais do que proporem uma saída fácil para um problema existencial, ou explicações curtas numa frase da contraideia que é o *decrescimento*, ajudam a desconstruir o mito pela diversidade e amplitude das abordagens: se a busca pelo crescimento provoca crises econômicas, sociais e ambientais, como colocam os editores na introdução à edição inglesa, e como descrevem os autores e as autoras do livro, então o crescimento não pode ser a solução. A discussão proposta pelo livro é construtiva, deve ser alimentada e tem por fundamento, sempre, a transformação da realidade. Como escrevem D'Alisa, Demaria e Kallis, “sempre com a justiça social e a sustentabilidade ecológica como horizonte”.

Salvador, maio de 2016

APRESENTAÇÃO

# DECRESCIMENTO: um debate necessário e urgente no Brasil para que superemos o subdesenvolvimento em nossas cabeças

*Chico Whitaker*

Há mais de sessenta anos, ainda jovem estudante, fui totalmente convencido pelas ideias trazidas ao Brasil por um frade-geógrafo francês, da Ordem Dominicana, o padre Louis-Joseph Lebret, a respeito da diferença entre crescimento econômico – com seus índices simplificadores – e desenvolvimento, um processo muito mais complexo de passagem de uma sociedade de um nível menos humano a um nível mais humano de existência. Ele criara com outros, na França do imediato pós-guerra, um movimento a que deram o nome de Economia e Humanismo, que dizia ser necessário colocar a economia a serviço do ser humano e não o inverso. E estudava, no Brasil e em outros países, o que se começara a chamar naquela época de subdesenvolvimento, caracterizando as condições de vida nos países em que viviam dois terços da população mundial, o chamado Terceiro Mundo.

Muitíssima água passou debaixo da ponte desde então. O subdesenvolvimento ganhou novos nomes, como “países em desenvolvimento”, “países emergentes” etc. Surgiram movimentos internacionais reunindo os governos “não alinhados” a nenhum dos impérios que lutavam pelo domínio do mundo. A vitória do capitalismo sobre o socialismo, simbolizada pela queda do Muro de Berlim, consolidou a submissão da Humanidade ao Deus dinheiro, e transformou o planeta numa só praça de produção e de consumo dentro da lógica desse Deus. Emergiu com força a angústia com a destruição ambiental do planeta Terra, por conta dessa lógica, que empurra os atores econômicos a um ritmo alucinante de exploração dos recursos naturais para

alimentar uma produção crescente, exigida pela sede insaciável de lucro dos detentores do capital, e apoiada na demanda de um consumismo exacerbado pela publicidade. Essa sofreguidão no acesso ilimitado a bens materiais tanto necessários como supérfluos, tornado razão de vida, conquistou por sua vez as mentes e corações em todos os países, fossem ricos ou pobres.

Foi já dentro desse quadro que cinquenta anos depois me vi implicado num esforço de mudança nascido no Brasil, e concretizado na criação de um Fórum Mundial para discutir essas e outras questões, mas colocando como centro das preocupações o ser humano, rumo a outra economia (como por exemplo a proposta pelo movimento de Economia e Humanismo de tanto tempo atrás...). A esse Fórum se deu o nome de Fórum Social Mundial, em contraposição ao Fórum Econômico Mundial, que reunia há mais de vinte anos os donos de um mundo financeirizado. E ao novo Fórum afluíram – e continuam afluindo aos Fóruns seguintes, de mesmo tipo, que vêm se realizando há quinze anos – muitos dos que pensam que “um outro mundo é possível” e se torna cada vez mais necessário e urgente.

Mas eis que, no Brasil e em outros países do antigo Terceiro Mundo, o subdesenvolvimento ainda impera nas mentes da grande maioria dos que compõem a classe política e dos economistas, banqueiros e contadores que dirigem a economia das nações. Como manda-chuvas de uma política voltada exclusivamente para o crescimento econômico – dentro de um quadro econômico mundial também dominado por essa perspectiva – e para a contabilidade de lucros e perdas das empresas e dos cofres públicos, esses economistas, banqueiros e contadores não conseguem pensar segundo outras lógicas, mecanismos e reações sociais, diferentes das que prevalecem dentro do sistema capitalista. Como se somente este sistema econômico pudesse existir e a ele estivéssemos condenados para sempre. Os cofres públicos, por sua vez, são vistos como fonte única ou principal de recursos (aqueles que se conseguem fazer escapar dos desvios impostos pelos corruptos) para “entregar” serviços ao povo, como se o governo fosse uma empresa capitalista, voltada unicamente ao atendimento da demanda de rendimentos de seus acionistas e das vontades de seu mercado, que pudesse se despreocupar com o futuro da sociedade e com eventuais desastres sociais e ambientais que sua atividade provoque.

E tudo isso acontece na total ignorância da enorme reflexão que se faz no resto do mundo em torno das necessárias alternativas para essa “coisa escandalosa” – como dizem os autores dessa publicação – que é o capitalismo. Uma enormidade de saídas que vêm sendo pensadas, propostas e experimentadas pelo mundo afora para mudá-lo estão neste livro. Ele apresenta exaustivamente, em consistentes 312 páginas, os mais variados caminhos

para que escapemos da submissão ao crescimento econômico como única perspectiva de vida da sociedade e da ação governamental, e embarquemos em outras visões e práticas do mundo que queremos, escapando do desastre ecológico que se avizinha a passos rápidos.

Contamos no Brasil com muitos professores – e até economistas... – conscientes desses desafios, capazes de “acordar” seus estudantes para essas novas perspectivas, na luta por outro presente e outro futuro. Esses estudantes, por sua vez, podem se mobilizar para “acordar” os eleitores, para que elejam políticos menos subdesenvolvidos para os executivos e os legislativos que nos governam. Uns e outros podem também conseguir que jornalistas mais conscientes assumam a tarefa de abrir os olhos de mais gente pelo Brasil afora para que a desinformação não seja a tragédia que é num país tão escandalosamente desigual como o nosso.

Boa leitura e boa sorte para todos nós.

São Paulo, setembro de 2016

PREFÁCIO

# VOCABULÁRIO COMO PODER

*Giacomo D'Alisa, Federico Demaria e Giorgos Kallis*

A linguagem é a casa do poder, o refúgio de sua violência policial. [...] Quando quer evitar recorrer a suas armas materiais, o poder usa a linguagem para proteger a ordem opressiva. Na verdade, essa colaboração é a expressão mais natural de todo o poder.

(Mustapha Khayati, 1966)

Quando a linguagem que está em uso não é adequada para dizer o que precisa ser dito, é hora de um novo vocabulário.

Vivemos em uma era de estagnação, empobrecimento rápido de uma ampla parcela da população, desigualdades cada vez maiores e desastres socioecológicos – do furacão Katrina, passando pelo Haiti e as Filipinas, Fukushima, o vazamento no Golfo do México ou o despejo de resíduos tóxicos na Campânia, a destruição criminosa do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, Brasil, até a mudança climática e o desastre permanente das mortes por falta de acesso a terra, água e alimento, que poderiam ser evitadas.

Nem mesmo os pensadores radicais conseguem produzir novas respostas que não sejam articuladas em torno dos imperativos gêmeos do crescimento e do desenvolvimento. Se o desejo de crescimento gera crises econômicas, sociais e ambientais, como argumentam os autores deste volume, o crescimento não pode ser a solução.

Felizmente, estão surgindo alternativas na vida real. Elas vão desde novas formas de viver, produzir e consumir em comum até novas instituições que possam garantir a subsistência de todos, sem crescimento. No entanto, é preciso que haja narrativas contra-hegemônicas mais abrangentes para formular e conectar essas novas alternativas. Esperamos que este livro ofereça palavras-chave para a construção dessas narrativas.

O decrescimento tem várias interpretações. Pessoas diferentes chegam a ele a partir de ângulos diferentes. Algumas, porque veem que o crescimento

tem limites; outras, porque acreditam que estamos entrando em um período de estagnação econômica e devemos encontrar maneiras de manter a prosperidade sem crescimento. Outras, ainda, por acreditar que só uma sociedade que se liberte do capitalismo e sua busca insaciável de expansão, que aprenda a se limitar coletivamente e a trabalhar sem o cálculo da utilidade autointeressada pode ser verdadeiramente igualitária. Outras, simplesmente porque a palavra “decrecimento” se parece muito com a forma como elas escolhem viver.

As contribuições que constituem este livro vêm de diferentes escolas de pensamento, diferentes disciplinas e diferentes esferas da vida: economistas ecológicos (bio e do estado estacionário), antiutilitaristas, (neo) marxistas, ecologistas políticos, cooperativistas, nowtópicos, além de vários ativistas e profissionais. Cada um dos nossos colaboradores vê o decrecimento de uma forma um pouco diferente, e nem todos concordam necessariamente com o que é dito nos outros verbetes, mas o decrecimento é o que os une e os conecta.

O decrecimento resiste a uma definição única. Assim como a liberdade ou a justiça, ele expressa uma aspiração que não pode ser fixada em uma simples frase. O decrecimento é um marco onde se encontram diferentes linhas de pensamento, imaginários ou rumos de ação. Consideramos essa versatilidade como um ponto forte, e é por isso que decidimos representar o decrecimento na forma (próxima à) de um dicionário. O vocabulário do decrecimento é uma rede de ideias e conversas fortemente enraizada nas tradições radicais e críticas, mas aberta e passível de múltiplas conexões.

O livro começa com um ensaio escrito por nós três. É mais longo do que os outros verbetes do livro, não porque tenhamos sido mais permissivos com o limite de palavras quando se tratava de nós, mas porque ele tenta apresentar o decrecimento ligando essa palavra-chave, central no livro, a todas as outras que constam nele. Neste capítulo introdutório, apresentamos a história do termo *decrecimento* e as diversas proposições e ideias que o expressam.

O restante do livro é dividido em quatro partes. A primeira examina as raízes intelectuais que nutrem o decrecimento, ou seja, suas epistemologias. Os verbetes resumem escolas inteiras de pensamento, explicando sua relevância para o decrecimento. A segunda parte apresenta os conceitos que estão no cerne da crítica que o decrecimento faz ao pensamento único do crescimento. Cada verbe neste parte representa uma porta de entrada diferente ao decrecimento. Juntos, esses verbetes formam a tese do decrecimento. A terceira parte passa à ação e trata de propostas institucionais concretas e exemplos vivos de como o decrecimento se dá concretamente. Os verbetes vão de políticas públicas a projetos ativistas, e tentam cobrir toda a gama do imaginário pós-capitalista do decrecimento. Por fim, a quarta e mais curta parte do livro examina “alianças”, apresentando escolas de pensamento, ato-

res e conceitos que têm muito em comum com o projeto do decrescimento, mas que até agora tiveram apenas conexões vagas com ele. É lá que serão encontradas e fortalecidas as ligações geográficas mais férteis e os futuros desdobramentos do decrescimento.

O leitor pode abordar o livro da forma linear tradicional, lendo verbete por verbete, mas, na nossa visão, essa provavelmente será a forma mais enfadonha. Uma alternativa seria começar pelo que parece ser o verbete mais interessante e, em seguida, perambular pelas referências cruzadas (em **negrito**) e chegar a outros verbetes. Um leitor meticuloso pode querer ler, um por um, todos os verbetes mencionados em um deles e, depois, passar ao próximo verbete não lido, e fazer isso até ter lido o livro inteiro. Incentivamos os leitores a fazer sua própria viagem pelo livro e chegar ao seu próprio sentido sobre o decrescimento.

No final, em um ensaio chamado “Da austeridade à *dépense*”, dizemos o que o decrescimento passou a significar para nós, no processo de elaboração do volume e de leitura das contribuições. É a nossa própria visão politicamente comprometida e seletiva sobre o livro.

Os autores que contribuem para este volume foram instruídos a escrever da forma mais simples possível, mas não mais simples do que isso. Os verbetes são escritos para um público geral, e não para especialistas. Eles não exigem conhecimento prévio dos debates nem da terminologia. Ainda assim, são situados e compostos com o rigor e a experiência que se desejam de capítulos de livros acadêmicos. No final de cada verbete, há uma lista de referências para quem quiser se aprofundar em cada tópico.

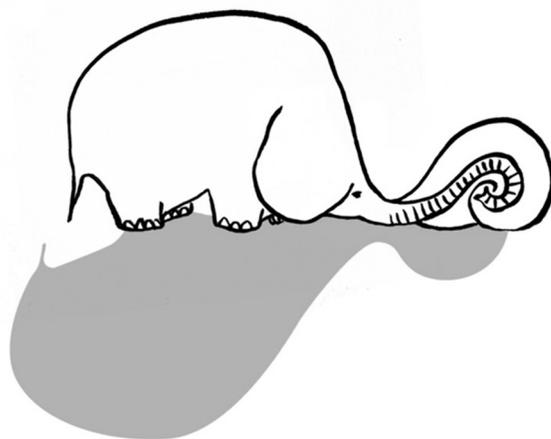
O livro é uma produção coletiva, mas com a nossa própria interpretação em relação à seleção e à organização de verbetes e colaboradores. Como acontece com qualquer produção intelectual, nossas contribuições não são apenas nossas, e sim produto do trabalho acumulado das pessoas que lemos e das pessoas com quem discutimos. Ele encarna e está incorporado no trabalho social e familiar da reprodução. É resultado do fazer colaborativo.

No grupo de leitura da Research & Degrowth que se reúne às segundas-feiras, em Barcelona, formulamos a maior parte das ideias que expressamos neste livro. Muitos dos membros desse coletivo – alguns deles, também pesquisadores do Instituto de Ciência e Tecnologia Ambientais (ICTA) da Universidade Autônoma de Barcelona, também colaboraram. Agradecemos também a eles, um por um: Filka, Viviana, Claudio, Marta, Kristofer, Erik, Christian, Iago, Christos, Daniela, Diego, Rita, Lucha, Aggelos, Marco e os diversos participantes ocasionais do grupo de leitura, que são muito numerosos para ser mencionados aqui. Nossos agradecimentos especiais a Joan Martínez-Alier, que criou, no ICTA, um maravilhoso refúgio do pensamento radical,

sem o qual nunca teríamos nos reunido para fazer um trabalho em comum, e a François Schneider, que trouxe a Barcelona sua paixão pelo decrescimento e a compartilhou com todos nós. Agradecemos, também, a todas essas pessoas sem as quais este volume não teria sido concluído. A Jacques Grinevald, que nos transmitiu generosamente o seu conhecimento sobre a história do decrescimento. A João Carneiro e equipe da Tomo Editorial, assim como ao tradutor Roberto Cataldo. Esta edição no Brasil foi possível graças ao apoio da Fundação Heinrich Böll Brasil, por meio de Dawid Bartelt (Diretor) e Marilene de Paula (Coordenadora de programas e projetos de direitos humanos e Brasil global). Também contribuíram Felipe Milanez, Chico Whitaker e a Rede Brasileira pelo Decrescimento Sustentável, em particular, Alan Boccato, Mildred Gustack Delambre, Philippe Léna e João Luiz Homem de Carvalho.

Este livro tem vários capítulos e autores. Não fomos os únicos a trabalhar nele, mas nós trabalhamos muito. Gostaríamos de dedicar nossas contribuições àqueles que mais nos importam. Giacomo D'Alisa, a seu presente e seu futuro: sua esposa Stefania e seus filhos, Claudia Pilar e Nicolas Mayo; Federico Demaria, a sua parceira Veronica, seus pais Maria e Mario, e seu irmão Daniele; Giorgos Kallis, a sua esposa Amalia, seus pais Vassili e Maria, e sua irmã Iris. E por último, mas não menos importante, a todos os nossos amigos e companheiros.

Barcelona, maio de 2016



O elefante e o caracol

INTRODUÇÃO

# DECRESCIMENTO

*Giorgos Kallis, Federico Demaria e Giacomo D'Alisa*

## AS REVIRAVOLTAS DO DECRESCIMENTO

O termo “*décroissance*” (palavra francesa para decrescimento) foi usado pela primeira vez pelo intelectual francês André Gorz, em 1972. Gorz fez uma pergunta que permanece no centro do debate atual sobre decrescimento: “O equilíbrio da terra, para o qual o **crescimento** zero – ou mesmo o decrescimento – da produção material é condição necessária, é compatível com a sobrevivência do sistema capitalista?” (Gorz, 1972, p. iv). Posteriormente, outros autores francófonos usaram o termo na esteira do relatório *The limits to growth* (Meadows et al., 1972). O filósofo André Amar (1973), por exemplo, escreveu sobre *La croissance et le problème moral*<sup>1</sup> para uma edição sobre “*les objecteurs de croissance*”<sup>2</sup> da revista *NEF Cahiers*.

Alguns anos depois, André Gorz defendeu explicitamente o decrescimento em seu livro *Ecologia e liberdade*, escrevendo:

[S]omente um economista, Nicholas Georgescu-Roegen, teve o bom senso de dizer que, mesmo com crescimento zero, o consumo continuado de recursos escassos resultará inevitavelmente em seu esgotamento completo. A questão não é se abster de consumir cada vez mais, e sim consumir cada vez menos – não há outra maneira de conservarem as reservas disponíveis para as gerações futuras. É disso que trata o realismo ecológico. [...] Radicais que se recusam a examinar a questão da igualdade sem crescimento simplesmente demonstram que “socialismo”, para eles, nada mais é do que a continuação do capitalismo por outros meios – uma extensão de valores, estilos de vida e padrões sociais de classe média [...]. Hoje em dia, uma falta de realismo já não consiste na defesa de um maior

bem-estar por meio do decrescimento<sup>3</sup> e da subversão do estilo de vida predominante. A falta de realismo consiste em imaginar que o crescimento econômico ainda possa trazer aumento do bem-estar humano e, de fato, que ainda seja fisicamente possível.

(Gorz, 1980 [1977], p. 13)

Gorz foi precursor da **ecologia política**. Para ele, a ecologia fazia parte de uma transformação política radical. Nicholas Georgescu-Roegen, que inspirou Gorz, foi o pioneiro intelectual da economia ecológica e da **bioeconomia**. Em 1971, ele publicou sua grande obra “Entropy law and the economic process”. Em 1979, Jacques Grinevald e Ivo Rens, professores da Universidade de Genebra, organizaram uma coletânea de artigos de Georgescu-Roegen com o título *Demain la décroissance* (curiosamente, sem saber que Gorz também usara o termo). Grinevald escolheu o título do livro com a concordância de Georgescu-Roegen, traduzindo como *décroissance* a palavra “descent”, do artigo de G-R sobre um “programa bioeconômico mínimo” (Grinevald, 1974).

Com o fim da crise do petróleo e o advento do neoliberalismo nas décadas de 1980 e 1990, o interesse nos limites ao **crescimento** e no decrescimento diminuiu, embora o debate tenha prosperado novamente, em francês, nos anos 90. Em 1993, o ativista do meio ambiente e da não violência Michel Bernard, trabalhando em Lyon, entrou em contato com Grinevald e o convidou para escrever um artigo para a revista *Silence* sobre “Georgescu-Roegen: bioeconomics and biosphere”, que fazia referência explícita ao decrescimento. Mais tarde, em julho de 2001, Bruno Clémentin e Vincent Cheynet, também trabalhando em Lyon – o segundo, ex-publicitário e fundador, com Randall Ghent, da revista *Casseurs de Pub* (a equivalente francesa da canadense *Adbusters*), lançou a expressão “decrescimento sustentável”. Clémentin e Cheynet a registraram como propriedade intelectual para marcar a data de sua invenção, e brincaram de advertir contra seu uso indevido e sua convencionalização no futuro. O debate público sobre o decrescimento na França decolou em 2002, com uma edição especial de *Silence*, organizada pelos dois em homenagem a Georgescu-Roegen. A edição vendeu 5.000 cópias e foi reimpressa duas vezes. Aquele foi, provavelmente, o ponto de partida para o atual movimento do decrescimento.

Na primeira fase do debate sobre o decrescimento, na década de 1970, a ênfase estava nos limites dos recursos. Na segunda fase, a partir de 2001, a força motriz foi a crítica à ideia hegemônica de “desenvolvimento sustentável”. Para o antropólogo econômico Serge Latouche, o desenvolvimento sustentável era um oxímoro, como ele argumentou em “A bas le développement durable! Vive la décroissance conviviale!”. Em 2002, a conferência “Défaire le déve-

loppement, refaire le monde” aconteceu em Paris, na sede da UNESCO, com 800 participantes. O evento marcou uma aliança entre ativistas ambientais de Lyon, como Bernard, Clémentin e Cheynet, e a comunidade acadêmica do pós-desenvolvimento à qual Latouche pertencia (ver **críticas ao desenvolvimento**). Em 2002, foi fundado o Instituto de Estudos Econômicos e Sociais sobre Decrescimento Sustentável, em Lyon. Um ano depois, ele organizou na cidade o primeiro colóquio internacional sobre decrescimento sustentável. O evento reuniu mais de 300 participantes da França, da Suíça e da Itália. Entre os oradores estavam aqueles que viriam a ser os autores mais prolíficos do decrescimento, como Serge Latouche, Mauro Bonaiuti, Paul Ariès, Jacques Grinevald, François Schneider e Pierre Rabhi. No mesmo ano, Bernard, Clémentin e Cheynet organizaram o livro *Objectif décroissance*, que vendeu 8.000 cópias e foi reimpresso três vezes, além de ser traduzido para italiano, espanhol e catalão.

Como um movimento de ativistas, a *décroissance* floresceu em Lyon no início da década de 2000, na sequência de protestos por cidades sem carros, refeições comunais nas ruas, **cooperativas** de alimentos e campanhas contra a publicidade. Espalhando-se a partir da França, tornou-se uma palavra de ordem, mobilizada pelos ativistas verdes e antiglobalização na Itália, em 2004 (como “*decrescita*”) e na Catalunha e na Espanha, em 2006 (como “*decreixement*” e “*decrecimiento*”). Em 2004, o decrescimento atingiu um público maior na França, com conferências, ações diretas e iniciativas como a revista *La Décroissance, le Journal de la Joie de Vivre*, que hoje vende 30 mil cópias por mês. No mesmo ano, o pesquisador-ativista François Schneider fez uma viagem de um ano em um jumento, para divulgar o decrescimento na França, recebendo ampla cobertura da mídia. Em 2007, Schneider fundou, também na França, o coletivo acadêmico Research & Degrowth, com Denis Bayon e, mais tarde, Fabrice Flipo, e promoveu uma série de conferências internacionais. A primeira foi em Paris, em 2008, e a segunda, em Barcelona, em 2010. O termo inglês “*degrowth*” foi usado “oficialmente” pela primeira vez na conferência de Paris, marcando o nascimento de uma comunidade internacional de pesquisa. Com a adesão do grupo de Barcelona, do Instituto de Ciência e Tecnologia Ambientais (ICTA), ao movimento, sediando a segunda conferência, a comunidade de pesquisa sobre decrescimento se ampliou para além de seus baluartes iniciais na França e na Itália. O ICTA proporcionou ligações com a comunidade acadêmica da economia ecológica, bem como com as redes de **ecologia política** e **justiça ambiental** da América Latina. Após o sucesso das conferências de Paris e Barcelona, outras foram realizadas em Montreal (2011), Veneza (2012) e Leipzig (2014), com o decrescimento se espalhando a grupos e atividades em Flandres, Suíça, Finlândia, Polônia,

Grécia, Alemanha, Portugal, Noruega, Dinamarca, República Checa, México, Brasil, Porto Rico, Canadá, Bulgária, Romênia e outros lugares.

Desde 2008, o termo em inglês apareceu em publicações acadêmicas, com mais de 100 artigos publicados e pelo menos sete Edições Especiais em revistas com revisão por pares (Kallis et al., 2010; Cattaneo et al., 2012; Saed, 2012; Kallis et al., 2012; Sekulova et al., 2013; Whitehead, 2013; Kosoy, 2013). O decrescimento é ensinado em universidades de todo o mundo, incluindo escolas de prestígio, como a SciencePo, em Paris. Tem sido usado e abusado por políticos franceses e italianos, e recebeu cobertura em muitos jornais de renome, incluindo *Le Monde*, *Le Monde Diplomatique*, *El País*, *The Guardian*, *The Wall Street Journal* e *Financial Times*.

Mas qual é exatamente o significado do decrescimento?

## DECRESCIMENTO HOJE

O decrescimento significa, em primeiro lugar, uma crítica ao **crecimento**. Ele faz um chamado à descolonização do debate público em relação ao idioma do economicismo, e à abolição do **crecimento** econômico como objetivo social. Além disso, decrescimento também significa uma direção desejada, na qual as sociedades vão usar menos recursos naturais e se organizar e viver de forma diferente de hoje. “Compartilhamento”, “**simplicidade**”, “**convivencialidade**”, “**cuidado**” e “**recursos comuns**” são significados básicos de como essa sociedade pode ser.

Em geral, o decrescimento é associado à ideia de que o menor pode ser bonito. Os economistas ecológicos definem decrescimento como uma redução equitativa da produção e do consumo, que vai reduzir o fluxo de energia e matérias primas das sociedades” (Schneider et al., 2010). No entanto, nossa ênfase aqui está concentrada no *diferente*, não só em *menos*. Decrescimento significa uma sociedade com um **metabolismo** menor, mas, mais importante, com um **metabolismo** que tenha uma estrutura diferente e cumpra novas funções. O decrescimento não demanda fazer menos do mesmo. O objetivo não é tornar um elefante mais magro, e sim transformar um elefante em uma lesma. Em uma sociedade do decrescimento, tudo será diferente: atividades diferentes, diferentes formas e usos de energia, relações diferentes, papéis de gênero diferentes, diferentes alocações de tempo entre trabalho remunerado e não remunerado, diferentes relações com o mundo não humano.

O decrescimento oferece um marco que conecta diversos conceitos, ideias e propostas (Demaria et al., 2013), mas existem alguns centros de gravidade dentro desse marco (Figura 1). O primeiro é a crítica ao **cresci-**

**mento**. A seguir, vem a crítica ao **capitalismo**, um sistema social que requer crescimento e o perpetua. Duas outras correntes fortes na literatura do decrescimento são, em primeiro lugar, a crítica ao **PIB** e, em segundo, a crítica à **mercantilização**, o processo de conversão de produtos sociais e de serviços e relações socioecológicas em mercadorias com valor monetário. No entanto, o decrescimento não se limita à crítica. No lado construtivo, o **imaginário** do decrescimento se concentra na economia reprodutiva do **cuidado** e na recuperação dos antigos **recursos comuns**, bem como na criação de novos. O cuidado em comum é corporificado em novas formas de viver e produzir, como **ecocomunidades** e **cooperativas**, e pode ser apoiado por novas instituições governamentais, como o **compartilhamento de trabalho** ou uma **renda básica e renda máxima**, instituições que podem liberar tempo de trabalho remunerado e disponibilizá-lo para atividades não remuneradas, comunitárias e de cuidado.

Decrescimento não é o mesmo que **crescimento** negativo do **PIB**. Ainda assim, uma redução do **PIB**, como ele é contabilizado atualmente, é um resultado provável de ações promovidas em nome do decrescimento. É provável que uma economia verde, de **cuidado** e comunitária garanta uma vida boa, mas não aumente a atividade interna bruta dois ou três por cento ao ano.



FIGURA 1 – Palavras-chave do decrescimento (o tamanho ilustra a frequência de aparecimento do verbete em outros verbetes deste livro)

Os defensores do decrescimento perguntam como a redução inevitável e desejável do **PIB** pode se tornar socialmente sustentável, dado que, no **capitalismo**, as economias tendem a crescer ou entrar em colapso.

Na mente da maioria das pessoas, o **crescimento** ainda está associado a melhoria ou bem-estar. Devido a isso, alguns intelectuais progressistas têm problemas com o uso da palavra decrescimento. É inadequado, dizem eles, usar uma “palavra negativa” para representar mudanças desejadas. No entanto, o uso de uma negação para um projeto positivo visa precisamente descolonizar um **imaginário** dominado por um futuro unidirecional, que consiste apenas em **crescimento**. O que a palavra “decrescimento” quer dismantelar é a associação automática do **crescimento** a melhorias. Para os decrescentistas, é a conveniência inquestionável do **crescimento** no senso comum que precisa ser confrontada para que se possa abrir uma discussão sobre um futuro diferente (Latouche, 2009). O decrescimento é uma palavra de ordem deliberadamente subversiva.

É claro que alguns setores, como educação, serviços de saúde ou energias renováveis, terão que florescer no futuro, ao passo que outros, como indústrias sujas ou o setor financeiro, encolherão. O resultado agregado será decrescimento. Nós também preferimos usar palavras como “florescer” quando falamos de saúde ou educação, em vez de “crescer” ou “desenvolver-se”. A mudança desejada é qualitativa, como no florescimento das artes; não é quantitativa, como no crescimento da produção industrial.

“**Desenvolvimento**”, mesmo que seja limpa de seu pesado sentido histórico, ou embelezada com adjetivos como equilibrado, local ou sustentável, é uma palavra-chave problemática. Ela sugere um desdobramento em direção a um fim predeterminado. Um embrião “se desenvolve” até se tornar um adulto maduro, que então, envelhece e morre. Uma premissa das sociedades liberais modernas, no entanto, é a negação de qualquer fim coletivo maior, bem como a negação de qualquer coisa que não seja a ascensão. O **desenvolvimento** se torna autorreferente: desenvolvimento em nome do desenvolvimento, o desdobramento de um vetor predeterminado de progresso, sem fim à vista, e que não deve ser questionado (Castoriadis, 1985).

Uma crítica frequente à proposta do decrescimento é que ele só é aplicável às economias superdesenvolvidas do Norte global. Os países mais pobres do Sul Global ainda precisam crescer para satisfazer necessidades básicas. Na verdade, o decrescimento no Norte liberará espaço ecológico para o **crescimento** no Sul. A pobreza no Sul é resultado da exploração de seus recursos naturais e humanos, a baixo custo, por parte do Norte. O decrescimento no Norte irá reduzir a demanda e os preços dos recursos naturais e dos bens industriais, tornando-os mais acessíveis ao Sul em desenvolvimento. No entanto, deve-se

buscar o decrescimento no Norte, não com o objetivo de permitir que o Sul siga o mesmo caminho, mas, acima de tudo, visando liberar espaço *conceitual* para que os países do Norte encontrem suas próprias trajetórias rumo ao que eles definiriam como uma vida boa. No Sul, há uma riqueza de cosmovisões alternativas e projetos políticos, como **bem viver**, na América Latina (ou Sumak Kawsay, no Equador), **Ubuntu**, na África do Sul, ou **economia da permanência**, de Gandhi, na Índia. Essas visões expressam alternativas ao **desenvolvimento**, trajetórias alternativas para o sistema socioeconômico. Elas costumam fazer reivindicações de **justiça ambiental** global, e só podem florescer por meio da **descolonização do imaginário do crescimento** nos países do Norte que o promoveram, quando não o forçaram sobre o resto do mundo.

## O PANORAMA DO DECRESCIMENTO

A seguir, organizamos a (velha e nova) literatura sobre decrescimento em cinco temas: os limites do – e ao – **crescimento**, decrescimento e **autonomia**, decrescimento como repolitização, decrescimento e **capitalismo**, e propostas para uma transição ao decrescimento.

### OS LIMITES DO CRESCIMENTO

As teses fundamentais do decrescimento são de que o **crescimento** é antieconômico e injusto, ecologicamente insustentável e jamais será suficiente. Além disso, o **crescimento** provavelmente acabará ao deparar com limites externos e internos.

O **crescimento** é antieconômico porque, pelo menos nas economias desenvolvidas, os problemas causados pela pobreza aumentam mais rápido do que a riqueza (Daly, 1996). Os custos do **crescimento** incluem má saúde psicológica, longas jornadas de trabalho, congestionamentos e poluição (Mishan, 1967). O **PIB** contabiliza custos, como a construção de uma prisão ou a limpeza de um rio, como benefícios.<sup>4</sup> Como resultado, o **PIB** ainda pode aumentar, mas, na maioria das economias desenvolvidas, os indicadores de bem-estar, como o Índice de Progresso Real ou o Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável, estagnaram após a década de 1970. Acima de um determinado nível de renda nacional, é a igualdade, e não o **crescimento**, que melhora o bem-estar social (Wilkinson e Pickett, 2009).

O **crescimento** é injusto, em primeiro lugar, porque é subsidiado e sustentado pelo trabalho reprodutivo invisível realizado em casa (ver **cuidado**). A **economia feminista** demonstrou que esse trabalho é generificado, com as

mulheres fazendo a maior parte. Em segundo lugar, o **crecimento** é injusto porque se beneficia de uma troca desigual de recursos entre centro e periferia, entre países e dentro de cada um deles. A energia e os materiais que alimentam o **crecimento** são extraídos das **fronteiras das commodities**, muitas vezes em territórios indígenas ou subdesenvolvidos, que sofrem os impactos da extração. Resíduos e poluentes acabam em territórios marginalizados, em comunidades pobres ou bairros de periferia (ver **justiça ambiental**). No entanto, embora seja antieconômico e injusto, o **crecimento** pode se sustentar precisamente porque os benefícios revertem a quem detém o poder e os custos são transferidos aos marginalizados.

A **mercantilização**, que faz parte do **crecimento**, está erodindo a sociabilidade e os costumes. **Cuidado**, hospitalidade, amor, dever público, conservação da natureza, contemplação espiritual – tradicionalmente, essas relações ou esses “serviços” não obedecem a uma lógica de lucro pessoal (ver **antiutilitarismo**). Hoje em dia, eles se tornam cada vez mais objeto de trocas de mercado, avaliados e pagos na economia formal do **PIB**. As motivações baseadas em lucro tomam conta dos comportamentos morais ou altruístas, e o bem-estar social diminui como resultado disso (Hirsch, 1976).

Acima de um determinado nível, o **crecimento** não aumenta a **felicidade**, pois, uma vez que as necessidades materiais básicas estejam satisfeitas, a renda extra é dedicada cada vez mais a bens posicionais (por exemplo, uma casa maior do que a do vizinho). Relativa, e não absoluta, a riqueza determina o acesso a bens posicionais. Todos querem **crecimento** para elevar sua posição, mas, à medida que todos sobem juntos, ninguém fica melhor, em um jogo de soma zero. Pior ainda, o **crecimento** encarece os bens posicionais. Esses são os **limites sociais do crescimento**: ele nunca pode satisfazer a competição posicional, apenas piorá-la. O **crecimento**, portanto, nunca vai produzir “o suficiente” para todos (Skidelsky e Skidelsky, 2012).

O **crecimento** também é ecologicamente insustentável. Com o **crecimento** global contínuo, a maior parte dos limites dos ecossistemas do planeta será ultrapassada. Há uma correlação forte e direta entre o **PIB** e as emissões de carbono que mudam o clima (Anderson e Bows, 2011). A economia poderia, em teoria, ser descarbonizada com o avanço de tecnologias mais limpas ou mais eficientes, ou por meio de redirecionamento estrutural aos serviços. No entanto, um **crecimento** global entre 2 e 3% ao ano torna o grau de descarbonização necessário quase impossível. A intensidade global de carbono (C/\$) até 2050 deve ser entre 20 e 130 vezes menor do que hoje, ao passo que, de 1980 a 2007, a redução foi de apenas 23% (Jackson, 2008). Até o momento, quase não existem países que possam afirmar ter feito uma redução absoluta no uso de materiais ou em emissões de carbono enquanto

cresciam. Quando o fazem, é porque terceirizaram atividades industriais sujas ao mundo em desenvolvimento. É improvável que aconteçam reduções absolutas em energia e uso de materiais (ver **desmaterialização**) por meio de progresso tecnológico: quanto mais uma economia se torna tecnologicamente avançada e eficiente, mais recursos ela consome, porque esses recursos ficam mais baratos (ver **Paradoxo de Jevons**). As economias de serviços tampouco são leves em termos de consumo material, pois os serviços têm alta **energia** (energia incorporada). Os computadores ou a internet incorporam muitos materiais raros e energia, bem como conhecimento e mão de obra também “produzidos” com energia e materiais (Odum e Odum, 2001).

Nas economias desenvolvidas, o **crescimento** pode estar chegando ao fim. Talvez isso se deva à diminuição dos retornos marginais (Bonaiuti, 2014), ao esgotamento das inovações tecnológicas (Gordon, 2012) ou a limites na criação de demanda efetiva e possibilidades de investimento para o capital que se acumula a uma taxa de juros compostos (Harvey, 2010). Os recursos naturais também representam um limite ao **crescimento**. O **crescimento** econômico degrada estoques de energia de primeira ordem (baixa **entropia**), transformando-os em calor e emissões de ordem inferior (alta **entropia**). O **pico do petróleo**, os picos nas taxas de extração de estoques essenciais, como o fósforo, e as mudanças climáticas resultantes das emissões de carbono já podem restringir o **crescimento**. Os novos estoques que substituem o petróleo também são finitos, como o gás de xisto, e muitas vezes são mais sujos, como o carvão ou as areias de alcatrão, acelerando a mudança climática. A energia renovável gerada a partir de fluxos solares ou eólicos é mais limpa, mas as fontes renováveis produzem excedentes de energia menores [retorno de energia em relação ao investimento em energia (*energy returns to energy investment*, EROI)], dada a tecnologia existente, em comparação com os combustíveis fósseis. Será necessário gastar muita energia convencional na transição para as energias renováveis. Uma civilização solar só pode sustentar economias menores, dado o baixo EROI das energias renováveis em comparação com o dos combustíveis fósseis. A transição para as energias renováveis será inevitavelmente uma transição baseada em decrescimento.

Da perspectiva do decrescimento, a atual crise econômica é resultado dos limites sistêmicos ao **crescimento**, e não de uma crise cíclica nem de uma falha no sistema de crédito. Em primeiro lugar, a crise nos Estados Unidos foi desencadeada pelo aumento dos preços do petróleo; o comércio interno foi prejudicado, e a mobilidade dos trabalhadores dos subúrbios se tornou inviável, levando a execuções de hipotecas que precipitaram a crise das *subprime*. Em segundo lugar, a economia fictícia (de bolha) das finanças e dos empréstimos pessoais cresceu porque não havia outra fonte de crescimento nem outra manei-

ra de sustentar a demanda, impedindo que ela caísse. A **dívida** privada e pública sustentava uma taxa de **crescimento** que, de outra forma, seria insustentável (Kallis et al., 2009). A estagnação foi postergada, mas apenas temporariamente.

## DECRESCIMENTO E AUTONOMIA

O fato de haver limites e de o **crescimento** estar chegando ao fim não é necessariamente ruim. Para muitos decrescentistas, o decrescimento não é uma adaptação a limites inevitáveis, e sim um projeto desejável em si, em busca de **autonomia**. A **autonomia** era uma palavra-chave para pensadores como Illich, Gorz e Castoriadis, mas significava algo ligeiramente diferente para cada um deles. Para Illich (1973), significava liberdade em relação a grandes tecnoinfraestruturas e às instituições burocráticas centralizadas, públicas ou privadas, que as administram. Para Gorz (1982), **autonomia** é ser livre do trabalho assalariado. A esfera autônoma é a do trabalho não remunerado, na qual indivíduos e coletivos desfrutam de lazer e produzem para o seu próprio uso, e não para ganhar dinheiro. Para Castoriadis (1987), por sua vez, **autonomia** é a capacidade de um coletivo de decidir seu futuro em comum, livre de imperativos e pressupostos externos (“heterônomos”), como a lei de deus (religião) ou as leis da economia (ciência econômica).

Segundo Illich, os partidários do decrescimento combatem os combustíveis fósseis não apenas por causa do **pico do petróleo** ou da mudança climática, mas porque um uso elevado de energia favorece sistemas tecnológicos complexos, os quais, por sua vez, exigem especialistas e burocracias especializadas para administrá-los. Eles levam inevitavelmente a hierarquias não igualitárias e não democráticas. A **autonomia**, por sua vez, requer ferramentas de **convivencialidade**, ou seja, ferramentas que possam ser compreendidas, administradas e controladas por seus usuários. Uma **horta urbana**, uma bicicleta ou uma casa de adobe no estilo “faça você mesmo” são convivenciais e autônomas; um campo transgênico resistente a ervas daninhas, um trem de alta velocidade ou um “prédio inteligente” eficiente em termos de energia não o são. Os partidários do decrescimento são críticos desses projetos de alta tecnologia para modernização ecológica e crescimento verde, não só porque eles podem vir a não ser sustentáveis, mas porque reduzem a **autonomia**. Projetos que significam um **imaginário** de decrescimento – hortas em terrenos baldios, programação pirata ou oficinas de conserto de bicicletas – são convivenciais, pois envolvem trabalho voluntário e são regidos e definidos diretamente por seus participantes (ver **nowtópicos**).

No lugar de *limites ao crescimento*, a literatura sobre **autonomia** enfatiza as autolimitações coletivas. Os limites, ou melhor, as autolimitações, não

são invocadas para o bem da natureza ou para evitar um **desastre** iminente, mas porque se concebe a vida boa como viver de forma simples e limitar a pegada que deixamos no mundo não humano no qual vivemos. Não menos importante, os limites também libertam da paralisia das opções ilimitadas. E apenas os sistemas com escala limitada podem se tornar verdadeiramente igualitários e democráticos, já que só eles podem ser regidos diretamente por seus usuários. Portanto, os limites são “uma opção... e não... um imperativo externo por razões ambientais ou de outra espécie” (Schneider et al., 2010, p. 513). Problemas e riscos ambientais ou sociais – alterações climáticas, o **pico do petróleo** ou **crescimento** antieconômico – simplesmente fortalecem o argumento em defesa das autolimitações coletivas.

Não é coincidência que os decrescentistas sejam inspirados pelas anarcofeministas **neomalthusianas** de Emma Goldman, e não por Malthus. Goldman e suas companheiras defendiam a procriação consciente, não em nome de uma bomba populacional, mas como parte de uma luta contra a exploração, pelo **capitalismo**, dos corpos femininos para produzir soldados e mão de obra barata. A distinção é sutil, mas fundamental. Os **neomalthusianos** escolheram conscientemente limitar sua reprodução como parte de um projeto de mudança social e política, não por razões morais nem porque “tinham que fazê-lo” ou para evitar um **desastre**: seu ato foi **político** e prefigurava o mundo que queriam produzir e habitar.

## DECRESCIMENTO COMO REPOLITIZAÇÃO

O decrescimento foi lançado explicitamente como uma “palavra-míssil” para *repolitizar* o **ambientalismo** e acabar com o consenso despolitizante sobre o desenvolvimento sustentável (Ariès, 2005). O desenvolvimento sustentável despolitiza antagonismos políticos genuínos sobre o tipo de futuro que se quer habitar; ele transforma os problemas ambientais em problemas técnicos, prometendo soluções em que todos ganham e tem o objetivo (impossível) de perpetuar o **desenvolvimento** sem prejudicar o meio ambiente. A modernização ecológica prometida pelo desenvolvimento sustentável se esquia do principal dilema contemporâneo, que, segundo Bruno Latour (1998), é “modernizar ou ecologizar”. O decrescimento toma partido. Ecologizar a sociedade, argumentam seus defensores, não é uma questão de implementar um **desenvolvimento** melhor, alternativo ou mais verde. Trata-se de imaginar e implementar visões alternativas ao **desenvolvimento** moderno.

O decrescimento demanda a politização da ciência e da tecnologia, contra a crescente tecnocratização da política. É impossível sustentar uma distinção clara entre ciência e política quando se lida com questões relaciona-

das a economia global ou mudança climáticas, nas quais se travam “guerras de verdades” e os valores moldam as afirmações de conhecimento dos diferentes atores. São necessários novos modelos de produção democratizada de conhecimento. A **ciência pós-normal** propõe a ampliação da comunidade de revisão por pares, que garanta a qualidade das contribuições científicas à tomada de decisões, incluindo todos os interessados, principalmente leigos. A **ciência pós-normal** exige um reposicionamento nas decisões, passando das “comunidades de especialistas”, como comitês científicos e conselhos consultivos, para “comunidades especialistas” (D’Alisa et al., 2010).

O discurso apolítico e tecnocrático do desenvolvimento sustentável é uma manifestação de um processo mais amplo de **despolítica**ção do debate público nas democracias liberais, no qual a política foi reduzida à busca de soluções tecnocráticas a problemas pré-definidos, em vez de uma luta genuinamente antagonística entre visões diferentes. A **ecologia política** atribui essa **despolítica**ção à ascensão do neoliberalismo e do consenso de Washington, que submeteram a escolha política soberana às necessidades do capital não regulado e dos mercados liberalizados. Os estudiosos do decrescimento concordam, mas identificam as origens da **despolítica**ção em um momento anterior. As reformas neoliberais foram – e são – justificadas em nome do **crescimento**, ele próprio justificado pelo **desenvolvimento**. Esse consenso sobre o **desenvolvimento**, que abrange todo o espectro político de esquerda e de direita, inclusive do outro lado da Cortina de Ferro, evacuou o **político** antes do neoliberalismo: as economias socialistas acabaram parecidas com o **capitalismo** de Estado, porque permaneceram presas à busca de **crescimento e desenvolvimento**.

Uma característica distintiva das economias capitalistas e socialistas modernas tem sido o investimento (institucionalizado) de uma parte significativa do excedente social em nova produção. A consequência é a negação daquilo que fora o exercício, por excelência, da soberania política em civilizações mais antigas: a decisão sobre o destino do excedente (ver a teoria da **dépense**). Nas civilizações mais antigas, muitas vezes o excedente era dedicado a gastos “supérfluos” que não tinham finalidade utilitária (ver **antiutilitarismo**). Despesas com pirâmides, igrejas, festejos, fogos comemorativos ou *potlatch* eram feitas porque *eram* “a vida boa” para essas civilizações, e não por que contribuíssem para a produção ou o **crescimento**. Na civilização industrial moderna, esses atos de **dépense** supérflua foram mercantilizados e individualizados. Na modernidade, o sentido da vida deve ser encontrado por cada indivíduo, sozinho, e a premissa é que cada um tem direito de mobilizar todos os recursos necessários para esse objetivo. No nível de sociedade, isso se traduz em uma demanda inegociável por **crescimento**: somente com o

**crescimento** é que se podem atender as demandas de todos os indivíduos, que não devem ser limitadas. No entanto, enquanto os indivíduos buscam, de forma ilusória, o sentido por conta própria, a esfera genuinamente “política”, onde o sentido poderia ser construído socialmente por meio de atos de *dépense* coletiva, é evacuada e subordinada ao imperativo do **crescimento**.

## DECRESCIMENTO E CAPITALISMO

Como disse o falecido Eric Hobsbawm (2011, p. 12), em um momento já bastante avançado de sua longa vida, “há um óbvio conflito entre a necessidade de reverter ou de pelo menos controlar o impacto de nossa economia sobre a biosfera e os imperativos de um mercado capitalista: crescimento máximo e contínuo na busca do lucro”. Duas premissas estão na base dessa afirmação. A primeira já foi defendida mais acima: o **crescimento** econômico aumenta inevitavelmente os fluxos de energia e materiais e afeta negativamente a biosfera (contra o argumento dos defensores do crescimento verde ou do capitalismo verde, de que é possível crescer e ainda reduzir o impacto ambiental). A segunda é que o crescimento é um imperativo no capitalismo.

*Em teoria*, o **capitalismo** poderia sobreviver sem **crescimento**. Na verdade, as economias capitalistas passam involuntariamente por períodos de crescimento baixo, nulo ou negativo. Porém, esses períodos têm que ser temporários. No **capitalismo**, a falta de **crescimento** leva a um aumento da taxa de exploração da força de trabalho para que a taxa de lucro possa ser sustentada (Blauwhof, 2012; Harvey, 2010). No entanto, a intensificação da exploração não pode ser sustentada por muito tempo sem violência e contra-violência, de modo que a falta de **crescimento** desestabiliza o **capitalismo** e a democracia liberal. Um exemplo histórico é a ascensão do fascismo após a Grande Depressão, ou do comunismo na Rússia, antes disso – projetos **políticos** que aspiravam mudar ou acabar com o **capitalismo**. O **crescimento** evita o conflito redistributivo e sustenta politicamente o **capitalismo**. É nesse sentido concreto que o **crescimento** é imperativo para o **capitalismo**, e não em um sentido abstrato.

A história sugere que é altamente improvável que nações com economias capitalistas venham a optar *voluntariamente* por não crescer. *Em teoria*, contudo, pode-se imaginar um cenário no qual forças **políticas** cheguem democraticamente ao poder e apliquem limites de recursos e mínimos sociais (por exemplo, uma **garantia de emprego** para os desempregados), restringindo a operação do **capitalismo** dentro de limites ambientais e sociais (Lawn, 2005). Contudo, para que isso aconteça, seria necessária uma redistribuição radical do poder **político**. Limites, novos impostos ou programas

de segurança de renda/emprego prejudicam os interesses economicamente poderosos que têm acesso privilegiado aos governos. Blauwhof (2012) argumenta que só uma revolução geraria essas reformas institucionais. Um sistema com mudanças **políticas** e institucionais tão profundas ainda seria capitalista? Jackson (2009) responde que ainda poderia ser capitalismo, mas um capitalismo bem diferente; ele declara seu desinteresse em debates semânticos sobre o nome do sistema que existiria em um futuro próspero sem crescimento, mas, como dizem Skidelsky e Skidelsky (2012, p. 6), o fim do **crescimento** “nos desafia a imaginar como pode ser a vida após o **capitalismo**, pois um sistema econômico no qual o capital não se acumula já não é **capitalismo**, independentemente de como se queira chamá-lo”.

O decrescimento, claro, não é apenas uma questão de redução de fluxos de energia e materiais. Trata-se de imaginar e construir uma sociedade diferente – uma sociedade que consiga se convencer de que tem o suficiente e não precisa mais acumular. O **capitalismo** é um conjunto de instituições – propriedade privada, empresa, trabalho assalariado, bem como o crédito privado e o dinheiro a juros – cujo resultado final é uma dinâmica de lucro em busca de mais lucro (“acumulação”). As alternativas, os projetos e as políticas que caracterizam um **imaginário** do decrescimento são essencialmente não capitalistas: eles reduzem a importância das principais instituições capitalistas da propriedade, do dinheiro, etc, substituindo-as por instituições imbuídas de valores e lógicas diferentes. Portanto, o decrescimento significa uma transição para além do **capitalismo**.

## A TRANSIÇÃO AO DECRESCIMENTO

Uma transição ao decrescimento não é uma trajetória sustentada de descenso, mas uma transição a sociedades convivenciais que vivam de forma simples, em comum e com menos. Existem várias ideias sobre práticas e instituições que podem facilitar essa transição e os processos que podem uni-las e permitir que floresçam.

### Práticas econômicas de base

**Ecocomunidades**, comunidades on-line (ver **recursos comuns digitais**), comunidades **neorrurais**, **cooperativas**, **hortas urbanas**, **moedas sociais**, bancos de tempo, feiras de escambo, associações para o **cuidado** de crianças ou de saúde. No contexto da crise, e na medida em que as instituições convencionais não conseguem garantir as necessidades básicas das pessoas, há uma proliferação espontânea de novas práticas e instituições não capitalistas, em lugares como Argentina, Grécia ou Catalunha (Conill et al., 2012).

Essas práticas de base têm cinco características em comum. Em primeiro lugar, há um redirecionamento, passando-se da produção para troca à produção para uso. Em segundo lugar, há uma substituição do trabalho assalariado por atividade voluntária, ou seja, desmercantilização e desprofissionalização do trabalho. Terceiro, elas seguem uma lógica em que a circulação de mercadorias é desencadeada, pelo menos em parte, por uma troca de “presentes” recíprocos, e não pela busca de lucro (ver **antiutilitarismo**). Em quarto lugar, ao contrário do que acontece com a empresa capitalista, elas não têm embutida em si uma dinâmica de acumular e se expandir. Em quinto, são resultado de processos de “fazer comum”, ou seja, as conexões e relações entre os participantes têm um valor intrínseco em si e para si. Essas práticas são não capitalistas e diminuem o papel da propriedade privada e do trabalho assalariado. Elas são novas formas de **recursos comuns**.

Elas também são exemplos de decrescimento em um sentido mais restrito. Têm menos conteúdo de carbono e consumo material quando comparadas a sistemas de Estado ou de mercado que oferecem os mesmos serviços. É verdade que, por unidade de produto, elas podem ser mais ineficientes devido a um menor grau de especialização e divisão do trabalho. Uma rede alternativa de alimentos orgânicos, por exemplo, pode exigir mais trabalhadores por unidade de produto do que um agronegócio (embora também demande menos fertilizantes, pesticidas e combustíveis fósseis). Isso não é necessariamente ruim em termos de desemprego. Os sistemas cooperativos descentralizados de produção de água ou energia podem fornecer menos água ou energia por unidade de trabalho e insumo de recursos, mas provavelmente serão ambientalmente mais benignos, precisamente porque sua improdutividade limita sua escala (um efeito de **Jevons** inverso): menos eficiente por unidade, menor como um todo.

As práticas alternativas de “fazer comum” são uma fonte de inovação para renovar os serviços públicos, evitando sua privatização. Os sistemas cooperativos de saúde ou educação não precisam substituir a saúde ou a educação públicas. Os custos destas, que estão aumentando muito, podem ser reduzidos mediante o envolvimento dos pais na educação dos filhos ou o desenvolvimento de redes de médicos e pacientes a partir dos bairros, que ofereçam exames de saúde preventivos e atendimento básico de emergência. Os cuidados de saúde preventivos baseados em conhecimento íntimo do paciente são muito mais baratos do que diagnósticos e tratamentos de alta tecnologia (que podem ser reservados para casos especiais). O envolvimento do usuário costuma ser mais barato e mais democrático do que a terceirização cara dos serviços públicos a prestadores privados, para fins lucrativos. O decrescimento, portanto, pode trazer uma melhoria dos serviços públicos, e não sua deterioração.

## Instituições de assistência social sem crescimento

Na ausência de **crescimento**, o desemprego aumenta. Em uma transição ao decrescimento, serão necessárias novas instituições de assistência social para desvincular o trabalho remunerado do **crescimento** ou o bem-estar do emprego remunerado. Um exemplo do primeiro é o esquema de **garantia de emprego**, que propõe que o Estado seja um empregador de último recurso, reduzindo o desemprego real a zero. Outro exemplo é a proposta de uma **renda básica** incondicional a ser concedida a todos os cidadãos, financiada pela taxaço progressiva de salários e lucros (enquanto a taxaço de rendimentos elevados pode estabelecer uma **renda máxima**) e por impostos sobre o consumo. Isso pode garantir um nível básico de subsistência e segurança para todos que não tenham acesso a trabalho remunerado. O **compartilhamento de trabalho**, ou seja, uma redistribuição do trabalho entre empregados e desempregados por meio de uma redução de horas trabalhadas no setor remunerado também pode reduzir o desemprego e redistribuir a riqueza, se essas horas forem reduzidas sem perda de renda.

A esfera autônoma da atividade voluntária e convivencial deve se expandir se uma **renda básica** garantir a satisfação das necessidades básicas ou se o **compartilhamento de trabalho** liberar tempo do trabalho remunerado. Uma **garantia de emprego** pode financiar atividades na esfera autônoma, como **cuidado** e educação, trabalho em **hortas urbanas, cooperativas** ou produção de software livre. As novas instituições de assistência social e as práticas econômicas de base são, portanto, complementares.

Serviços relacionados a **cuidado**, educação, saúde ou restauração ambiental têm elevado valor social e proporcionam emprego significativo; eles podem formar a espinha dorsal de uma **nova economia**, próspera e sem **crescimento**. Essa economia enfrentará menos problemas de desemprego, uma vez que será uma economia com elevado uso de mão de obra.

## As instituições monetárias e de crédito

**Moedas sociais**, bancos de tempo e sistemas comerciais de intercâmbio local (LETS) podem contribuir para reduzir a escala e realocar a atividade econômica, restringindo a circulação dentro de uma comunidade. As **moedas sociais** têm servido como complementos em períodos de crise, permitindo a continuação do acesso a serviços vitais por pessoas que, se não fosse por isso, estariam fora da economia de mercado. O **dinheiro** do Estado, no entanto, continua sendo o lócus mais importante de intervenção em uma transição ao decrescimento, em primeiro lugar, porque os impostos – uma parte grande da circulação total – são pagos com ele, e segundo, porque as **moedas sociais**

não podem cumprir os requisitos para o comércio intercomunitário e internacional, que é inevitável em economias complexas como a nossa.

Uma proposta de transição ao decrescimento é a de que o Estado retome o controle da criação de dinheiro (**dinheiro público**), que está com os bancos privados. Os bancos privados, com efeito, criam **dinheiro** novo concedendo empréstimos. Embora os bancos privados só possam emitir **dinheiro** como **dívida** por meio de empréstimos, o Estado também poderia emitir **dinheiro** livre de dívidas para atender necessidades públicas. Por exemplo, os Estados podem emitir **dinheiro** para financiar uma **renda básica** ou uma **garantia de emprego**, ou para subsidiar **cooperativas**, serviços de **cuidado**, conservação ambiental ou energia renovável. O **dinheiro público** melhoraria as finanças públicas, já que os Estados recuperariam a senhoriagem (a diferença entre o valor nominal do dinheiro e o custo de produzi-lo) e já não contrairiam empréstimos em bancos privados para financiar as despesas públicas.

O **dinheiro** emitido como **dívida** cria uma dinâmica de crescimento. As dívidas são pagas com juros, e o juro demanda **crescimento**. Não se pode esperar que as economias continuem crescendo a uma taxa necessária para pagar uma **dívida** que foi, ela própria, acumulada no passado para sustentar um **crescimento** fictício (Kallis et al., 2009). A **dívida** é uma relação social. A história está cheia de exemplos de sociedades que cancelaram **dívidas** e começaram de novo. As sociedades ocidentais têm mantido um estilo de vida materialmente abastado adiando promessas de pagamento para o futuro. Um cancelamento da **dívida** causará inevitavelmente um declínio nos padrões de vida dos pequenos credores e poupadores. Da perspectiva do decrescimento, a pergunta não seria como relançar o **crescimento** e pagar as **dívidas**, e sim como distribuir de forma justa os custos de um cancelamento. **Auditorias da dívida** feitas pelos cidadãos são essenciais para determinar quais **dívidas** são legítimas e quais não são. Pode ser legítimo, por exemplo, cancelar as **dívidas** daqueles cujo padrão de vida básico esteja ameaçado, mas não pagar **dívidas** a quem emprestou para obter lucros altos.

### A política de uma transição ao decrescimento

Na literatura sobre decrescimento, não há consenso sobre a **política** e as estratégias **políticas** pela quais instituições alternativas, imbuídas dos valores do decrescimento, poderiam vir a substituir as atuais instituições do **capitalismo**. As estratégias e os sujeitos **políticos** preferenciais variam desde **nowtópicos** não assalariados, que compartilham uma experiência de quase-classe em que se vive e se produz de forma autônoma, até os atuais movimentos sociais, partidos políticos ou mesmo **sindicatos**. Se há um consenso na comunidade do decrescimento, é de que uma transição só pode

ser o resultado de múltiplas estratégias e múltiplos atores, um movimento de movimentos que altere tanto as práticas cotidianas quanto as instituições do Estado (Demaria et al., 2013).

D'Alisa et al. (2013) classificam as estratégias e os atores do decrescimento como civis e “incivis”, sendo que os segundos são definidos como aqueles que se recusam a ser “governamentalizados”. A **desobediência** organizada está presente no repertório dos ativistas do decrescimento, e vai desde a ocupação de casas abandonadas (“ocupas”) até “sentadas” contra megaprojetos e centrais elétricas a carvão. Podem incluir ocupações de terra por camponeses sem-terra. A **desobediência** financeira inclui atos como o de Enric Duran, um destacado ativista do decrescimento em Barcelona que “expropriou” 492.000 euros por meio de empréstimos em 39 bancos, pouco antes da crise de 2008, para denunciar o sistema de crédito especulativo, dedicando o dinheiro a projetos alternativos.

Latouche (2009), por sua vez, vê a mudança passando principalmente pela política parlamentar e ações de base. Ele postula o decrescimento como uma agenda para os partidos de esquerda, embora seja contrário a um “partido do decrescimento” como tal. Outros depositam mais fé em movimentos sociais como os **Indignados/Occupy** para transformar o sistema parlamentar em uma forma mais direta da democracia, como a representada pelas assembleias nas praças ocupadas. Outros, ainda, enfatizam o potencial transformador das práticas econômicas de base, não capitalistas, de educação, **cuidado**, fornecimento de alimentos, vida e produção que são consideradas **políticas**, mesmo que não aconteçam nas arenas tradicionais associadas à política, tais como partidos políticos, eleições ou parlamentos. Elas são **políticas** porque desafiam e desenvolvem alternativas concretas às instituições dominantes do **capitalismo**, e podem ser universalizadas. Curiosamente, as práticas do movimento **Indignados/Occupy** – sentadas, hortas em praças, cozinhas comunitárias, feiras de escambo – prefiguram os valores expressos por projetos alternativos. O movimento pode ser a expressão **política** incipiente dos **nowtópicos**.

Uma hipótese é a de que a mudança sistêmica em direção ao decrescimento siga uma dinâmica semelhante a outras transformações sistêmicas ocorridas no passado. O **capitalismo** surgiu do feudalismo, à medida que eram forjadas conexões, inicialmente entre novas práticas econômicas (empresas, corporações, contratos comerciais, bancos, investimentos), e depois, com instituições que surgiram por intermédio de lutas sociais para sustentar essas práticas (abolição das monarquias e privilégios feudais, cercamento dos **recursos comuns**, democracia liberal, leis que protegem a propriedade privada). As práticas de base e as instituições de assistência social e monetárias

examinadas nesta seção podem ser as sementes de uma nova transformação que surja de dentro do sistema, na mais recente crise do **capitalismo** e no momento em que o período de **crecimento** e expansão chega ao fim.

## O FUTURO DO DECRESCIMENTO

O futuro do decrescimento está em aberto. Ainda é necessário fazer pesquisas para sustentar algumas de suas afirmações fundamentais, as quais estão firmemente estabelecidas *dentro* da comunidade do decrescimento, que oferece suas premissas compartilhadas, embora elas estejam longe de ser aceitas pela academia e pela sociedade como um todo. Essas afirmações incluem: a impossibilidade de **desmaterialização** por meio do avanço tecnológico e a inevitabilidade da mudança climática desastrosa se o **crecimento** continuar, a entrada das economias desenvolvidas em um período de estagnação sistêmica, em parte devido a limites dos recursos, ou a hipótese de que um abandono do **crecimento** venha a revitalizar a política e impulsionar a democracia, em vez de animar paixões catastrofistas. Mais pesquisas podem nos ajudar a entender como as pessoas e os países se adaptam à falta de **crecimento**, por que algumas práticas de base dão certo enquanto outras colapsam ou são incorporadas à sociedade predominante, ou como, e em que condições, novas instituições de bem-estar vão produzir os resultados alegados por seus defensores.

A questão **política** diz respeito à dinâmica social, aos atores, às alianças e aos processos que irão criar uma transição ao decrescimento. A questão não é apenas intelectual. A transformação social é um processo de criação, impossível de prever com antecedência. O que os estudos acadêmicos sobre o decrescimento podem oferecer são argumentos e narrativas para animar a política da transição. As ideias descritas neste verbete já fizeram isso. No entanto, para que o decrescimento continue sendo um conceito vivo e não envelheça, estas não devem continuar sendo as únicas narrativas. Podemos usar a “matéria-prima” do vocabulário do decrescimento e criar constantemente novos **imaginários** e argumentos que escapem a falsos dilemas, como “austeridade versus gastos”. É isso que tentamos no último capítulo deste livro, onde apresentamos uma nova tese, fundamentando o decrescimento na **dépense**.

## NOTAS

- 1 Neste verbete, deixamos os títulos originais em francês, não só por razões de pluralismo linguístico ou praticidade, mas também porque muitas das palavras envolvidas soam mais inspiradoras em francês.
- 2 No francês, trocadilho com objetos de consciência (nota do tradutor).
- 3 Na tradução original do texto *Ecologie et liberté* (1977) para o inglês, em 1980, a expressão enganadora “inversão do crescimento” foi usada para traduzir *décroissance*. Nós a substituímos aqui por “decrecimento”.
- 4 Quando não fornecemos referências para algumas declarações, isso significa que a sustentação para o argumento pode ser encontrada no verbete relacionado (identificado em negrito).

## REFERÊNCIAS

- AMAR, A. La croissance et le problème moral. *Cahiers de la Nef*, “Les objecteurs de croissance”, v. 52, p. 133, 1973.
- ANDERSON, K.; BOWS, A. Beyond “dangerous” climate change: emission scenarios for a new world. *Philosophical Transitions of the Royal Society*, v. 369, p. 2-44, 2011.
- ARIÈS, P. *Décroissance ou barbarie*. Lyon: Golias, 2005.
- BLAUWHOF, F. B. Overcoming accumulation: is a capitalist steady-state economy possible? *Ecological Economics*, v. 84, p. 254-261, 2012.
- BONAIUTI, M. *The great transition*. London: Routledge, 2014.
- CASTORIADIS, C. Reflections on “rationality” and “development”. *Thesis*, v. 10/11, p. 18-35, 1985.
- \_\_\_\_\_. *The imaginary institution of society*. Cambridge: Polity Press, 1987.
- CATTANEO, C.; D’ALISA, G.; KALLIS, G.; ZOGRAFOS, C. (Org.). Degrowth futures and democracy. *Futures*, v. 44, n. 6, p. 515-523, 2012.
- CONILL, J.; CARDENAS, A.; CASTELLS, M.; HLEBIK, S.; SERVON, L. *Otra vida es posible: prácticas alternativas durante la crisis*. Barcelona: Ediciones UOC Press, 2012.
- D’ALISA, G.; BURGALASSI, D.; HEALY, H.; WALTER, M. Conflict in Campania: waste emergency or crisis of democracy. *Ecological Economics*, v. 70, n. 2, p. 239-249, 2010.
- D’ALISA, G.; DEMARIA, F.; CATTANEO, C. Civil and uncivil actors for a degrowth society. *Journal of Civil Society*, v. 9, n. 2, p. 212-224, 2013.
- DALY, H. *Beyond growth: the economics of sustainable development*. Boston: Beacon Press, 1996.
- DEMARIA, F.; SCHNEIDER, F.; SEKULOVA, F.; MARTÍNEZ-ALIER, J. What is degrowth? From an activist slogan to a social movement. *Environmental Values*, v. 22, n. 2, p. 191-215, 2013.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

- GORDON, R. J. Is U.S. economic growth over? Faltering innovation confronts the six headwinds. *The National Bureau of Economic Research Working Papers*, n. 18.315, 2012.
- GORZ, A. *Ecology as politics*. Montréal: Black Rosa Books, 1980. (Originalmente publicado em 1977, como *Écologie et liberté*).
- \_\_\_\_\_. *Farewell to the working class: an essay on post-industrial socialism*. London: Pluto Press, 1982.
- GORZ, A. (M. Bosquet). *Nouvel Observateur*, Paris, 397, 19 jun. 1972. (Anais de um debate público organizado em Paris pelo *Club du Nouvel Observateur*).
- GRINEVALD, J. *L'économiste Georgescu-Roegen: intégrer l'économie dans la problématique énergétique et écologique*. Geneva: Uni Information (serviço de imprensa e informação da Universidade de Genebra), 1974.
- GRINEVALD, J.; RENS, I. *Demain la décroissance: entropie-écologie-économie*. Lausanne: Pierre-Marcel Favre, 1979.
- HARVEY, D. *The enigma of capital*. London: Profile Books, 2010.
- HIRSCH, F. *Social limits to growth*. Cambridge: Harvard University Press, 1976.
- HOBBSAWM, E. *How to change the world: tales of Marx and marxism*. London: Little, Brown, 2011.
- ILLICH, I. *Tools for conviviality*. New York: Harper & Row, 1973.
- JACKSON, T. *Prosperity without growth*. London: Earthscan, 2009.
- KALLIS, G.; KALUSH, M.; O'FLYNN, M.; ROSSITER, J.; ASHFORD, N. "Friday off": reducing working hours in Europe. *Sustainability*, v. 5, n. 4, p. 1.545-1.567, 2013.
- KALLIS, G.; KERSCHNER, C.; MARTÍNEZ-ALIER, J. (Org.). The economics of degrowth. *Ecological Economics*, v. 84, p. 172-180, 2012.
- KALLIS, G.; MARTÍNEZ-ALIER, J.; NORGAARD, R. B. Paper assets, real debts: an ecological-economic exploration of the global economic crisis. *Critical Perspectives on International Business*, v. 5, n. 1/2, p. 14-25, 2009.
- KALLIS, G.; SCHNEIDER, F.; MARTÍNEZ-ALIER, J. (Org.). Growth, recession or degrowth for sustainability and equity? *Journal of Cleaner Production*, v. 6, n. 18, p. 511-606, 2010.
- KOSOY, N. (Org.). Degrowth: the economic alternative for the anthropocene (special issue). *Sustainability*, v. 5, 2013. Disponível em: <[www.mdpi.com/journal/sustainability/special\\_issues/degrowth](http://www.mdpi.com/journal/sustainability/special_issues/degrowth)>. Acesso em: 27 jun. 2016.
- LATOUCHE, S. *Farewell to growth*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Vers une société d'abondance frugale: contresens et controverses de la décroissance*. Paris: Fayard; Mille et Une Nuits, 2011.
- LATOUR, B. To modernize or to ecologize? That's the question. In: CASTREE, N.; WILLEMS-BRAUN, B. (Org.). *Remaking reality: nature at the millenium*. London: Routledge, 1998.
- LAWN, P. Is a democratic-capitalist system compatible with a low-growth or steady-state economy? *Socio-Economic Review*, v. 3, n. 2, p. 209-232, 2005.
- MARTÍNEZ-ALIER, J.; KALLIS, J.; VEUTHEY, S.; WALTER, M.; TEMPER, L. Social metabolism, ecological distribution conflicts, and valuation languages. *Ecological Economics*, v. 70, n. 2, p. 153-158, 2010.

- MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J. *Limits to growth*. New York: Universe Books, 1972.
- MISHAN, E. J. *The costs of economic growth*. London: Staples Press, 1967.
- ODUM, H. T.; ODUM, E. C. *A prosperous way down*. Boulder: University Press of Colorado, 2001.
- SAED. Introduction to the Degrowth Symposium. *Capitalism Nature Socialism*, v. 23, n. 1, p. 26-29, 2012.
- SCHNEIDER, F.; KALLIS, G.; MARTÍNEZ-ALIER, J. Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. *Journal of Cleaner Production*, v. 18, n. 6, p. 511-518, 2010.
- SEKULOVA, F.; KALLIS, G.; RODRÍGUEZ-LABAJOS, B.; SCHNEIDER, F. Degrowth: from theory to practice. *Journal of Cleaner Production*, v. 28, p. 1-6, 2013.
- SKIDELSKY, R.; SKIDELSKY, E. *How much is enough?* New York: Other Press, 2012.
- WHITEHEAD, M. Degrowth or regrowth? *Environmental Values*, v. 22, n. 2, p. 141-145, 2013.
- WILKINSON, R.; PICKETT, K. *The spirit level: why greater equality makes societies stronger*. New York; Berlin; London: Bloomsbury Press, 2009.

PARTE 1

# LINHAS DE PENSAMENTO

ANTIUTILITARISMO • BIOECONOMIA

CORRENTES DO AMBIENTALISMO

CRÍTICAS AO DESENVOLVIMENTO • ECOLOGIA POLÍTICA

ECONOMIA DE ESTADO ESTACIONÁRIO • JUSTIÇA AMBIENTAL

METABOLISMO SOCIETAL

# ANTIUTILITARISMO

*Onofrio Romano*

O antiutilitarismo é uma escola de pensamento que critica a hegemonia dos postulados epistemológicos da economia nas ciências humanas e sociais. Os antiutilitaristas afirmam a importância crucial do vínculo social quando comparado ao interesse próprio. Eles destacam um paradigma de troca de dons (dádivas) que visa ir além de dois grandes marcos das ciências sociais: o holismo e o individualismo metodológico.

Em 1981, o sociólogo francês Alain Caillé e o antropólogo suíço Gérald Berthoud criaram o MAUSS – Mouvement Antiutilitariste dans les Sciences Sociales (Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais). Essa sigla brilhante reproduz o sobrenome do autor de *Ensaio sobre o dom* (1924), Marcel Mauss, que, junto com Karl Polanyi, inspirou o trabalho do grupo. Os dois fundadores tomaram a decisão de dar início ao empreendimento intelectual depois de ter participado, no ano anterior, de um debate interdisciplinar com filósofos, economistas e psicanalistas sobre o tema da “troca de dons”. Na ocasião, eles compartilhavam uma frustração em relação aos demais participantes, que insistiram em sua crença profunda de que, por trás de cada ação humana, incluindo práticas de dom e demonstrações de generosidade, é preciso reconhecer a estratégia do cálculo egoísta, e nada mais.

Desde o princípio, o movimento foi liderado por Alain Caillé e reuniu intelectuais de diferentes campos do conhecimento: Serge Latouche (economista e filósofo), Ahmet Insel (economista e cientista político), Jean-Luc Boilleau (sociólogo e filósofo), Jacques Godbout (antropólogo), Philippe Rospabé (economista e antropólogo), entre outros. Eles criaram o primeiro *Bulletin du MAUSS* e, em 1988, a *Revue du MAUSS*, impressa pela prestigiosa editora francesa La Découverte (inicialmente trimestral e, a partir de 1993, semestral).

Hoje em dia, o MAUSS está configurado como uma grande rede de pesquisadores que trabalham na Europa, na América do Norte, na África

do Norte e no Oriente Médio, e se caracteriza por uma ampla variedade de abordagens, disciplinas e campos de aplicação. Seu principal objetivo teórico é estabelecer uma nova base epistemológica para o universalismo e a democracia. Esse esforço – mais sistemático e completo nas obras de Alain Caillé – tem se desenvolvido em torno de três eixos principais de reflexão: o indivíduo, o vínculo social e a política.

Os antiutilitaristas questionam as abordagens teóricas que interpretam qualquer ação humana como sendo um afastamento do eixo do “indivíduo” e, portanto, orientada à autossatisfação:

qualificamos como utilitária qualquer doutrina baseada na afirmação de que os seres humanos são regidos pela lógica do cálculo egoísta de prazeres e sofrimentos, apenas por seu interesse, ou apenas por suas preferências, e de que isso é bom porque não há fundamento possível para as normas éticas além da lei da **felicidade** para indivíduos e suas comunidades.

(Caillé, 1989, p. 13)

O objeto de crítica dos antiutilitaristas é uma matriz ideológica que atravessa o pensamento e a cultura mais ampla:

o utilitarismo não é um sistema filosófico nem um componente, entre outros, da ideologia dominante nas sociedades modernas. Em vez disso, tornou-se a própria ideologia; a tal ponto que, para as pessoas modernas, aquilo que não pode ser traduzido em termos de utilidade e eficácia instrumental é, em grande medida, incompreensível e inaceitável.

(Caillé, 1989, p. 4-5)

Os antiutilitaristas criticam o utilitarismo por reduzir o ser humano. A batalha a ser travada, dizem eles, deve insistir no reconhecimento da complexidade e da pluralidade das formas de vida. Longe de se definir como pensamento antimoderno, o antiutilitarismo tem como objetivo redescobrir o verdadeiro sentido da modernidade, restaurar o espírito científico contra o cientificismo, a razão contra o racionalismo, a democracia contra a tecnocracia. Caillé retoma, nesse sentido, a classificação bramânica das metas do homem (*purus.artha*): prazer (*kama*), interesse (*artha*), dever (*dharma*) e libertação dissipativa em relação a todas as metas (*moksha*) (Caillé, 1989, p. 89 ss.). Segundo Caillé, o utilitarismo reduziu uma multiplicidade de objetivos ao reino único de *artha*. Mas o autor também critica outras escolas de pensamento que traduzem a multiplicidade ontológica em um dos três

motivos sacrificiais: a escola freudiana dedicada ao *kama*, a escola holística que aponta ao *dharma* ou o estado de ânimo existencialista (à la Bataille) em busca de *moksa*. O contraprojeto proposto pelos antiutilitaristas é uma cidadania contemporânea a todos os níveis bramânicos de existência, ou seja, a todos os “vários estados do sujeito”. Essa afirmação é formulada em um nível analítico (a multiteleologia do ser humano tem uma conotação ontológica) e, como veremos posteriormente, em um nível **político**.

O segundo polo de reflexão, o vínculo social, coincide com a reavaliação da lógica do dom. Seguindo Mauss, o dom é entendido aqui como um “fato social total”.

Assim como a “estrutura inconsciente subjacente” imaginada por Lévi-Strauss, o dom se torna o protagonista arquetípico ou a matriz simbólica universal da aliança entre indivíduos e grupos. Ele atua em um nível microsociológico por meio do dispositivo da tríplice obrigação – “dar, receber e devolver” – mas pode ser estendido à escala mesossociológica da “associação” e, por fim, à “política”, ou seja, ao marco macrosociológico. “Cada um desses três termos – dom, associação e política – é uma metáfora, um símbolo e uma ferramenta para interpretar os outros” (Caillé, 1998, p. 236).

Na segunda metade da década de 1990, a inclinação política do movimento fica mais acentuada, começando com as “trinta teses para uma esquerda nova e universalista” (discutidas em várias edições da *Revue du MAUSS*, a partir do n. 9/1, 1997). No lado **político**, o antiutilitarismo se identifica com o projeto de “democracia pela democracia”: o ideal democrático só pode ser revitalizado eliminando-se quaisquer objetivos ou interesses, sobretudo egoístas, da discussão coletiva. De acordo com Caillé, o principal obstáculo à democracia – e a principal razão para o declínio da política – é uma falta de padrões alternativos de vida social, de modo que, por exemplo, mesmo a discussão ou a seleção das referidas preferências são impedidas pela ideologia utilitarista (ver **despolitização**). A democracia deve potencializar a diversidade, oferecendo uma variedade de estilos de vida, aumentando o espaço público de discussão e pluralizando as possibilidades de autorrealização. Uma das propostas fundamentais para isso seria uma **renda básica** que se tornaria “radicalmente incondicional”. É necessário desvincular a renda de benefícios sociais específicos, já que essa vinculação limita a liberdade dos cidadãos para experimentar a pluralidade irreduzível dos objetivos humanos. Em vez disso, o maior número possível de cidadãos deve ter a oportunidade de se realizar e de expressar quem é e o que quer ser.

Devido a Serge Latouche, o chamado antipapa do MAUSS (por suas diferenças com Caillé), o movimento antiutilitarista também produziu uma das principais vertentes do decrescimento. Latouche é menos indulgente

com o **capitalismo** ocidental, que ele aborda principalmente pelo prisma da crítica ao **desenvolvimento**. Enquanto Caillé tinha como objetivo restaurar o sentido de “verdade” da modernidade contra suas perversões, Latouche defende que se repense radicalmente a modernidade, para cortar sua ligação genética com o utilitarismo.

O decrescimento faz parte de um marco antiutilitário, na medida em que busca o ideal de uma sociedade descolonizada da ideologia do **crescimento** ilimitado, uma ideologia que pressupõe uma correlação direta entre o aumento do **PIB** e a **felicidade** coletiva. De acordo com Latouche, há uma correlação inversa explícita entre “bem-ter” e bem-estar. No entanto, o decrescimento não significa uma diminuição deliberada do **PIB**, mas simplesmente *a-crescimento*, ou seja, a libertação em relação a uma obsessão produtivista, para redescobrir outras dimensões humanas, em primeiro lugar, uma dimensão relacional.

A maioria dos antiutilitaristas critica Latouche pela escolha do termo “decrescimento”. A referência à esfera produtiva da vida social (evocada pelo termo “**crescimento**”) – mesmo se invertida (“decrescimento”) – incorporaria implicitamente a alternativa ao **imaginário** econômico. Portanto, assim como a disciplina ética que caracteriza o **capitalismo** ocidental, como observado pela primeira vez por Weber, todas as alternativas inspiradas pelo decrescimento implicam, no final das contas, um estilo de vida sóbrio e contenção econômica. Muitos antiutilitaristas apelam, em vez disso, a uma crítica “política” da infinitude e do excesso (Dzimira, 2007), arrancando o discurso do nível ético. Eles defendem um projeto **político** que metabolize os princípios da “reversibilidade” (ou seja, contra as externalidades do progresso que ameaçam a existência coletiva) e da “reciprocidade” (isto é, contra o poder das sociedades mais desenvolvidas, que limita e ameaça as chances de vida e de ação das sociedades menos desenvolvidas e das gerações futuras). O risco que eles veem no discurso do decrescimento é o de que a ênfase no imperativo da preservação da vida equivalha a mais uma tradução da raiz “neutralitária” da filosofia política utilitarista: a política se torna uma mera função voltada a preservar a vida “biológica” dos cidadãos (“a vida pela vida”). Para eles, isso não difere muito do objetivo principal da era do **desenvolvimento**, ou seja, fertilizar a vida (“o **crescimento** pelo crescimento”). Em ambos os casos, pressupondo-se que seja o domínio exclusivo dos indivíduos e suas redes, a construção política e coletiva do sentido da vida não está na agenda. A estratégia muda, mas o objetivo é sempre o mesmo: a vida, sem qualquer sentido **político**.

As acusações mútuas entre antiutilitaristas e seus descendentes decrescentistas são todas bem fundamentadas. Ambas podem fracassar, mas

por razões diferentes, em sua tentativa de produzir uma descontinuidade epistemológica em relação aos fundamentos utilitaristas da nossa sociedade. Um caminho mais sólido rumo ao antiutilitarismo e ao decrescimento pode ser construído, por um lado, integrando-se a corrente teórica aberta por Bataille com sua noção de *dépense* e, por outro lado, por meio de um olhar mais amplo às numerosas e despercebidas práticas e experiências antiutilitaristas que acontecem dentro e fora das sociedades ocidentais (Romano, 2012).

## REFERÊNCIAS

- CAILLÉ, A. *Critique de la raison utilitaire*: manifeste du MAUSS, Paris: La Découverte, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Il terzo paradigma*: antropologia filosofica del dono. Torino: Bollati Boringhieri, 1998.
- DZIMIRA, S. Décroissance et antiutilitarisme. *Revue du MAUSS*, 26 maio 2007. Disponível em: <[www.journaldumauss.net/./?Antiutilitarisme-et-decroissance](http://www.journaldumauss.net/./?Antiutilitarisme-et-decroissance)>. Acesso em: 4 out. 2013.
- MAUSS, M. *The gift*: forms and functions of exchange in archaic societies. London: Cohen and West, 1954.
- ROMANO, O. How to rebuild democracy, re-thinking degrowth. *Futures*, v. 44, n. 6, p. 582-589, 2012.

# BIOECONOMIA

*Mauro Bonaiuti*

A bioeconomia é um campo de estudos ligado principalmente à figura de Nicholas Georgescu-Roegen (doravante, G-R), que investigou pela primeira vez e mais radicalmente as consequências de uma integração das ciências físicas e biológicas à economia (Bonaiuti, 2011, p. 1-48). Em termos de área de estudos, a bioeconomia não é diferente da economia ecológica, embora algumas das *premissas pré-analíticas* que caracterizam a bioeconomia de G-R sejam bastante diferentes daquelas que motivaram os fundadores da economia ecológica (Daly, Costanza, dentre outros). Essas premissas explicam as diferenças consideráveis entre o ponto de vista de G-R e o da maioria dos economistas ecológicos, principalmente com relação ao paradigma do desenvolvimento sustentável. Suas afirmações contra a nova fórmula são tão intensas que não pode haver dúvida sobre o que ele pensava: “o desenvolvimento sustentável é uma das receitas mais tóxicas” (Bonaiuti, 2011, p. 42).

Sua crítica incisiva ao desenvolvimento sustentável também explica por que a bioeconomia de G-R foi considerada, desde o início, como um pilar fundamental do decrescimento. Contrariando essa abordagem reducionista neoclássica, na segunda metade da década de 1960, ele abriu a economia aos avanços das ciências físicas e naturais no século XX, dando início à revolução termodinâmica (Georgescu-Roegen, 1971).

O termo “bioeconomia” foi usado pela primeira vez no final da década de 1960, por Jiri Zeman, da Academia Checoslovaca. Ele adotou essa expressão em uma carta, para indicar uma “nova economia” na qual, precisamente, “a substância biológica do processo econômico em quase todos os aspectos” deveria ser adequadamente reconhecida (Bonaiuti, 2011, p. 158). Georgescu gostou do termo e, a partir do início dos anos 1970, fez dele a bandeira que sintetizava as conclusões mais importantes a que tinha chegado em uma vida inteira de pesquisa.

A primeira ideia é que o processo econômico, tendo raízes físicas e biológicas, não pode ignorar as limitações impostas pelas leis da física, em particular, a lei da **entropia**. Isso leva a considerar que o objetivo fundamental da atividade econômica, o **crescimento** ilimitado da produção e do consumo, sendo baseado em fontes finitas de matéria/energia, não é compatível com as leis fundamentais da natureza. Atualmente, a comunidade de economistas ecológicos aceita essa conclusão, por mais chocante que ela possa ter sido no momento em que foi anunciada pela primeira vez.

A segunda visão diz respeito à metodologia: a representação circular e reversível do processo econômico, apresentada no início de qualquer livro-texto de economia, que mostra como a demanda estimula a produção, a qual, por sua vez, fornece a renda necessária para alimentar nova demanda, em um processo reversível, aparentemente capaz de se reproduzir indefinidamente. Este enfoque deve ser substituído por uma representação evolutiva na qual o processo econômico interaja com suas raízes biofísicas, por um lado, e com valores e bases institucionais, por outro. Deve-se ressaltar o último aspecto: as interações recíprocas que o processo econômico estabelece com “organizações socioculturais” e as transformações qualitativas (surgimento) conectadas a saltos de escala no processo de **crescimento** explicam algumas das diferenças fundamentais que caracterizam o ponto de vista de G-R em comparação com o dos fundadores da **economia de estado estacionário**. Para G-R, o **desenvolvimento** não é (como o é para Daly) um processo abstrato que implica apenas “mais utilidade”, e sim um processo histórico concreto que não pode “ser separado do **crescimento** econômico” (Bonaiuti, 2011, p. 46). A redução inevitável no consumo de matéria e energia (petróleo, etc.), a urgência, relacionada a isso, em avançar no sentido de renunciar a todos os bens de luxo, a redução da população e o controle social sobre as inovações tecnológicas que constituem o cerne do “programa bioeconômico mínimo” de fato não podem ser alcançados simplesmente com políticas de *governança* (como sugere a maioria dos economistas ecológicos): todo o marco institucional das economias atuais deve ser questionado.

Embora não tenha usado o termo “decrecimento” em seus trabalhos, Georgescu autorizou o uso dessa expressão na tradução francesa de suas obras sobre bioeconomia, organizada por Jacques Grinevald em 1979 e intitulada *Demain la décroissance*. O termo “decrecimento” foi revivido em 2002, na edição monográfica da revista *Silence*, e na conferência internacional *Défaire le développement, refaire le monde*, realizada no mesmo ano, em Paris. Imediatamente ficou claro que duas linhas de pensamento estavam unificadas sob o novo termo: a da crítica “cultural/institucional” à sociedade do **crescimento**, sustentada, ao longo dos anos, principalmente por Ivan

Illich (1973), Cornelius Castoriadis (2010) e Serge Latouche, e a da crítica bioeconômica.

A primeira, partindo do fracasso das políticas de **desenvolvimento** no hemisfério sul, principalmente na África, passou a criticar radicalmente o próprio conceito de **desenvolvimento**, tanto em seus pressupostos imaginários (**antiutilitarismo**, etc.) quanto em suas manifestações históricas e sociais. As duas linhas de pensamento se encontravam e, até certo ponto, era como se já se conhecessem, em sua crítica ao desenvolvimento sustentável (Latouche, Prefácio a Bonaiuti, 2014, p. xiv).

Dez anos mais tarde, pode ser interessante questionar quais foram as razões para o sucesso dessa união. A razão fundamental pode ser o fato de que a bioeconomia e as críticas culturais ao **desenvolvimento** têm premissas (pré-analíticas) comuns. Em particular, antes mesmo de desenvolver sua teoria bioeconômica, Georgescu se convencera de que as “leis econômicas – longe de ter uma base natural e universal”, assumem sua forma a partir de premissas culturais e marcos institucionais específicos. Em suas obras de 1960-1966, sobre as economias camponesas superpopuladas, inspiradas, sem dúvida, em suas memórias da Romênia, e em seguida, corroboradas por suas estadas na Índia (1963), no Brasil (1964, 1966 e 1971) e em Gana (1972), Georgescu já tinha adquirido uma consciência lúcida de que as prescrições válidas para as economias capitalistas poderiam ser devastadoras quando aplicadas, por exemplo, a economias camponesas. Em outras palavras, a bioeconomia de Georgescu estava aberta à ideia, desenvolvida com mais rigor pelos críticos do **desenvolvimento** (Illich, 1973; Castoriadis, 2010), de que as razões fundamentais para a insustentabilidade social e ecológica do modelo ocidental tinham que ser atribuídas, em última análise, a premissas culturais e seu contexto institucional correspondente. Por essa razão, Georgescu se opunha veementemente ao paradigma do desenvolvimento sustentável, o qual, assim como o do **estado estacionário**, não questiona radicalmente os fundamentos antropológicos e institucionais da economia de mercado. Depois de tentar fazer uma crítica ao modelo dominante em uma base puramente física e racional (a “quarta lei da termodinâmica”) nos últimos anos de sua vida, G-R intuiu que a insustentabilidade ecológica era apenas a consequência final das premissas culturais e institucionais que caracterizam as economias baseadas no **crecimento**.

Não é difícil imaginar que, se Georgescu tivesse lido as obras de Marcel Mauss e Karl Polanyi ou, talvez, conhecido Ivan Illich no México, na década de 1970, o esboço de uma sociedade do decrescimento poderia ter sido formulado 30 anos antes. No entanto, o silêncio que cercou o “programa bioeconômico mínimo” de Georgescu nos últimos 25 anos do século passado, assim como

as propostas de André Gorz (que, de fato, conheceu Illich em Cuernavaca), revelam que ainda não era a hora.

O que mudou? A partir da década de 1970, com a crise do petróleo e a transição do sistema fordista-keynesiano de acumulação ao de acumulação flexível, baseado no setor terciário, as taxas de **crecimento** e produtividade nas sociedades capitalistas avançadas vêm diminuindo gradualmente. Em contraste, aumentaram os custos sociais e ecológicos ligados à hipercomplexificação da “*mégamachine*” burocrática e econômico-financeira. A crise da década de 1970 marcou a passagem à segunda fase de um ciclo de acumulação em forma de S: a fase da “diminuição dos retornos marginais” (Bonaiuti, 2014). Essa fase é acompanhada por uma redução no bem-estar social, que se tornou ainda mais aguda com a crise financeira de 2007.

## REFERÊNCIAS

BONAIUTI, M. (Org.). *From bioeconomics to degrowth: Georgescu-Roegen's "New Economics" in eight essays*. London; New York: Routledge, 2011.

\_\_\_\_\_. *The great transition*. London; New York: Routledge, 2014.

CASTORIADIS, C. *A society adrift: interviews and debates 1974-1997*. New York: Fordham University Press, 2010.

GEORGESCU-ROEGEN, N. *Demain la décroissance: entropie-écologie-économie*. Prefácio e tradução Ivo Rens e Jacques Grinevald. Lausanne: PierreMarcel Favre, 1979.

\_\_\_\_\_. *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

ILLICH, I. *Tools for conviviality*. New York: Harper & Row, 1973.

# CORRENTES DO AMBIENTALISMO

*Joan Martínez-Alier*

Existem três correntes principais no ambientalismo, que podem ser chamadas de Culto ao Silvestre, Evangelho da Ecoeficiência e Mantra da **Justiça Ambiental** ou Ambientalismo dos Pobres. Elas são os três grandes ramos de uma única árvore ou três correntes de um mesmo rio que se entrecruzam.

Nos Estados Unidos, o Culto ao Silvestre tem sua origem na obra do naturalista escocês-americano John Muir e na criação dos Parques Nacionais de Yosemite e Yellowstone. Houve movimentos semelhantes na Europa e em outros continentes. Mesmo na Índia, onde a doutrina do “ambientalismo dos pobres” foi apresentada na década de 1980 em oposição ao “culto ao silvestre”, há importantes tradições locais de observação de pássaros e outras formas de conservação da natureza ligadas às classes alta e média.

Em termos de recursos humanos e econômicos disponíveis, esse movimento é realmente grande. Historicamente, sua principal preocupação foi, desde o século XIX, a preservação da natureza intocada, escolhendo áreas naturais de onde os seres humanos seriam excluídos e protegendo ativamente os animais silvestres por seus valores ecológicos e estéticos, e não por qualquer valor econômico ou de subsistência humana. O movimento mundial de conservação tem sido cada vez mais atraído a uma linguagem econômica. Embora muitos de seus membros afirmem crer na “ecologia profunda” (o valor intrínseco da natureza) e reverenciem a natureza como algo sagrado, a parcela dominante decidiu se unir aos economistas. Os relatórios da Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB, ou The Economics of Ecosystems and Biodiversity, um projeto apoiado pelo World Wildlife Fund [WWF] e, na verdade, por toda a UICN) em 2008-2011, publicados sob os auspícios do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP), segue esse *leitmotiv*: para

tornar visível a perda de biodiversidade, não temos de nos concentrar em espécies únicas, e sim nos ecossistemas, depois, nos serviços ecossistêmicos prestados aos seres humanos, e, por fim, devemos atribuir avaliações econômicas a esses serviços, porque é isso que vai atrair a atenção de políticos e líderes empresariais para a conservação. O TEEB elogia entusiasticamente o princípio de “impacto positivo líquido” da mineradora Rio Tinto. O princípio sugere que Estados-nação ou grandes empresas possam fazer mineração a céu aberto em qualquer lugar, desde que apoiem um parque natural nesse lugar ou replantem um manguezal em outro. John Muir teria se horrorizado com essas propostas.

Sendo assim, talvez a segunda corrente do ambientalismo seja a mais poderosa atualmente. Seu nome lembra o livro de Samuel Hays, de 1959, *Conservation and the gospel of efficiency: the progressive conservation movement, 1890-1920*, que explica os primeiros esforços da política ambiental federal nos Estados Unidos para reduzir resíduos e conservar florestas (ou transformá-las em plantações de árvores). Uma importante figura pública da ecoeficiência foi Gifford Pinchot, que estudou silvicultura na Europa.

O conceito de “sustentabilidade” (*nachhaltigkeit*) tinha sido introduzido no manejo florestal no século XIX, na Alemanha, não para denotar respeito pela natureza intocada, mas, pelo contrário, indicando como se poderiam obter lucros monetários a partir da natureza, por meio de rendimentos sustentáveis ideais com plantações de árvores. Essa ideia pode ser vista no leque atual de receitas sobre tecnologias sustentáveis, políticas econômicas ambientais (impostos, quotas de pesca negociáveis, mercados de licenças para poluir), taxas ideais de extração de recursos, substituição do capital manufaturado por “capital natural” perdido, valorização e pagamento por serviços ambientais, **desmaterialização** da economia, comércio de habitats e de carbono e, em resumo, desenvolvimento sustentável. O “Evangélio da Ecoeficiência” anda de mãos dadas com doutrinas de “modernização ecológica” e a crença nas chamadas “curvas de Kuznets ambientais”. A expressão “desenvolvimento sustentável” ficou conhecida em 1987, com a publicação do relatório Brundtland.

Os decrescentistas se opõem ao “desenvolvimento sustentável” por dois motivos. Em primeiro lugar, não acreditam que o **crescimento** econômico seja ou possa ser ambientalmente sustentável. Em segundo, muitos deles também são contrários à própria ideia de **desenvolvimento**, porque, como explicaram Arturo Escobar, Wolfgang Sachs e outros na década de 1980, isso significou um padrão de mudança uniforme em direção a um “estilo de vida americano”, que é muito diferente da ênfase atual, em alguns países do Sul, de um **bem viver** ou Sumak Kawsay (Vanhulst e Beling, 2014).

O movimento do decrescimento muitas vezes enfatiza que os benefícios do aumento da ecoeficiência podem ser facilmente anulados por meio da operação do **Paradoxo de Jevons** ou efeito rebote. No entanto, a maioria dos governos e a ONU se alinham ao “Evangelho da Ecoeficiência.” Enquanto isso, o movimento pela **justiça ambiental** (que, certamente, não é tão bem organizado como a UICN) é uma variedade de movimentos e redes locais de resistência, que combinam questões de subsistência, sociais, culturais, econômicas e ambientais (Martínez-Alier et al., 2014). Eles estabelecem sua “economia moral” em oposição à lógica da extração de petróleo, minerais, madeira ou agrocombustíveis nas “**fronteiras das commodities**”, defendendo a biodiversidade e sua própria subsistência. Isso inclui reivindicações de justiça climática e justiça hídrica.

Na resistência às injustiças ambientais, muitas pessoas são mortas no mundo defendendo o meio ambiente.

Os pobres nem sempre pensam e se comportam como os ambientalistas, e acreditar no contrário seria um absurdo. O ambientalismo dos pobres decorre do fato de que a economia mundial está baseada em combustíveis fósseis e outros recursos não renováveis, e vai até os confins da terra para obtê-los, prejudicando e poluindo tanto a natureza intocada quanto a subsistência humana, e encontrando resistência por parte de pobres e indígenas que, com frequência, são liderados por mulheres. Às vezes, esses pobres e indígenas pedem compensação econômica, mas é mais comum que recorram a outras linguagens de valoração, como direitos humanos, direitos territoriais indígenas, meios para a subsistência humana e o caráter sagrado de montanhas ou rios em vias de extinção.

O movimento de conservação ignorou o ambientalismo dos pobres. Mas o movimento do decrescimento (assim como o movimento da **economia de estado estacionário**), com as suas raízes europeias ou norte-americanas, também minimizou, até recentemente, a intensidade da luta por recursos em todo o mundo. No entanto, uma hipótese importante na **ecologia política** é de que há cada vez mais conflitos por extração de recursos e eliminação de resíduos em função do aumento do **metabolismo societal** global. Muitos desses conflitos ambientais no mundo, classificados por país e por mercadoria, estão reunidos em um banco de dados de acesso livre elaborado pelo projeto EJOLT ([www.ejatl.org](http://www.ejatl.org), acessado em 15 de setembro de 2014).

Tem havido tentativas de aproximar o movimento de conservação do ambientalismo dos pobres e indígenas que lutam contra o desmatamento, os agrocombustíveis, a mineração, as plantações de árvores e as barragens. Por exemplo, os manguezais podem ser defendidos contra a carcinicultura por causa das necessidades de subsistência de mulheres e homens que vivem

neles, mas também devido a sua biodiversidade e sua beleza. Apesar das oportunidades, aproximar o movimento de conservação com a justiça ambiental costuma ser difícil, não só porque o movimento está muito ligado à segunda corrente – engenheiros e economistas – mas também porque o movimento de conservação vendeu a alma para empresas como a Shell e a Rio Tinto.

Por outro lado, o movimento do decrescimento poderia facilmente se conectar ao movimento pela **justiça ambiental** e ao ambientalismo dos pobres. No entanto, a esquerda política (por exemplo, os presidentes Lula e Dilma Rousseff no Brasil, o Partido Comunista em Bengala Ocidental, na Índia, ou os presidentes Evo Morales, na Bolívia, ou Rafael Correa, no Equador) não gosta do ambientalismo dos pobres e dos indígenas, que luta explicitamente contra as incursões do sistema de mercado generalizado e do crescimento do **metabolismo societal**, para ter uma economia que preencha de forma sustentável as necessidades de alimentos, saúde, educação e habitação para todos.

Apesar das profundas clivagens que observamos entre as três principais correntes do ambientalismo, há esperanças de uma confluência entre conservacionistas preocupados com a perda de biodiversidade, as muitas pessoas preocupadas com as injustiças das mudanças climáticas que pressionam pelo pagamento de dívidas ecológicas e promovem mudanças tecnológicas em direção à energia solar, ecofeministas, alguns socialistas e sindicalistas profissionais preocupados com a saúde no trabalho e que, além disso, sabem que não se pode adiar a justiça econômica por meio de promessas de **crescimento** econômico eterno. Há, também, esperança de confluência entre posseiros urbanos que pregam a **autonomia** em relação ao mercado, agroecologistas, **neorrurais**, decrescentistas e partidários da “prosperidade sem **crescimento**” em alguns países ricos, os grandes movimentos camponeses internacionais, como a Via Campesina, pessimistas (ou realistas) em relação aos riscos e incertezas das mudanças técnicas, populações indígenas que exigem a preservação do meio ambiente nas **fronteiras** de extração de recursos e o movimento de **justiça ambiental** mundial.

Em termos de políticas, o movimento do decrescimento frequentemente defende “limites de recursos”. Isso já existe em alguns países, na forma de limitações às emissões de dióxido de carbono (e, portanto, à queima de combustíveis fósseis), e pode ser estendido aos minerais e ao uso da biomassa. Propostas como a da iniciativa Yasuni ITT, no Equador, e tentativas semelhantes na Nigéria, de deixar “o petróleo no solo” se encaixam perfeitamente na perspectiva do decrescimento (Martínez-Alier, 2012).

O movimento de **justiça ambiental**, incluindo o ambientalismo dos pobres, coincide com outra plataforma importante do movimento do decresci-

mento, que é reduzir a relevância social da economia (no sentido crematístico). Isso significa tirar o sistema de mercado generalizado da imaginação coletiva como princípio de organização social, mostrando que muitas pessoas em todo o mundo defendem seu direito de acesso aos recursos naturais para a subsistência por meio de sistemas de gestão comunal, ou seja, **recursos comuns**.

## REFERÊNCIAS

HAYS, S. *Conservation and the gospel of efficiency: the progressive conservation movement, 1890-1920*. Cambridge: Harvard University Press, 1959.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Environmental justice and economic degrowth: an alliance between two movements. *Capitalism Nature Socialism*, v. 23, n. 1, p. 51-73, 2012.

\_\_\_\_\_. *The environmentalism of the poor: a study of ecological conflicts and valuation*. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

MARTÍNEZ-ALIER, J.; ANGUELOVSKI, I.; BOND, P.; DEL BENE, D.; DEMARIA, F.; GERBER, J. F.; GREYL, L.; HAAS, W.; HEALY, H.; MARÍN-BURGOS, V.; OJO, G.; PORTO, M.; RIJNHOUT, L.; RODRÍGUEZ-LABAJOS, B.; SPANGENBERG, J.; TEMPER, L.; WARLENIUS, R.; YÁNEZ, I. Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by environmental justice organizations. *Journal of Political Ecology*, v. 21, p. 19-60, 2014.

VANHULST, J.; BELING, A. E. Buen vivir: emergent discourse within or beyond sustainable development. *Ecological Economics*, v. 101, p. 54-63, 2014.

# CRÍTICAS AO DESENVOLVIMENTO

*Arturo Escobar*

É impossível estabelecer uma definição única de desenvolvimento. Para muitos, é a estratégia inevitável por meio da qual os países pobres precisam se modernizar; para outros, uma imposição imperial de países capitalistas ricos sobre os pobres e, portanto, deve ser combatido; para outros, ainda, é um discurso inventado pelo Ocidente para a dominação cultural das sociedades não ocidentais, que precisa ser denunciado como tal, para além dos seus efeitos econômicos; por fim, para muitas pessoas comuns de todo o mundo, o desenvolvimento se tornou um reflexo de suas aspirações a uma vida digna ou um processo totalmente destrutivo com o qual elas têm de coexistir, e, não raro, os dois ao mesmo tempo. Tomado como um todo, pode-se dizer que o desenvolvimento é um processo histórico recente que envolve aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais.

O conceito de desenvolvimento não existia em sua conotação atual até o final da década de 1940, quando o “desenvolvimento econômico” passou a ser associado ao processo de abrir caminho à reprodução, em “áreas subdesenvolvidas”, das condições que caracterizam as nações industrializadas (de modo geral, tecnificação agrícola, urbanização, industrialização e adoção de valores modernos). A gênese do conceito pode ser identificada no final do período colonial, em alguns contextos (como na Lei Britânica de Desenvolvimento Colonial de 1929 e em alguns esquemas de “desenvolvimento comunitário” no sul da África, na década de 1930), como um processo explícito e, muitas vezes, planejado, de erradicação da pobreza. No entanto, o conceito de desenvolvimento foi um produto dos grandes realinhamentos que ocorreram no final da Segunda Guerra Mundial e da criação do vasto aparato institucional que incluiu as instituições de Bretton Woods e as agências de planejamento

na maioria das capitais do Terceiro Mundo. Sendo assim, o “desenvolvimento” e o “Terceiro Mundo” foram produtos da mesma conjuntura histórica, com o desenvolvimento sendo a estratégia por excelência para gerar a modernização do chamado Terceiro Mundo (Escobar, 1995; Rist, 1997). O ressurgimento da preocupação clássica com a acumulação de capital no final da década de 1940 – com a economia do **crescimento**, de Harrod e Domar, relacionando o **crescimento** à poupança e ao investimento (por meio da chamada relação capital-produto) – foi outro importante pilar do processo pelo qual o desenvolvimento passou a estar firmemente estabelecido e associado ao **crescimento**. Para alguns filósofos, como Vatimo ou Dussel, o desenvolvimento e o progresso são aspectos cruciais da modernidade, seja sob a forma de privilégio inevitável concedido “ao novo” ou da “falácia desenvolvimentista” que afirma que todos os países têm que percorrer as mesmas etapas históricas, se necessário, pela força.

Nas últimas seis décadas, a conceituação de desenvolvimento nas ciências sociais testemunhou três momentos principais, correspondentes a três orientações teóricas contrastantes: a teoria da modernização, nas décadas de 1950 e 1960, com suas teorias aliadas de **crescimento**, a teoria da dependência, de inspiração marxista, e perspectivas relacionadas, nas décadas de 1960 e 1970, e as críticas ao desenvolvimento como discurso cultural nos anos 90 e 2000. A teoria da modernização inaugurou um período de certeza nas mentes de muitos teóricos e elites do mundo, tendo como premissa efeitos benéficos do capital, da ciência e da tecnologia. Essa certeza sofreu um primeiro golpe com a teoria da dependência, que argumentava que as raízes do subdesenvolvimento podiam ser encontradas na conexão entre a dependência externa dos países pobres em relação aos ricos e a exploração interna de pobres por ricos dentro de cada país, e não em qualquer suposta falta de capital, tecnologia ou valores modernos. Para os teóricos da dependência, o problema não estava tanto no desenvolvimento, e sim no **capitalismo**; portanto, eles defendiam formas socialistas de desenvolvimento enquanto mantinham intacto o pressuposto do **crescimento**. A partir dos anos 80, um número crescente de críticos culturais em muitas partes do mundo questionou a própria ideia de desenvolvimento. Eles o analisaram como um discurso de origem ocidental, que funcionava como um mecanismo poderoso para a produção cultural, social e econômica do Terceiro Mundo (Escobar, 1995; Rist, 1997). Esses três momentos podem ser classificados de acordo com os paradigmas básicos dos quais eles surgiram: as teorias liberais, marxistas e pós-estruturalistas, respectivamente. Pode-se dizer que, apesar de sobreposições e combinações ecléticas, alguma versão do paradigma da modernização continua informando a maioria das posições. É o caso da estrutura geral da globalização neoliberal, com seus pressupostos centrais permanentes de **crescimento**, progresso,

valores modernos e ação política racional, mesmo que, naturalmente, o mercado tenha se tornado mais central do que nas décadas de desenvolvimento anteriores. As perspectivas marxistas e culturalistas não desapareceram, de forma alguma, como se pode ver na América Latina, onde os debates sobre o socialismo do século XXI (para as perspectivas de inspiração marxista) e **bem viver** (para as perspectivas de orientação cultural) representam verdadeiros desafios aos marcos liberais e neoliberais.

Embora as análises pós-estruturalistas tenham ficado menos conhecidas do que as críticas marxistas, é importante destacá-las aqui, uma vez que implicaram um questionamento radical dos principais pressupostos culturais do desenvolvimento, incluindo o **crescimento**, e, assim, foram importantes nas primeiras teorias do decrescimento na Itália e na França. Essas críticas amadureceram com a publicação, em 1992, de um volume coletivo organizado por Wolfgang Sachs, *The development dictionary*. O livro começou fazendo a afirmação surpreendente e controversa de que “[o]s últimos 40 anos podem ser chamados de a era do desenvolvimento. Essa época está chegando ao fim. Chegou a hora de escrever seu obituário” (Sachs, 1992, p. 1). Se o desenvolvimento estava morto, o que viria depois? Alguns começaram a falar sobre uma “era do pós-desenvolvimento” em resposta a essa pergunta, e um segundo trabalho coletivo, *The post-development reader*, lançou o projeto de dar conteúdo a essa noção (Rahnema e Bawtree, 1997). Alguns teóricos do decrescimento, principalmente Latouche, contribuíram para difundir essa perspectiva no Norte. Desde então, continuam havendo reações de todos os lados do espectro político-acadêmico, resultando em um debate vibrante, embora, às vezes, um pouco áspero, reunindo profissionais e acadêmicos de várias disciplinas e campos.

O pós-desenvolvimento foi considerado, em geral, como uma era em que o desenvolvimento não seria mais o princípio organizador central da vida social. Dessa forma, ele está relacionado a dois outros **imaginários** emergentes: o do pós-capitalismo (questionando a capacidade do **capitalismo** de ocupar total e naturalmente a economia, com o vislumbre simultâneo de um conjunto de práticas econômicas diversas) e o do pós-crescimento ou decrescimento (tirando o **crescimento** do centro da definição de economia e da de vida social). Há uma certa desigualdade geográfica, no entanto, na forma como esses marcos são vistos e cultivados no Norte global em relação ao Sul global. Enquanto o debate acadêmico e **político** sobre o decrescimento está recebendo cada vez mais atenção no Norte, isso ainda não acontece no Sul. Por um lado, alguns argumentam que pelo menos alguns setores precisam crescer (por exemplo, saúde, educação, até mesmo os meios de subsistência). Por outro, os debates fundamentais no Sul estão mais diretamente relacionados à redefinição do desenvolvimento. Nesse sentido, houve uma

reativação significativa do debate sobre o desenvolvimento, particularmente na América Latina, ao longo dos últimos anos. A disposição atual é “de buscar alternativas em um sentido mais profundo, que vise romper com as bases culturais e ideológicas do desenvolvimento, promovendo outros **imaginários**, metas e práticas” (Gudynas e Acosta, 2011, p. 75). Embora a onda de regimes progressistas na América Latina na última década tenha criado um contexto favorável a esses debates, o principal ímpeto por trás deles tem vindo dos movimentos sociais. Duas áreas principais de debate e ativismo são as noções de **bem viver** (bem-estar coletivo) e os Direitos da Natureza. Esse debate faz um paralelo com as discussões sobre mudança de modelo de civilização e transições a modelos pós-extrativistas. Parece um bom momento para construir pontes mais explícitas entre decrescimento e transições narrativas, no Norte, e alternativas ao desenvolvimento, à mudança civilizacional e às transições para o pós-extrativismo, no Sul. Na construção dessas pontes, contudo, é importante resistir à armadilha de pensar que, enquanto o Norte precisa decrescer, o Sul precisa de “desenvolvimento”. Há uma sinergia importante a ser atingida com a discussão, em conjunto, do decrescimento e de alternativas ao desenvolvimento, enquanto se respeitam suas especificidades geopolíticas e epistemológicas.

A globalização econômica em escala mundial assumiu uma força tremenda (principalmente na Ásia), aparentemente relegando ao segundo plano os debates fundamentais sobre “desenvolvimento”. Esses debates também são cuidadosamente domesticados dentro dos discursos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, após 2015, quando os ODM expiram, os “objetivos de desenvolvimento sustentável”. No entanto, os movimentos globais e o aprofundamento da pobreza e da destruição ambiental continuam a manter vivas conversas fundamentais, conectando debates sobre o desenvolvimento a questões de descolonização epistêmica, justiça social e ambiental, defesa da diferença cultural e transição para marcos pós-capitalistas e de pós-crescimento. Para a maioria desses movimentos, está claro que o desenvolvimento convencional, do tipo oferecido pelo neoliberalismo, não serve. Nesse contexto, o retorno a discussões sobre as alternativas ao desenvolvimento na América Latina representa uma esperança. No mínimo, está ficando claro que, se “outro mundo é possível” – para recorrer ao lema do Fórum Social Mundial – também devem ser possíveis alternativas ao desenvolvimento. Pelo menos para muitos movimentos sociais e para os defensores da transição, sejam quais forem as formas a ser assumidas pelo “desenvolvimento” ou pelas alternativas a ele, elas terão que envolver questionamentos mais radicais do que nunca em relação ao **crescimento**, à extração mineral e até mesmo à modernidade.

## REFERÊNCIAS

- ESCOBAR, A. *Encountering development*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, v. 16, n. 53, p. 71-83, 2011. Disponível em: <[www.gudynas.com/publicaciones/GudynasAcostaCriticaDesarrolloBVivirUtopia11.pdf](http://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasAcostaCriticaDesarrolloBVivirUtopia11.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2014.
- RAHNEMA, M.; BAWTREE, V. (Org.). *The post-development reader*. London: Zed Books, 1997.
- RIST, G. *The history of development*. London: Zed Books, 1997.
- SACHS, W. (Org.). *The development dictionary: a guide to knowledge as power*. London: Zed Books, 1992.

# ECOLOGIA POLÍTICA

*Susan Paulson*

Este verbete trata de uma abordagem à pesquisa e à prática que é aplicada em todo o mundo e identificada na literatura anglófona como “ecologia política”.

O número de pesquisadores e profissionais envolvidos na ecologia política aumentou exponencialmente desde a década de 1980, ampliando o campo e abrindo novas possibilidades. É pouca a energia investida para estabelecer a ortodoxia ou debater quem deve ser rotulado como “ecologista político”, uma expressão usada aqui para se referir a todos os participantes do que Paul Robbins (2011, p. xix) descreve como uma comunidade de prática que promove o campo “como uma pesquisa intelectual sobre a interação entre seres humanos e o ambiente, e como um exercício político de maior justiça social e ecológica”. Diferentemente de determinados “ismos” e “istas”, os ecologistas políticos compartilham com os defensores do decrescimento a disposição para explorar uma pluralidade de saberes e uma diversidade de ações práticas, incluindo as de grupos não dominantes.

Os geógrafos Piers Blaikie e Harold Brookfield (1987, p. 17) definiram a ecologia política como um enfoque que combina ecologia e economia política para abordar as relações entre a sociedade e os recursos naturais, e entre grupos e classes sociais com diferentes acessos e usos desses recursos. Seus trabalhos, bem como estudos rurais no Sul Global, foram complementados mais tarde por outros feitos em contextos do Norte e em cidades concebidas como “densas redes entrelaçadas de processos socioespaciais, que são simultaneamente locais e globais, humanas e físicas, culturais e biológicas” (Swynedouw e Heynen, 2003, p. 899). No volume *Global political ecology*, de 2011, Richard Peet, Paul Robbins e Michael Watts incorporam essas vertentes a uma política ambiental de produção, consumo e conservação em escala mundial.

Embora tanto o decrescimento quanto a ecologia política abordem a destruição de socioecologias específicas, a segunda tem promovido mais

o estudo da produção contínua de naturezas e culturas. Arturo Escobar (2010, p. 92) descreve a evolução do campo em três etapas sobrepostas: a primeira analisa os fatores político-econômicos da degradação ambiental; a segunda explora processos epistemológicos por meio dos quais conceituações e discursos culturais, científicos e políticos afetam as relações entre seres humanos e natureza; a terceira levanta questões ontológicas sobre os processos pelos quais se produz e reproduz uma multiplicidade de mundos socionaturais.

Essas explorações epistemológicas e ontológicas podem ajudar estudiosos do decrescimento a pensar de novas maneiras sobre o conceito de “modo de produção”, não conceituando recursos naturais como elementos dados (finitos e em risco de se esgotar), mas como aspectos de ambientes socioecológicos que são continuamente construídos por meio de processos culturais e históricos. Nessa visão, os seres humanos fabricam não apenas alimentos, abrigo e roupas, mas também paisagens biofísicas, juntamente com regimes de produção, consumo, e conhecimento e governança ambiental. Mais impressionante, nós, seres humanos, produzimos a nós mesmos: corpos humanos socializados com habilidades, visões e desejos, incluindo apetites para o consumo, o que leva a compreensões mais sofisticadas sobre o consumo, que não separam supostas “necessidades físicas” de “escolhas culturais”. Para os seres humanos, todos os aspectos da vida são inseparavelmente materiais e dotados de sentido: os desejos “físicos” mais básicos, como comer e fazer sexo, estão sempre imbuídos de sentido e valor simbólicos, ao mesmo tempo em que inclusive as nossas fantasias subjetivas e visões políticas dependem do caráter bioquímico e do tamanho físico do cérebro humano.

Um dos maiores desafios do decrescimento é o escopo cultural estreito e a pouca profundidade histórica que circunscrevem o discurso ambiental contemporâneo, restringindo o nosso potencial para vislumbrar alternativas às relações que prevalecem atualmente entre seres humanos e meio ambiente. Em resposta a esse desafio, os ecologistas políticos têm se baseado em pesquisas que documentam sistemas socioculturais não baseadas em **crecimento**, alguns dos quais têm perdurado ao longo de séculos, até mesmo de milênios. Antropólogos, arqueólogos e geógrafos que trabalham nos Andes e na Amazônia, por exemplo, mostraram como populações surpreendentemente grandes têm sido sustentadas por atividades como agricultura em campos elevados, terraceamento, corte-e-queima, arquipélagos verticais e outras estratégias baseadas em sistemas sofisticados para a organização da reciprocidade e da gestão dos **recursos comuns**. Eles também têm questionado o que prejudicou certos sistemas em determinados períodos. Ecologistas políticos, como Bina Agarwal, que trabalha no Sul da Ásia, e Anna Tsing, na Indonésia, continuam

a fazer essas perguntas com relação à produção e à manutenção da riqueza comum, como as florestas.

Os questionamentos aos parâmetros etnocêntricos da ciência econômica são vitais. Começando na década de 1970, por exemplo, a interpretação crítica de dados de uma série de sociedades “primitivas” possibilitou que Marshall Sahlins argumentasse, em *Stone Age economics*, que os caçadores-coletores concebiam e adquiriam riqueza de formas diferentes das sociedades ocidentais: eles desejavam pouco e desfrutavam do lazer, enquanto as sociedades ocidentais produzem e consomem muito. Os sistemas de caçadores-coletores duraram 150.000 anos de história humana, e aqueles baseados na agricultura, cerca de 8.000; em contraste, as economias com base em combustível industriais/fósseis parecem estar em risco, depois de apenas alguns séculos. O objetivo das abordagens profundamente históricas à ecologia política, como as compiladas por Alf Hornborg, Brett Clark e Kenneth Hermele (2012), não é promover um retorno à vida primitiva; pelo contrário, o conhecimento intercultural e (pré) histórico ajuda a relativizar sistemas atualmente dominantes entre muitos modos possíveis de existência humana e ampliar horizontes para imaginar futuros inéditos em resposta a perguntas como: “de que forma as economias que não se expandirem podem sustentar sociedades humanas” e “como os seres humanos podem viver sem a motivação e a alegria proporcionada pela cultura de consumo”?

Cientistas ambientais e formuladores de políticas precisam de formas mais poderosas para conceituar e operacionalizar a análise em múltiplas escalas, a diferenciação social e, principalmente, o poder. Como podemos interligar fenômenos que variam em escala, da **simplicidade** individual voluntária a mercados globais, economias nacionais, instituições sociopolíticas e características biofísicas dos ecossistemas locais? Ao situar os fenômenos ambientais na encruzilhada de múltiplas relações de poder, os ecologistas políticos ampliaram a escala da análise ambiental para transcender áreas geográficas e populações locais. Reconhece-se agora que fatores transnacionais, que vão desde as mudanças climáticas e o esgotamento dos estoques de peixe até mercados e mídias, afetam mesmo as socioecologias mais isoladas. Além disso, está surgindo uma nova consciência de que as pessoas envolvidas nas lutas ambientais locais mobilizam forças e ideias globais de formas inovadoras e, por vezes, transformadoras, como o conceito de **bem viver** expressado na Cúpula dos Povos contra a Mudança Climática, na Bolívia.

Desde o início, a ecologia política se baseou na análise das desigualdades socioeconômicas e espaciais, e destacou os interesses, os conhecimentos e as práticas ambientais de diversos atores. Com o tempo, ecologistas políticos como Juanita Sundberg e Dianne Rocheleau desenvolveram análises mais

profundas das formas pelas quais sistemas etnorraciais, de gênero e outros sistemas sociais interagem com o meio ambiente, indo além de um foco nas identidades de pessoas marginalizadas para estudar sistemas de identidade que funcionem ao longo do tempo e do espaço para organizar e justificar o acesso e o intercâmbio desiguais de recursos. É necessária uma compreensão mais sistêmica do papel que os sistemas de identidade hierárquicos cumprem na constituição das economias, das paisagens e da governança ambiental para aprofundar o diálogo entre decrescimento, ecologia política, ecofeminismo, **justiça ambiental** e movimentos relacionados, e reforçar o impacto do trabalho que eles desenvolvem.

Como o poder e a política funcionam na produção de mercadorias, discursos e socioecologias? Durante um período tumultuado da história intelectual, a ecologia política se desenvolveu em conjunto com explorações críticas do colonialismo, do **desenvolvimento** internacional, da história ambiental, da raça, da etnia e do gênero. Essas novas áreas de estudo investigavam alicerces fundamentais da academia no Ocidente: a dicotomia entre natureza e cultura, a universalidade da razão (e do *homo economicus*), a adequação das disciplinas convencionais e a neutralidade das categorias e descobertas científicas ocidentais. Suas investigações sobre o poder em âmbitos imprevistos, principalmente na produção de conhecimento, provocaram conflitos consideráveis na academia. Também permitiram que ecologistas políticos, como Alf Hornborg, teorizassem sobre o poder em seu aspecto material e de sentido, expresso no controle desigual de recursos, incluindo o trabalho humano e a energia, e exercido na formação dos sistemas sociais por meio dos quais essas desigualdades são mantidas, principalmente por mitificações culturais que naturalizam construtos sociais, tais como o poder da máquina e a representação do trabalho e da natureza como mercadorias.

Entre todas as criaturas que interagem nos ecossistemas da Terra, os seres humanos são singulares em seu uso da política em tentativas de satisfazer suas necessidades e garantir a sobrevivência de seus descendentes. Essas políticas influenciam a forma como o poder circula em regimes específicos de conhecimento, tecnologia e representação, e como essas dinâmicas influenciam as consequências sociais e biofísicas. Na ecologia política, a análise, em múltiplas escalas, sobre o poder e a política, juntamente com sua consciência da magnitude da variação nas relações entre seres humanos e meio ambiente, são armas vitais na luta para descolonizar imaginações confinadas às visões predominantes.

O decrescimento evoluiu a partir do movimento filosófico e sociopolítico multidimensional franco-europeu chamado "*l'écologie politique*", que tem debatido as relações entre política e ecologia desde os anos 70, e incluiu pes-

soas como André Gorz, Ivan Illich e Bernard Charbonneau, todos pensadores fundacionais do decrescimento. O decrescimento floresce ainda mais hoje em dia por meio de sua aliança com a segunda variante da ecologia política descrita aqui. Tanto o decrescimento quanto a ecologia política questionam interpretações dominantes sobre as causas dos problemas ambientais. Ambos contestam as respostas tecnocráticas e economicistas preponderantes. Ambos são críticos do desenvolvimento sustentável e da promoção da **mercantilização** em seu nome. E ambos motivam a ação política e prática em direção a uma distribuição mais equitativa dos recursos e riscos econômicos e ecológicos.

## REFERÊNCIAS

- BLAIKIE, P. M.; BROOKFIELD, H. *Land degradation and society*. London: Methuen, 1987.
- ESCOBAR, A. Postconstructivist political ecologies. In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. (Org.). *International handbook of environmental sociology*. 2. ed. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.
- HORNBORG, A.; CLARK, B.; HERMELE, K. *Ecology and power: struggles over land and material resources in the past, present and future*. London; New York: Routledge, 2012.
- PEET, R.; ROBBINS, P.; WATTS, M. (Org.). *Global political ecology*. London; New York: Routledge, 2011.
- ROBBINS, P. *Political ecology: a critical introduction*. 2. ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2011.
- SWYNGEDOUW, E.; HEYNEN, N. Urban political ecology, justice and the politics of scale. *Antipode*, v. 35, n. 5, p. 898-918, 2003.

# ECONOMIA DE ESTADO ESTACIONÁRIO

*Joshua Farley*

Uma população humana estável e fluxos físicos constantes caracterizam uma economia de estado estacionário, na qual esses fluxos são definidos como a extração de matérias-primas da natureza e seu retorno a ela como resíduo (ver **metabolismo societal**). Para qualquer conjunto dado de tecnologias, uma economia de estado estacionário implicará um estoque constante de artefatos humanos mantidos por fluxos constantes. As leis da física tornam impossível criar algo do nada ou nada de alguma coisa. O processo econômico é uma questão de **bioeconomia**. Ele transforma a energia e as matérias-primas fornecidas pela natureza em produtos econômicos que geram serviços para os seres humanos antes de, finalmente, retornar à natureza como resíduo. Estoques de capital durável, como fábricas, casas e outras infraestruturas requerem fluxos constantes de manutenção para compensar as forças da **entropia** e da decadência. Os estoques finitos de combustíveis fósseis não renováveis representam 86% da energia usada nos processos econômicos, e o consumo ultrapassa em muito as novas descobertas (ver **pico do petróleo**); os fluxos finitos de energia renovável respondem por 2%, menos do que a taxa de **crescimento** anual do uso total de energia. A queima de combustíveis fósseis é um processo unidirecional que transforma energia útil em energia dispersa e em resíduos na forma de subprodutos, como dióxido de carbono e material particulado. Em resumo, a economia é um subsistema físico de um sistema planetário finito, de modo que o **crescimento** econômico eterno é impossível.

Como todas as espécies, os seres humanos dependem, para a sua sobrevivência, de funções de apoio à vida que são cumpridas pelos ecossistemas, incluindo sua capacidade de sustentar o fluxo de matérias-primas renováveis necessárias para a produção econômica e para absorver os resíduos.

Uma economia de estado estacionário deve cumprir cinco regras. Em primeiro lugar, a extração de recursos renováveis não pode exceder as taxas de regeneração sem que isso acabe levando os estoques de recursos a zero. Em segundo, as emissões de resíduos não podem exceder a capacidade de absorvê-los, ou suas quantidades e os danos que eles causam aumentarão continuamente. Em terceiro lugar, com as tecnologias de hoje em dia, provavelmente seria impossível atender às necessidades básicas das populações atuais sem determinados recursos não renováveis, como os combustíveis fósseis. Portanto, a taxa em que a sociedade consome esses recursos não pode ser maior do que a velocidade na qual ela desenvolve substitutos renováveis. Em quarto lugar, nem a extração de recursos nem as emissões de resíduos podem ameaçar as funções ecossistêmicas essenciais para a sobrevivência humana. Por fim, as populações humanas devem ser estáveis. A abordagem mais óbvia para se atingir os quatro primeiros desses objetivos é impor limites à produção. Como alcançar uma população humana estável é algo mais polêmico (ver **neomalthusianos**).

Essas regras descrevem o que é possível, mas não especificam o que é desejável: podemos alcançar uma economia de estado estacionário com grandes populações humanas, estoques de recursos renováveis baixos, mas estáveis, e níveis de consumo de subsistência ou com uma população muito pequena, estoques maiores de recursos e níveis mais altos de consumo per capita. Uma premissa básica na análise econômica é que, quanto mais se tem de algo, menor é o valor de cada unidade adicional. Os benefícios marginais do **crescimento** econômico estão em declínio, e os custos ecológicos marginais estão aumentando. O **crescimento** deve parar antes que os custos marginais superem os benefícios marginais, ou se tornará antieconômico. Isso é verdadeiro mesmo se não pudermos medir custos e benefícios de forma precisa ou objetiva.

Muitos defensores de uma economia de estado estacionário argumentam que a sociedade deve atingir um **produto interno bruto (PIB)** estável, a medida mais comum da atividade econômica. Mas aumentos do **PIB** não estão inextricavelmente ligados a aumentos em fluxos físicos. Por exemplo, impor limites aos fluxos e depois leiloar o acesso poderia aumentar o número de transações econômicas e, conseqüentemente, o **PIB**, reduzindo simultaneamente os fluxos. Alternativamente, muitos economistas acreditam que a **desmaterialização** da economia é possível, rompendo a relação entre **PIB** e fluxos físicos. Embora se possa dizer que o **PIB** é a melhor representação para os fluxos físicos, ter como objetivo fluxos de estado estacionário é menos polêmico e mais importante do que acabar com o **crescimento** do **PIB**.

Durante a maior parte da história humana, mal se podia medir o **crescimento** da economia e das populações de uma geração a outra, e a economia

de estado estacionário era o *status quo* aceito. Isso mudou profundamente com o surgimento da economia de mercado alimentada por combustíveis fósseis, durante o século XVIII. Desde então, apareceram várias visões distintas sobre a economia de estado estacionário.

Filósofos da época, como Thomas Malthus e Adam Smith, equiparavam **crescimento** a progresso, mas reconheciam que o **crescimento** não pode continuar indefinidamente em um planeta finito. A partir dessa perspectiva, a economia de estado estacionário é inevitável, mas indesejável. Economistas posteriores, incluindo John Stuart Mill e John Maynard Keynes, consideraram o fim inevitável do **crescimento** econômico como um estado desejável que permitiria à sociedade se concentrar no progresso mental, moral e social, em vez de simplesmente acumular mais riqueza material à custa da natureza. Esses filósofos se concentraram mais na conveniência de uma economia de estado estacionário do que em sua inevitabilidade.

O enorme aumento no crescimento da população e do consumo per capita a partir da década de 1950, seguido por uma consciência cada vez maior sobre seus impactos ambientais, gerou pesquisas consideráveis sobre os limites do **crescimento**. Ecologistas, ambientalistas, pensadores sistêmicos e economistas de visão ecológica fizeram soar alarmes sobre os impactos potencialmente catastróficos do esgotamento de recursos, da geração de resíduos e do crescimento populacional. Aplicando as leis da termodinâmica ao campo da economia, Georgescu Roegen concluiu que nem mesmo uma economia de estado estacionário seria viável em um planeta finito (ver **bioeconomia**). Herman Daly, mais otimista, propôs uma transição a uma economia de estado estacionário em que o crescimento quantitativo dos fluxos físicos deveria acabar, mas as melhorias qualitativas no bem-estar humano poderiam continuar. Trabalhando com acadêmicos de ideias afins, Daly ajudou a fundar o campo da economia ecológica na década de 1980, que prioriza uma economia de estado estacionário como meta central.

A necessidade de uma economia de estado estacionário também faz com que se preste atenção à questão da distribuição. Os principais beneficiários de uma economia de estado estacionário provavelmente serão as gerações futuras, que, caso contrário, poderiam não ter recursos suficientes para atender às suas necessidades básicas. Do ponto de vista ético, não faz muito sentido se preocupar com as necessidades de quem ainda não nasceu enquanto se ignoram as necessidades básicas das pessoas que estão vivas hoje. Além disso, se devemos limitar os fluxos físicos, é preciso levar em consideração quem tem o direito de usá-los, e o ponto de partida do debate ético deve ser a distribuição igual da nossa herança compartilhada. Do ponto de vista prático, aqueles que têm dificuldade de satisfazer suas necessidades básicas atuais não reduzirão

ainda mais o seu consumo para atender às necessidades das gerações futuras. Não podemos sair da pobreza por intermédio do **crescimento** e, portanto, devemos aceitar a redistribuição.

No entanto, os economistas convencionais continuam a rejeitar a necessidade de uma economia de estado estacionário, pressupondo que o progresso tecnológico permitirá que o **crescimento** continue indefinidamente, pois seu fim resultaria em miséria, pobreza e desemprego. Como resultado, o **crescimento** econômico exponencial continua a ser o objetivo predominante em praticamente todos os países e entre quase todos os políticos, independentemente de ideologia política e econômica.

Porém, os defensores de uma economia de estado estacionário cada vez mais propõem um período de decrescimento na transição a esse estado.

Um número cada vez maior de estudos sugere agora que a economia global ultrapassou fronteiras planetárias críticas, desde a perda da biodiversidade até a mudança climática. Os fluxos físicos excedem atualmente todos os limites compatíveis com uma economia de estado estacionário. A humanidade não está mais vivendo da capacidade de regeneração do ecossistema global, e sim reduzindo ativamente os estoques de capital natural e a capacidade futura de sustentar a atividade econômica. A questão não é mais quando interromper o **crescimento** econômico, e sim quanto decrescimento é necessário antes que façamos a transição a um estado estacionário. Quanto mais postergarmos a transição, maior será o nível de decrescimento necessário.

Embora o decrescimento seja essencial para o planeta como um todo, um bilhão de pessoas vive em extrema pobreza e não consegue atender às necessidades humanas básicas. Os benefícios marginais do **crescimento** para os pobres são imensos. Dentro das nações desenvolvidas, há poucas evidências de que a duplicação da renda per capita nas últimas décadas tenha melhorado a satisfação com a vida, mas há evidências abundantes de que as regiões mais pobres do mundo serão as mais afetadas pelas mudanças climáticas e outras consequências não intencionais, mas inevitáveis, dessa duplicação da renda. Além disso, ricos e pobres competem por recursos finitos em uma economia que pondera as preferências segundo o poder aquisitivo, resultando em crises simultâneas de obesidade e desnutrição. Uma maior igualdade está fortemente correlacionada a uma redução nos problemas sociais e de saúde. Essa evidência empírica sugere que seria possível reduzir em muito o consumo nos países ricos sem reduzir a qualidade de vida, liberando os recursos necessários para atender às necessidades humanas básicas nos países mais pobres.

Uma economia de **crescimento** fracassada resulta em miséria, pobreza e desemprego agora, enquanto o **crescimento** infinito ameaça com uma

catástrofe ecológica acompanhada de miséria e pobreza no futuro. Essas são opções inaceitáveis. A solução é uma transição cuidadosamente planejada a uma economia de estado estacionário por meio de um processo de decrescimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.

## REFERÊNCIAS

CZECH, B. *Supply shock: economic growth at the crossroads and the steady state solution*. Gabriola: New Society Publishers, 2013.

DALY, H. E. *Steady state economics: 2nd edition with new essays*. Washington: Island Press, 1991.

DIETZ, R.; O'NEILL, D. *Enough is enough: building a sustainable economy*. San Francisco: Berret-Koehler; London: Routledge, 2013.

FARLEY, J.; BURKE, M.; FLOMENHOFT, G.; KELLY, B.; MURRAY, D. F.; POSNER, S.; PUTNAM, M.; SCANLAN, A.; WITHAM, A. Monetary and fiscal policies for a finite planet. *Sustainability*, v. 5, n. 2, p. 802-826, 2013.

VICTOR, P. *Managing without growth: slower by design, not disaster*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2008.

# JUSTIÇA AMBIENTAL

*Isabelle Anguelovski*

A justiça ambiental está relacionada ao direito que uma pessoa tem de permanecer em seu lugar e em seu ambiente, e de ser protegida do investimento e do **crescimento** descontrolados, da poluição, da concentração de terras, da especulação, do desinvestimento, da decadência e do abandono.

No final da década de 70, as primeiras mobilizações visíveis e amplamente divulgadas pela Justiça Ambiental (JA) aconteceram nos Estados Unidos: Love Canal, Nova Iorque (1978) e Warren County, Carolina do Norte (1982). Elas tinham alvos claros: a contaminação ambiental e seus impactos sobre a saúde humana. Love Canal encarnou as lutas de moradores brancos de classe trabalhadora contra 20.000 toneladas de resíduos químicos tóxicos que jaziam debaixo de suas casas e escolas, e conquistou a realocação de 833 moradias. Warren County acrescentou uma dimensão racial ao impacto ambiental sobre grupos historicamente marginalizados, quando residentes afro-americanos se tornaram alvo de 10.000 caminhões de terra contaminada a ser espalhada em um lixão que a Agência de Proteção Ambiental havia autorizado. A resistência mostrou a exposição e os danos desproporcionais que as populações afrodescendentes sofrem como resultado de depósitos de lixo tóxico, mostrando a estreita relação entre as desigualdades ambientais e o racismo ambiental.

Desde a década de 1980, uma ampla literatura sobre sociologia, políticas ambientais e saúde ambiental vem analisando as desigualdades entre grupos na exposição à contaminação e aos riscos à saúde como consequência de lixões, incineradores, refinarias, transporte e fontes pontuais de contaminação (Sze, 2007). A exposição a danos e riscos também existe no local de trabalho, quando funcionários de fazendas ou redes de lojas, por exemplo, são obrigados a manipular pesticidas e resíduos perigosos. Da mesma forma, no Sul Global, vazamentos de mercúrio a partir de minas de ouro ou de cobre e carvão a céu aberto, extração de petróleo e madeira, desmatamento e erosão resultantes

da agricultura de monocultivo, e hidrelétricas estão devastando milhões de hectares e prejudicando a saúde de moradores pobres. Além disso, toneladas de resíduos tóxicos provenientes da indústria, da agricultura e de produtos eletrônicos, e navios a ser desmontados, também estão sendo exportados para países pobres (Carmin e Agyeman, 2011).

O ativismo relacionado a injustiças ambientais tem sido forte no Norte Global, particularmente nos Estados Unidos. Acompanhados por ONGs ambientalistas, organizações comunitárias, cientistas e advogados, residentes se organizaram contra refinarias, depósitos de lixo, instalações de reciclagem – basicamente contra usos da terra localmente indesejados. As reivindicações para que se enfrentasse o racismo ambiental se situaram inicialmente em um marco de direitos civis, antes de ser vistas por uma perspectiva de direitos humanos e até mesmo por um prisma de gênero. O movimento da “justiça ambiental” nos Estados Unidos se tornou global em meados dos anos 90. A partir de sua origem no Norte, a expressão se espalhou pelo mundo e, principalmente, pelo Sul Global, ligando-se ao que tem sido chamado de **ambientalismo** dos pobres e aos conflitos que já estavam ocorrendo na América Latina, por exemplo, em torno de lutas pela terra e desastres ambientais. Robert Bullard, estudioso e fundador do movimento de Justiça Ambiental nos Estados Unidos, foi influente no Brasil na década de 90 e também na África do Sul, impulsionando movimentos nacionais pela JA. Atualmente, todas as semanas, explodem no mundo conflitos em torno dos recursos naturais, nos quais os moradores pobres e os nativos defendem suas terras da extração de recursos naturais e da contaminação. Nos muitos conflitos relacionados à extração de recursos e à eliminação de resíduos, os pobres defendem seus interesses, seus meios de subsistência, bem como seus valores culturais e seu sentido de identidade territorial, contra uma linguagem econômica dominante, baseada na valoração.

As desigualdades ambientais existem não apenas na distribuição de problemas ambientais e na extração de recursos naturais, mas também na alocação de produtos e serviços ambientais, particularmente visível nas cidades. Comunidades desfavorecidas costumam ter maus serviços ambientais, como espaços verdes, limpeza de ruas e coleta de lixo, enquanto as mais ricas e brancas gozam de privilégios ambientais – parques, litorais, espaço aberto – de uma forma racialmente excludente (Park e Pellow, 2011). Essas condições costumam ser combinadas com a decadência dos bairros. Da mesma forma, no Sul, megacidades como Mumbai ou Jacarta apresentam profundas desigualdades entre comunidades exuberantes isoladas, que se beneficiam de confortos ambientais, e favelas não autorizadas, que não estão conectadas a serviços urbanos como coleta de lixo ou fornecimento de água.

Como resultado, nos últimos dez anos, a agenda da justiça ambiental se ampliou, tornou-se mais multifacetada, e também incluiu dimensões relativas à sustentabilidade justa (Agyeman et al., 2003). Hoje em dia, grupos urbanos de JA no Norte se mobilizam por sistemas de trânsito bem conectados, acessíveis e limpos, por alimentação saudável, fresca, local e acessível, por habitação verde, acessível e saudável, juntamente com práticas de reciclagem e espaços verdes dentro de estruturas habitacionais, e por formação e empregos na economia verde. Iniciativas ambientais nos bairros marginalizados, como **hortas urbanas**, são muitas vezes uma resposta direta a anos de destruição e decadência direta ou indireta, que os moradores percebem como guerra urbana e violência ambiental. Mais do que oferecer um meio de socialização e construção de laços mais fortes, projetos como fazendas comunitárias ajudam a reabilitar comunidades fragmentadas e superar traumas ambientais. Por exemplo, na década de 1980, o bairro de Dudley, em Boston, foi devastado por incêndios criminosos e abandono, e tinha 1.500 terrenos vazios. Hoje, projetos como hortas, fazendas e parques comunitários, e praças infantis aliviam a insegurança que os moradores vivenciaram ao ser expostos a negligência, degradação ambiental e pobreza. Eles podem recuperar um sentido de lar e de local. Algumas dessas iniciativas de JA também fazem parte do decrescimento, pois promovem uma forma menor, mais simples e alternativa de economia baseada em **recursos comuns**.

Estudiosos como Logan e Molotch usaram a imagem da máquina do **crescimento** para apontar elites, rentistas e a coalizão econômica e política em torno deles como a força motriz do **capitalismo** desregulado, da acumulação de capital privado e das desigualdades espaciais. O argumento é que, como os investimentos se deslocam de um lugar a outro em ciclos de **crescimento**, desvalorização, destruição, reinvestimento e mobilização, o **desenvolvimento** acaba sendo desigual em toda a cidade. Em outras palavras, a esteira da produção beneficia investidores, elites e quem toma as decisões, enquanto tem impactos negativos sobre quem está na base da pirâmide social (Schnaiberg et al., 2002). Grupos mais ricos moram em bairros dotados de recursos e conseguem colher os benefícios de bens e confortos ambientais enquanto transferem os custos ambientais aos bairros marginalizados. Nas áreas rurais, o crescimento dos conflitos de extração de recursos é explicado, em grande parte, pelo aumento do **metabolismo** social e pela necessidade que as empresas têm de novos suprimentos e recursos, que devem ser obtidos a partir da expansão das **fronteiras das commodities**.

Em outras palavras, em cidades e regiões rurais do Norte e do Sul, a terra está sujeita a apropriação privada, especulação e exploração. O **crescimento**, portanto, faz parte do processo que cria injustiças. À medida que

o progresso tecnológico impulsiona a expansão da produção e do consumo de forma sinérgica, e como Estados, investidores e trabalhadores dependem do **crescimento** econômico para criar empregos e receitas, perpetuam-se ciclos de produção, extração de recursos materiais, acúmulo de resíduos e **desenvolvimento** espacial desigual. Assim sendo, o aspecto mais recente da mobilização pela JA atualmente – e, talvez, o mais fundamental – é a defesa do direito ao lugar. Nas áreas rurais, agricultores pobres resistem à tomada de suas terras para a produção de agrocombustíveis, a mineração ou a extração de petróleo e gás, e valorizam suas terras e sua água como **recursos comuns** a ser preservados. Nas cidades do Norte, muitos grupos de JA redirecionaram seu trabalho, da reabilitação de depósitos de lixo e espaços degradados a lutas por habitação acessível e pela garantia de que os residentes tenham condições de viver em seu espaço revitalizado. Em cidades do Sul, como Bangalore ou Cidade do México, muitos organizam a resistência a aeroportos e autoestradas ou condomínios fechados que afetam seu território. Outros, como a Aliança de Catadores Indianos (Alliance of Indian Wastepickers, AIW), organizam-se para ganhar a vida coletando, selecionando, reciclando e vendendo materiais descartados por indivíduos e indústrias, e protestam contra incineradores que tirariam sua fonte de renda.

Como resultado, muitos ativistas da JA estão envolvidos em lutas relacionadas ao direito à cidade, que está ligado aos discursos do decrescimento. Usando os discursos de Lefebvre sobre o direito à cidade e a importância de não apenas controlar espaços de produção, mas também de usar e moldar a cidade, coalizões como a Right to the City Alliance, nos Estados Unidos, exigem justiça econômica e ambiental, e mais democracia, além do fim da especulação imobiliária, da privatização dos espaços comunitários e da gentrificação. Ao resistir à substituição de seu espaço e suas hortas comunitárias por habitações de luxo, questionam projetos que maximizam o valor de troca enquanto embelezam e higienizam a cidade. No Sul, a resistência contra o deslocamento costuma estar ligada a movimentos pelos direitos à terra, como a Via Campesina (Internacional), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (Brasil) ou o Comitê Bhumi Uchhed Pratirodh (Índia).

Do ponto de vista **político** e organizativo, esses movimentos representam reivindicações transformadoras – a necessidade de permanecer autônomos em relação ao Estado e construir formas mais espontâneas e diretas de democracia e tomada de decisões. Do ponto de vista dos resultados, os movimentos pela JA estão divididos entre alguns grupos que exigem uma transformação mais radical do sistema econômico e o afastamento de uma fixação no **crescimento** econômico (isto é, grupos indígenas pressionando pelo conceito de *sumak kawsay* ou **bem viver**, no Equador), e aqueles que

querem melhorar o **capitalismo** de livre mercado sem propor uma verdadeira alternativa ao sistema atual – eles não fazem a ligação com as implicações de longo prazo e mais amplas do aumento da produção e do consumo, da extração de recursos e da localização ambiental desigual.

Em suma, os movimentos de justiça ambiental funcionam como lembretes de que não basta consumir e produzir menos. Esse “menos” precisa ser distribuído de forma mais equitativa, com as pessoas controlando processos de produção, de modo que cidades e espaços rurais se tornem mais iguais.

## REFERÊNCIAS

AGYEMAN, J.; BULLARD, D.; EVANS, B. *Just sustainabilities: development in an unequal world*. Cambridge: MIT Press, 2003.

CARMIN, J.; AGYEMAN, J. *Environmental inequalities beyond borders: local perspectives on global injustices*. Cambridge: MIT Press, 2011.

PARK, L. S.-H.; PELLOW, D. *The slums of Aspen: immigrants vs. the environment in America's Eden*. New York: New York University Press, 2011.

SCHNAIBERG, A.; PELLOW, D.; WEINBERG, A. The treadmill of production and the environmental state. In: MOL, A.; BUTTEL, F. (Org.). *Research in social problems and public policy*. Greenwich: Emerald, 2002.

SZE, J. *Noxious New York: the racial politics of urban health and environmental justice*. Cambridge: MIT Press, 2007.

# METABOLISMO SOCIETAL

*Alevgül H. Şorman*

As sociedades metabolizam os fluxos energéticos e materiais, a fim de permanecer operacionais. Esse processo é chamado de metabolismo societal. Semelhante ao dos organismos vivos, que exigem uma série de reações químicas complexas em seus sistemas para funcionar, o metabolismo societal é usado para caracterizar o padrão de fluxo energético e material que pode ser associado à expressão de funções e reprodução de estruturas das sociedades humanas. O metabolismo das sociedades humanas é baseado no uso de energia exossomática (energia metabolizável sob controle humano, fora do corpo humano), uma forma estendida de energia endossomática (energia metabolizada dentro do corpo humano).

O conceito de “metabolismo” surgiu no século XIX, nas obras de Moleschott, von Liebig, Boussingault, Arrhenius e Podolinski, denotando a troca de energia e substâncias entre os organismos e o ambiente, e a totalidade das reações bioquímicas nos sistemas vivos. Para dar exemplos, esses sistemas podem ser: uma célula biológica, um sistema jurídico e/ou o Estado capitalista. Eles são chamados de sistemas autopoieticos, o que significa que eles são capazes de se reproduzir e se manter. Marx e Engels foram os primeiros a usar o termo “metabolismo” para lidar com a dinâmica da transformação e da evolução socioambiental. Hoje, há várias percepções do termo. A escola de Viena do metabolismo *social* faz análises de fluxos materiais e energéticos (*material and energy flow analyses*, MEFA) das economias, com foco em transições históricas entre economias agrícolas e industriais e na quantificação desses fluxos (Fischer-Kowalski e Haberl, 2007). Na **ecologia política**, a noção de metabolismo foi evocada para sinalizar a “ruptura” entre seres humanos e natureza sob o **capitalismo**, as relações sociais de poder que regem o fluxo de materiais e recursos na produção dos espaços urbanos ou o aumento dos fluxos globais de energias e materiais que causam conflitos nas **fronteiras**

**das commodities** do mundo. Este verbete, no entanto, assume uma abordagem diferente, chamada de metabolismo “*societal*”, desenvolvida por Mario Giampietro e Kozo Mayumi (Giampietro et al., 2012, 2013).

O metabolismo societal não se concentra apenas sobre a quantificação dos fluxos, mas em estabelecer uma relação entre eles e os agentes que transformam os fluxos de insumos em resultados, enquanto mantêm e preservam sua própria identidade (esses elementos são chamados de elementos de fundo, originando-se da definição da **bioeconomia** de Georgescu-Roegen [1971]). Assim, por exemplo, na produção de automóveis, os materiais (alumínio, aço), a energia (consumida na montagem e na extração de matérias-primas) e a água usados nesses processos seriam os “fluxos”, enquanto a atividade humana (os trabalhadores), a terra e o maquinário seriam os “fundos”. O metabolismo societal, portanto, conecta fundos (agentes e transformadores de um processo) e fluxos (os elementos que são usados e dissipados), para gerar indicadores que caracterizam traços específicos do sistema. Exemplos desses indicadores metabólicos são: insumo de energia por hora de trabalho ou água consumida por hectare de terra na produção.

O metabolismo societal tem foco nos processos biofísicos que garantem a produção e o consumo de bens e serviços: o que se produz, como se produz, a finalidade para a qual se produz e quem consome. A seguir, isso é ligado à análise da produção de valor agregado (em relação aos investimentos de fatores de produção). Assim, a análise marca uma abordagem que estabelece uma ligação entre as representações monetárias do processo econômico e uma representação das transformações biofísicas associadas à produção e ao consumo de bens e serviços. Esta é uma análise integrada, levando em conta as várias dimensões, como fatores demográficos e a questão das múltiplas escalas (coexistência de diferentes escalas de espaço e tempo) das economias analisadas.

A caracterização do metabolismo societal de um país, por exemplo, baseia-se em indicadores quantitativos típicos, usados como pontos de referência chamados de “*benchmarks*”, ou valores de referência, em relação aos quais se podem avaliar os desempenhos biofísicos ou econômicos de um sistema. Dependendo da sua organização e das funções específicas que realizam, sociedades diferentes apresentam perfis metabólicos distintos. Esses valores de referência podem estar relacionados ao lado socioeconômico (por exemplo, consumo de energia por hora de atividade no setor de serviços) ou ao lado ecológico (por exemplo, consumo de água no setor agrícola, por hectare) da sustentabilidade.

Há uma grande variação entre os metabolismos dos países europeus em termos de taxas de fluxo de energia por hora de trabalho nos setores

produtivos. Por exemplo, nos setores de energia, mineração, construção e indústria, o fluxo (*throughput*) energético pode variar de 130 a 1000 MJ/hora. Da mesma forma, há uma grande variação na produtividade do trabalho nesses setores, de 10 a 50 €/hora (Giampietro et al., 2012, 2013). Assim, os perfis metabólicos de economias com um setor extrativo bem desenvolvido, como a Finlândia e a Suécia, em geral apresentam taxas maiores de rendimento energético, com maior produtividade da mão de obra nos setores produtivos. Essas diferenças se originam de uma combinação de restrições externas e internas, e refletem as trajetórias históricas de diferentes países.

O metabolismo societal tem uma longa história na literatura sobre energética desde a década de 1970, centrando-se na análise das restrições biofísicas que atuam sobre as sociedades. No entanto, ele foi deixado de lado nas discussões sobre sustentabilidade, principalmente devido à abundância de petróleo barato e à perda de interesse nos limites do **crescimento** e da energia. A energética e a análise do metabolismo societal recuperaram força na última década, à medida que acadêmicos, mais uma vez, buscaram ferramentas conceituais inovadoras, capazes de analisar as interações entre sociedade e meio ambiente a partir de uma perspectiva biofísica.

À luz do decrescimento, a análise do metabolismo societal vem como uma abordagem útil para avaliar a viabilidade e a conveniência de propostas alternativas de **desenvolvimento** e a viabilidade da redução da escala econômica do ponto de vista energético e material. Do ponto de vista metabólico, vários desafios ainda precisam ser abordados dentro das propostas do decrescimento (Sorman e Giampietro, 2013).

Basicamente, é importante notar que as atuais funções sociais (serviços e governo, produção de alimentos, etc.) e seus padrões metabólicos associados (joules de combustíveis fósseis usados para a manutenção do sistema de saúde, horas de atividade humana usadas para produzir uma determinada quantidade de alimento) são baseados na exploração dos combustíveis fósseis como principal fonte de energia. Os combustíveis fósseis são uma fonte com rendimento e qualidade altos. O advento dos combustíveis fósseis reduziu em muito a quantidade de energia, trabalho e capital técnico que entra na produção da energia útil. Assim, as sociedades modernas têm conseguido alcançar seu atual nível de complexidade com o excedente de tempo possibilitado por fontes baratas de energia. No entanto, ao alcançarmos o **pico do petróleo**, a mudança para alternativas de energia de menos qualidade implica diretamente um enorme aumento na demanda de energia, trabalho e capital técnico desviados para a própria produção de energia (renovável ou não), a fim de sustentar os padrões metabólicos das

sociedades e as estruturas complexas que elas adquiriram. Para atender aos requisitos dos sistemas socioeconômicos, como os encontrados atualmente no Norte global, que operam com alta diversidade econômica, elevadas taxas de dependência (devido a uma proporção crescente de idosos e a uma média mais elevada de tempo de escolaridade) e alta contribuição percentual do setor de serviços à economia, é provável que sejam necessários mais trabalhadores e mais horas de trabalho para manter os atuais padrões metabólicos das sociedades à medida que os combustíveis fósseis vão minguando. Isso aponta a uma contradição com a proposta do decrescimento, que chama à redução da jornada de trabalho (**compartilhamento de trabalho**). Em um futuro de energia escassa, teremos que trabalhar mais, e não menos.

Além disso, mesmo que se atinjam reduções voluntárias da afluência, como querem os decrescentistas, não existem estudos sólidos que mostrem que isso vai levar a uma redução global no consumo de energia ou materiais, considerando-se um aumento da população mundial e os consequentes níveis de consumo mais elevados. Em um momento em que países como China, Índia e Brasil, e as suas populações adquirem um maior nível de prosperidade, suas necessidades materiais e energéticas vão aumentar muito, possivelmente superando os ganhos obtidos a partir da eficiência energética ou de reduções voluntárias do consumo no Norte global.

Além disso, o fenômeno do **Paradoxo de Jevons** desafia a eficácia das reduções voluntárias defendidas pelos decrescentistas. Uma redução voluntária no consumo de energia em algumas atividades ou por algumas pessoas tenderá a ser compensada por um aumento (voluntário ou involuntário) no consumo de energia em outras atividades ou por outras pessoas. A visão biofísica do metabolismo societal adverte sobre as limitações das estratégias de decrescimento baseadas em consumir voluntariamente menos recursos, menos energia ou menos capital. Elas não bastarão por si só.

## REFERÊNCIAS

- FISCHER-KOWALSKI, M.; HABERL, H. *Socioecological transitions and global change: trajectories of social metabolism and land use*. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- GIAMPIETRO, M.; MAYUMI, K.; SORMAN, A. H. *Energy analysis for a sustainable future: multi-scale integrated analysis of societal and ecosystem metabolism*. London: Routledge, 2013.

\_\_\_\_. *The metabolic pattern of societies: where economists fall short*. London: Routledge, 2012.

SORMAN, A. H.; GIAMPIETRO, M. The energetic metabolism of societies and the degrowth paradigm: analyzing biophysical constraints and realities. *Journal of Cleaner Production*, v. 38, p. 80-93, 2013.

PARTE 2

# O NÚCLEO

AUTONOMIA • CAPITALISMO • CONVIVENCIALIDADE  
CRESCIMENTO • CUIDADO • DEMOCRACIA DIRETA • DÉPENSE  
DESCOLONIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO • DESMATERIALIZAÇÃO  
DESPOLITIZAÇÃO ("O POLÍTICO") • EMERGIA • ENTROPIA  
FELICIDADE • FRONTEIRAS DAS COMMODITIES  
LIMITES SOCIAIS DO CRESCIMENTO • MERCANTILIZAÇÃO  
NEOMALTHUSIANOS • PARADOXO DE JEVONS (EFEITO REBOTE)  
PEDAGOGIA DO DESASTRE • PICO DO PETRÓLEO  
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)  
RECURSOS COMUNS (COMMONS)  
SIMPLICIDADE

# AUTONOMIA

*Marco Deriu*

Cornelius Castoriadis define autonomia como a nossa capacidade de nos dotarmos de leis e regras de forma independente e consciente; heteronomia, por sua vez, refere-se a condições em que leis e regras são impostas por outros (principalmente no sentido do discurso e do **imaginário** dos outros dentro de nós). Tratando da distinção entre autonomia e heteronomia, Castoriadis deixa claro que o Outro (ou Outros) não deve ser entendido, como acontece muitas vezes, como um obstáculo externo nem como uma maldição, mas como constitutivo do sujeito, porque “a existência humana é uma existência com os outros” (Castoriadis, 1987, p. 108). Seu esclarecimento é especialmente importante tendo-se em conta que, na tradição filosófica, os homens geralmente tendem a ocultar, minimizar ou desvalorizar o **cuidado** e os serviços que lhes são dados por outras pessoas – principalmente pelas mulheres – pois isso afetaria sua imagem, sua autonomia e sua independência.

Ao projetar a imagem do “homem independente” na esfera pública, ofuscamos uma grande área de **cuidado** e serviço no setor doméstico. Também ignoramos o **cuidado** e os serviços recebidos do setor administrativo em nosso trabalho. Nessa linha, a autonomia não deve ser vista como um sinônimo de independência. Ela se opõe ao fechamento e ao medo do Outro, mas, neste caso, também se pode dizer que ela se contrapõe a relações simbióticas que suprimem a distância e a diferença. Para esclarecer, e por uma questão de definição, a autonomia deve necessariamente promover um sentido do eu que inclua um reconhecimento consciente das relações que nos ligam à vida. A existência humana não é simplesmente intersubjetiva, ela também é social e histórica. A autonomia, para Castoriadis, continua interligada e em tensão com as instituições da sociedade, e só pode ser concebida como um projeto coletivo.

Refletindo sobre a expansão do nazismo na Europa e a inércia das populações ameaçadas pelos cercos de Hitler, o psicanalista Bruno Bettelheim

observou que as pessoas demoraram para escapar pela dificuldade de abandonar seus bens. Bettelheim aponta um conflito que é central à nossa época. Os seres humanos contemporâneos sofrem da incapacidade de escolher entre alternativas básicas.

A liberdade e a subjetividade individual parecem estar em desacordo com os confortos materiais oferecidos pela tecnologia moderna e por uma sociedade de consumo:

[N]inguém quer abrir mão da liberdade. Mas a questão é muito mais complexa quando a decisão é: quantas posses eu estou disposto a arriscar para permanecer livre, e até onde eu faria mudanças radicais nas condições da minha vida para preservar a autonomia.

(Bettelheim, 1991, p. 268)

As reflexões de Bettelheim indicam uma operação básica da sociedade do **crescimento**. O **capitalismo** e a cultura do consumo produzem uma população conformista, acrítica em relação a elementos e a decisões tomadas por outros. Inicialmente, são coisas triviais – aspectos materiais, organizacionais e técnicos – mas, aos poucos, vão envolvendo a aceitação de padrões de comportamento e sentidos sociais que estão na base do materialismo. Em teoria, nossa sociedade produz indivíduos tecnológica e economicamente poderosos, mas a realidade é exatamente o oposto: quanto mais poderosa é uma sociedade – em suas capacidades e seus meios tecnológicos – mais o indivíduo se sente impotente e experimenta ansiedade com relação a sua condição e, portanto, tem de encontrar alguém, ou melhor, alguma coisa, a que se dedicar.

No início dos anos 60, Bettelheim já havia detectado essa mudança de mentalidade:

[O] que é muito novo nas esperanças e nos medos da era da máquina é que salvador e destruidor já não se vestem à imagem de homem; as figuras que imaginamos poder nos salvar e nos destruir já não são projeções diretas da nossa imagem humana. O que agora esperamos que nos salve, e aquilo que, em nossos delírios, tememos que nos destrua, é algo que já não tem qualidades humanas.

(Bettelheim, 1991, p. 53-54)

Ainda hoje, muitos acreditam que a única resposta à crise socioecológica está na tecnologia. No entanto, quanto mais contamos com ferramentas externas para as soluções, menos confiamos em mudanças que implementamos de forma independente, como parte de nossas escolhas subjetivas coerentes com os nossos valores.

A sociedade moderna ameaça a autonomia individual por meio da adição e da dependência em relação a bens e conveniência. Ela também ameaça a autonomia de duas outras maneiras importantes: reduz a possibilidade de ação e criação ao impor condições de mercado, e limita a nossa capacidade pessoal de tomar decisões.

Sobre o primeiro aspecto, Ivan Illich desenvolveu o conceito de monopólio radical: “Eu falo sobre monopólio radical quando um processo de produção industrial exerce um controle exclusivo sobre a satisfação de uma necessidade premente e exclui da competição as atividades não industriais” (Illich, 1975, p. 69). Respostas pessoais e produção pessoal estão sendo sistematicamente substituídas por produtos industriais padronizados. Com o passar do tempo, nem as necessidades mais simples podem ser atendidas fora do mercado: “O monopólio radical impõe consumo compulsório e, assim, restringe a autonomia pessoal” (Illich, 1975, p. 67). O monopólio radical restringe a organização autônoma e a autodeterminação, e, no médio prazo, resulta em uma perda líquida de habilidades práticas, porque elas já não podem ser exercidas.

A segunda questão é uma progressiva falta de inclinação a tomar decisões autônomas diante de problemas concretos. O fato é que, como observa Bettelheim sobre o indivíduo contemporâneo,

o progresso científico e técnico o liberou de tantos problemas que ele tinha que resolver por conta própria se quisesse sobreviver, enquanto o horizonte moderno apresenta muito mais opções do que antes. Portanto, há dois fatores: menos necessidade de desenvolver autonomia, porque ele pode sobreviver sem ela, e mais necessidade dela, caso ele prefira que outras pessoas não decidam por ele. Quanto menos ele precisar tomar decisões importantes para sobreviver, menos necessidade ou tendência ele poderá ter de desenvolver habilidades para decidir.

(Bettelheim, 1991, p. 71)

Contudo, essa tendência tem um final. Se a lógica do **crescimento** capitalista se baseia na necessidade de criar e atender continuamente novas necessidades e aspirações, isso não muda o fato de que esse sonho também é uma ilusão. Ironicamente, seus fundamentos nos eximem do direito de determinar, para nós mesmos, o conteúdo de nossos próprios desejos e necessidades. Ela postula o sonho extremo de reter o consumidor do berço ao túmulo. A partir de um certo limite de produtivismo e consumismo, a frustração começa a exceder a gratificação. De acordo com Illich, nossa necessidade de iniciativa autônoma limita a expansão industrial com a sua demanda de consumo obrigatório.

Desse ponto de vista, agora entendemos como a autonomia e o decrescimento estão profundamente entrelaçados. Por um lado, o decrescimento é uma tentativa de adotar novas regras e valores em uma sociedade que, de outra maneira, é dependente de regras e prioridades ditadas pelas finanças, o mercado e a tecnociência. Por outro lado, é difícil imaginar qualquer forma real de autonomia e autogoverno sem questionar o imperativo central do **crescimento** econômico. Para Serge Latouche, o projeto da sociedade do decrescimento completa efetivamente a visão de Castoriadis de uma sociedade que é autoinstituída ou autorreguladora (Latouche, 2010). **Convivencialidade** e autonomia se complementam; o prazer da **convivencialidade** é uma alternativa ao prazer que se busca no consumismo ou na subjugação e na exploração de outras pessoas. Não há apenas manipulação em grande escala (o que também acontece), mas, acima de tudo, uma submissão voluntária a um certo tipo de estilo de vida.

O caminho em direção ao decrescimento pode ser pensado como uma jornada de integração para restaurar a autonomia, bem como um processo de libertação em relação à dependência de sistemas alienantes e heterônomos. Discutir esse processo de transição é tão importante quanto atingir o objetivo do decrescimento, e o processo deve ser convivencial e baseado em um chamado à autonomia. Illich se opõe firmemente à ideia de confiar a especialistas a tarefa de estabelecer limites ao **crescimento**: “Diante dessas catástrofes iminentes, a sociedade pode ficar à espera da sobrevivência dentro de limites estabelecidos e regulados pela ditadura burocrática. Ou pode se envolver em um processo político, usando procedimentos jurídicos e políticos” (Illich, 1975, p. 115). De acordo com o autor, a gestão burocrática (heterônoma) da sobrevivência humana não só seria inaceitável; mais importante, ela seria desnecessária. Delegar a tarefa multivalente a tecnocratas implicaria uma tentativa de manter o sistema industrial no mais alto nível de produtividade sustentável, a fim de forçar a redução do limiar de tolerância por qualquer meio disponível. Como escreve Illich, “somente uma maioria ativa, na qual todos os indivíduos e grupos insistam, por suas próprias razões, em seus próprios direitos, e cujos membros compartilhem os mesmos procedimentos convivenciais, pode recuperar os direitos dos homens diante das empresas” (Illich, 1975, p. 114). Nessa linha, pode-se supor que Illich afirmaria que somente uma maioria ativa pode arrebatar o poder do leviatã que sustenta o **crescimento** como o único meio para sobreviver.

Portanto, a proposta do decrescimento é um objetivo **político** e um exemplo do que Castoriadis chamou de novos “**imaginários** e sentidos sociais”. Essa mudança produz e é produzida (em uma lógica circular) por meio de uma revolução em tecnologias que são mais convivenciais e da transforma-

ção de indivíduos e formas de organização social. O projeto de uma sociedade do decrescimento é uma proposta de autolimitação, conscientemente buscada e democraticamente organizada. É o estabelecimento de um mundo comum que coloca em primeiro plano os ideais de autonomia, **convivialidade** e regeneração, e rejeita a ideologia do **crescimento** econômico ilimitado.

## REFERÊNCIAS

BETTELHEIM, B. *The informed heart*. London: Penguin Books, 1991.

CASTORIADIS, C. *The imaginary institution of society*. Cambridge: Polity Press, 1987.

ILLICH, I. *Tools for conviviality*. Glasgow: Fontana/Collins, 1975.

LATOUCHE, S. *Pour sortir de la société de consommation: voix et voies de la décroissance*. Paris: les Liens qui Libèrent Editions, 2010.

# CAPITALISMO

*Diego Andreucci e Terrence McDonough*

O capitalismo é um modo historicamente específico de organização social e econômica. Não há consenso sobre a data da sua origem, que depende de onde se situa seu caráter distintivo, na esfera da troca ou na esfera da produção. A maioria dos analistas, no entanto, seguindo Marx, identificou o surgimento do capitalismo nas transformações qualitativas no sistema produtivo e nas relações sociais associadas, que surgiram na Inglaterra, na segunda metade do século XVI e no início do século XVII, e acabaram se consolidando na Revolução Industrial.

O capitalismo se distingue de outros sistemas socioeconômicos, como o feudalismo ou socialismo, por cinco características essenciais. Em primeiro lugar, um sistema capitalista deve concentrar os meios de produção em um número relativamente pequeno de mãos. Em segundo lugar, “liberada” dos meios para ganhar a vida, uma parte substancial da população deve ser obrigada a trocar sua força de trabalho por um salário. Em terceiro, os capitalistas mantêm a propriedade dos resultados do processo de produção e devem levá-los à venda em mercados, para realizar lucros. Dessa forma, a produção capitalista é a produção de mercadorias, ou seja, de bens e serviços produzidos para venda, e não para uso imediato. Em quarto lugar, o capitalismo se baseia em um sistema monetário para a produção de dinheiro por meio de crédito bancário e em trocas de mercado como mecanismo articulador fundamental. Os preços da produção e do consumo são determinados pela concorrência nos mercados; dinheiro, trabalho, produção e bens de consumo são todos trocados nesses mercados, assim como os ativos financeiros. Por fim, nas economias capitalistas, a produção é motivada principalmente pelo lucro. Na ausência da expectativa de lucro, a produção não acontecerá.

Essas configurações institucionais têm sido objeto de interpretações conflitantes (Watts, 2009). Teóricos liberais, como Hayek, seguindo Adam

Smith, entenderam o mercado como um mecanismo racional e autorregulador, uma fonte de harmonização e integração social, capaz, em última análise, de promover a liberdade e o bem-estar individuais. Críticos, como Marx e Polanyi, por outro lado, tenderam a ver o “livre mercado” como uma instituição imposta politicamente, e não espontânea, cujo avanço se baseou no subconsumo coercitivo de terra, trabalho e **recursos comuns** sociais no âmbito das relações capitalistas. Da mesma forma, enquanto economistas tradicionais consideram o trabalho como uma mercadoria vendida livremente no mercado, para os estudiosos críticos, de Marx em diante, a liberdade formal de que goza o trabalhador oculta o caráter altamente desigual e explorador dessa relação (Watts, 2009).

Aqui, cabem dois outros esclarecimentos. Em primeiro lugar, “acumulação” diz respeito à dinâmica de reprodução do capital em escala crescente mediante o reinvestimento da mais-valia. Nesse sentido, a acumulação é entendida como um *processo* e, portanto, é diferente do **crescimento** econômico. Resultante da acumulação, o “**crescimento**” simplesmente indica o aumento geral na produção de bens e serviços em nível agregado, geralmente medido como variação do **produto interno bruto (PIB)** de um país. Em segundo lugar, de uma perspectiva marxista, o termo “capital” não denota uma quantidade de dinheiro ou um estoque de ativos, e sim sua mobilização na produção, com a expectativa de aumento dos lucros. Nesse sentido, o capital é “valor que aspira a valorizar a si próprio”, a principal força motriz econômica do capitalismo. Como argumenta De Angelis (2007), embora tenda a colonizar cada vez mais as relações socioeconômicas em um sistema capitalista (ver **mercantilização**), o capital nunca as conquista completamente. Essa é uma questão central. Os diferentes graus em que o capital penetra nas relações sociais, bem como os diferentes conjuntos de instituições sociais, políticas e ideológicas que sustentam a acumulação, respondem, em grande parte, pela variedade histórico-geográfica do capitalismo. Em geral, no entanto, pode-se dizer que uma sociedade é capitalista quando o capital assim definido permanece como sua lógica de (re)produção predominante.

Uma questão relevante para o decrescimento é se a expansão é uma característica necessária ou contingente (e portanto, modificável) do capitalismo. O consenso entre estudiosos críticos é de que o capitalismo é inerentemente compelido a crescer. A autoexpansão contínua – “acumulação em nome da acumulação” – é considerada como uma característica estrutural do capitalismo. Para Marx, embora a “reprodução simples” seja concebível no abstrato, a necessidade que o capitalista tem de sobrevivência em mercados competitivos está na base da necessidade de “acumulação por meio da ampliação da reprodução”.

O argumento pode ser resumido da seguinte forma: os capitalistas competem pelo acesso a **dinheiro**, mão de obra, matérias-primas e mercados. Essa competição se dá pelo reinvestimento dos lucros. Assim, para sobreviver, as empresas devem se esforçar para maximizar a lucratividade. Isso é conseguido com a extração mais eficaz da “mais-valia” mediante a intensificação do trabalho, o investimento em melhorias tecnológicas e a expansão da escala das operações. Isso atrai cada vez mais áreas da atividade social, regiões cada vez maiores do planeta e quantidades crescentes de recursos ao âmbito das relações capitalistas de produção. Essa expansão, por sua vez, aumenta a concorrência, reproduzindo, assim, a dinâmica de **crescimento** do capitalismo.

Para além do estritamente econômico, a expansão também é potencializada pela mobilização cultural e política do lucro. De acordo com a posição clássica de Max Weber, a “ética protestante” da Europa Ocidental, ao promover o trabalho, a poupança e o investimento, tornou dominante uma lógica de acumulação contínua (Ingham, 2008, p. 25-30). Hoje, embora esse elemento religioso tenha perdido grande parte de sua importância, novas necessidades e novos desejos ilimitados são estimulados por meio do marketing (ver **limites sociais do crescimento**). Além disso, dados os efeitos socialmente perturbadores da recessão, uma representação despolitizante do **crescimento** como “bem comum” passou a ser um discurso dominante. Os desafios **políticos** ao **crescimento** também são constantemente combatidos pela dominação financeira dos capitalistas sobre os sistemas **políticos**.

Não há acordo entre os teóricos do decrescimento sobre a inevitabilidade da expansão capitalista. Para alguns analistas, como o economista Philip Lawn, adepto do **estado estacionário**, o capitalismo e o **crescimento** negativo ou nulo podem ser conciliados concebendo-se instituições capazes de enfrentar os efeitos sociais perturbadores da recessão, principalmente o desemprego. Os críticos marxistas, por sua vez, insistem em que, embora se possam encontrar soluções temporárias para sustentar os lucros capitalistas na ausência de **crescimento**, elas agravam ainda mais as crises e prejudicam a legitimidade do sistema. Além disso, dizem eles, as instituições políticas não podem ser tratadas ingenuamente, como se fossem externas e independentes em relação às exigências da acumulação.

Apesar dessas discussões, é inquestionável a existência de uma forte conexão – histórica ou contingente – entre capitalismo e **crescimento**. Um argumento central, apresentado dentro de todas as correntes intelectuais que informam atualmente o movimento do decrescimento, é que a acumulação ilimitada não é desejável nem sustentável em um mundo finito. Os críticos de diferentes tradições têm destacado a existência de limites “externos” e “internos” à acumulação de capital. Em primeiro lugar, cada vez é mais difícil

reinvestir grandes excedentes. Como apontou Harvey (2010), o problema recorrente da “superacumulação” de capital (falta de mais canais lucrativos para investimento), particularmente intenso a partir dos anos 70, tem sido abordado principalmente por meio de (a) privatização agressiva (um caso de “acumulação por expropriação”) e (b) aumento da **dívida** e da especulação financeira. Nenhuma dessas soluções é sustentável no longo prazo. A financeirização, em particular, embora restaure os lucros de alguns setores capitalistas, tornou a economia cada vez mais instável e propensa a crises.

Um segundo conjunto de limites é destacado mais intensamente por economistas ecológicos, a saber, limites “externos” ou biofísicos absolutos ao **crescimento**. Embora alguns analistas de inspiração marxista sejam suspeitos dos tons malthusianos do discurso sobre os “limites absolutos”, há um amplo consenso de que a expansão capitalista está cada vez mais se deparando com barreiras ecológicas e prejudicando as bases biofísicas da sociedade e da própria vida. Como argumentou James O’Connor (1991), a necessidade de expansão infinita cria uma contradição fundamental para o capitalismo: o impulso para reduzir cada vez mais a natureza e os seres humanos a mercadorias com objetivo de sustentar a acumulação debilita as próprias condições para a reprodução do sistema.

O decrescimento está totalmente de acordo com outras tradições ecologistas radicais em relação à impossibilidade de tornar o capitalismo “verde”. Como exemplificam muito bem as políticas para enfrentar a mudança climática, a possibilidade de adotar com êxito soluções de mercado para resolver problemas ecológicos costuma estar fora da realidade. Da mesma forma, a busca por “correções técnicas”, da forma proposta pelos defensores da modernização ecológica, é muito contestada. Um exemplo típico é a “eficiência energética”: contra os ambientalistas e formuladores de políticas tradicionais que a propuseram como panaceia, os críticos têm demonstrado convincentemente que as eficiências relativas permitem expandir o consumo e o investimento, e não necessariamente reduzem os níveis absolutos de consumo material e energético. Este é o chamado “efeito rebote” ou **Paradoxo de Jevons**.

Se o capitalismo precisa crescer, e se o **crescimento** é incompatível com a sustentabilidade social e ecológica, o decrescimento é viável em um contexto capitalista? De uma forma ou de outra, a maioria dos defensores do decrescimento admitiria que há uma incompatibilidade fundamental entre o capitalismo e o decrescimento (por exemplo, Latouche, 2012), mas reluta em se posicionar explicitamente contra o capitalismo. Essa relutância tem sido um ponto de discordância com o marxismo e um objeto de debate no âmbito do próprio decrescimento. Há pelo menos três razões para essa relutância.

Em primeiro lugar, para teóricos do decrescimento como Latouche (2012), o capitalismo não deve ser fetichizado como o principal objeto de crítica; antes disso, o **imaginário** economicista e “produtivista” que o sustenta é que deve ser o alvo. Em segundo lugar, o decrescimento como movimento social é inspirado por princípios de associação voluntária e auto-organização descentralizada e horizontal, segundo os quais a promoção de projetos alternativos específicos substitui formas de luta revolucionárias, de grande escala, claramente posicionadas contra o capitalismo. Por fim, no debate acadêmico, muitos defensores do decrescimento estão preocupados principalmente com a aceitabilidade do projeto do decrescimento, e essa disposição de envolver e buscar a aprovação de economistas e cientistas sociais ortodoxos desestimula a adoção de um discurso explicitamente anticapitalista.

Devido a essas preocupações, até agora, o decrescimento renunciou em grande parte a uma postura crítica com relação à economia política do capitalismo e à possibilidade de sua transformação. Essa continua a ser uma tarefa intelectual e política fundamental cujo enfrentamento acadêmicos e ativistas do decrescimento não poderão evitar.

## REFERÊNCIAS

- DE ANGELIS, M. *The beginning of history: value struggles and global capital*. London: Pluto Press, 2007.
- HARVEY, D. *The enigma of capital and the crises of capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- INGHAM, G. *Capitalism*. Cambridge: Polity, 2008.
- LATOUCHE, S. Can the left escape economism?. *Capitalism Nature Socialism*, v. 23, n. 1, p. 74-78, 2012.
- O’CONNOR, J. On the two contradictions of capitalism. *Capitalism Nature Socialism*, v. 2, n. 3, p. 107-109, 1991.
- WATTS, M. Capitalism. In: GREGORY, D.; JOHNSTON, R.; PRATT, G.; WATTS, M.; WHATMORE, S. (Org.). *The dictionary of human geography*. 5. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009. p. 59-63.

# CONVIVENCIALIDADE

*Marco Deriu*

Ivan Illich deriva sua ideia de convivencialidade de *Physiologie du goût ou méditations de gastronomie transcendante*, um texto de 1825, de Jean Anthelme Brillat-Savarin. No entanto, a reflexão de Illich se desenrola com complexidade e vai muito além de lembrar a importância do vínculo social. Para Illich, a palavra “convivencialidade” não significa alegria ou despreocupação; ele fala de uma sociedade em que ferramentas modernas são usadas por todos de uma forma integrada e compartilhada, sem depender de um corpo de especialistas que controlam esses instrumentos.

As reflexões de Illich sobre a convivencialidade vêm de uma conscientização à qual o **crescimento** industrial nos obriga: a de que existem certos “limiars” de bem-estar que não podem ser ultrapassados. À medida que instituições relacionadas a medicina, educação ou economia crescem além de um determinado ponto, os fins para os quais elas foram originalmente concebidas mudam. As instituições tornam-se uma ameaça à própria sociedade.

Para Illich, a convivencialidade é o “oposto da produtividade industrial”. Na realidade, a liberdade aparente garantida pelo crescimento de dispositivos produzidos industrialmente empobrece a humanidade e limita a possibilidade. Na verdade, as ferramentas industriais muitas vezes introduzem o que Illich chama de “monopólio radical”. Nesse caso, o monopólio não se refere a alternativas dentro de uma categoria específica, mas ao fato de que o fornecimento de mercadorias ou serviços produzidos industrialmente acaba privando as pessoas da liberdade de produzir mercadorias por conta própria ou trocar e compartilhar aquilo de que precisam fora do mercado.

À medida que nossas necessidades são transformadas em mercadorias, novas mercadorias criam novas necessidades (ver **mercantilização**). Assim, a medida do bem-estar não é equivalente a um aumento desproporcional na produção, mas a um equilíbrio razoável entre bens e mercadorias, permitindo

do uma sinergia entre valor de uso e valor de troca. Essa linha de raciocínio distingue a contribuição de Illich e o pensamento ecológico tradicional, que se concentra nos efeitos ambientais da produção.

Illich aponta que, mesmo com produtos mais ecoeficientes, uma sociedade afluenta gera, por meio do monopólio radical, a paralisia do seu povo e a eliminação da **autonomia** dessas pessoas: “Esse monopólio radical acompanharia o tráfego de alta velocidade, mesmo que os motores fossem alimentados pela luz do sol e os veículos funcionassem com ar” (Illich, 1978, p. 73).

Portanto, é em um sentido social – e não apenas como um problema ambiental – que os instrumentos que a sociedade criou se mostram inadequados para garantir a sustentabilidade da nossa sociedade. A industrialização desenfreada produz ferramentas que são aparentemente indispensáveis, mas que, basicamente, desvalorizam a **autonomia** individual e forçam as pessoas a se tornar cada vez mais dependentes de mercadorias pelas quais têm de trabalhar cada vez mais. O resultado, argumenta Illich, é que a taxa de crescimento da frustração excede a taxa de produção, resultando em uma forma de “modernização da pobreza”. As ferramentas da convivencialidade, para Illich, são uma condição para a realização da **autonomia**, entendida como o poder de controlar o uso dos recursos e a satisfação das nossas necessidades.

Aqui, detecta-se uma conexão com o tema da alienação em Marx. Contudo, a alienação que Illich descreve não depende da propriedade dos meios de produção. Não é uma questão de propriedade ou redistribuição, mas da lógica inerente que está embutida no instrumento. Determinadas ferramentas são inerentemente destrutivas, Illich sustenta, independentemente de quem as possua e use. Segundo Illich, algumas ferramentas são concebidas para produzir novas demandas e novas formas de escravidão, de modo a tornar indispensável uma sociedade industrial com uma economia de mercado intensiva.

Por outro lado, a ferramenta será convivencial se puder ser usada e adaptada com facilidade a uma finalidade escolhida pelo indivíduo, e se resultar na ampliação da liberdade, da **autonomia** e da criatividade humanas. Illich cita redes de autoestradas, aeronaves, minas a céu aberto e a escola como exemplos de ferramentas que não são convivenciais, e cita a bicicleta, a máquina de costura, o telefone e o rádio como ferramentas convivenciais. Mas a convivencialidade de outros dispositivos é mais complicada. Considere-se, por exemplo, o computador e a Internet – eles seriam considerados convivenciais, de acordo com Illich?

Em sua obra *Tools of conviviality* (1973), Illich considera polêmicos o computador, as tecnologias da informação e, em termos mais gerais, o que se pode chamar de a civilização digital e a cibernética. Em outros ensaios, o autor

também se pergunta se o computador incentiva o pensamento “descorporificado”. Ele enfatiza seu medo de que os seres humanos possam se tornar cada vez mais dependentes dos computadores para falar e pensar – assim como nós nos tornamos dependentes dos carros. Em *Deschooling society* (1973), o autor identifica redes de computadores e a capacidade de criar conexões entre grupos de pares com base em interesses semelhantes na mesma cidade, ou até mesmo em terras distantes, como um meio alternativo de se encontrarem, criarem e terem relações sociais, e de aprender, em comparação com formas tradicionais de educação padronizada (Illich, 1971). Por essa razão, Michael Slattery, que administra a página *Convivial Tools* ([convivialtools.org](http://convivialtools.org), acessada em 3 de novembro de 2013), afirma que Illich foi um precursor da revolução digital. Ele lembra que o engenheiro de computação Lee Felsenstein, um dos criadores do Osborne 1, o primeiro laptop produzido industrialmente, tinha lido o texto de Illich e considerou o seu computador uma ferramenta convivial. Seria possível contrapor que, considerando-se questões fundamentais acerca da mudança da percepção sobre velocidade, tempo e imagem, bem como o valor das relações vivenciadas cara a cara, é difícil equiparar a posição de Illich à dos chamados entusiastas da sociedade em rede.

De qualquer forma, a discussão revela as maneiras em que a definição de Illich sobre o que é convivial demonstra um grau de incerteza e ambiguidade. É verdade que ele se refere expressamente à estrutura do instrumento, e não à estrutura do caráter do indivíduo e da comunidade; mesmo assim, uma separação demasiado rígida entre ferramentas conviviais e não conviviais corre o risco de perder de vista dois aspectos cruciais do seu argumento.

O primeiro é que as ferramentas técnicas não existem no vácuo, e sim estão imersas em redes de relações sociais e de gênero. Illich parece colocar a estrutura do objeto em primeiro lugar ou acima da estrutura das relações. De um ponto de vista, foi uma determinada estrutura de relações que levou à invenção dos primeiros carros, jatos, armas de fogo ou bombas atômicas. Por outro lado, na estrutura de uma relação não convivial, o uso de qualquer instrumento, até mesmo um que seja aparentemente convivial, funcionará contra a **autonomia** e a liberdade de escolha de homens, mulheres e crianças. Sendo assim, qualquer ferramenta se encaixa em um âmbito de relações sociais e de gênero, e, em certa medida, expressa a estrutura dessas relações. Portanto, a estrutura das relações sociais e a estrutura do instrumento são codeterminadas e se desenvolvem de forma circular e não unidirecional.

A partir daqui, chegamos à segunda consideração. Algumas ferramentas – a internet provavelmente é uma delas – parecem cair em uma zona cinzenta e demonstrar um certo grau de maleabilidade e dinamismo e, dependendo

do contexto, podem ser direcionadas mais a seu valor de uso ou a seu valor de troca. Até certo ponto, se a estrutura das relações sociais pode mudar, o caráter convivencial ou não convivencial de um instrumento também pode. Vale a pena observar que Valentina Borremans (1979, p. 4) expressou a necessidade de uma nova disciplina de pesquisa sobre instrumentos convivenciais e condições culturais, sociais e políticas que pudesse defender seu valor de uso.

Em vários momentos, Illich aponta que não há razão para banir de uma sociedade convivencial qualquer ferramenta poderosa ou qualquer forma de produção centralizada. O importante é que a sociedade garanta um equilíbrio entre os instrumentos que produz para atender as demandas para as quais eles foram concebidos e ferramentas que promovam a invenção e a realização pessoal. “A reconstrução convivencial exige o rompimento do atual monopólio da indústria, mas não a abolição de toda a produção industrial” (Illich, 1975, p. 88). A sociedade convivencial não é imóvel nem congelada. “A sociedade imutável seria tão intolerável para as pessoas quanto a atual sociedade de mudança constante. A reconstrução convivencial exige limites ao ritmo da variação” (Illich, 1975, p. 91).

A transição a uma sociedade pós-industrial é uma abertura potencial a um modelo de sociedade em que as formas e os meios de produção sejam diversificados e favoreçam a iniciativa pessoal. Enquanto a produção industrial é padronizada no longo prazo, a produção convivencial incentiva a criatividade pessoal e a inovação colaborativa. A transição da produtividade à convivencialidade é, em alguns aspectos, a transição da escassez econômica à espontaneidade e à extravagância de uma economia do dom.

Sem dúvida, a contribuição de Ivan Illich sobre “convivencialidade” tem sido uma importante fonte de inspiração para os teóricos do decrescimento, começando com Serge Latouche (2010). A convivencialidade constitui uma das construções antropológicas fundamentais da perspectiva do decrescimento; ela representa a fé na possibilidade de espaço para relações, reconhecimento, prazer, para viver bem em geral, e, portanto, reduz a dependência em relação a um sistema industrial e consumista.

No entanto, Illich não usou o termo “decrescimento”. Ele acreditava que o inverso de uma pobreza progressivamente modernizada era uma forma de “existência moderna”, que ele chamou de “austeridade convivencial”, um processo de escolha política “para salvaguardar a liberdade e o uso de ferramentas convivenciais”, muito próximo ao que hoje chamamos de perspectiva do decrescimento voluntário:

[C]hamemos de subsistência moderna o estilo de vida que prevalece em uma economia pós-industrial, na qual as pessoas conseguem

ram reduzir sua dependência em relação ao mercado e o fizeram protegendo – por meios políticos – uma infraestrutura social na qual técnicas e ferramentas são usadas principalmente para gerar valores de uso que não foram medidos e não são mensuráveis pelos fabricantes profissionais de necessidades.

(Illich, 1978, p. 52)

## REFERÊNCIAS

- BORREMANS, V. Guide to convivial tools. *Library Journal*, special report, 13. Prefácio Ivan Illich. New York: R. R. Bowker Company, 1979.
- BRILLAT-SAVARIN, J. A. *Physiologie du goût ou méditations de gastronomie transcendante*. Paris: A. Sautelet, 1825.
- ILLICH, I. *Deschooling society*. New York: Harper & Row, 1971.
- \_\_\_\_\_. *The right to useful unemployment*. London: Marion Boyars, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Tools for conviviality*. Glasgow: Fontana/Collins, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Toward a history of needs*. New York: Pantheon, 1978.
- LATOUCHE, S. *Pour sortir de la société de consommation: voix et voies de la décroissance*. Paris: les Liens qui Libèrent Editions, 2010.

# CRESCIMENTO

*Peter A. Victor*

O crescimento econômico costuma ser definido como um aumento dos bens e serviços produzidos por uma economia em um determinado período de tempo, normalmente, um ano. A essência do crescimento econômico, como é normalmente entendido, é o aumento do **produto interno bruto (PIB)** de um país. Isso pode parecer simples, mas muitas questões surgem quando se trata de medir o crescimento econômico. Por exemplo, quais bens e serviços devem ser incluídos? E se a qualidade deles variar ao longo do tempo? Como devem ser somados os diferentes tipos de bens e serviços – de bananas a cortes de cabelo – para se obter um total que se possa dizer que está crescendo ou não?

Desde a década de 1940, a ONU tem liderado um esforço internacional para estabelecer procedimentos de medida do **PIB**, que todos os países são incentivados a seguir. Os procedimentos da ONU têm respostas para essas e outras perguntas sobre o alcance e os métodos de cálculo do **PIB**, e as mudanças que ele sofreu ao longo do tempo. Um princípio fundamental quando se mede crescimento econômico é distinguir entre aumentos do **PIB** que resultam do aumento da quantidade de bens e serviços produzidos (ou seja, aumentos no **PIB** “real”) e aumentos do **PIB** que resultam simplesmente da elevação dos seus preços (isto é, crescimento do **PIB** “nominal”). Na prática, tanto quantidades quanto preços mudam com o tempo, e novos produtos e serviços substituem os antigos, o que complica a medição do crescimento econômico real.

A história da economia é cheia de tentativas de explicar o crescimento econômico. Os economistas clássicos, principalmente Adam Smith e David Ricardo, enfatizaram a contribuição da especialização, da divisão do trabalho e da ampliação de mercados e comércio exterior com base em vantagens comparativas como principais fontes do crescimento econômico. Em um momento

posterior do século XIX e durante o século XX, houve várias tentativas de classificar o crescimento de acordo com “etapas” pelas quais, supostamente, todas as economias deveriam que passar ao se expandir, embora com resultados muito diferentes. Onde Karl Marx (1887) viu o crescimento econômico em sua fase capitalista, contendo as sementes de sua própria destruição, na outra extremidade do espectro ideológico, W. W. Rostow (1960) enxergou “decolagem”, “maturidade” e “elevado consumo de massas” como etapas de um processo de crescimento econômico autossustentável. Em algum ponto entre essas duas perspectivas estão as ideias de Joseph Schumpeter. Ele popularizou a expressão “destruição criativa” para descrever o processo pelo qual inovações destroem tecnologias mais antigas e as empresas que dependem delas, a ser substituídas por outras, novas e mais rentáveis.

Em sua obra *General theory of employment, interest and money* (1936), John Maynard Keynes explicou que o desemprego era causado por gastos insuficientes. Ele enfatizou o papel do investimento em novas edificações, equipamentos e infraestrutura, que oscila mais do que outros componentes das despesas de um país (por exemplo, consumo e governo), mas prestou pouca atenção ao papel do investimento na expansão da capacidade produtiva da economia ao longo do tempo. Nas décadas de 1950 e 1960, esse aspecto do investimento se tornou o foco de atenção dos economistas neoclássicos, que produziram modelos matemáticos de crescimento econômico nos quais a acumulação de capital e as mudanças tecnológicas têm um papel crucial ao aumentar a produtividade do trabalho. Maior produtividade do trabalho (ou seja, **PIB**/mão de obra empregada) combinada com uma força de trabalho crescente, produz crescimento econômico. No entanto, embora esses economistas, dos quais o exemplo mais famoso é Robert Solow, tenham reconhecido a importância da mudança tecnológica no crescimento econômico, seus modelos não explicavam como isso acontecia. O tema foi tratado mais tarde, na década de 1980, sob o título de teoria do crescimento “endógeno”, a qual, com as premissas corretas sobre investimento e inovação, sugeria que o processo de crescimento econômico poderia continuar para sempre.

Uma alternativa à teoria do crescimento endógeno veio daqueles que viam o crescimento econômico como um processo físico, bem como econômico. Segundo eles, as explicações sobre o crescimento econômico deveriam ser baseadas nos princípios das ciências naturais, tanto quanto das econômicas. Robert Ayres (2008) argumentou que a exergia (ou seja, um trabalho útil obtido a partir da energia), e não a mudança tecnológica, é a variável omitida na teoria neoclássica do crescimento, de Robert Solow. Ao analisar os cem anos de história do crescimento econômico no Japão e nos Estados Unidos, ele concluiu que já não é necessário recorrer à mudança tecnológica para

explicar aquela parte do crescimento econômico não atribuível a aumentos de capital e trabalho. Ayres concluiu que

podemos ter bastante certeza de que a exergia... é, na verdade, um terceiro fator de produção... e que o crescimento econômico futuro depende essencialmente de reduções contínuas nos custos de exergia primária e/ou no aumento contínuo no rendimento do trabalho útil a partir de queda no aporte de energia.

(Ayres, 2008, p. 307)

As críticas ao crescimento econômico têm uma história quase tão longa quanto ele próprio. Malthus, contemporâneo de Smith e Ricardo, argumentou que o aumento da população inevitavelmente ultrapassaria aumentos na produção de alimentos, tornando impossível uma elevação sustentada nos padrões de vida. A maioria dos economistas repudiou Malthus, mas a atenção que ele prestou à capacidade dos sistemas naturais de sustentar economias em permanente expansão continua sendo uma linha central da crítica ao crescimento econômico. Mais recentemente, esses limites foram expressos como “fronteiras planetárias”, tais como mudanças climáticas, perda de biodiversidade, acidificação dos oceanos e interferências nos ciclos biofísicos, além da preocupação com a redução das fontes de combustíveis fósseis de baixo custo, das quais o crescimento econômico depende há dois séculos. Assim, mesmo que continue sendo desejável, o crescimento econômico pode não ser possível. A tendência de queda na taxa de crescimento econômico em muitos países avançados desde a década de 1960 sugere que seu fim pode estar mais próximo do que a maioria espera.

Mas o crescimento econômico ainda é tão importante nos países ricos? Já em 1848, John Stewart Mill lamentava “essa confusão em que todos pisam, esmagam, acotovelam e pisam nos pés uns dos outros, que constitui o tipo atual de vida social” (Mill, 1848, p. 113) e descreveu muitos dos aspectos negativos do crescimento econômico que são muito familiares hoje em dia. O livro *The costs of economic growth* (1967), de Esdras Mishan, provocou um intenso debate pontuado pelo elogiado *Limits to growth* (Meadows et al., 1972), que continha cenários de expansão e colapso cuja correspondência com os dados dos últimos 40 anos era preocupante (Turner, 2012).

Outros questionaram a suposição geralmente implícita de que o crescimento econômico nas economias avançadas melhora o bem-estar. Em vez de pressupor que rendas mais altas tornam as pessoas mais felizes, os pesquisadores investigaram essa suposta conexão e constataram que ela era difícil de demonstrar (Layard, 2005). Parece que, depois de níveis de renda

superados por muitas pessoas nas economias avançadas, novos aumentos de renda pouco acrescentam aos níveis autodeclarados de **felicidade**.

Também há a linha crítica que diz que aumentos do **PIB**, considerados como sinônimos de crescimento econômico, são uma medida profundamente falha de qualquer coisa que tenha significado real. O **PIB** pode aumentar por todos os tipos de razões não relacionadas ao bem-estar. Se as atividades normalmente realizadas sem uma transação financeira se tornarem uma questão de comércio, o PIB vai aumentar. Isso pode explicar, em parte, elevações anormais das taxas de crescimento econômico nos países em desenvolvimento. Ao invés de aumentos reais de produção, o **PIB** sobe porque a comercialização e a **mercantilização** substituem práticas mais tradicionais. Da mesma forma, aumentos do **PIB** podem se dar à custa do esgotamento de recursos e da contaminação ambiental, sem que nenhum desses aspectos seja captado na medida convencional do crescimento econômico, e tampouco os aumentos da desigualdade. Apesar de, segundo algumas medidas, a desigualdade global total tenha diminuído nas últimas duas décadas, a maioria da população do mundo vive em países onde a desigualdade de renda cresceu. E estudiosas feministas chamaram a atenção para a disparidade entre as situações econômicas de homens e mulheres, à qual o **PIB** é cego, como mais uma prova da inadequação de sua validade como medida de bem-estar (ver **economia feminista**).

Essas críticas ao crescimento econômico são importantes por duas razões principais. Em primeiro lugar, ao buscar o crescimento econômico como um objetivo **político** central, as economias podem muito bem não estar cumprindo outros objetivos que contribuam mais diretamente para o bem-estar e a prosperidade, como pleno emprego, mais lazer, vidas sociais mais ricas, maior participação democrática e um ambiente resiliente. Em segundo lugar, em um mundo limitado em termos ecológicos e de recursos, é provável que o crescimento econômico nos países ricos se dê à custa dos países em desenvolvimento, onde os benefícios do crescimento econômico são mais visíveis.

Por todas essas razões, é hora de aqueles que vivem nas economias avançadas pensarem sobre como passar sem crescimento, ou até mesmo, com decréscimo.

## REFERÊNCIAS

AYRES, R. U. Sustainability economics: where do we stand? *Ecological Economics*, v. 67, n. 2, p. 281-310, 2008.

KEYNES, J. M. *General theory of employment, interest and money*. London: Palgrave Macmillan, 1936.

- LAYARD, R. *Happiness: lessons from a new science*. London: Penguin, 2005.
- MILL, J. S. *Principles of political economy*. London: J. W. Parker, 1848. book IV, chapter VI. Referência de página é da edição de 1970, da Penguin Books.
- ROSTOW, W. W. *The stages of economic growth: a non-communist manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- SCHUMPETER, J. *Capitalism, socialism, and democracy*. New York: Harper & Row, 1942.
- TURNER, G. On the cusp of global collapse? Updated comparison of the limits to growth with historical data. *GAIA: Ecological Perspectives for Science and Society*, v. 2, p. 116-123, 2012.
- VICTOR, P. A. *Managing without growth*. Cheltenham: Edward Elgar, 2008.

# CUIDADO

*Giacomo D'Alisa, Marco Deriu e Federico Demaria*

O cuidado é a ação cotidiana realizada por seres humanos para o bem-estar deles próprios e de sua comunidade. Neste caso, a comunidade é o conjunto de pessoas próximas e com as quais cada ser humano convive, como a família, as amigadas ou o bairro. Nesses espaços, bem como na sociedade como um todo, dedica-se uma enorme quantidade de trabalho à subsistência, à reprodução e ao prazer das relações humanas. Trabalho não remunerado é a expressão usada na **economia feminista** para descrever o trabalho gratuito dedicado a essas tarefas. As feministas têm denunciado, por anos, a subvalorização do trabalho voltado ao cuidado corporal e pessoal, bem como das pessoas encarregadas dele, ou seja, as mulheres (Jochimsen e Knobloch, 1997). As feministas continuam a afirmar o papel singular do cuidado no bem-estar dos seres humanos, não apenas porque esse trabalho não remunerado excede a quantidade total de trabalho remunerado realizado no espaço do mercado (Picchio, 2003), mas também porque o cuidado é fundamental no apoio à integridade mental, física e relacional de cada ser humano.

No entanto, as correntes dominantes do pensamento **político** e econômico ocultam esse fluxo não visível de horas e energias dedicadas ao sustento, à reprodução e às relações, já que elas não são diretamente compatíveis com a produtividade – a única variável que, em teoria, as sociedades capitalistas levam em conta para a remuneração do trabalho.

Historicamente, tem havido fortes ligações entre a distribuição do trabalho de cuidado e a distribuição de poder dentro de hierarquias de gênero, classe e etnia. As ecofeministas têm revelado essas conexões e o tempo de cuidado de que um homem precisa para vender seu trabalho produtivo no mercado a cada dia. As feministas criticam a força de trabalho masculina viril que as torna invisíveis ao repassar os custos de produção às mulheres e à natureza.

Hierarquias, conflitos e formas de dominação se tornam visíveis quando se justapõe o tempo de produção (de “homens produtivos”) ao tempo de reprodução biológica atribuído às mulheres. O **imaginário** econômico contemporâneo fala sobre o tempo como um recurso escasso que deve ser alocado de forma eficiente, tendo em mente custos e oportunidades. Nos espaços da economia doméstica e do cuidado, por outro lado, o uso do tempo não é direcionado à eficiência, mas ocorre de acordo com o ritmo da vida. A crítica feminista se concentra no tempo cronológico da produção dissociado dos ciclos cotidianos do corpo e do ciclo da vida, e desconectado do tempo ecológico das estações e da regeneração dos ecossistemas, bem como do tempo biológico da reprodução (ver **bioeconomia**). O tempo de apoio e cuidado emocionais é muito condicionado pelas necessidades de nutrição e enraizado no espaço da proximidade (Mellor, 1997).

No **capitalismo**, no qual os mercados são submetidos ao imperativo do **crescimento** constante, parece restar pouco tempo para alguém dedicar a si próprio, à família, aos amigos ou a atividades civis e **políticas**. No entanto, as relações são fundamentais para uma vida boa, como Aristóteles nos ensina em *Ética a Nicômaco*. Martha Nussbaum (1986) de fato nos lembra de que há, segundo Aristóteles, três relacionamentos benéficos para o eu: amor, amizade e compromisso **político**. Essas esferas da vida constituem fins em si e não podem ser instrumentais; elas só podem ser desfrutadas por meio de reciprocidade. Essa característica as torna particularmente frágeis – uma fragilidade que é submetida a um teste duro pela lógica do mercado, baseada no lucro. Por exemplo, o amor, como tal, só existe quando é mútuo; ao comprar sexo, só se pode desfrutar de um substituto do apoio físico, psicológico e emocional, mas certamente não do amor. Cuidar dos próprios filhos implica uma enorme quantidade de horas; pagar uma babá para ajudar, por outro lado, é um substituto da parentalidade.

O **crescimento** econômico não é capaz de sustentar a **felicidade** que promete por meio do aumento da renda. O Paradoxo de Easterlin mostra que, à medida que as sociedades ficam mais ricas, os indivíduos não se tornam necessariamente mais felizes. A produção e o mercado se expandem constantemente, ocupando espaços de cuidado, vida social e reciprocidade, o que leva inevitavelmente à desintegração das relações e gera consequências negativas ao bem-estar. O cuidado é terceirizado para fora da esfera familiar, ao Estado ou o mercado (por exemplo, cuidado de crianças ou idosos), rebaixando sua essência, que é a reciprocidade. A literatura da **felicidade** argumenta que uma alocação de tempo com prioridade para a vida familiar e a saúde (e, portanto, o cuidado) aumenta o bem-estar subjetivo.

Em sua forte reivindicação por **justiça** (socio)**ambiental**, os decrescentistas não podem ignorar a reivindicação feminista por uma distribuição mais justa do trabalho de cuidado. A impossibilidade de cancelar um trabalho tão necessário tem de enfrentar sua redistribuição entre diferentes gêneros e classes, que não pode ser ampliada. Em seu compromisso de combater a produtividade – a obsessão da modernidade – os decrescentistas têm que explicar o ressurgimento permanente das atividades reprodutivas. O cuidado com o outro é um passo rumo à emancipação em relação aos excessos individuais do ser humano contemporâneo, que vive em uma sociedade industrializada. Se essas premissas são verdadeiras, a pergunta inevitável é: como pode ser possível restabelecer a dignidade do cuidado em uma sociedade do decrescimento?

Situar o cuidado no centro de uma sociedade do decrescimento requer, em primeiro lugar, repensar radicalmente as relações humanas e as formas em que elas podem corresponder às necessidades humanas e superar oposições, dualismos e hierarquias. Joan Tronto (1993) observou que o processo de cuidado é composto de quatro fases:

- 1 *Preocupar-se com o cuidado*: implica a percepção de uma necessidade, bem como o reconhecimento pessoal e social da necessidade do cuidado.
- 2 *Cuidar*: cogitar assumir alguma responsabilidade relativa à necessidade identificada e uma escolha quanto à forma de responder a ela.
- 3 *Prover cuidado*: implica compromisso e trabalho concreto para a satisfação das necessidades de cuidado, e geralmente requer uma relação direta entre a pessoa que provê o cuidado e a pessoa que o recebe.
- 4 *Receber cuidado*: representa o movimento final em que o receptor pode responder mostrando que o cuidado é, de fato, em seu benefício ou, alternativamente, mostrar a ineficiência ou a inadequação do cuidado oferecido.

Tronto mostra como a expressão “cuidar de” costuma ser associada a papéis masculinos e públicos, e que, quando os homens “se preocupam”, isso se refere quase que universalmente a questões públicas. Por outro lado, as expressões “prover cuidado” e “receber cuidado” são associadas às mulheres, e quando o ator é uma mulher, a expressão “preocupa-se com” se refere a pessoas reais, de carne e osso, no espaço íntimo e privado. Essa distinção é fundamentada claramente na abordagem dualista ao cuidado, em nossa sociedade patriarcal. O homem ocupa a esfera pública, com seu interesse nas questões importantes que a sociedade tem de enfrentar; a mulher ocupa a esfera privada, com suas responsabilidades pelas necessidades cotidianas da família. Duas esferas separadas, hierarquicamente predeterminadas, instituem e reforçam

o poder assimétrico entre homem e mulher. Superar essa separação é um objetivo importante para uma sociedade do decrescimento, pois permitiria que as mulheres expressassem sua paixão pelo mundo, participando da criação da definição pública do que deve ser objeto da preocupação e do cuidado da sociedade. Transcender essa separação permitiria que os homens aprendessem o que realmente significa cuidar de pessoas em termos concretos, de consumo de tempo e fardo emocional. Dessa forma, os decrescentistas conseguirão trazer de volta a experiência da vulnerabilidade das necessidades corporais e das pessoas, e ressitua-las no centro da política e da economia.

É fácil imaginar por que recentrar uma sociedade no cuidado abriria caminho ao decrescimento. Isso responde, primeiramente, à ideia de equidade entre gêneros ao se compartilhar o trabalho de cuidado dentro da esfera da comunidade, bem como na sociedade como um todo. Em segundo lugar, restabelece a importância que o cuidado tem sobre o bem-estar do eu, da família, do bairro e da sociedade como um todo. Convenceria as pessoas a trabalhar menos e dedicar menos tempo à esfera econômica. Como consequência, a carga desigual do trabalho de cuidado com imigrantes (normalmente, mulheres) também poderia diminuir. Em terceiro, como haveria menos horas de trabalho disponíveis para o mercado, incentivar-se-ia o **compartilhamento de trabalho**, permitindo que a maioria das pessoas encontrasse trabalho remunerado. Por último, mas não menos importante, trabalhar para diminuir a vulnerabilidade de outras pessoas permite que todas possam experimentar sua própria vulnerabilidade e refletir sobre as características dela. Esse é um primeiro passo importante em direção a abandonar afirmações narcísicas do eu como uma proteção contra a fraqueza ou, em outras palavras, abandonar a essência antropológica da sociedade do **crecimento**.

## REFERÊNCIAS

- JOCHIMSEN, M.; KNOBLOCH, U. Making the hidden visible: the importance of caring activities and their principles for an economy. *Ecological Economics*, v. 20, p. 107-112, 1997.
- MELLOR, M. Women, nature and the social construction of “economic man”. *Ecological Economics*, v. 20, n. 2, p. 129-140, 1997.
- NUSSBAUM, M. *The fragility of goodness: luck and ethics in greek tragedy and philosophy*. Cambridge: University Press, 1986.
- PICCHIO, A. (Org.). *Unpaid work and the economy: a gender analysis of the standards of living*. London; New York: Routledge, 2003.
- TRONTO, J. *Moral boundaries: a political argument for an ethic of care*. New York: Routledge, 1993.

# DEMOCRACIA DIRETA

*Christos Zografos*

A democracia direta é uma forma de autogoverno popular na qual os cidadãos participam diretamente das tarefas de governo, de forma contínua e sem mediação. É uma forma radical de democracia que favorece a descentralização e a maior dispersão possível do poder, eliminando a distinção entre governantes e governados. Ela tem como premissa o princípio da igualdade **política**, entendida como a exigência de que todas as vozes da sociedade sejam ouvidas da mesma forma. Assembleias deliberativas são a instituição fundamental para a implementação da democracia direta. São reuniões nas quais os cidadãos tomam decisões por deliberação, isto é, ouvindo e discutindo diferentes pontos de vista sobre um assunto, refletindo sobre cada visão e tentando chegar a uma decisão comum, sem coerção. A democracia direta permite aos cidadãos controlar as decisões sobre seus próprios destinos, ensina-os a tomar decisões de forma participativa, em vez de depender de políticos a serviço de interesses próprios, e produz decisões da alta legitimidade (Heywood, 2002). A democracia direta é diferente da democracia representativa, que envolve a eleição de representantes que decidem sobre políticas públicas. No entanto, elementos de democracia direta limitada, como o referendo, também estão presentes nas atuais democracias representativas.

A prática da democracia direta é muito antiga – na verdade, ela vem da Antiguidade. A Atenas clássica do século V a.C. é o exemplo mais citado de democracia direta, quando cidadãos adultos do sexo masculino participavam diretamente da tomada pública de decisões. O caráter excludente da democracia ateniense, que impedia escravos, mulheres e estrangeiros de participar das decisões, sugere que aquela era uma forma muito limitada de democracia, mas o exemplo é relevante em termos de suas instituições de democracia direta e formas de participação para aqueles que estavam no fechado grupo

dos “cidadãos”. Na mesma linha, a experiência de autogoverno direto tem sido muito mais comum do que se costuma supor. As reuniões medievais anglo-saxãs conhecidas como *folkmoots* e as “*things*” germânicas (assembleias de homens livres), a assembleia Alþingi que governou a Islândia por mais de dois séculos na ausência de um governo centralizado, coletivos autogeridos de trabalhadores durante a Guerra Civil Espanhola e a Federação Jura descrita por Kropotkin no final do século XIX são experiências históricas relevantes na Europa. Exemplos contemporâneos podem ser encontrados nos cantões suíços de Glarus e Appenzell-Innerrhoden, em iniciativas radicais de democracia ecológica na Índia, como o parlamento dos agricultores Arvari-Sansad, no Rajastão, e o governo da região autônoma curda de Rojava, inspirada pelo municipalismo de Bookchin. Em termos de origens intelectuais, uma influência moderna fundamental é Jean-Jacques Rousseau, com suas ideias sobre representação e governo. Rousseau considerava que entregar a outra pessoa o direito de governar-se era uma forma de escravidão e rejeitava a legislação acerca de questões sobre as quais os cidadãos não haviam deliberado e que os obrigasse em termos que eles não tivessem aceitado.

Estudiosos do decrescimento têm destacado a importância da democracia. Latouche assinala que o objetivo de reduzir a escala da economia não é apenas produzir e consumir menos, mas também fazê-lo de forma socialmente emancipatória e democratizante (Cattaneo et al., 2012). Além disso, Muraca (2012) considera a democracia essencial para a estabilização de qualquer sociedade pós-crescimento porque, já que o **crescimento** e o consumo desapareceriam como concretizações de uma “boa vida”, os cidadãos teriam de negociar democraticamente entre si diferentes visões dessa vida. Mas a conexão com a democracia direta é mais explícita quando se considera Cornelius Castoriadis – uma influência fundamental para os estudiosos do decrescimento – e seu trabalho sobre **autonomia**, a capacidade da sociedade de questionar e alterar coletiva e continuamente suas normas e instituições, e estar ciente de que ela própria é a única fonte legítima para fazê-lo. Castoriadis criticou o **crescimento** como dogma para a imposição de regras externas que limitam a **autonomia**, e defendeu a democracia direta na forma de processos populares espontâneos que permitam aos coletivos tomar os assuntos em suas próprias mãos e autodeterminar seu futuro.

A democracia direta se conecta ao decrescimento em dois níveis: quando se considera o tipo de governança democrática de uma sociedade futura hipotética, que não precise de **crescimento**, e quando se considera a contribuição das diferentes formas da política democrática para uma transformação baseada no decrescimento. Quatro debates fundamentais passam por essas duas conexões.

Em primeiro lugar, uma questão central é se os Estados são o melhor veículo para implementar o decrescimento. Estados – ou seja, associações **políticas** com jurisdição soberana dentro de fronteiras territoriais, um aparelho de governo centralizado e monopólio da coerção legítima – oferecem vantagens para a organização e articulação de políticas e comportamentos coletivos, o que é importante, dado que alguns desafios fundamentais de governança (por exemplo, geração de energia e redistribuição da riqueza) exigem que se comprometam recursos e atores para além das localidades específicas. Além disso, o amplo alcance do governo de Estado pode ser uma maneira eficiente de proteger as sociedades contra localismos discriminatórios que possam ser produzidos por comunidades e unidades de tomada de decisão menores. Por exemplo, o cantão suíço de Appenzell-Innerrhoden, celebrado como exemplo de democracia direta, só concedeu o direito de voto às mulheres em 1991 (quando foi forçado pelo Supremo Tribunal Federal suíço) e registrou a maior votação em cantões a favor da proibição de minaretes. Isso também aponta para a natureza aberta do desafio democrático, o que significa que, ao defender a democracia, também deixamos aberta a possibilidade de que as sociedades decidam seguir caminhos que não o do decrescimento. Partidários da democracia direta contra-argumentam que se poderiam estabelecer coletivamente conjuntos mínimos de regras básicas para evitar essas transgressões, por exemplo, semelhantes às atuais normas dos direitos humanos universais. Decisões desse tipo, que digam respeito a níveis territoriais mais amplos do que uma localidade, podem ser tomadas em assembleias onde delegados com mandato exclusivo para a ocasião, revogável e rotativo representem as decisões das assembleias locais. Essa sugestão se conecta diretamente com a democracia delegativa e alternativas federalistas à organização política de Estado, semelhantes às defendidas por socialistas libertários do final do século XIX.

Essa discussão fundamental sobre Estado e democracia se traduz em um debate sobre os limites da democracia direta e a relevância da democracia representativa, ou possíveis formas de combiná-las, que também tem se refletido dentro do decrescimento, por exemplo, nos grupos de trabalho sobre democracia das conferências de Barcelona (2010) e Leipzig (2014). Parla-mentos e governos podem ser mecanismos para canalizar as pressões populares de maneiras que transformem os sistemas e ajudem grupos marginalizados a formular suas prioridades, como sugerem alguns adeptos do “Estado integral” gramsciano, semelhante aos projetos de governos populares de esquerda latino-americanos (por exemplo, Bolívia), e do Syriza (Grécia) e do Podemos (Espanha) na Europa? Ou será que a capacidade de tomar decisões públicas deve ser dispersada, tanto quanto possível, em vez de ser monopolizada por

representantes e governos, porque o Estado sempre confiscou e privatizou o poder coletivo?

Em segundo lugar, a democracia direta idealiza o consenso e minimiza o papel do conflito na geração de mudanças sociais e transformações democráticas radicais. No entanto, o conflito também é expressão de pluralidade. Ele pode energizar a participação da comunidade, contrabalançar a influência das grandes empresas e pressionar o Estado para que amplie os direitos dos cidadãos. Longe de serem indesejáveis, os conflitos sociais são essenciais às sociedades verdadeiramente democráticas. O impulso para uma solução final dos conflitos coloca a democracia em risco, uma vez que propaga a ideia antidemocrática de que poderíamos chegar a uma etapa pós-política, na qual o antagonismo e o conflito seriam eliminados e se realizaria uma democracia perfeita. Além disso, como a comunicação sem poder provavelmente é impossível, a ideia de deliberação e consenso perfeitos pode mascarar a desigualdade entre as vozes e as assimetrias de poder. Ainda assim, a celebração do conflito como *postura cívica* na tomada de decisões pode acabar mantendo o conflito à custa de grupos mais fracos. O conflito pode privilegiar atores que estejam mais bem posicionados para se envolver nele, uma vez que nem todos têm as mesmas possibilidades materiais e psicológicas para operar dentro de conflitos. Do ponto de vista da democracia direta, podem-se trabalhar estrategicamente com o uso tanto do consenso quanto do conflito e, assim, criar desigualdade entre as vozes e déficits democráticos.

Em terceiro lugar, as assembleias deliberativas e a democracia direta enfatizam a horizontalidade na tomada de decisões. Porém, a boa liderança pode ser um elemento muito mais necessário do que a descentralização radical e conversas democráticas para que se tomem atitudes urgentes e se prossiga a transformação socioecológica. Embora a deliberação possa gerar apoio para a ação coletiva, os fortes sinais de governança e liderança ainda são essenciais para se assumirem desafios cruciais. A boa liderança que ajuda a ir em busca de transformações baseadas no decréscimo pode fazer sentido se não implicar a dominação por parte daqueles que lideram, não criar desequilíbrios de autoridade e poder e nem marginalizar determinados valores, prioridades e visões de mundo. A rotatividade da liderança, por exemplo, na forma de quem lidera projetos, bem como curtos períodos de duração dessa liderança, pode ajudar a evitar esses desequilíbrios. Na verdade, a democracia clássica ateniense incluía elementos como a escolha de autoridades públicas com base em sorteio ou rotatividade e a manutenção de altos cargos apenas por um único dia e uma vez na vida, que não só assegurava uma ampla participação e um notável nível de atividade **política** e engajamento cidadão, mas também tentava impedir esses desequilíbrios.

Em quarto lugar, as perspectivas feministas questionam a ênfase das assembleias de democracia direta na deliberação e na razão como meios para alcançar a transformação social radical. Em vez disso, essas perspectivas destacam o papel de paixões, emoções e atos de identificação coletiva. A neuropsicologia nos diz que a ação humana se baseia menos no raciocínio quando os princípios e a deliberação são importantes, e mais na motivação quando as emoções, a imaginação, a narrativa, a socialização e a atividade física são cruciais. As decisões tomadas após investigações e deliberações ponderadas e independentes, quando se examinam cuidadosamente as intervenções que gerarão progresso, correspondem à realidade de ambientes simples, seguros e lentos (Nelson, 2013), o que está longe de corresponder à urgência socioecológica que está na base das demandas por decrescimento. Ainda assim, as emoções podem ser manipuladas e usadas para transmitir narrativas simplistas, agradáveis e populistas, com objetivos reacionários, buscando evitar transformar as realidades atuais. Isso sugere que abandonar totalmente a razão também não é solução. Estabelecer canais para expressar e fazer o melhor do potencial de transformação da emoção junto a assembleias deliberativas também é um desafio fundamental para o decrescimento.

Embora a democracia direta não seja, em si, uma panaceia, restam poucas dúvidas sobre sua relevância para a transformação rumo a futuros baseados no decrescimento. Além disso, a cidadania ativa sob a forma de cidadãos que dedicam parte de seu tempo a participar regularmente na **política** e na tomada de decisões de uma futura sociedade do decrescimento seria uma forma ideal de levar a democracia direta ao decrescimento. Ao mesmo tempo, a proliferação recente de iniciativas populares auto-organizadas, como o **Indignados/Occupy**, que buscam alcançar uma vida mais significativa e democrática fora do **capitalismo**, bem como controle e participação mais próximos dos cidadãos na política, sugere que a democracia direta é muito relevante para os atuais esforços em direção à transformação **política** e ecológica. Envolver-se nos debates mencionados acima, tanto intelectualmente quanto por meio de ativismo **político**, ajudaria os decrescentistas a perceber ainda mais o potencial da democracia direta.

## REFERÊNCIAS

CATTANEO, C.; D'ALISA, G.; KALLIS, G.; ZOGRAFOS, C. Degrowth futures and democracy. *Futures*, v. 44, n. 6, p. 515-523, 2012.

FERNÁNDEZ-SAVATER, A. “¿No nos representan?” Discussão entre Jacques Rancière e Ernesto Laclau sobre Estado e democracia. *eldiario.es*, 8 maio 2015. Disponível em: <www.

[eldiario.es/interferencias/democracia-representacion-Laclau-Ranciere\\_6\\_385721454.html](http://eldiario.es/interferencias/democracia-representacion-Laclau-Ranciere_6_385721454.html)>. Acesso em: 12 maio 2015.

HEYWOOD, A. *Politics*. 2. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

MURACA, B. Towards a fair degrowth-society: justice and the right to a “good life” beyond growth. *Futures*, v. 44, n. 6, p. 535-545, 2012.

NELSON, J. A. Ethics and the economist: what climate change demands of us. *Ecological Economics*, v. 85, p. 145-154, 2013.

# DÉPENSE

*Onofrio Romano*

O consumo de energia consiste em duas partes: a primeira é necessária para a conservação e a reprodução da vida; a segunda é usada para gastos não produtivos, como luxo, luto, guerra, religião, jogos, espetáculos, artes, atividade sexual perversa. Em conjunto, essas atividades – qualificadas como *dépense* – são fins em si mesmos. Qualquer sociedade tem um excesso de energia, definido precisamente como toda a energia que não é necessária para a mera reprodução de vida.

Em um sentido mais amplo, que inclui a natureza, a *dépense* indica aquela quota de energia que não pode ser empregada por organismos vivos, devido a seus limites fisiológicos. Essa porção continua a circular a esmo no ambiente, até se extinguir.

George Bataille apresenta essa definição de excesso de energia em seu ensaio *La notion de dépense*, que aparece pela primeira vez em *La Critique Sociale* (1/1933). Tal como acontece com todos os construtos teóricos de Bataille, o conteúdo e os contornos da *dépense* são flexíveis e nunca definidos em categorias axiomáticas. Só desse ensaio, há sete versões diferentes. Posteriormente, Bataille tentou construir um projeto teórico para uma “economia geral”, a partir da noção de *dépense*. As primeiras versões fragmentárias aparecem nos ensaios *L'économie à la mesure de l'univers* (1946) e *La limite de l'utile* (publicados postumamente nas obras completas, 1976). O projeto nasceu por completo na obra *La part maudite* (1949). Seguiu-se uma segunda parte desse trabalho, com o título de *Histoire de l'érotisme* (1957) e, depois, uma terceira e última parte chamada de *La souveraineté* (Bataille 1976). Algumas ressonâncias com a *dépense* podem ser encontradas nos conceitos freudianos de *vergänglichlichkeit* (transitoriedade) e pulsão de morte (Freud, 1990), mas principalmente na análise de Marcel Mauss sobre o *potlatch* em *Essai sur le don* (1991). Todas essas obras lidam com uma tendência perturbadora dos

seres humanos e das sociedades em relação à perda, revertendo sua alegada vocação “natural” ao autoaprimoramento.

A partir de um marco antropológico, a energia pode ser redefinida como o combustível da ação, isto é, o combustível que nos chama a agir. A parcela de energia que um ser vivo emprega, seja para a subsistência ou para o crescimento biológico, Bataille chama de “servil”. Na verdade, a mera subsistência biológica pode ser alcançada gastando-se apenas uma parcela minúscula da quantidade total de energia disponível. O problema básico está relacionado à energia residual que excede a quota reservada a esse uso servil. O excesso de energia requer um uso “soberano”, ou seja, é necessário escolher um destino para o combustível de ação com base na intenção filosófica a partir de uma perspectiva política (Romano, 2014). É o emprego soberano do excesso de energia que nos qualifica como “humanos”. Os diferentes padrões de excesso de uso da energia caracterizam e distinguem diferentes tipos de sociedades no espaço e no tempo. O excesso pode ser gasto em sacrifício ou festejo, em guerra ou em paz. A sociedade tibetana, por exemplo, emprega o excesso de energia quase que inteiramente para apoiar uma determinada classe de monge.

O encontro humano com o excesso de energia é um momento crucial. Nesse sentido, o excesso de energia é uma “quota amaldiçoada”: ele força os seres humanos a questionar o sentido da vida e sua trajetória no mundo. O não uso do excesso de energia sinalizaria a incapacidade dos seres humanos para exercer sua própria liberdade. Por essa razão, todas as sociedades humanas elaboraram formas de ritual para a *dépense* – ou seja, formas de destruição daquela energia que está além da servil.

Essas formas de ritual têm diferentes graus de sofisticação e cumprem funções distintas:

- Servem para humanizar o excesso de resíduos, trazendo-o do domínio dos processos naturais descontrolados para o reino da cultura e do simbólico.
- Liberam energia da dimensão utilitária (o biológico-funcional) para acessar o sagrado – na verdade, a destruição dos objetos visa destruir sua condição servil como coisas úteis, a fim de realocá-los na esfera do sagrado (este é o verdadeiro sentido do sacrifício: produzir coisas sagradas por meio de sua destruição ritual).
- Eliminam fisicamente a presença estressante do excesso e, portanto, o chamado a ser e agir.

O conceito de *dépense* ajuda a identificar um buraco principal na “sociedade do **crescimento**”. Como devemos eliminar o problema da energia e do

excesso? O culto ao momento servil é, na verdade, a base desta sociedade. A modernidade surgiu em um contexto de emergência existencial e de medo em relação à sobrevivência da espécie, desencadeados por uma explosão demográfica inesperada (e, portanto, um aumento das necessidades sociais) que era incompatível com as capacidades produtivas das comunidades da época. Esse desequilíbrio resultou na desconstrução das comunidades tradicionais cujos códigos simbólicos não lhes permitiam enfrentar o novo desafio. Para atender a suas necessidades não satisfeitas, os indivíduos tentaram romper laços com suas comunidades e assumir, de forma autônoma, cursos de ação novos e mais eficazes, orientados ao **crescimento**. No caso da Europa, Riesman (1950) situa essa mudança demográfica crucial e suas consequências sociais no século XVII.

O processo de individualização privou as comunidades da sua capacidade de gerenciar a energia. Isso incluiu rituais de *dépense* que queimaram o excesso de energia. Ainda marcada por essa “emergência original” de sobrevivência, a sociedade moderna continua com seu impulso de **crescimento** ininterrupto. Tornar permanente a situação inicial de emergência elimina o problema do excesso de energia, de modo que evitamos enfrentar o “sentido” da ação. Perpetuamente em busca de sobrevivência (que exige **crescimento** contínuo), somos liberados do estado de paralisia quando confrontados com a necessidade de “ser” que resulta do surgimento do excesso de energia. Em outras palavras, permanecer animais nos liberta da fadiga de nos tornarmos humanos. Ao mesmo tempo, expurgamos a *dépense* do fórum público “oficial”. Em lugar disso, ela é “privatizada” e escondida com vergonha (à medida que qualquer atividade de “desperdício” se torna moralmente incompatível com o suposto estado de emergência perpétuo).

Dada a individualização da sociedade, indivíduos assumem o fardo dos resíduos por meio de pequenas compensações: da sexualidade pervertida ao alcoolismo, jogos de azar e consumo chamativo espalhafatoso – que Bataille chamou de a “eructação vulgar” da pequena burguesia. Na era do **crescimento**, já não há *dépense* suntuosa e coletiva, apenas sua dissolução privada, consumida informalmente. Por isso, as sociedades modernas tentam resolver o problema da energia com uma estratégia dupla: inicialmente, ampliam a um nível sem precedentes seu uso servil (ou seja, a obsessão do **crescimento**) e, em segundo lugar, privatizam a *dépense*. Mas essa estratégia parece inadequada para a causa fundamental de colocar a funcionar a energia disponível. Uma grande quantidade de energia continua sem ser usada, e continua a circular e a estressar os seres humanos. Na falta de ferramentas para a catástrofe deliberada e simbólica (ou seja, a *dépense* coletiva ritual), os habitantes das sociedades do **crescimento** começam a sonhar e desejar uma catástrofe natural “real”.

Sendo assim, a *dépense* é um conceito central para teorizar sobre uma forma de sair da sociedade do **crescimento**, mas, paradoxalmente, não figura entre os pilares das teorias epistemológicas dominantes do decrescimento, nem é uma fonte de inspiração para o movimento dos objetores do **crescimento**. Talvez isso se deva ao fato de que adotar verdadeiramente a ideia da *dépense* implicaria o dismantelamento de um marco cognitivo de catástrofe e escassez que está na base do paradigma do decrescimento. À luz da *dépense*, a ameaça da catástrofe que assombra as sociedades ocidentais é apenas um sintoma da eliminação fracassada do excesso de energia. Para os apoiadores do decrescimento, é um risco “real”. O pensamento do decrescimento, portanto, está implicitamente subordinado à cultura dominante, que justifica a reestruturação capitalista neoliberal. Ela denuncia a falta de recursos necessários para sustentar os estilos de vida contemporâneos e, de fato, implementa uma mera reversão do problema fundamental da sociedade do **crescimento**. De acordo com Bataille:

[C]omo regra geral, a existência *particular* sempre corre o risco de sucumbir por falta de recursos. Ela contrasta com a existência *geral* cujos recursos estão em excesso e para a qual a morte não tem sentido. Do ponto de vista *particular*, os problemas são colocados, *em primeira instância*, por uma deficiência de recursos. Eles são colocados, *em primeira instância*, por um excesso de recursos, caso se comece do ponto de vista *geral*.

(Bataille, 1988, p. 39)

O ser individualizado está limitado pelo caráter precário da sua existência e, portanto, obcecado com o problema de sua sobrevivência. Quando isolado, assume uma posição fundamentalmente servil e reverte à condição de animal, na qual obter recursos é central. O desafio do excesso de energia só se torna visível se somos capazes de reposicionar nosso ponto de vista em um nível sistêmico. Os partidários do decrescimento fazem pouco mais do que transferir a posição servil típica do sujeito individualizado ao regime geral; a complexidade da humanidade fica submetida à “regra das necessidades”, sustentada por uma lógica utilitarista de sobrevivência. O ponto de vista individual que enfatiza a insuficiência de recursos é aplicado ao coletivo geral.

Como resultado, a tese do decrescimento arrisca reanimar e dar um novo impulso ao preceito básico da economia, ou seja, o princípio da escassez. Ela arrisca reproduzir o mito do **crescimento** ao usar o mesmo **imaginário** de um ponto de vista invertido, um **imaginário** que implica o emprego de toda a energia em circulação para a preservação da existência, desta vez, por

meio de estilos de vida “virtuosos” e técnicas eficientes. O projeto do decrescimento poderia ganhar um fôlego e um apelo mais amplos ao enfatizar, em vez disso, sua preocupação com a construção coletiva do sentido da vida e a restauração da soberania **política**. Essa é a única maneira de nós, modernos, enfrentarmos o desafio do excesso de energia.

## REFERÊNCIAS

BATAILLE, G. Histoire de l'érotisme. In: \_\_\_\_\_. *OEuvres complètes* (1976), v. 8. Paris: Gallimard, 1957.

\_\_\_\_\_. La notion de *dépense*. *La Critique Sociale*, v. 1, n. 7, 1933.

\_\_\_\_\_. La part maudite. In: \_\_\_\_\_. *OEuvres complètes* (1976), v. 7. Paris: Gallimard, 1949.

\_\_\_\_\_. L'économie à la mesure de l'univers. In: \_\_\_\_\_. *OEuvres complètes* (1976), v. 7. Paris: Gallimard, 1946.

\_\_\_\_\_. *Oeuvres completes*. Paris: Gallimard, 1976. t. VIII.

\_\_\_\_\_. *The accursed share: an essay on general economy*. New York: Zone Books, 1988. (v. I: Consumption).

FREUD, S. *Beyond the pleasure principle*. New York: W. W. Norton & Company, 1990.

MAUSS, M. Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. In: \_\_\_\_\_. *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1991. p. 145-171.

RIESMAN, D. *The lonely crowd*. New Haven: Yale University Press, 1950.

ROMANO, O. *The sociology of knowledge in a time of crisis: challenging the phantom of liberty*. London; New York: Routledge, 2014.

# DESCOLONIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO

*Serge Latouche*

A ideia e o projeto de descolonizar o imaginário têm duas fontes principais: a filosofia de Cornelius Castoriadis e a crítica antropológica ao imperialismo. Juntamente com a crítica ecológica, essas duas fontes são as origens intelectuais do decrescimento. Em Castoriadis, o foco está no imaginário, ao passo que, entre os antropólogos do imperialismo, o foco está na descolonização. Voltando a essas duas fontes, ilustra-se o significado exato do termo.

No trabalho de Castoriadis, a expressão performativa “descolonizar o imaginário” é óbvia, embora, que eu saiba, ele nunca a tenha usado dessa forma. Para Castoriadis, autor de *A instituição imaginária da sociedade*, a realidade social é a implementação de “significações imaginárias”, ou seja, representações que mobilizam sentimentos. Se o **crescimento** e o **desenvolvimento** são crenças e, portanto, significações imaginárias, como “progresso” e todas as categorias fundacionais da economia, sair delas para aboli-las e transcendê-las (a famosa *aufhebung* hegeliana) significa que o imaginário deve ser mudado. A realização de uma sociedade do decrescimento implica, portanto, em parte, descolonizar nosso imaginário, realmente mudar o mundo antes que a mudança do mundo nos condene. Essa é a aplicação estrita da lição de Castoriadis. Ele argumenta:

[O] que se requer é uma nova criação imaginária, de uma importância sem precedentes no passado, uma criação que ponha no centro da vida humana outras significações, e não apenas a expansão da produção e do consumo, que proponha objetivos de vida diferentes, e que possam ser reconhecidos pelos seres humanos como valendo a pena... É essa enorme dificuldade que temos de enfrentar. Deveria-

mos querer uma sociedade na qual os valores econômicos deixassem de ser centrais (ou únicos), em que a economia fosse colocada no seu lugar, como simples meio de vida humana e não como seu fim último, uma sociedade na qual se renunciasse a essa corrida alucinada em direção a um consumo cada vez maior. Isso é necessário não só para evitar a destruição definitiva do meio ambiente terrestre, mas também, e sobretudo, para escapar da miséria psíquica e moral dos homens contemporâneos.

(Castoriadis, 1996, p. 143-144)

Em outras palavras, a saída necessária da sociedade hipermoderna do consumo e do espetáculo também é eminentemente desejável. No entanto, Castoriadis acrescenta:

[M]as essa espécie de revolução exigiria mudanças profundas na estrutura psicossocial das pessoas no mundo ocidental, em sua atitude para com a vida, em suma, em seu imaginário. A ideia de que o único objetivo na vida é produzir e consumir mais é absurda e humilhante, e deve ser abandonada. O imaginário capitalista do pseudodomínio pseudorracional e da expansão ilimitada deve ser abandonado. Somente homens e as mulheres podem fazer isso. Um único indivíduo ou uma organização só podem se preparar, criticar, incentivar e esboçar possíveis orientações, na melhor das hipóteses.

(Castoriadis, 2010, p. 199)

Contudo, para tentar pensar em uma saída do imaginário dominante, devemos, antes de tudo, retornar à forma como entramos nele, ou seja, ao processo de economização das mentes concomitante à **mercantilização** do mundo. Para Castoriadis, a economia é uma invenção. As últimas páginas de *A instituição imaginária da sociedade* tratam precisamente desse tema. Elas são as sementes que eu tentei desenvolver em meu livro *A invenção da economia*, ou seja, uma análise de como a economia está instituída no imaginário ocidental moderno (Latouche, 2005).

Em Castoriadis, **desenvolvimento** e **crescimento** não são temas de muita análise. A visão do autor sobre ambos está estabelecida em umas poucas frases afiadas, seja em um debate ou durante reflexões dedicadas a outros temas. Falando da crise de **desenvolvimento**, ele a analisa como uma crise das significações imaginárias correspondentes e, em particular, do progresso. A incrível resiliência ideológica do **desenvolvimento** se baseia na capacidade de resiliência não menos impressionante do progresso. Como diz ele, admiravelmente:

[N]inguém mais acredita realmente em progresso. Todo mundo quer ter um pouco mais no ano seguinte, mas ninguém pensa que a **felicidade** esteja em um aumento anual de 3% no consumo. O imaginário do **crescimento** definitivamente ainda existe, e é o único imaginário que se mantém no mundo ocidental. O homem ocidental não acredita em coisa alguma, exceto no fato de que, em breve, poderá comprar um televisor de alta definição.

(Castoriadis, 2010, p. 181)

Uma forma de arrancar uma crença pela raiz é prontamente demonstrada por meio da metáfora da descolonização, na análise das relações Norte/Sul. O termo “colonização”, como geralmente é usado por antropologias anti-imperialistas em relação à mentalidade, pode ser encontrado nos títulos de vários livros. A obra de Octave Manonni sobre a psicologia dos colonizados é um dos primeiros. Mais explicitamente, Gérard Althabe, discípulo de Balandier, nomeou seu estudo sobre Madagascar, de 1969, de *Opressão e libertação dentro do imaginário*. Em 1988, Serge Gruzinski, publicou *A colonização do imaginário*, cujo subtítulo se refere ao processo de ocidentalização. No entanto, quando Gruzinski fala da colonização do imaginário, ainda se trata de uma continuação do processo colonial no seu sentido estrito e da conversão dos nativos pelos missionários. Essa mudança de religião foi, ao mesmo tempo, uma desculturação de mentes e uma aculturação ao cristianismo e à civilização ocidental pelo projeto imperialista. Essa é uma opressão real no imaginário, conduzida por meios que não são apenas simbólicos: basta pensarmos nas piras crematórias muito usadas no Novo Mundo pelos conquistadores espanhóis durante a Inquisição.

Com o **crescimento** e o **desenvolvimento**, estamos lidando com um processo de conversão das mentalidades, um processo de natureza ideológica e quase religiosa, visando estabelecer o imaginário do progresso e da economia. No entanto, “o estupro do imaginário”, para usar a feliz expressão de Aminata Traoré (2002), ainda permanece simbólico. No Ocidente, quando falamos da colonização do imaginário, estamos lidando com uma invasão mental em que somos as vítimas e os agentes. Em grande parte, é autocolonização, uma servidão parcialmente voluntária.

Por isso, a expressão “descolonização do imaginário” marca uma mudança semântica. A originalidade reside na ênfase sobre a forma particular do processo inverso ao analisado pelos antropólogos. É uma mudança de “software” ou paradigma, uma “verdadeira revolução do imaginário”, como a chama Edouard Glissant. Antes de tudo, é uma revolução cultural. Mas não só isso: trata-se também de sair da economia, mudar valores e, portanto,

desocidentalizar-se. Esse é precisamente o programa desenvolvido no âmbito do projeto de pós-desenvolvimento dos “militantes” do decrescimento.

Sair do imaginário dominante ou colonial, para Castoriadis, bem como para os antropólogos anti-imperialistas, é uma questão central, mas muito difícil, porque não podemos decidir mudar o nosso imaginário e ainda menos o dos outros, principalmente se eles estiverem “viciados” em **crescimento**. Não se pode deixar de pensar antes em educação, em paideia, que, para Castoriadis, tem um papel essencial.

[O] que significa, por exemplo, a liberdade ou a oportunidade para que os cidadãos participem, ele pergunta, se na sociedade da qual estamos falando não há algo – que desaparece nas discussões contemporâneas... – que é a Paideia, a educação do cidadão? Isso não significa ensinar aritmética, e sim ensinar a ser cidadão. Ninguém nasce cidadão. E como alguém se torna cidadão? Aprendendo a sê-lo. Aprendemos, em primeiro lugar, olhando para a cidade em que vivemos. E, certamente, não assistindo à TV de hoje.

(Castoriadis, 2010)

Essa desintoxicação, no entanto, não é inteiramente possível se ainda não tiver sido estabelecida uma sociedade do decrescimento. Em primeiro lugar, devemos ter saído da sociedade de consumo e o seu sistema de “emburramento cívico”, o qual nos tranca em um círculo que precisa ser rompido. Denunciar a agressão da publicidade, um veículo da ideologia atual, certamente é o ponto da partida da contraofensiva para sair do que Castoriadis chamou de “onanismo consumista e televisivo”. O fato de o jornal *La Décroissance* ser derivado da associação “Casseurs de pub” (detonadores da propaganda, ou *ad-busters*) não é coincidência. A publicidade é a principal impulsionadora da sociedade do **crescimento**. O movimento dos decrescentistas e dos objetores do **crescimento** é amplo e naturalmente ligado a uma resistência contra a agressão da propaganda.

## REFERÊNCIAS

CASTORIADIS, C. *Démocratie et relativisme: débat avec le MAUSS*. Paris: Mille et Une Nuits, 2010.

\_\_\_\_\_. *La montée de l'insignifiance*. Paris: Points, 1996. (Les carrefours du labyrinthe, IV). Traduzido para o inglês e editado de forma autônoma. *The rising tide of insignificance (the big sleep)*. Publicação eletrônica: 2003. Disponível em: <[www.costis.org/x/castoriadis/Castoriadis-rising\\_tide.pdf](http://www.costis.org/x/castoriadis/Castoriadis-rising_tide.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2016.

\_\_\_\_. *The imaginary institution of society*. Cambridge: Polity Press, 1987.

CASTORIADIS, C.; ESCOBAR, E.; GONDICAS, M. (Org.). (2005) *Une société à la dérive*, Paris, Seuil. Tradução em inglês (de Helen Arnold) (2010), *A Society Adrift*, New York: Fordham University Press.

LATOUCHE, S. *L'invention de l'économie*. Paris: Albin Michel, 2005.

TRAORÉ, A. *Le viol de l'imaginaire*. Paris: Actes Sud; Fayard, 2002.

# DESMATERIALIZAÇÃO

*Sylvia Lorek*

O termo “desmaterialização” se refere a uma redução (na verdade, uma redução enorme) na quantidade de materiais usados para atender às necessidades de produção e consumo do nosso planeta. A desmaterialização indica como (e quanto) o nosso **metabolismo** social precisa diminuir. É uma estratégia orientada aos insumos, que, em contraste com as tradicionais medidas de “fim de ciclo”, pretende tratar dos problemas ambientais na origem. O conceito da desmaterialização considera os problemas ambientais atuais (como as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade) intimamente relacionados ao volume de material e energia usados para a produção de bens e serviços: se o insumo diminuir, o impacto ambiental global também diminuirá.

A desmaterialização também pretende ser uma resposta ao fato de que a disponibilidade de recursos não renováveis está chegando ao fim, e que alguns recursos renováveis importantes, como peixes e madeira, apresentam taxas mais elevadas de consumo do que de reprodução. Alguns dados indicativos:

A extração de petróleo cru “convencional” atingiu o pico em 2006; a maioria dos principais campos foi descoberta na década de 1960, e sua produção está caindo entre 4% e 6% ao ano (e o petróleo “novo” não consegue acompanhar) (ver **pico do petróleo**).

Sessenta e três dos 89 recursos não renováveis que possibilitam a existência da sociedade industrial de alta tecnologia já tinham se tornado globalmente escassos em 2008.

Oitenta e dois por cento dos estoques de peixes monitorados já estavam totalmente explorados ou sobre-explorados em 2008 (32% estão sobre-explorados, em comparação com 10% na década de 70).

Trinta por cento das terras aráveis do mundo se tornaram improdutivas; a erosão/degradação do solo continua a uma taxa que é 10 a 40 vezes a de reposição natural.

A palavra desmaterialização costuma ser usada em relação ao termo dissociação e se confunde com ele. A dissociação de recursos significa reduzir a taxa de uso de recursos por unidade de atividade econômica medida em **PIB**. A dissociação geralmente se refere à economia e suas atividades, enquanto a desmaterialização considera a capacidade da Terra e suas limitações como ponto de referência. Existe uma distinção geral entre dissociação relativa e absoluta. A dissociação relativa é atingida quando o uso dos recursos cresce menos do que o **PIB**. A dissociação absoluta significa que a economia cresce, mas o uso de recursos continua pelo menos estável, ou diminui. A desmaterialização, como se define aqui, apareceria como dissociação absoluta, ou seja, uma redução absoluta no uso de materiais e de carbono. A possibilidade de uma dissociação absoluta costuma ser evocada, por exemplo, nas visões de uma redução de “Fator 4” ou “Fator 10” na intensidade do uso de materiais ou carbono da economia.

Os defensores dessas reduções no uso de recursos esperam que elas aconteçam por meio de um aumento significativo da produtividade dos recursos para compensar qualquer aumento do consumo desses recursos devido ao **crescimento** econômico. Entre as estratégias para alcançar uma dissociação absoluta está uma variedade de abordagens, como o desenvolvimento de novas tecnologias e materiais, padrões de produtividade de recursos na construção, aumento da durabilidade e da reciclagem de bens, e novos estilos de vida, com baixo uso de recursos. Essas ações exigem políticas específicas, como o apoio a pesquisa e desenvolvimento, estímulo a compras e contratações públicas ecoeficientes, e apoio ativo à criação de mercados para produtos e serviços desmaterializados. Outras propostas comuns dos defensores da dissociação são a internalização dos custos ambientais externos, principalmente por meio de instrumentos de mercado, como impostos sobre a energia ou sobre matérias-primas.

Alguns países, como a Alemanha ou os Estados Unidos, afirmam ter conseguido uma dissociação absoluta da sua economia (ou seja, a estabilização do uso de recursos, apesar do crescimento do **PIB**) como resultado de seus programas de eficiência de recursos. Na realidade, o consumo de materiais e carbono desses países aumenta, mas ocorre em países de onde eles importam cada vez mais bens materiais.

A impressão de dissociação absoluta resulta da forma como são contabilizados os fluxos de materiais. Há um processo de transferência global em curso, pela qual as economias desenvolvidas substituem a extração e o processamento nacionais de materiais, bem como processos produtivos, por recursos materiais importados de países em desenvolvimento e emergentes (Peters et al., 2011). Isso levanta uma questão de **justiça ambiental**. Em

relação a esse balanço comercial físico entre regiões, a Europa é a que mais está transferindo, enquanto Austrália e a América Latina assumem o fardo ambiental. Foi essa transferência que criou a impressão de dissociação absoluta na Europa.

Para melhorar seus dados sobre o uso de materiais, a Agência Ambiental Europeia desenvolveu programas que calculam o uso de materiais pelas economias não com base em produção, e sim em consumo. Isso significa levar em conta o total de material requerido (TMR) em todos os produtos finais consumidos em uma nação, e implica acompanhar o consumo ao longo das cadeias de produção como um todo – incluindo, também, investimentos em maquinário e infraestrutura (European Environment Agency, 2013).

A maioria dos países, no entanto, mostra uma dissociação relativa, o que significa que o consumo de material ainda está aumentando, mas em um ritmo mais lento do que a produção econômica. Globalmente, a produtividade dos materiais aumentou 37% entre 1980 e 2008. O **PIB** cresceu 147%, enquanto o consumo de materiais cresceu “apenas” 79%. Essa dissociação relativa, no entanto, envolveu um grande aumento da materialização da economia global. Como ilustração, durante esse mesmo período, o uso global de biomassa aumentou 35%, a extração mineral cresceu 133%, os combustíveis fósseis, 60%, e os metais, 89%. Os GEE aumentaram 42% (Dittrich et al. 2012).

As soluções tecnológicas e de mercado levantadas pelos defensores da dissociação continuam longe de ser adequadas à escala do desafio enfrentado se a população e a renda continuarem a crescer. A enorme escala de ação que o **crescimento** contínuo acarreta é assustadora. Em um mundo de 9 bilhões de pessoas, todas aspirando a estilos de vida ocidentais, a intensidade de carbono de cada dólar de produção deve ser, pelo menos, 130 vezes mais baixa em 2050 do que é hoje, se quisermos nos manter dentro do limite de 350 ppm que os cientistas dizem ser necessário para evitar mudanças climáticas perigosas. Até o final do século, a atividade econômica terá que tirar carbono da atmosfera, em vez de adicioná-lo. Isso se torna ainda mais difícil quando se considera o **Paradoxo de Jevons** e a possibilidade de que o **dinheiro** economizado por ganhos de eficiência seja gasto em outros bens que demandam grande quantidade de materiais/energia. Os ganhos de eficiência podem gerar mais uso de recursos, e não menos.

Nesse contexto, os mecanismos mais adequados para a desmaterialização absoluta são os limites ao consumo de carbono e aos recursos, uma vez que estes reduzem a possibilidade de “vazamentos” e rebotes (ver a Coalizão Pelos Limites de Recursos, ou Resource Cap Calition). O objetivo dos acordos para definir limites é obter uma redução absoluta no uso de recursos por meio de margens de uso de recursos que vão ficando menores a cada ano.

Isso pode transformar constantemente os padrões de produção e consumo, e demonstrar sua validade para incentivar as inovações com relação a produtos e serviços com baixo uso de insumos materiais. Um limite de recurso planejado também pode contribuir para realocar a economia com ciclos econômicos mais curtos e maior autossuficiência, favorecendo iniciativas tratadas neste volume, como **nowtopias, hortas urbanas, ou neorrurais**.

Pequenos ajustes dentro do sistema não serão suficientes para promover as reduções radicais no uso de materiais e de carbono que são necessárias, segundo o princípio da precaução, para que nos mantenhamos dentro da capacidade segura da Terra. A desmaterialização é improvável em uma economia que continua crescendo. Em vez disso, é necessário um decrescimento substancial para reduzir o nosso **metabolismo** social a um nível de **estado estacionário** sustentável. Os limites são uma das maneiras politicamente sancionadas de pressionar por esse decrescimento.

## REFERÊNCIAS

- CLUGSTON, C. *Scarcity: humanity's final chapter?* Port Charlotte: Booklocker, 2012.
- DITTRICH, M.; GILJUM, S.; LUTTER, S.; POLZIN, C. *Green economies around the world? Implications for resource use for development and the environment*. Vienna: SERI, 2012.
- EUROPEAN ENVIRONMENT AGENCY. *Environmental pressures from European consumption and production: a study in integrated environmental and economic analysis. EEA Technical Report n. 2/2013*, Copenhagen, 2013.
- PETERS, G. P.; MINX, J. C.; WEBER, C. L.; EDENHOFER, O. Growth in emission transfers via international trade from 1990 to 2008. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 108, n. 21, p. 8.903-8.908, 2011.

# DESPOLITIZAÇÃO ("O POLÍTICO")

*Erik Swyngedouw*

“O político” é o terreno público em disputa, onde diferentes imaginações sobre possíveis ordens socioecológicas competem pela institucionalização simbólica e material dessas visões. Na verdade, o terreno da luta sobre futuros político-ecológicos – um terreno que torna evidentes e perceptíveis as visões e os desejos heterogêneos que atravessam o corpo social – e sobre como conseguir isso é precisamente o que constitui o terreno “do político”. O político se refere, portanto, a um espaço público amplamente compartilhado, uma ideia de convivência, e sinaliza a ausência de uma questão fundamental ou essencial (na natureza, no social, na ciência, na cultura ou na filosofia política) na qual basear uma comunidade política ou uma sociedade. O político é um domínio imanente da prática agonística.

Portanto, a política transformadora em direção ao “decrecimento” requer formas específicas de politização que sejam adequadas à situação atual do mundo.

No entanto, embora a visão normativa da necessidade de “decrecimento” fundamente suas afirmações na análise dos desequilíbrios energéticos entrópicos dos metabolismos capitalistas da natureza (ver **entropia**), e nas desigualdades e nos conflitos socioecológicos inerentes a esses processos, a transformação de um “crescimento” em uma configuração socioecológica baseada no “decrecimento” tem que ampliar seu interesse, passando de argumentos “científicos” e sociais à consideração do político.

Eu considero que a política ou a formulação de políticas, diferentemente do político, refere-se aos jogos de poder entre os atores políticos e as coreografias cotidianas de negociar, formular e implementar regras e práticas dentro de uma determinada configuração institucional e procedimental na

qual indivíduos e grupos vão em busca de seus interesses. A política, portanto, nas formas das instituições e tecnologias de governo, e das táticas, estratégias e relações de poder relacionadas à intermediação de conflitos e à promoção de determinados interesses partidários, institui a sociedade e lhe dá alguma forma (instável) e coerência temporal.

A política como gestão pública está em contraste com o político como esfera de disputa agonística e de luta pelos ambientes que desejamos habitar e pela forma de produzi-los. Há uma tendência de que a primeira suture e, finalmente, negue ou impeça, o segundo. Esse processo é marcado por uma colonização do político pela política ou pela sublimação do político e sua substituição por “comunidade” (como uma unidade indivisível imaginada), um **imaginário** sociológico específico “do povo” (como nação, grupo étnico ou outra categoria social), “organização”, “gestão”, “boa governança”. No atual clima neoliberal despolitizante, a gestão pública de coisas e pessoas é hegemonicamente articulada em torno de uma naturalização da necessidade de **crescimento** econômico – a mobilização inquestionável das relações e forças de mercado como o único modo possível de acessar, transformar e distribuir a natureza (transformada) – e o **capitalismo** como a única forma razoável e possível de organização do **metabolismo** sacionatural. Esse isolamento do político em termos de, ao menos, reconhecer a legitimidade das vozes e posições discordantes constitui um processo de despolitização. Em outras palavras, a despolitização assume a forma de uma crescente dominação de várias formas gerenciais e técnicas inter-relacionadas de governança, destinadas a manter e nutrir o **crescimento** e compreendidas como a acumulação ininterrupta de riqueza econômica (ver Swyngedouw, 2011). Por exemplo, a preocupação ecológica predominante hoje diz que desenvolvimento sustentável se refere principalmente à mobilização de configurações técnicas e institucionais, como o Protocolo de Quioto para mitigar a mudança climática, segundo o qual o objetivo é tornar as preocupações ecológicas compatíveis com uma economia baseada no crescimento capitalista, “para que nada realmente tenha que mudar” (Swyngedouw, 2010, p. 222). O marco mais amplo do **crescimento** neoliberal não é contestável em si. Considere-se, por exemplo, a forma como a crise pós-2008 foi tratada pelas elites nacionais e internacionais reunidas, de maneiras que permitiram a sobrevivência e o fortalecimento, em última análise, do processo de acumulação e restauração do **crescimento** econômico. É exatamente essa condição que nega, ou melhor, isola a aparência agonística de vozes discordantes ou visões alternativas que muitos passaram a identificar com formas pós-democráticas de gerir a ordem existente. É um processo marcado pelos imperativos gêmeos da despolitização da economia (ou seja, o **capitalismo** neoliberal não pode ser contestado

dentro dos parâmetros atuais da política dominante) e da economização da política (ou seja, sujeitar todos os domínios de interesse público ao domínio do mercado e ao cálculo econômico).

O desafio à politização do decrescimento, portanto, é pensar e praticar o ressurgimento do político em uma época de despolitização pós-democrática. O político não pode ser suprimido indefinidamente. Ele sempre retorna, como uma prática imanente que gira em torno dos tropos de emergência, insurreição, igualdade e encenação de um ser-em-comum igualitário. O ressurgimento do político acontece por meio de um procedimento de interrupção no estado da situação: uma revolta, uma rebelião, uma insurgência ou a encenação politizada de novas práticas de ser-em-comum. É sempre específica, concreta, particular, mas se apresenta como condensação metafórica do universal. Esse procedimento implica a produção de novo material igualitário e de espacialidades socioecológicas discursivas dentro e através das espacialidades existentes da ordem existente. Ele afirma o dissenso como base para a política e opera mediante a (re)apropriação do espaço e da produção de novas qualidades socioecológicas e novas relações socioecológicas (Wilson e Swyngedouw, 2014).

Exemplos dessas formas emergentes de repolitização embrionária podem ser identificados no variado ativismo insurgente e nas manifestações de descontentamento radical que proliferam, como os **Indignados** na Espanha, o movimento **Occupy** e uma série de outras insurreições, bem como pelo incipiente movimento do decrescimento e diversas outras mobilizações ativas articuladas em torno de sensibilidades mais equitativas, socialmente inclusivas e ecologicamente mais adequadas. O que marca esses retornos hesitantes “do político” é precisamente o fato de que esses movimentos operam fora dos registros da formulação de políticas ou da política realmente existente (democrática ou não). Em outras palavras, como argumenta Miguel Abensour, a politização opera a uma distância em relação ao Estado. Além disso, as reivindicações e as demandas expressadas por esses novos agentes políticos encenam uma reivindicação de igualdade em um contexto em que prevalecem condições socioecológicas desiguais.

Em um contexto de despolitização neoliberal, a repolitização de questões socioecológicas requer uma reflexão urgente e estratégica. Em primeiro lugar, em vez de aderir à obsessão pós-moderna com a política identitária e celebrar a diversidade de possíveis modos de ser, ou celebrar a micropolítica de resistências dispersas e práticas alternativas individualizadas, é importante destacar a divisão e a exclusão, e enfatizar “o ato político” e uma fidelidade a um procedimento de verdade política que precisa assumir lados, enquanto aspira à universalização. Esta última se refere a um processo de politização ao

qual todos são convidados (embora nem todos venham a aceitar o convite). As atuações igualitárias insurgentes, para ser eficazes, transgridem a fantasia do tipo de ato que reivindica a “resistência” como medida positiva. O ato de resistência (“Eu tenho que resistir ao processo de, digamos, **crescimento** ilimitado, neoliberalização, globalização ou **capitalismo**, caso contrário, a cidade, o mundo, o ambiente, os pobres sofrerão”) apenas responde ao chamado do poder em seu disfarce pós-democrático. Na verdade, o que realmente se busca é a ação resistente, mas se deixa a ordem policial intacta. A política, entendida meramente como rituais de resistência, está fadada a fracassar politicamente. Resistir e alimentar o conflito, como horizonte último de muitos movimentos sociais, tornou-se um subterfúgio que mascara o que está verdadeiramente em jogo, ou seja, a inauguração de uma ordem pós-capitalista e socioecológica diferente.

Portanto, e em segundo lugar, a atenção deve se voltar às modalidades de repolitização. A repolitização, como intervenção no estado da situação que transforma e transgride as ordens simbólicas da condição existente, marca uma passagem da antiga situação a uma nova, a qual já não pode ser pensada nos termos dos antigos marcos simbólicos. Sendo assim, a politização diz respeito a inaugurar práticas que estejam além da ordem simbólica do contexto pós-democrático existente e, portanto, exigiria a transformação dentro da ordem existente, e dessa ordem, para permitir que ocorra a simbolização. Os momentos politizantes mais promissores do movimento do decrescimento residem precisamente em sustentar e nutrir essas táticas.

Em terceiro lugar, a resposta adequada à demanda (pelas elites) pela ação, por conceber o novo, por ser criativo (em um sentido neoliberal), para ser diferente é a recusa a agir. Diversas vezes, a população é convidada a agir de determinadas maneiras – reciclar o lixo, reduzir a pegada ecológica – sustentando o mito de que essas práticas de consumo individualizadas vão deslocar a ordem socioecológica em uma direção mais equitativa e ecologicamente sensível, quando, na verdade, se garante que nada realmente aconteça. Essa recusa a agir também é um convite a pensar, ou melhor, a pensar novamente. Há uma tarefa urgente que exige a formação de novos **imaginários** ou fantasias igualitários e a ressurreição do pensamento emancipador que foi censurado, excluído, suspenso.

Tudo isso gira em torno de repensar a igualdade politicamente, ou seja, não como um conceito sociológico verificável ou um procedimento que permita a abertura de uma arena de políticas que vai corrigir as desigualdades observadas (utópica/normativa/moral) em algum momento de um futuro utópico, mas como condição axiomáticamente dada e pressuposta, embora contingente, da política democrática; a igualdade aparece em sua encenação

performativa. Deve-se insistir na igualdade de todos, em sua capacidade de tomar parte ativamente na produção da “vida em comum” de uma forma igualitária e livre. Alcançar isso requer, acima de tudo, a politização radical da maneira pela qual organizamos acesso, transformação e distribuição das coisas e dos serviços socioecológicos. Mais do que isso, atravessar fantasias consensuais de elite exige a coragem intelectual e política de imaginar radicalmente a produção coletiva de espacialidades socioecológicas equitativas e comuns. Exige, também, a inauguração de novas trajetórias políticas para se viver a “vida em comum” e, mais importante, a coragem de fazer escolhas, tomar partido, declarar fidelidade às práticas igualibertárias já prefiguradas em alguns dos lugar-momentos que marcam as paisagens políticas emergentes das quais o movimento do decrescimento faz parte. Nesse sentido, temos de recuperar práticas socioecológicas igualibertárias como uma necessidade extrema para a atualidade. Na verdade, o decrescimento e a democratização igualitária estão necessariamente interligados.

## REFERÊNCIAS

- ABENSOUR, M. *Democracy against the State*. Cambridge: Polity Press, 2011.
- BADIOU, A. *The rebirth of history*. London: Verso, 2012.
- RANCIÈRE, J. *Disagreement*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- SWYNGEDOUW, E. Interrogating post-democracy: reclaiming egalitarian political spaces. *Political Geography*, v. 30, p. 370-380, 2011.
- \_\_\_\_\_. Trouble with nature: ecology as the new opium for the people. In: HILLIER, J.; HEALEY, P. (Org.). *In conceptual challenges for planning theory*. Farnham: Aldershot, 2010.
- WILSON, J.; SWYNGEDOUW, E. *The post-political and its discontents: spaces of depoliticization, specters of radical politics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

# EMERGIA

*Sergio Ulgiati*

A emergia, definida como a quantidade total de energia disponível (geralmente do tipo solar) que é investida direta e indiretamente pelo ambiente em um processo, foi sugerida como medida científica do trabalho da biosfera para sustentar os processos de vida na Terra (Odum, 1988, 1996). Dentro dessa perspectiva “pelo lado do doador”, o “valor” de um recurso se baseia no esforço feito para sua geração pela natureza e seu processamento pela sociedade, em um processo evolutivo de “tentativa e erro” que garante a otimização de um ciclo de recursos. As teorias econômicas predominantes abordam o conceito de valor de caráter monetário (disposição a pagar, ou seja, valor pelo lado do usuário), enquanto o valor com base na emergia está relacionado à quantidade de recursos primários (energia solar, calor geotérmico, etc.) investidos pela natureza para sua geração e ciclos sustentáveis (a geração de petróleo e a absorção de emissões de dióxido de carbono requerem a mesma atividade fotossintética, independentemente de quanto estivermos dispostos a pagar por um barril de petróleo, ou seja, é o valor pelo lado da oferta). Portanto, o método de contabilização da emergia é uma técnica de avaliação quantitativa que determina o valor ambiental dos recursos, serviços, mercadorias e armazéns – comercializados ou não – nas unidades comuns de energia solar cumulativa (*seJ*, joules solares equivalentes) necessárias para fazer um determinado produto ou serviço.

A radiação solar, o potencial gravitacional e o calor das profundezas da Terra são as forças motrizes que mantêm a biosfera capaz de se desenvolver e operar, ao sustentar ciclos de matéria e informação. É por meio dos ciclos que os sistemas se mantêm além do equilíbrio termodinâmico, adaptativo e vital (por exemplo, o ciclo de carbono: as árvores geram folhas a partir do dióxido de carbono, por meio de fotossíntese, as folhas mortas se degradam no solo e geram matéria orgânica superficial, a qual, por sua vez, é metabolizada por

microrganismos e se torna CO<sub>2</sub> novamente. Esses ciclos se aplicam à água, ao nitrogênio, ao fósforo e a todos os componentes dos ecossistemas, em todas as escalas e prazos de retorno). Emergia não é energia; ela usa as energias impulsionadoras como medida de apoio ambiental aos processos; a contabilização da emergia inclui recursos energéticos e minerais, tempo e serviços ecossistêmicos. Ao concentrar minerais na crosta terrestre, e ao fazer circular ar, água e nutrientes, os fluxos ambientais de radiação solar, potencial gravitacional e calor profundo geram e mantêm em funcionamento o sistema de suporte à vida no qual organismos, espécies, populações e comunidades inteiras interagem e se desenvolvem ao longo do tempo. Os ecossistemas sustentados por essas forças motrizes ambientais prestam serviços diretos a todas as espécies, e também contribuem para armazenar recursos para uso futuro: a) armazenamentos de renovação lenta, como águas subterrâneas, solo superficial, biomassa disponível e biodiversidade; b) armazenamentos não renováveis, como combustíveis fósseis e minerais (as expressões “de renovação lenta” e “não renováveis” estão relacionadas ao tempo de vida das sociedades humanas).

O procedimento da emergia contabiliza os influxos de recursos, atribui-lhes fatores de qualidade no lado da oferta (chamados de transformidades ou valores unitários emergéticos, UEV, na sigla em inglês) com base em seu papel e seus custos dentro da dinâmica ambiental, e gera indicadores de desempenho que relacionam desempenho econômico, disponibilidade de recursos, integridade ambiental e produtos finais. Assim, pode-se introduzir um conjunto de índices e coeficientes de desempenho para contabilizar as diferentes características da evolução de um processo ou sistema: recursos locais e externos, renováveis e não renováveis, eficientes e ineficientes, difusos e concentrados, balanço comercial com base em recursos e balanço monetário, estáticos e dinâmicos, entre outros. Por exemplo, o método da emergia contabiliza o comércio de recursos em termos de seus custos ambientais incorporados, e não em termos de seu valor monetário (como no caso dos termos econômicos do comércio). Isto é, mesmo quando o balanço econômico é aproximadamente equilibrado, o equilíbrio ambiental pode não ser; países em desenvolvimento que exportam recursos primários brutos por dinheiro perdem riqueza ambiental e potencial de trabalho que poderiam ter sido usados internamente para sustentar suas economias. Essa perda geralmente não é compensada pelo equivalente em emergia ao **dinheiro** recebido (ou seja, o valor de emergia das pequenas quantidades de recursos manufaturados comprados no mercado internacional usando esse **dinheiro**).

As atividades econômicas desencadeiam novos fluxos e criam novos armazéns. O petróleo é convertido em serviços de eletricidade e transporte, os minérios são convertidos em infraestruturas, maquinário e cidades; a energia

elétrica, o maquinário e as infraestruturas, por sua vez, são convertidos em educação, saúde e serviços recreativos. Ao fazê-lo, criam-se novos armazéns de informações (universidades, bibliotecas, artes e museus, *know-how* e, em prazos mais longos, culturas, religiões e idiomas inteiros), que, por sua vez, tornam-se a base para mais desenvolvimento do sistema social, ao mesmo tempo em que retroalimentam os níveis hierárquicos inferiores para expandir ou estabilizar a base de recursos.

Salientando que as sociedades humanas se alimentam da retirada de capital natural e usam diferentes tipos de serviços ecossistêmicos, Odum (1988, 1996) identificou o capital natural e os serviços ecossistêmicos como a verdadeira fonte de riqueza, como uma alternativa e um complemento à crença comum de que apenas o trabalho e o capital econômico podem ser essas fontes. As análises energéticas ou econômicas tradicionais geralmente não levam em conta os insumos que elas não conseguem avaliar de forma monetária ou energética. Somente os valores monetários são reconhecidos pelo mercado, mas as economias dependem de insumos muito grandes do meio ambiente: se esses insumos não forem levados em conta e não receberem um valor apropriado, pode haver uso indevido de recursos e a impossibilidade de inferir as perspectivas futuras para o sistema. Embora seja impossível medir a maior parte desses fluxos dominados pelo homem de uma forma que capte o seu valor complexo, é muito mais fácil avaliar seu “custo de produção” e gerar uma hierarquia de valor nos processos da biosfera por meio do conceito de emergia. A emergia defende um conceito diferente de valor, enraizado no custo de produção de recursos pela natureza: o “esforço” exibido pela natureza para gerar recursos em favor de um conjunto muito maior de usuários: todas as espécies da Terra, e não apenas seres humanos no mercado. Maximizar o valor de mercado aos olhos dos seres humanos põe em risco os padrões de sobrevivência de outras espécies. A emergia exige otimização – e não maximização – e escolhas **políticas** que contemplem os direitos de todas as espécies e a qualidade dos recursos em termos de o que é necessário (energia, tempo, materiais) para produzi-los, mesmo que isso possa não ser reconhecido por avaliações de valor com base no mercado.

Os processos naturais vêm sendo selecionados durante longos prazos biológicos e sintonizaram sua taxa de uso de acordo com o fluxo de recursos disponível. Infelizmente, após a descoberta das energias fósseis, as sociedades humanas aprenderam a explorar os recursos a uma taxa maior do que aquela em que eles são substituídos, gerando o problema da sua sustentabilidade em relação à capacidade de carga da biosfera e aos armazenamentos disponíveis.

O **crescimento** e o desempenho econômicos são cada vez mais afetados, dia a dia, por problemas e restrições ambientais (mudanças climáticas,

escassez e abastecimento de energia, perda de biodiversidade, falta de água doce) que não podem ser totalmente tratados em termos monetários. O total de energia que move a condução de um processo passa a ser uma medida da atividade de auto-organização do planeta. Essa medida é o tamanho máximo permitido para o **crescimento** do sistema, ou seja, representa o limite superior para a capacidade de carga da biosfera.

As restrições ambientais e os princípios gerais dos sistemas forçam todo o tipo de sistemas a passar por ciclos de **crescimento**, clímax, declínio e restauração (paradigma pulsante). Assim, Odum e Odum (2001) conceberam padrões de uma descida próspera (“declínio”, ou o que, neste livro, pode ser chamado de “decremento”) para a atual civilização, apontando que a sustentabilidade é a capacidade de se adaptar a oscilações nos recursos, em vez de se alcançar um **estado estacionário** a ser sustentado para sempre. Os ecossistemas florestais têm ciclos pulsantes curtos, com as árvores florescendo e crescendo na primavera, dando frutos e sementes (informação armazenada) no verão, perdendo as folhas no outono (para ser recicladas por microrganismos do solo) e se recuperando no inverno, quando os recursos (energia solar disponível) são reduzidos. Muito semelhantes, padrões dependentes de recursos caracterizam todos os outros sistemas e espécies vivas da Terra, incluindo os seres humanos. Como apontado por Odum e Odum (2001), é difícil reconhecermos os ciclos sociais dos quais fazemos parte, caracterizados por “comprimentos de onda” pulsantes mais longos; em vez disso, identificamos facilmente os ciclos pulsantes mais curtos dos ecossistemas. O decremento e a otimização de recursos são devidamente tratados pelo método da energia, devido ao seu foco no tempo e na qualidade incorporados.

## REFERÊNCIAS

BROWN, M. T.; ULGIATI, S. Understanding the global economic crisis: a biophysical perspective. *Ecological Modelling*, v. 223, n. 1, p. 4-13, 2011.

ODUM, H. T. *Environmental accounting. energy and environmental decision making*. New York: Wiley, 1996.

\_\_\_\_. Self organization, transformity and information. *Science*, v. 242, p. 1.132-1.139, 1988.

ODUM, H. T.; ODUM, E. C. *A prosperous way down: principles and policies*. Boulder: University Press of Colorado, 2001.

# ENTROPIA

*Sergio Ulgiati*

A entropia, uma medida de energia e degradação de recursos, é um dos conceitos básicos da Termodinâmica. Sua definição requer um exame mais atento do conceito de energia, geralmente definida como a capacidade para fazer trabalho mecânico ou, em um sentido mais amplo, a “capacidade de impulsionar a transformação de um sistema”, que inclui todos os tipos de transformações físicas, químicas e biológicas. Ao impulsionar um processo de transformação, a energia perde sua capacidade de fazê-lo novamente, ou seja, a energia é conservada (na forma de calor), mas algumas das características que a tornaram capaz de sustentar o processo são perdidas de forma irreversível (por exemplo, gradientes de concentração, temperatura, pressão, altura e informação). Uma definição e um comportamento semelhantes também se aplicam aos recursos materiais, e não apenas à energia, que sejam capazes de sustentar processos graças à dissipação de seus gradientes em relação ao entorno natural. Durante um processo real, perde-se o gradiente, e não a matéria ou o calor, que são conservados. A diminuição da capacidade de fazer trabalho é o que se chama, de forma ampla, de “entropia”. A conservação de energia pode ser reenunciada na forma de “conservação de calor” (Primeira Lei da Termodinâmica), enquanto a perda de capacidade para sustentar os processos se refere ao conceito de entropia e à impossibilidade de converter 100% do calor em trabalho, embasando o conceito de “energia disponível”, ou seja, a quantidade de energia que pode ser realmente convertida.

O conceito de entropia se originou durante a Revolução Industrial na Inglaterra (início do século XVIII até a segunda metade do XIX). O desenvolvimento de máquinas a vapor (para bombear a água para fora das minas de carvão e converter o calor da combustão desse carvão em trabalho) foi o ponto de partida de uma enorme quantidade de pesquisa tecnológica e científica. Esses estudos renderam um marco geral para os processos de conversão de

energia, conhecido como as Leis da Termodinâmica, que descrevem os princípios centrais subjacentes a qualquer transformação de energia. Carnot, em 1824, foi o primeiro a entender e enunciar as restrições à conversão de calor em trabalho, as quais, posteriormente, receberam uma formulação matemática mais consistente de Clausius, em 1850, e Thomson, em 1851 (também conhecido como Lord Kelvin). A entropia também estava relacionada à probabilidade de um estado (Boltzmann, 1872) e à evolução natural, passando de estados menos prováveis (mais organizados, de concentração mais elevada e maior qualidade) a mais prováveis (menos organizados, mais diluídos, de menor qualidade) – uma evolução que só pode ser contida fornecendo-se energia disponível de fora do sistema. Mais tarde, o termo “entropia” também foi usado na economia para se referir à degradação de recursos, ou seja, perda de concentração, estrutura, conteúdo e informação dos materiais e impossibilidade de sua recuperação completa (Georgescu-Roegen, 1971).

O estado de um sistema, chamado A, é sempre caracterizado por um valor de entropia,  $S_A$ , com referência a um estado-padrão,  $S_0$ . Quando ocorre uma conversão de energia, o sistema passa a um novo estado, B, caracterizado por um valor de entropia diferente,  $S_B$ . O novo valor depende da troca de calor com o ambiente ao redor e da temperatura dessa troca. Dependendo da direção da transferência de calor, a entropia do sistema pode diminuir ou aumentar, ao passo que a entropia do ambiente ao redor teria o comportamento oposto. A variação da entropia em uma transformação irreversível entre dois estados, A e B, é sempre maior do que nas reversíveis (os processos reais na natureza são sempre irreversíveis). Se um sistema é isolado, ou seja, não tem troca de energia (ou matéria) com o ambiente ao redor, surge a chamada lei da entropia: “se um sistema isolado é submetido a uma transformação, de um estado inicial A para um estado final B, a entropia do estado final nunca é menor do que a entropia do estado inicial”, o que significa que a entropia sempre aumenta. É o caso de um organismo morto, incapaz de usar energia externa para combater a degradação entrópica. Um prédio tem o mesmo comportamento e demanda energia do exterior (manutenção) para impedir que sua entropia aumente. A fotossíntese é um caso típico: as plantas recebem energia do sol e a usam para construir polímeros, ou seja, reduzir sua entropia à custa do aumento da entropia do ambiente externo.

O que acontece quando aumenta a entropia? O que isso significa, em termos práticos? Do ponto de vista estritamente termodinâmico, o aumento da entropia de um sistema mede a quantidade de energia (ou de recursos materiais) que já se pode usar para sustentar qualquer nova evolução do processo. Quando toda a energia de um sistema torna-se não usável, já não são possíveis mais transformações do sistema. Como consequência, a palavra “entropia”

é usada muitas vezes com significados menos restritos e mais imprecisos do que na comunidade científica, sendo geralmente associada a desordem, falta de organização, indefinição, degradação física e social, qualidade inferior e menor utilidade. Ela sustenta conceitos de redução da disponibilidade de recursos de alta qualidade, aumento da poluição devido à liberação de resíduos, produtos químicos e calor no meio ambiente, aumento da desordem social devido às condições degradadas de vida em megacidades de todo o mundo, colapsos econômicos e demandas por um uso mais adequado dos recursos e prevenção da degradação do meio ambiente natural e humano (ou seja, perda de informações armazenadas).

O economista Nicholas Georgescu-Roegen (1971) destacou a aplicabilidade do conceito de entropia à degradação da matéria, identificada como um quarto princípio da Termodinâmica (ver **bioeconomia**). A matéria é valiosa para a produção e o consumo, pois é concentrada e organizada. Os processos de uso degradam lentamente a matéria ao reduzir essas duas propriedades: a matéria se dilui no meio ambiente e perde estrutura. Recuperar a matéria diluída (por exemplo, átomos de metal perdidos por moedas metálicas) exigiria quantidades enormes (infinitas) de energia, o que torna a recuperação quase impossível. O Quarto Princípio deu origem a um debate acalorado sobre sua aplicabilidade e suas bases (por exemplo, Khalil, 1990) e pode ser mais reconhecido como um caso especial do Segundo Princípio (Bianciardi et al., 1993). Contudo, sua fundamentação estabeleceu os alicerces para uma cultura de base termodinâmica dos limites ao **crescimento** e o desenvolvimento da **bioeconomia**, em oposição à economia neoclássica.

A degradação da matéria e da energia é contida por um influxo constante de energia solar, bem como outras fontes renováveis de calor profundo e a dinâmica das marés. Essas poderosas forças motrizes, que estão na base do conceito de **energia**, de Odum, dão sustentação à da auto-organização da biosfera, a partir de materiais desordenados, limitados apenas por fontes e sumidouros disponíveis. Durante o processo de auto-organização, a entropia é gerada e lançada ao espaço exterior como calor degradado. Esse ponto de vista, menos assustador do que uma perspectiva de colapso total, propõe a adaptação ao estilo da Natureza ao reconhecer a existência de oscilações (**crescimento** e decrescimento) e restrições de recursos (limites ao **crescimento**), no âmbito dos quais ainda são possíveis muitas opções e padrões. Como consequência, prestaríamos um desserviço ao conceito de entropia ao limitar seu significado ao conceito de desordem e degradação. Desde que as restrições da biosfera sejam respeitadas, os processos vitais (como a fotossíntese) constroem organização, criam novas estruturas, juntam materiais, melhoram a energia e criam novas informações ao também degradar os re-

curtos que entram. Esses passam a estar novamente disponíveis para novos ciclos de vida, impulsionados (e limitados), em última análise, pela degradação entrópica da energia solar.

## REFERÊNCIAS

BIANCIARDI, C.; TIEZZI, E.; ULGIATI, S. Complete recycling of matter in the framework of physics, biology and ecological economics. *Ecological Economics*, v. 8, p. 1-5, 1993.

BOLTZMANN, L. Further studies on the thermal equilibrium of gas molecules (Weitere Studien über das Wärme Gleichgewicht unter Gasmolekülen). In: *Sitzungsberichte der Akademie der Wissenschaften, Mathematische-Naturwissenschaftliche Klasse*, Vienna, Bd. 66, Dritte Heft, Zweite Abteilung, p. 275-370, 1872.

GEORGESCU-ROEGEN, N. *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

KHALIL, E. L. Entropy law and exhaustion of natural resources: is Georgescu-Roegen's paradigm defensible? *Ecological Economics*, v. 2, n. 2, p. 163-178, 1990.

THOMSON, W. On the dynamical theory of heat; with numerical results deduced from Mr. Joule's equivalent of a thermal unit and M. Regnault's observations on steam. *Mathematical and Physical s*, v. 1, p. 175-183, 1851.

# FELICIDADE

*Filka Sekulova*

A felicidade é um componente do bem-estar subjetivo e um construto que, de alguma forma, sobrepõe-se à satisfação com a vida, devido aos elevados níveis de correlação entre relatos sobre satisfação com a vida e felicidade. As noções de felicidade diferem entre correntes filosóficas. A felicidade hedônica representa os efeitos positivos associados à obtenção de objetos materiais ou experiências prazerosas. Empiricamente, está situada mais perto da satisfação com a vida e é operacionalizada por meio de escalas numéricas nas quais o menor dígito corresponde à insatisfação completa, e o mais alto, à satisfação completa. A felicidade eudemônica, por outro lado, implica a pessoa viver em coerência com suas melhores potencialidades e propósitos de vida. É formalizada por meio de questionários que avaliam o funcionamento psicológico positivo. Embora algumas atividades deem origem à felicidade eudemônica e hedonista, nem todas as formas de prazer hedonista dão origem à felicidade eudemônica.

O primeiro aspecto relevante da literatura sobre felicidade é o tratamento do bem-estar subjetivo como um construto composto, que contém componentes tangíveis e intangíveis. Já foi demonstrado que os domínios não monetários (como saúde, capital social, bens relacionais, estado civil e temperamento) tendem a ter um peso maior na felicidade do que os pecuniários (como as condições materiais ou o nível do rendimento disponível) (Easterlin, 2003). Perturbações nos domínios não monetários de felicidade tendem a causar rupturas mais permanentes e mais profundas no bem-estar do que as perdas nos domínios pecuniários. Esses resultados estão em sintonia com a tese do decrescimento e com a ideia de redirecionar a importância dos componentes econômicos da vida àqueles baseados em relações humanas, conexão social e **convivencialidade**.

A segunda ideia relevante diz respeito à teoria da utilidade em economia. Estudos sobre felicidade indicam que, se a satisfação com a vida pudesse

ser tomada como uma representante imperfeita da utilidade, a satisfação que o consumidor recebe ao aumentar o consumo deixaria, ao longo do tempo, de contribuir positivamente para a utilidade. Assim, os estudos sobre a felicidade indicam que, mesmo em um marco econômico puramente utilitarista, o **crescimento** deixaria de cumprir seu objetivo inicial.

A terceira constatação está relacionada ao paradoxo de Easterlin, que se refere à falta de associação entre o crescimento da renda e o bem-estar subjetivo declarado dentro dos países, ao longo do tempo. Essa dissociação acontece principalmente por duas razões. Uma delas é a influência da comparação social sobre os humores afetivos ou o processo de fazer inferências sobre o que é uma vida boa ou “feliz” a partir de um determinado grupo ou ambiente (ver, também, **limites sociais do crescimento**). A outra é a adaptação das expectativas materiais, ou as chamadas aspirações continuamente crescentes, que neutraliza o impacto positivo do aumento de renda sobre o bem-estar ao longo do tempo.

De que forma essas três noções estão relacionadas às ideias específicas do decrescimento? Uma primeira resposta intuitiva é que, se o decrescimento se traduz em um declínio generalizado e equitativo no consumo, isso não vai necessariamente ter um efeito negativo sobre o bem-estar subjetivo. Em primeiro lugar, por causa da adaptação. As pessoas tendem a se acostumar com melhorias em suas condições materiais. Ganhadores de loterias, por exemplo, não são mais felizes do que pessoas em um grupo de controle com características similares, ao longo do tempo. Da mesma forma, a adaptação a um consumo material mais baixo pode não gerar reduções permanentes na felicidade, se o status social for levado em conta. Isso está relacionado à segunda razão, a saber: a comparação social. Uma redução no consumo que afete a todos reduzirá os padrões de referência para a renda e, portanto, neutralizará os efeitos sociais e psicológicos adversos associados. No entanto, se o decrescimento se traduzisse em redução do consumo para uma pequena parcela da população rodeada por uma sociedade caracterizada por riqueza material abundante, como em tempos de crise econômica, o bem-estar diminuiria.

Para além da compreensão geral do decrescimento como uma transformação multidimensional que envolve ações, políticas e estratégias complementares, pode-se tentar explorar a repercussão de determinadas propostas emblemáticas do decrescimento sobre a felicidade. Uma delas pode ser definida, em termos gerais, como uma redução nas jornadas de trabalho formais e uma introdução do **compartilhamento de trabalho**. Na literatura sobre felicidade, há algumas evidências de que o trabalho em meio expediente está associado a níveis mais altos de satisfação com a vida. Novamente, se um

aumento na renda de todos não aumenta a felicidade de todos, uma redução nessa renda (resultante da redução das jornadas de trabalho formais) provavelmente não reduzirá a felicidade de todos. Na linha da teoria da perspectiva, pode-se argumentar que as perdas monetárias são mais dolorosas do que os ganhos monetários do mesmo tamanho, mas o veredito empírico sobre a existência e a persistência dessa assimetria no longo prazo é contraditório.

A proposta de **compartilhamento de trabalho** dentro do decrescimento é acompanhada por um aumento do tempo livre e do espaço de vida dedicados a atividades comunitárias, recíprocas e não monetárias, muitas das quais podem ser definidas como reprodutivas. Levando-se em conta que a qualidade das interações sociais e familiares (ver **cuidado**) foi considerada um determinante positivo importante do bem-estar, aumentar a quota de trabalho de base comunitária pode não reduzir a felicidade. Além disso, entre diferentes países e dentro de país específico, a liberdade, entendida como ter controle sobre nosso tempo e nossa vida, foi considerada um indicativo melhor de mudanças em satisfação com a vida do que saúde, emprego, renda, casamento ou religião. Assim, o aumento do tempo dedicado às atividades que têm sentido para a pessoa poderia aumentar a satisfação com a vida. Por exemplo, considerou-se que o voluntariado, ao aumentar emoções empáticas e gerar mudanças nas aspirações, contribui positivamente para a felicidade.

Além disso, no decrescimento, falamos com frequência sobre uma relação democraticamente estabelecida entre o nível máximo e o mínimo de remuneração (ver **renda básica e renda máxima**). Já se demonstrou que a desigualdade de renda tem um efeito altamente negativo sobre a satisfação com a vida. Indivíduos que vivem em áreas de alta desigualdade tendem a ter baixos índices de saúde e felicidade. Assim, se a diferença de renda entre indivíduos e entre países se reduz como resultado do decrescimento, o bem-estar subjetivo poderia melhorar devido ao declínio correspondente na rivalidade.

Outra ideia emblemática no decrescimento está ligada à redução da dependência em relação ao automóvel, bem como a modos de transporte rápidos e infraestruturas poluentes em geral. Desde que permita maior espaço para a natureza (selvagem) em paisagens urbanas e rurais sem gerar privação social, essa transformação tem probabilidades de causar um efeito positivo sobre o bem-estar. Estudos sobre deslocamentos para o trabalho indicam que passar muitas horas em um veículo motorizado tem um efeito negativo permanente sobre a felicidade. Além disso, há uma literatura crescente indicando que a degradação ambiental perturba o bem-estar. Vários estudos indicam que a má qualidade do ar, por exemplo, está associada a níveis menores de felicidade. Isso foi constatado em relação a Londres e grandes cidades da China, onde o congestionamento do tráfego surge como uma ameaça ao bem-estar. Em

termos de uso do automóvel, se a maioria das pessoas em uma determinada cidade muda do carro para o transporte público ou escolhe empregos com base em proximidade, é improvável que venha a sofrer uma diminuição na satisfação com a vida. Diferentemente, abandonar o carro provavelmente será um problema em uma sociedade que funcione com base nele.

Uma proposta que surge com frequência em palestras públicas sobre o decrescimento é a introdução de proibições para a publicidade em espaços públicos. A literatura indica que indivíduos com altos níveis de materialismo e que dão maior ênfase à segurança financeira tendem a ser menos satisfeitos com suas vidas (Kasser, 2002). Assim, embora reduza as aspirações materiais, uma medida desse tipo poderia melhorar o bem-estar. Além disso, há uma pequena literatura demonstrando que assistir televisão deprime as atividades relacionais, que são um importante componente da felicidade.

Uma proposta mais abstrata, mas clássica, do decrescimento diz respeito a questionar o **imaginário** dominante do **crecimento** e a obtenção de prestígio social a partir da posse e do acúmulo material. Os poucos estudos que exploram a relação entre valores não materialistas e bem-estar relatam que os primeiros são frequentemente associados a níveis mais elevados de satisfação com a vida. Valores intrínsecos (como o altruísmo) costumam estar associados a um maior nível de bem-estar e poucas exigências de recursos materiais para a satisfação das necessidades básicas. Além disso, considerando o impacto negativo que o consumo baseado em rivalidade tem sobre a felicidade, poder-se-ia esperar que o cultivo de um **imaginário** social que não seja colonizado por domínios materiais, em nível individual ou societal, afetasse positivamente a felicidade.

Esta revisão das implicações de algumas propostas de referência do decrescimento para a felicidade está longe de ser exaustiva. É ingênuo acreditar que o decrescimento é e será “feliz” por princípio, e tampouco a felicidade deve ser o único objetivo da sociedade. Antes, sugere-se que é provável que a satisfação com a vida não diminua com o decrescimento, principalmente no seguinte caso: quaisquer reduções em renda ou trabalho remunerado são vivenciadas igualmente por todos, bem como um aumento no tempo livre e na **autonomia** pessoais; o aumento do tempo dedicado ao trabalho com base em reciprocidade/comunidade é compensado por melhorias nos bens relacionais; redução de modos rápidos de transporte – por meio do aumento no tempo disponível para se deslocar; redução no consumo de bens de luxo/níveis de conforto por meio de adaptação ao compartilhamento de bens e **convivencialidade**. Em outras palavras, se o decrescimento envolver uma trajetória de múltiplas ações e políticas que compensem os (possíveis) efeitos negativos umas das outras, ele pode não pôr em risco a felicidade pessoal.

Se o decréscimo provoca uma melhoria nos determinantes da felicidade aos quais a adaptação é limitada, como alocação de tempo livre, estado do ambiente urbano e natural, condição de saúde, liberdade pessoal e qualidade das relações sociais, o efeito associado sobre o bem-estar subjetivo provavelmente será duradouro e positivo.

## REFERÊNCIAS

DIENER, E.; BISWAS-DIENER, R. Will money increase subjective well-being? A literature review and guide to needed research. *Social Indicators Research*, v. 57, n. 2, p. 119-169, 2002.

DI TELLA, R.; HAISKEN-DE NEW, J.; MacCULLOCH, R. Happiness adaptation to income and to status in an individual panel. *Journal of Economic Behavior and Organization*, v. 76, n. 3, p. 834-852, 2010.

EASTERLIN, R. A. Building a better theory of well-being. *IZA Discussion Papers*, n. 742, 2003.

KASSER, T. *The high price of materialism*. Cambridge: MIT Press, 2002.

PORTA, P. L.; BRUNI, L. (Org.). *Economics and happiness*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

# FRONTEIRAS DAS COMMODITIES

*Marta Conde e Mariana Walter*

Na Escola de Economia Ecológica e Ecologia Política de Barcelona, entendemos e analisamos as fronteiras das *commodities* como sendo o lócus onde a extração se expande geograficamente, colonizando novas terras em busca de matérias-primas (petróleo, minerais, biomassa, etc.). Isso torna possível alimentar a crescente demanda associada ao aumento do **metabolismo** social das economias industrializadas (Martínez-Alier et al. 2010). A expansão das fronteiras das *commodities* fomenta condições de degradação e conflitos sociais e ambientais.

A expressão “fronteira de *commodity*” também pode ser atribuída à teoria introduzida pela primeira vez por Jason W. Moore (2000) para descrever como o **capitalismo** iniciou sua expansão com o complexo do açúcar, no século xv. Ele argumenta que ir além das fronteiras existentes é a principal estratégia para expandir o alcance e a escala do processo de **mercantilização**. É possível haver mais expansão, desde que restem terras, produtos e relações não mercantilizadas. Aqui, a terra deve ser vista como o espaço para cultivar alimentos ou extrair minerais, ou o mar, para explorar petróleo ou gás.

A definição de Moore (2002, 2003) sobre as fronteiras das *commodities* combina a teoria do sistema-mundo, de Immanuel Wallerstein, com o conceito marxista de fissura metabólica. O conceito de “cadeia produtiva” da teoria do sistema-mundo explora os processos de trabalho e produção que resultam em uma mercadoria acabada. Em vez de se concentrar no produto acabado, a tarefa, em um marco analítico baseado na fronteira de *commodity*, é monitorar a fronteira de expansão observando as diferentes matérias-primas que a constituem. O conceito de ruptura metabólica esclarece o rompimento social e ecológico que ocorreu com o desenvolvimento do **capitalismo**. Com a subs-

tituição da agricultura de pequeno porte pela industrialização, os camponeses perderam suas formas tradicionais de subsistência. Desconectados do solo, seu **metabolismo** social e sua produção foram alienados de seu ambiente natural. Ao mesmo tempo, fluxos de produtos (e nutrientes) foram levados do campo às cidades, causando degradação em pontos de extração e poluição em pontos de consumo (Moore, 2003). A ascensão do trabalho assalariado por meio da **mercantilização** da terra e da força de trabalho está no cerne dessa ruptura. A expropriação das terras comuns de agricultores e pastores de subsistência resultou na proletarização das populações rurais, que inundaram os centros urbanos em busca de trabalho (Marx, 1976). De acordo com Moore (2003), aqueles que ainda detêm a posse de terras costumam se tornar muito endividados, fomentando a instabilidade e a superexploração por parte dos capitalistas. Esse processo levou ao declínio da produtividade, pressionando ainda mais a fronteira em busca de novos suprimentos de mão de obra e terra.

A expansão do complexo de açúcar da Ilha da Madeira, no final do século XV, para o Brasil no século XVI e o Caribe no século XVII, mostrou um padrão de industrialização que transformou profundamente a terra e o trabalho nesses países. A indústria do açúcar demandava grandes quantidades de madeira, não só para sua produção, mas também para a construção de infraestruturas e navios para o transporte, gerando muito desmatamento e erosão dos solos. O esgotamento ecológico no ponto de produção e a destruição ambiental que se seguiu pressionaram a expansão capitalista em direção a outras terras por meio de um processo de flutuações cíclicas. À medida que a terra ia se esgotando, novas terras eram ocupadas. Segundo Moore, ecossistemas locais que, de outra forma, poderiam ter tido a chance de se regenerar foram desestabilizados, levando à queda da produtividade e da rentabilidade. Isso renovou a busca por novas terras, com frequência encontradas fora dos limites da economia-mundo capitalista (Moore, 2000). Do ponto de vista social, as transformações no trabalho não tiveram êxito no caso da produção de açúcar. O trabalho indígena existente no Caribe se extinguiu rapidamente, e foram importados africanos para trabalhar nas ilhas açucareiras escravistas (Moore, 2003).

Uma consequência importante das fronteiras das *commodities* é que elas desencadeiam um vasto complexo de atividades econômicas que implicam a expansão em direção a novas fronteiras. Por exemplo, considere-se a moderna extração de ouro de minas: a atividade requer insumos, como reagentes químicos, máquinas, combustíveis, materiais de construção e alimentação para os trabalhadores; esses insumos precisam ser extraídos e processados, pressionando ainda mais outras fronteiras.

O que aconteceu com o açúcar na América aconteceu depois (e ainda está acontecendo) com minerais, combustíveis fósseis, madeira e colheitas

(algodão, soja, agrocombustíveis). Nessas atividades extrativas, o trabalho é organizado de maneiras que muitas vezes excluem as populações locais de oportunidades de emprego qualificado e benefícios. As implicações ecológicas são amplas; a vegetação superficial é removida, geralmente causando desmatamento e uma enorme perda de biodiversidade, que é pressionada e invade áreas menores. São produzidos fertilizantes e pesticidas para alimentar a expansão de culturas industrializadas, poluindo a terra, a água e os corpos. A água é extraída e usada em grandes quantidades, competindo com os usos locais e afetando sua disponibilidade e sua qualidade. A extração de minerais produz mudanças irreversíveis nas estruturas hidrogeológicas. A **justiça ambiental** e a economia ecológica têm explorado as implicações incomensuráveis disso para as populações locais que vivem nessas fronteiras de *commodities*. Comunidades indígenas e camponesas, cujos modos de vida e culturas estão ligados ao seu território, já testemunharam como sua terra é cercada, tomada ou poluída (Martínez-Alier et al. 2010).

De fato, uma das características da década de 2000 tem sido o aumento significativo dos conflitos socioambientais envolvendo comunidades que se opõem a atividades extrativistas e outras de alto impacto em suas terras (Martínez-Alier et al. 2010). Na América Latina, essas contestações têm desencadeado propostas baseadas em visões alternativas sobre como pode ser o **desenvolvimento**, que questionam o **crescimento** como objetivo social e reformulam o significado do bem-estar e da Natureza. Na África, houve um chamado a um retorno ao **Ubuntu**, um marco sociocultural africano que se apoia em valores como solidariedade, consenso e **autonomia**. Martínez-Alier (2012) sugeriu que há uma oportunidade para gerar alianças entre os movimentos que promovem o **bem viver**, no Sul, e o decrescimento, no Norte.

No entanto, o avanço das fronteiras de extração e seu impacto não são apenas uma questão de preocupação para o Sul. A crise e os ajustes estruturais subsequentes que afetaram recentemente a Europa causaram uma desvalorização do custo da mão de obra e a eliminação de regulamentações relativas a saúde e meio ambiente. Projetos de extração que não eram possíveis no passado são agora cada vez mais viáveis. A mineração de carvão e ouro está retornando à Europa, criando conflitos violentos, como o que ocorreu em Chalkidiki, no norte da Grécia. Essa tendência é acentuada pelo advento de novas tecnologias, como o fraturamento (*fracking*) de gás, que se expandiu rapidamente nos Estados Unidos e agora na Europa, e a perfuração profunda, e não tão profunda, no mar.

À medida que as fronteiras físicas saturavam, foram surgindo novos modos de expansão do capital não vinculados à geografia. Os processos de **mercantilização** do conhecimento indígena, dos serviços ambientais e das

emissões de CO<sub>2</sub> (por meio do mercado de carbono) são exemplos das novas fronteiras de acumulação.

As fronteiras das *commodities* e o decrescimento estão ligados de quatro maneiras. Em primeiro lugar, a presença das fronteiras está enraizada no impulso inerente e incessante do **capitalismo** para se expandir. Em segundo, as fronteiras das *commodities* nos lembram que o **crescimento** vem a um custo elevado para pessoas que estejam distantes do local onde ele se concretiza. As mercadorias que suprem nossa economia global crescente vêm de lugares específicos onde as pessoas vivem, e essas vidas são transformadas a um alto custo social e ambiental, de maneiras incomensuráveis. A intenção do decrescimento deve ser não apenas reduzir o consumo humano no ponto de destino, mas também questionar as estruturas de produção no ponto de extração. A contestação eficaz do imperativo do **crescimento** econômico infinito pode ter impactos diretos e positivos sobre a vida das comunidades nessas fronteiras.

Em terceiro lugar, os impactos sociais e ambientais da extração de recursos estão aumentando à medida que sua qualidade e sua disponibilidade diminuem. No caso da mineração, para se obter a mesma quantidade de minérios metálicos, gera-se hoje uma quantidade muito maior de resíduos e poluição do que há uma década. A questão já não é se há recursos disponíveis, mas sim qual será o custo social e ambiental da continuação de sua extração.

Em quarto lugar, na Europa e nas Américas, economias que em um passado muito recente eram majoritariamente importadoras de matérias-primas estão agora promovendo a extração dentro de suas próprias fronteiras, incentivando indústrias, dinâmicas e conflitos novos. Assim, a expansão da fronteira da extração está se estendendo do sul ao norte e ao centro das sociedades capitalistas.

Por fim, podem surgir oportunidades para estabelecer alianças entre o movimento pelo decrescimento e os que contestam a extração e propõem alternativas inovadoras a fórmulas de **desenvolvimento** cuja base é o **crescimento**.

## REFERÊNCIAS

- MARTÍNEZ-ALIER, J. Environmental justice and economic degrowth: an alliance between two movements. *Capitalism Nature Socialism*, v. 23, n. 1, p. 51-73, 2012.
- MARTÍNEZ-ALIER, J.; KALLIS, G.; VEUTHEY, S.; WALTER, M.; TEMPER, L. Social metabolism, ecological distribution conflicts, and valuation languages. *Ecological Economics*, v. 70, p. 153-158, 2010.

MARX, K. *Capital: a critique of political economy*. London: Penguin Classics, 1976. v. 1.

MOORE, J. W. Sugar and the expansion of the early modern world-economy: commodity frontiers, ecological transformation, and industrialization. *Review: Fernand Braudel Center*, v. 23, n. 3, p. 409-433, 2000.

\_\_\_\_. “The modern world-system” as environmental history? Ecology and the Rise of capitalism. *Theory and Society*, v. 32, n. 3, p. 307-377, 2003.

# LIMITES SOCIAIS DO CRESCIMENTO

*Giorgos Kallis*

Acima de um determinado nível de **crecimento** econômico, que satisfaz necessidades materiais básicas, uma proporção crescente da renda vai para os chamados “bens posicionais” (Hirsch, 1976). Um imóvel exclusivo, um carro caro, uma pintura rara, um diploma de uma importante universidade privada – são bens posicionais. O acesso a esses bens representa a posição de uma pessoa na sociedade e depende da renda relativa. Ao contrário dos bens normais, quanto mais quantidade nossos pares tiverem de um bem posicional, menos satisfação nós derivamos dele. Os bens posicionais são inerentemente escassos, já que a escassez é a sua essência; por definição, nem todos podem ter status elevado, possuir uma pintura *rara* ou o carro *mais* caro. O **crecimento** econômico nunca poderá satisfazer o desejo de bens posicionais; pior ainda, o **crecimento** os torna menos acessíveis. À medida que o componente material da economia se torna mais produtivo, o consumo posicional, por ser inerentemente limitado, fica mais caro. Examinemos o aumento do preço de uma casa com vista ou o custo de um diploma de uma universidade importante ao longo da vida. Os bens posicionais, portanto, sinalizam o limite social *do* **crecimento**, ou seja, um limite àquilo que o crescimento pode proporcionar, em relação aos limites *ao* **crecimento**, ou seja, limites à sua continuação.

No entanto, o que sustenta o desejo de **crecimento** nas economias ricas é precisamente o sonho do acesso a bens posicionais. Vejamos o especialista Daniel Ben-Ami, que, em um livro contra o decrescimento, defende o sonho de “Ferraris para Todos”. Por um momento, acompanhemos o seu argumento e suponhamos que o **pico do petróleo** ou as alterações climáticas não existam, uma vez que, *em teoria*, o progresso tecnológico poderia superar esses limites.

Imaginemos, também, que haveria congestionamentos se todos tivessem uma Ferrari, um congestionamento que tornaria as Ferraris mais lentas do que as bicicletas. *Em teoria*, cidades e rodovias poderiam ser reconstruídas para acomodar sete bilhões de Ferraris correndo a toda velocidade. Mesmo assim, o limite fundamental do sonho de Ben-Ami ainda seria que todos tivessem uma Ferrari, de forma que uma Ferrari não seria mais uma “Ferrari”, e sim o equivalente a um carro popular. As aspirações teriam se deslocado para outro carro, mais rápido, que representaria riqueza e posição. Aqueles que não têm acesso ao novo modelo continuariam tão frustrados quanto os que não têm uma Ferrari hoje.

Ou seja, a busca de bens posicionais é um jogo de soma zero (Frank, 2000), mas um jogo de soma zero com um custo social substancial (imagine os recursos desperdiçados na reconfiguração de territórios ou na limpeza do ar para sete bilhões de Ferraris). Os recursos pessoais e públicos desperdiçados nesses jogos posicionais de soma zero poderiam ser usados benéficamente para outros fins (Frank, 2000). Na verdade, em sociedades afluentes, uma proporção crescente da renda social é desperdiçada no consumo privado e posicional, enquanto bens públicos que melhorariam a qualidade de vida de todos são deixados deteriorando (Galbraith, 1958). O consumo posicional também aumenta o custo do tempo livre, tornando o lazer menos atraente, prejudicando a sociabilidade e reduzindo o tempo dedicado a família, amigos, comunidade ou política (Hirsch, 1976). O tempo está orçado, e cada vez mais avaliado, em dinheiro; como resultado disso, as relações sociais se tornam cada vez mais mercantilizadas. A **mercantilização** também é resultado de cercamentos que são aplicados para manter o acesso privilegiado a bens posicionais (por exemplo, uma praia privada ou uma mensalidade de faculdade; Hirsch, 1976). Em um ciclo vicioso, à medida que mais e mais bens e serviços passam a sofrer influência do dinheiro e da concorrência posicional, o amor ao dinheiro é inflado, desgastando ainda mais as relações sociais e os costumes sociais (Hirsch, 1976; Skidelsky e Skidelsky, 2012).

A tese dos limites sociais é central ao decrescimento. Não se trata apenas de que o **crescimento** não vai durar para sempre ou que está se tornando antieconômico por causa de seus custos sociais e ambientais; a questão é que o **crescimento** é uma insensatez, uma meta sem razão, a busca de um sonho enganoso (Skidelsky e Skidelsky, 2012, p. 7). Em países ricos, há o suficiente para satisfazer as necessidades materiais básicas de todos; as desigualdades posicionais são uma questão de distribuição, e não de crescimento agregado (Hirsch, 1976). Se a produtividade e o **crescimento** cada vez maiores encarecem os bens posicionais, o decrescimento irá torná-los mais baratos, aumentando o bem-estar e liberando recursos coletivos do consumo posicional desnecessário. Dessa forma, uma trajetória de decrescimento poderia levar

a uma melhoria de bens básicos como educação, saúde ou infraestrutura pública, e não a uma deterioração, como muitas vezes se alega.

No entanto, restam algumas questões não exploradas nesta visão. Em primeiro lugar, em grande parte da literatura do decrescimento, principalmente aquela relacionada à **simplicidade** voluntária, a abstinência do consumo posicional e ostentatório é apresentada como uma questão moral e individual. Isso não é verdade: o consumo posicional não é um vício pessoal. É um fenômeno social estrutural que os indivíduos aceitam para continuar fazendo parte da sociedade dominante. Sair da concorrência interminável e reduzir o consumo implica os riscos do pioneirismo, como menor respeitabilidade, menos oportunidades de emprego e perda de renda (Frank, 2000). As pessoas de origens menos favorecidas, em situação de insegurança econômica, têm compreensivelmente menos segurança para assumir esses riscos. Há, também, uma dose saudável de ética civil no desejo de corresponder ao estilo de vida médio e não diferir muito. Na verdade, no **capitalismo** tardio, é o desejo de ser diferente que constantemente cria novos bens posicionais e alimenta a acumulação. Paradoxalmente, estilos de vida frugais e “simples” se tornaram significantes de distinção e posição, uma vez que são adotados inicialmente pelos membros das elites instruídas ou artísticas, que podem apreciá-los e pagar por eles (Heeth e Potter, 2004). Pense nas calças jeans, usadas inicialmente pelos primeiros **neorrurais** na década de 1960, ou no aumento dos valores de propriedades em áreas rurais remotas que foram “descobertas” por adeptos da contracultura e povoadas por **ecocomunidades**. De forma um tanto trágica, aqueles que desejam escapar do consumo posicional se tornam pioneiros de novos bens posicionais.

Se o problema é estrutural, a solução também deve ser. Alguns economistas querem que os governos tornem os bens posicionais mais caros. As propostas incluem a tributação de bens de luxo ou o deslocamento de tributos do rendimento ao consumo, basicamente subtraindo poupança da renda tributável (com taxas abruptamente progressivas para dar conta do fato de que os ricos economizam mais [Frank, 2000]). Outros vão mais longe. Uma proposta é a redistribuição radical, já que, se todos tivessem níveis semelhantes de riqueza, ninguém poderia concorrer pelos bens posicionais. Outra proposta é a retirada de bens posicionais do setor comercial (desmercantilização), tornando-os disponíveis por meio de acesso público ou alocação pública, não mercantil (Hirsch, 1976).

Uma segunda questão relacionada a essa é se a competição posicional pode ser controlada com impostos e regulamentação dentro do **capitalismo** ou se sua superação marca uma transição à superação do **capitalismo**. Como observado por Joseph Schumpeter, as desigualdades são centrais ao

dinamismo do capitalismo, e não incidentais. O acesso desigual aos bens posicionais sustenta uma insaciabilidade generalizada que é essencial para que o **capitalismo** extraia constantemente energia social de todos, mesmo depois de as necessidades materiais terem sido satisfeitas. Em sentido inverso, embora os bens posicionais e a concorrência pelo dinheiro tenham existido em todas as sociedades humanas, apenas o capitalismo “os liberou das amarras do costume e da religião às quais eles estavam confinados” (Skidelsky e Skidelsky, 2012, p. 40). A insaciabilidade pode ter raízes psicológicas, mas o capitalismo fez dela a base psicológica de uma civilização. Uma sociedade que se considerasse satisfeita por ter “o suficiente” não teria razão para acumular e já não seria capitalista (Skidelsky e Skidelsky, 2012).

As economias socialistas suprimiram os bens posicionais por meio de decreto, redistribuição e coletivização forçada, mas a concorrência posicional ressurgiu na forma de competição por posições na burocracia e pelos escassos bens do Ocidente. Algumas sociedades antigas canalizavam a concorrência a eventos esportivos simbólicos, *potlatches* e troca de presentes. Os antropólogos também documentaram que as posições existiam em sociedades primitivas igualitárias, mas não eram tão importantes, seja porque havia rotação ou porque eram socialmente controladas e repreendidas, garantindo que nenhum indivíduo ou grupo acumulasse poder demais. Supondo-se que qualquer coletivo (nação, comunidade ou outro) decidisse, hoje, avançar nessa direção igualitária no mundo contemporâneo da comunicação e dos estados de referência globalizados, perguntamos: por que seus membros não iriam se considerar em desvantagem ao se comparar aos indivíduos mais ricos de coletivos vizinhos menos igualitários? Isso pode ser, em parte, o que aconteceu nos países socialistas. Embora a concorrência pelos bens posicionais seja um problema estrutural, sua solução jamais poderá ser imposta apenas de cima. Ela tem que fazer parte de um projeto ético-político de autolimitação, **simplicidade** e igualdade, ao qual os membros de um coletivo se juntem de forma autônoma.

## REFERÊNCIAS

- FRANK, R. *Luxury fever: weighing the cost of excess*. New York: The Free Press, 2000.
- GALBRAITH, J. K. *The affluent society*. Boston: Houghton Mifflin, 1958.
- HEETH, J.; POTTER, A. *Nation of rebels: how counter-culture became consumer culture*. New York: Harper Collins, 2004.
- HIRSCH, F. *Social limits to growth*. Cambridge: Harvard University Press, 1976.
- SKIDELSKY, R.; SKIDELSKY, E. *How much is enough? Money and the good life*. London: Penguin, 2012.

# MERCANTILIZAÇÃO

*Erik Gómez-Baggethun*

A penetração dos mercados em aspectos da vida tradicionalmente regidos por valores e normas situados fora deles é um dos acontecimentos mais significativos da nossa época. A noção de mercantilização descreve esse fenômeno e pode ser definida como as mudanças simbólicas, discursivas e institucionais pelas quais um bem ou serviço que não era destinado à venda entra na esfera do dinheiro e das trocas de mercado.

A mercantilização tem sido frequentemente criticada com o argumento de que algumas coisas não deveriam estar à venda nem ser regidas pela lógica de mercado. Grande parte da controvérsia decorre da observação historicamente fundamentada de que a mercadoria transforma os valores que regem as relações entre as pessoas, e entre as pessoas e a natureza, quando essas relações adotam a forma de transações de mercado. Um dos primeiros observadores dos efeitos sociais da mercantilização foi Marx, que usou a noção de *fetichismo da mercadoria* para mostrar como, no mercado, produtores e consumidores percebem uns aos outros por meio do dinheiro e dos bens que trocam. Mauss (1954), referência como pensador do decrescimento que inspirou o **antiutilitarismo** francês, observou que, à medida que a troca de mercadorias se desenvolve, laços simbólicos e lógicas de reciprocidade que tradicionalmente acompanhavam as transações econômicas tendem a se desgastar e, com o tempo, desaparecer. A tese de Mauss foi retomada por Polanyi (1957), que afirmou que a mercantilização nas sociedades de mercado tendia a dissolver todas as relações sociais em uma que se baseava em trocas monetárias. Ele examinou criticamente a mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro na ascensão do liberalismo, observando que, ao contrário das mercadorias tradicionais, essas *mercadorias fictícias* não eram feitas pelo homem nem destinadas à venda.

Historicamente, a mercantilização tem feito parte dos cercamentos da propriedade comum. A análise pioneira e célebre de Proudhon (1840) e Marx

(1842) sobre os cercamentos retratou a apropriação privada dos **recursos comuns** como roubo. Em *O capital*, Marx sugeriu que os cercamentos das terras comuns na Europa, nos primeiros dias da modernidade, estavam na raiz da chamada “acumulação primitiva”, que permitiu que as relações capitalistas se desenvolvessem. Pensadores como Federici (2004) e Harvey (2003) ampliaram a tese de Marx, observando que os cercamentos dos **recursos comuns** se estendem até hoje com a acumulação da riqueza, expropriando-se as terras e recursos do público. Os cercamentos contemporâneos incluem a tomada de terras na África e a mercantilização da natureza por meio de compensações de biodiversidade e sistemas de comércio de carbono.

O decrescimento é, ao mesmo tempo, uma crítica ao **crescimento** e uma crítica à expansão colonizadora de novos domínios sociais e ecológicos por valores, lógica e linguagem de mercado. Ele exige a desmercantilização das relações sociais e da relação humana com a natureza, e desafia o “novo pragmatismo ambiental”, que considera os instrumentos baseados no mercado como solução para a proteção do meio ambiente. Os ambientalistas (ver **correntes do ambientalismo**) são vítimas e vilões da mercantilização da natureza. Decepcionados com o fracasso em reverter a crise ecológica, muitos estão se concentrando na valoração monetária e em incentivos de mercado como estratégia pragmática de curto prazo para comunicar e capturar o valor da biodiversidade, em uma linguagem que reflete pontos de vista **políticos** e econômicos dominantes. Essa estratégia bem intencionada não leva em conta os processos sociopolíticos mais amplos pelos quais os mercados expandem seus limites e o valor monetário coloniza novos domínios. Dentro do contexto institucional predominante nas sociedades de mercado, um foco em valorações e incentivos monetários abre o caminho – discursiva e, às vezes, tecnicamente – à mercantilização das relações entre seres humanos e natureza, e pode excluir motivações intrínsecas para a conservação ao induzir uma lógica de curto prazo baseada no cálculo econômico. Essa é a tragédia da avaliação bem-intencionada.

A mercantilização – assim como a luta contra ela – é um componente teórico e prático central na luta pela defesa e pela reapropriação dos **recursos comuns**. Essa luta é uma parte inevitável de outra, mais ampla, contra o **capitalismo**. Com a tendência estrutural a entrar em declínio com a concorrência de mercado, as economias capitalistas procuram constantemente expandir as fronteiras da mercantilização a novos domínios sociais e ecológicos (Luxemburg, 1951; Harvey, 2003). Os **recursos comuns** constituem o campo natural onde o capital busca novos espaços para acumulação. No entanto, sua colonização é sempre incompleta. Em sua expansão, a mercantilização encontra limites da natureza biofísica, institucional e social. Os limites bio-

físicos decorrem do caráter não fungível dos processos e componentes dos ecossistemas, o que significa que eles podem não ser separáveis em unidades comercializáveis distintas. Bakker (2007) sugere que essa natureza não cooperativa das mercadorias ambientais explica o fracasso em atingir níveis mais elevados na mercantilização da água no Reino Unido nas últimas décadas. Os limites institucionais decorrem da natureza de bem público de muitos **recursos comuns** ecológicos, ou seja, baixa capacidade para impedir que outros tenham acesso a eles, o que é uma condição prévia para estabelecer mercados eficazes. Isso explica por que ainda são relativamente raros os mercados bem desenvolvidos de serviços ecossistêmicos, mesmo sendo ativamente promovidos por economistas e organizações intergovernamentais. Por fim, os limites sociais decorrem da feroz oposição que a mercantilização pode enfrentar quando afeta bens que são essenciais para cobrir necessidades básicas. Por exemplo, no conflito de 2000, conhecido como Guerra da Água, em Cochabamba, na Bolívia, uma tentativa de privatizar a água enfrentou uma contestação que cresceu até se transformar em uma insurreição.

Como ilustram esses casos, a mercantilização é um fenômeno contestado e transitório, que depende das relações de poder que prevalecem entre possuidores e despossuídos em cada momento histórico. Ao contrário do que se supõe frequentemente, o processo de mercantilização não é necessariamente unidirecional nem irreversível. Os objetos entram e saem da condição de mercadoria, e a história oferece muitos casos de desmercantilização. Eles variam da abolição da prática medieval de vender cartas de indulgência à abolição formal da escravatura em muitos países do mundo, durante os séculos XIX e XX. Indulgências e seres humanos foram externalizados dos mercados e (re)regulados com base em valores não crematísticos, como espiritualidade e direitos humanos. Exemplos de instituições que limitam a mercantilização da natureza incluem a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna em Perigo de Extinção (CITES, na sigla em inglês) e as constituições de países como Bolívia e Equador, que são permeadas – ainda que timidamente – por valores e ontologias de sociedades indígenas não capitalistas. Essas constituições reconhecem formalmente os direitos à natureza, e a segunda declara os serviços ecossistêmicos como bens públicos que não podem ser objeto de apropriação privada (ver **bem viver**).

Para se manter fora da lama da política da vida real, muitos movimentos sociais e críticos contemporâneos se abrigam na posição distante e moralmente segura de oposição a todas as formas de mercantilização. Mas, apesar de seu caráter onipresente no **capitalismo**, a mercantilização é um fenômeno milenar e pré-capitalista, e os mercados estão entre as instituições mais duradouras da humanidade. Ressituados dentro de limites sociais

e ecológicos adequados, os mercados certamente terão um papel a cumprir como mecanismo de articulação em qualquer projeto **político** realista capaz de organizar o intercâmbio e o abastecimento em nosso planeta cada vez mais complexo e muito povoado.

Portanto, a questão fundamental é definir onde situar os limites à mercantilização, um dilema sugerido por Emanuel Kant em sua famosa declaração: “No reino dos fins, tudo tem ou um preço ou uma dignidade”. Assim, se aspectos técnicos, como a viabilidade de produzir substitutos equivalentes ou o nível de rivalidade e possibilidade de exclusão apresentado pelo bem afetado, podem ser critérios práticos importantes, a questão de onde situar os limites à mercantilização é mais fundamentalmente ética e política. Sacralidade, singularidade, raridade, valor intrínseco, direitos humanos, **justiça ambiental** e necessidades básicas são algumas das noções e critérios que podem nos ajudar a definir o que pode ou não ser mercantilizável. Essa definição deve ser abordada a partir de vários ângulos, que vão desde o estabelecimento de tratados internacionais, passando pela proteção dos **recursos comuns** globais, constituições nacionais que protejam os bens públicos, até regras, normas e tabus locais que proíbam formas específicas de mercantilização. Muitos ingredientes desse repertório institucional podem ser encontrados na atual diversidade institucional; outros podem ser resgatados do vasto laboratório de arranjos institucionais desenvolvidos pelas sociedades humanas ao longo de milênios e varridos pela modernidade e pela globalização capitalista. Muitas outras formas novas de ação coletiva serão necessárias para garantir uma defesa eficaz dos **recursos comuns** globais em uma época de interconexão mundial sem precedentes.

Apenas quando tiver havido tentativas de definir provisoriamente a esfera dos mercados e das mercadorias é que ambientalistas, objetores do **crescimento** e a sociedade em geral estarão prontos para decidir quais *externalidades* devem ser internalizadas nos mercados e quais *internalidades* devem ser exteriorizadas e regidas por normas e valores não mercantis.

## REFERÊNCIAS

- BAKKER, K. *An uncooperative commodity: privatizing water in England and Wales*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- FEDERICI, S. *Caliban and the Witch: women, the body and primitive accumulation*. New York: Autonomedia, 2004.
- HARVEY, D. *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- LUXEMBURG, R. The accumulation of capital. *Monthly Review Press*, 1951.

MARX, K. Proceedings of the Sixth Rhine Province Assembly: debates on the Law of the Theft of Wood. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected works*. New York: International Publishers, 1975. v. 1, p. 224-263. (Originalmente publicado em 1842).

MAUSS, M. *The gift*. New York: Free Press, 1954.

POLANYI, K. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press, 1957.

PROUDHON, P.-J. *Qu'est-ce que la propriété?* Paris: Chez J.-F. Brocard, 1840.

SANDEL, M. *What money can't buy: the moral limits of markets*. New York: Farrar, Straus and Girou, 2012.

# NEOMALTHUSIANOS

*Joan Martínez-Alier*

Nas décadas de 1960 e 1970, autores conhecidos como “neomalthusianos” – entre eles, o professor de ecologia da Universidade de Stanford, Paul Ehrlich – fizeram soar um alarme estridente sobre crescimento populacional. Na verdade, o alarme se justificava, porque a população humana aumentou de 1,5 bilhão para 6 bilhões no século XX. Na década de 2010, a população mundial atingiu 7 bilhões, mas a fertilidade (o número de filhos por mulher) decresce rapidamente em muitos países e está persistentemente abaixo de dois em muitos outros. Ela provavelmente vai atingir um máximo de cerca de 8,5 ou 9 bilhões em 2050, e depois, diminuir ligeiramente. Haverá não apenas despovoamento rural, mas também despovoamento urbano em alguns países.

Ehrlich, que publicou *The population bomb* em 1968, reconheceu que a superpopulação era apenas um dos fatores da degradação ambiental. Ele introduziu uma equação bem conhecida,  $I = f(P, A, T)$ , o que significa que o impacto ambiental (por exemplo, aumento da produção de gases de efeito estufa, mudando a composição da atmosfera) dependia do tamanho da população, de sua renda *per capita* (“afluência”) e das tecnologias usadas. Ou seja, a população continuava sendo um fator importante.

O movimento do decrescimento poucas vezes discutiu o crescimento populacional. Em seu conjunto, ao mesmo tempo em que adota uma posição contrária ao crescimento da população, ele dá mais ênfase à desigualdade social no consumo per capita, o que é comum a outras correntes de esquerda.

Em geral, os decrescentistas não gostam das políticas populacionais implantadas de cima para baixo nem da restrição à migração pregada nos anos 60 e 70 por neomalthusianos como Paul Ehrlich e, mais ainda, Garrett Hardin. Eles não gostam das esterilizações forçadas nem da política chinesa de um filho por família, imposta pelo Estado, mas, ao contrário dos marxistas, preocupam-se ou deveriam se preocupar com a população.

É verdade que Malthus, em seu *Ensaio sobre o princípio da população*, de 1798, teve uma visão pessimista sobre o crescimento da produção agrícola. Ele acreditava na existência de retornos decrescentes sobre o insumo de mão de obra. O crescimento populacional tornaria mais pessoas disponíveis para trabalhar na agricultura, mas a produção não aumentaria na mesma proporção, e o resultado final seria uma crise de falta de alimentos. Os marxistas não gostavam de Malthus porque ele acreditava em retornos decrescentes, e mais ainda porque ele sugeria que a melhoria da situação econômica dos pobres era inútil porque qualquer melhoria resultaria em um aumento de fertilidade. Ele era verdadeiramente reacionário. Os marxistas também não gostavam da ênfase de Malthus nas crises de subsistência, quando, segundo Marx, as crises se deviam ao investimento excessivo em comparação com o poder de compra do proletariado explorado. Para os marxistas, o crescimento populacional é impulsionado pela necessidade que o **capitalismo** tem de mão de obra barata e, como observou Engels, em uma formação social não capitalista, seria muito mais fácil controlar a população.

Os decrescentistas conhecem todos esses argumentos e, embora também não gostem da política reacionária de Malthus, atribuem a ele alguma razão, já que a população não pode crescer sem controle. Eles questionam economistas otimistas que pressupõem que o crescimento da população humana não é uma ameaça importante ao ambiente natural. Esses economistas são a favor do crescimento da população, apontando que a produtividade por hectare e, ainda mais, por hora de trabalho, poderia aumentar com o progresso técnico. Na verdade, Ester Boserup, em seu livro *The conditions of agricultural growth*, de 1965, explicou que o crescimento populacional levava ao aumento da produção (contrapondo-se a Malthus) porque permite sistemas mais intensivos de produção, com rotações mais curtas (da agricultura itinerante a safras duplas irrigadas). No entanto, isso pode se aplicar a períodos remotos da história econômica humana, mas, desde meados do século XIX, na Europa, a agricultura tem cada vez mais dependido de fertilizantes importados, como o guano e, mais tarde, industrializados. O sistema alimentar moderno demanda muita energia de combustíveis fósseis. Pode-se argumentar que não há aumento da produtividade da agricultura do ponto de vista ecológico-econômico.

Os decrescentistas são herdeiros não do próprio Malthus, mas de neomalthusianos radicais e feministas de 1900 (na Europa e nos Estados Unidos) que eram a favor da “procriação consciente”. Mulheres e homens pobres eram considerados capazes de “procriação consciente” voluntária (Masjuan, 2000; Ronsin, 1980). Esse foi um movimento feminista e protoambiental. Por sua vez, o atual neomalthusianismo dos ricos considera a taxa de reprodução mais alta entre os pobres do mundo como uma ameaça a seu próprio ambiente,

por meio da migração. No caso de Hardin, isso resultou na chamada “ética do bote salva-vidas”, gerando a necessidade de políticas populacionais de cima para baixo. O neomalthusianismo de 1900, por sua vez, não era uma doutrina que impunha políticas demográficas a partir de cima.

Os decrescentistas se sentem próximos às feministas neomalthusianas adeptas do “de baixo para cima”, e não compartilham as visões dos economistas otimistas sobre o crescimento da população. Eles riem do argumento de que, para pagar aposentadorias a idosos, são necessários cada vez mais jovens empregados que, no devido tempo, vão se tornar aposentados, em uma espécie de pirâmide Ponzi demográfica.

Anarco-feministas neomalthusianos pregavam a liberdade das mulheres para escolher o número de filhos que quisessem ter. Muitos estavam explicitamente preocupados com questões ambientais e se perguntavam quantas pessoas a Terra poderia alimentar de forma sustentável. Esse bem-sucedido movimento social internacional (com líderes como Emma Goldman e Margaret Sanger, nos Estados Unidos, e Paul Robin, na França) chamava a si próprio deliberadamente de neomalthusiano, mas, em contraste com Malthus, acreditava que o crescimento da população poderia ser interrompido entre as classes pobres por meio de decisões voluntárias. Recomendava-se o controle da natalidade, incluindo vasectomias voluntárias. Esse movimento neomalthusiano não apelava ao Estado para que impusesse restrições ao crescimento da população. Pelo contrário, era baseado em ativismo “de baixo para cima” com base na liberdade das mulheres, em evitar a pressão provocada pelo excesso de população para que os salários se reduzissem, e na ameaça ao meio ambiente e à subsistência humana. Um excesso de população estava previsto, e isso levou a ideias e comportamentos preventivos. Na França e em outros lugares, os neomalthusianos desafiaram as autoridades políticas e religiosas da época com a ideia de uma “greve dos ventres” (*la grève des ventres*), e também de antimilitarismo e anticapitalismo. O controle voluntário da população era uma recusa a dar ao **capitalismo** a mão de obra barata do “exército de reserva dos trabalhadores”.

Fora da Europa e dos Estados Unidos, o movimento atuava na Argentina, no Uruguai e em Cuba. No Brasil, em 1932, Maria Lacerda de Moura escreveu um livro intitulado *Amai e não vos multipliqueis*. No sul da Índia, E. K. Ramaswami (Periyar) formou o Movimento do Respeito Próprio em 1926. Ele desenvolveu uma filosofia **política** contra as castas e em favor da liberdade para as mulheres. Pregava o controle da natalidade, contrapondo-se a noções religiosas hindus de pureza de sangue e o conseqüente controle sobre a sexualidade das mulheres (Guha, 2010). Sessenta anos mais tarde, ao tentar explicar a baixa taxa de natalidade em Tamil Nadu, os demógrafos

observaram que os níveis de educação para as mulheres têm sido baixos (em comparação com Kerala) e a pobreza, alta, de modo que, talvez, a vontade **política** e os movimentos de reforma social iniciados por Periyar tenham sido importantes na transição demográfica.

Ao introduzir a palavra “ecofeminismo”, Françoise d’Eaubonne (1974) era uma militante tardia dessa corrente neomalthusiana radical, ainda lutando, na época, pelo direito ao aborto e pela liberdade sexual não só para as mulheres (que já tinham avançado muito), mas também para os homossexuais, que ainda eram criminalizados na Europa.

Para concluir, houve diferentes variedades de malthusianismo e neomalthusianismo nos últimos 200 anos:

- De acordo com Malthus, as populações humanas cresceriam exponencialmente, a menos que fossem contidas pela guerra e a doença, ou pela improvável restrição da castidade e dos casamentos tardios. Os alimentos não cresceriam na mesma proporção da mão de obra, por causa dos retornos decrescentes. Daí resultariam as crises de subsistência.
- O neomalthusianos de 1900 acreditavam que as populações humanas poderiam regular seu próprio crescimento por meio da contracepção. A liberdade das mulheres era necessária para isso, e era desejável por si só. A pobreza era explicada pela desigualdade social. A “procriação consciente” era necessária para evitar salários baixos e a pressão sobre os recursos naturais. Esse foi um movimento de baixo para cima, bem-sucedido na Europa e na América contra os Estados (que queriam mais soldados) e contra a Igreja Católica.
- Os neomalthusianos dos anos 60 e 70 surgiram por causa da transição demográfica tardia e da falta de sucesso dos neomalthusianos de 1900 no mundo em geral. Eles pregavam uma doutrina e uma prática de cima para baixo, patrocinada por organizações internacionais e alguns governos. O crescimento da população era visto como uma das principais causas da pobreza e da degradação ambiental. Portanto, os Estados deveriam introduzir métodos contraceptivos, às vezes, até mesmo sem o consentimento prévio das populações (principalmente das mulheres).

Para os decrescentistas, o primeiro e o terceiro pontos são abomináveis, mas o segundo é muito próximo em espírito. A ideia de uma restrição voluntária à procriação, um ato coletivo de autolimitação contra a máquina do **crescimento**, continua a inspirar o decrescimento. Yves Cochet (um membro antigo do Parlamento Europeu e ativista do decrescimento) propôs a *grève du troisième enfant* (uma greve do terceiro filho) (Guichard, 2009).

## REFERÊNCIAS

- BOSERUP, E. *The conditions of agricultural growth: the economics of agrarian change under population pressure*. London: G. Allen and Unwin, 1965.
- D'EAUBONNE, F. *Le féminisme ou la mort*. Paris: Pierre Horay Editeur, 1974.
- ERLICH, P. R. *The population bomb*. San Francisco: Sierra Club; Ballantine Books, 1968.
- GUICHARD, M. Yves Cochet pour la “grève du troisième ventre”. *Libération*, 6 abr. 2009. Disponível em: <[www.liberation.fr/societe/2009/04/06/yves-cochet-pour-la-greve-du-troisieme-ventre\\_551067](http://www.liberation.fr/societe/2009/04/06/yves-cochet-pour-la-greve-du-troisieme-ventre_551067)>. Acesso em: 24 jun. 2016.
- LACERDA DE MOURA, M. *Amai e não vos multipliqueis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.
- MALTHUS, T. R. *Essay on the principle of population*. London: J. Johnson, in St. Paul's Church-yard, 1798.
- MASJUAN, E. *La ecología humana en el anarquismo ibérico: urbanismo “orgánico” o ecológico, neomalthusianismo y naturismo social*. Barcelona: Editorial Icaria; Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2000.
- RAMASWAMI, E. V. The case for contraception. In: GUHA, R. (Org.). *The makers of modern India*. New Delhi, Penguin. p. 258-259.
- RONNIN, F. *La grève des ventres: propagande neo-malthusienne et baisse de la natalité en France 19-20 siècles*. Paris: Aubier-Montaigne, 1980.

# PARADOXO DE JEVONS (EFEITO REBOTE)

*Blake Alcott*

No auge da Revolução Industrial, quando a preocupação da Grã-Bretanha era ficar sem carvão, William Stanley Jevons (Jevons, 1865; Alcott, 2005) ponderou dois fenômenos simultâneos: (1) o carvão necessário por unidade de ferro fundido ou trabalho feito por motores a vapor vinha caindo há muito tempo e (2) o consumo total de carvão vinha aumentando. Da mesma forma, a demanda pela mão de obra vinha aumentando, junto a uma crescente produtividade dessa mão de obra. A partir dessas observações, ele chegou ao enunciado geral de que a mudança tecnológica que faz crescer a eficiência com a qual um recurso é usado eleva, em vez de reduzir, a taxa de consumo do recurso.

Esse enunciado foi exemplificado posteriormente pela luz elétrica, na qual uma diminuição de cem vezes na quantidade de eletricidade necessária para um lúmen gerava um aumento de mil vezes na quantidade de eletricidade usada para lumens que iluminassem prédios e ruas. Jevons chamou isso de “paradoxo” porque, por razões psicológicas, espera-se que uma redução *por unidade* em uma relação insumo/produto cause uma redução no consumo geral do insumo. É claro que o insumo também pode ser água, fósforo, solo arável ou energia.

Em primeiro lugar, algumas definições. Suponhamos que a chaleira média se torne 10% mais eficiente em termos energéticos para ferver água. Suponhamos, também, que o número de chaleiras e a quantidade de água fervida por chaleira não mudem. Portanto, a quantidade de energia usada para ferver água deve cair 10%. Esses 10% do montante total de energia usada anteriormente para ferver a água seriam uma quantidade absoluta de energia economizada, conhecida pelo termo técnico “economia de engenharia”. Mas

esse montante é apenas teórico; na realidade, economiza-se menos do que isso porque, ajudada por preços mais baixos, tanto dos produtos quanto dos insumos energéticos, a energia momentaneamente economizada é usada pelos consumidores para fazer outras coisas. A menos que os fornecedores reduzam a oferta, contrapondo-se, assim, às quedas de preços, a demanda latente dos consumidores arrebatada essa energia temporariamente ociosa. Essa nova demanda é chamada de consumo rebote.

Jevons declarou que o consumo rebote é maior do que a economia de engenharia. Ou seja, consome-se *ainda mais* energia do que se a eficiência permanecesse igual; se a eficiência do motor a vapor tivesse permanecido no nível de James Watt, em torno de 1800, estaríamos consumindo muito menos carvão. Uma segunda consequência possível é que o rebote seja igual a 100% da economia de engenharia. Isso acontece quando os aumentos de eficiência tecnológica não afetam o consumo do insumo, que simplesmente continua sua tendência ascendente. Uma terceira consequência seria quando uma parte da energia ociosa fica permanentemente sem demanda, e o rebote fica entre 1% e 99%. À medida que o rebote se aproxima de 100%, as políticas para induzir o aumento da eficiência se tornam ineficazes em termos de *custos*. Em 100%, elas são apenas ineficazes; acima de 100% – o **Paradoxo de Jevons** – o efeito é inverso e elas são contraproducentes.

Sendo assim, incentivar ou legislar por maior eficiência é uma estratégia de decrescimento razoável? Não, se a demanda latente e o crescimento populacional superarem todos os recursos liberados temporariamente pelos aumentos de eficiência, e certamente não se Jevons estiver certo. Historiadores, antropólogos e psicólogos geralmente consideram totalmente plausível que não deixemos qualquer energia teoricamente conservável sem ser usada. Mais consumidores, novas descobertas de energia, novos usos para ela e tecnologia mais eficiente em sua obtenção – tudo isso afeta o nível de combustão geral. Mas os aumentos de eficiência também contribuem ampliando as possibilidades de produção da sociedade, o que equivale a um aumento em seu potencial de compra total, incentivando a descoberta de novos usos para a energia e favorecendo o aumento da população ao aumentar a produtividade dos alimentos e proporcionar construções saudáveis e aquecidas.

Há evidências de que a produção por unidade de insumo aumentou, em nível mundial, durante, talvez, vinte décadas: uma hora de trabalho, um joule de combustível fóssil, um hectare de terra agrícola produzem mais bens e serviços do que antes. Podemos medir isso como um aumento do resultado da soma do **produto interno bruto (PIB)** mundial em relação a insumos medidos fisicamente, como horas trabalhadas, energia, água doce ou metais como cobre, ferro ou terras raras. Mas será que o aumento nesse índice de

eficiência foi acompanhado, globalmente, por uma diminuição na quantidade de energia usada, nas pessoas que trabalham ou nos minerais extraídos? Não. Na verdade, as evidências empíricas gerais mostram que os rebotes são de, pelo menos, 100%. Curiosamente, para horas trabalhadas, nenhum historiador ou economista afirma nada além de que o rebote é maior do que 100%: maior produtividade significou **crescimento** econômico e mais empregos.

Aqueles que acreditam que o rebote é inferior a 100% não negam, claro, que os aumentos de eficiência não economizaram uma gota de petróleo até hoje, mas afirmam, contrafactualmente, que, sem eles, ainda mais petróleo teria sido queimado. Isso aponta para o fato de que a discussão atual sobre o rebote é basicamente teórica. Para ter certeza, podemos usar métodos microeconômicos para medir o chamado rebote *direto*: se um determinado consumidor dirige um carro mais eficiente, economizando dinheiro anteriormente gasto com combustível, um pouco dessa renda é gasta para dirigir mais. O resultado – quilômetros dirigidos – aumenta, de forma que o rebote é maior do que 0% (Khazzoom, 1980). Porém, outros rebotes indiretos também são garantidos, a saber, o chamado *efeito renda* que permite que esse consumidor use seu poder de compra economizado para comprar algum aparelho, roupas ou uma passagem aérea. Esses dois tipos de rebote nos proporcionam o número ambientalmente relevante que queremos: o rebote *total*. Os rebotes indiretos, no entanto, são sabidamente difíceis de medir e, além disso, não há metodologia para derivar os rebotes indiretos e totais a partir dos rebotes diretos para os vários setores econômicos, não importando a precisão com que tenham sido medidos.

Os estudos de recuperação feitos em países individuais ou grupos de países, em vez de em nível mundial, enfrentam um problema extra: se contabilizarem apenas a quantidade de energia consumida dentro dos países, ignorando as quantidades “incorporadas” nas importações líquidas dos países, como carros ou computadores, o resultado será distorcido. Uma última dificuldade de julgar o rebote médio para todos os países é que os estudos de rebote total em sociedades mais pobres geram estimativas superiores (muitas vezes, saem pela culatra) a estudos de países da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, talvez porque os consumidores dos primeiros estejam menos saciados. Devido a esses problemas de método, não surpreende que, mesmo após trinta anos de estudo microeconômico, as estimativas de rebote total variem mais do que uma ordem de magnitude (Sorrell, 2009).

Assim, para dizer o mínimo, só com muita incerteza se pode afirmar fazer economia real por meio da eficiência tecnológica, e é tentador recorrer à estratégia alternativa de viver de forma mais “suficiente” – trabalhando,

produzindo e consumindo menos. Também nesse caso, porém, há rebote: se eu decidir unilateralmente comprar menos energia, minha demanda evaporada reduz o preço da energia em função de um incremento no mercado mundial de energia. Isso, por sua vez, permite que os bilhões de “consumidores marginais” do mundo, que desejam trabalhar o mesmo de sempre e consumir mais produto, demandem aquilo que eu já não demando, o que pode contribuir para o consumo equitativo, mas não para a conservação de energia. A menos que toda a população mundial comece a viver de forma mais suficiente, o que é imoral, pois bilhões vivem na pobreza involuntária, outras pessoas absorverão a sobra na demanda deixada por aqueles que “prescindem” voluntariamente de alguma energia.

O rebote é relevante para o decrescimento porque o que deve decrescer até um tamanho sustentável não é a utilidade, a **felicidade**, nem mesmo necessariamente o **PIB**, e sim a quantidade de *fluxo biofísico* gerado pelos seres humanos – a quantidade total dos recursos naturais consumidos somada a emissões e resíduos gerados por esse consumo. E há, de fato, uma opção bem conhecida em termos de políticas, que reduz o fluxo diretamente e com garantia: limites legais à quantidade a ser extraída e consumida de um recurso. Por exemplo, durante séculos, as comunidades têm restringido o que pode legalmente ser bombeado de aquíferos, e o processo de Quioto está tentando limitar as emissões de gases.

Como na época de Jevons, em vez de reduzir o consumo de recursos por meio de limites fisicamente definidos, muita gente aposta na estratégia incerta do uso mais eficiente do recurso. Mas o que acontece com a energia que poderia ser economizada? Ela é economizada? Se alguns de nós viverem com consumo menor, talvez trabalhando menos por meio de **compartilhamento de trabalho**, o resto da humanidade não vai demandar os recursos liberados, que, afinal de contas, continuam a ser fornecidos em troca de lucro? O consumo de insumos sofre rebote e, além disso, o rabo não pode abanar o cachorro: se a sociedade limita antes o seu consumo de recursos, as pessoas viverão automaticamente de forma mais eficiente e suficiente – e, talvez, não menos feliz.

A esperança do nosso “engenheiro interior” é que nossos ganhos de eficiência tecnológica por unidade venham, de alguma forma, a reduzir os níveis gerais de esgotamento e poluição, e é isso que dá à luz a estratégia ambiental do aumento da eficiência. Mas o meio ambiente não “está preocupado” com taxas, como a nossa eficiência humana, ou – o que vem a dar no mesmo – com a **desmaterialização** da economia. Só as quantidades reais importam, independentemente da quantidade de utilidade que espremamos de nossas quantidades calculadas de recursos.

Se há algo de correto na afirmação de Jevons de que os seres humanos vão se expandir ecologicamente por meio de uma combinação de aumento populacional e maior afluência material, devemos nos afastar de mudanças técnicas ou puramente pessoais, em direção a soluções **políticas** com base na ideia de que os recursos naturais são **recursos comuns**, de propriedade coletiva (Sanne, 2000).

## REFERÊNCIAS

- ALCOTT, B. Jevons' paradox. *Ecological Economics*, v. 54, n. 1, p. 9-21, 2005.
- JEVONS, W. S. *The coal question*. 3. ed. New York: Augustus M. Kelley, 1965. (Originalmente publicado em 1865).
- KHAZZOOM, D. Economic implications of mandated efficiency in standards for household appliances. *Energy Journal*, v. 1, n. 4, p. 21-40, 1980.
- SANNE, C. Dealing with environmental savings in a dynamical economy: how to stop chasing your tail in the pursuit of sustainability. *Energy Policy*, v. 28, n. 6/7, p. 487-495, 2000.
- SORRELL, S. Jevons' paradox revisited: the evidence for backfire from improved energy efficiency. *Energy Policy*, v. 37, n. 4, p. 1.456-1.469, 2009.

# PEDAGOGIA DO DESASTRE

*Serge Latouche*

Denis de Rougemont, um dos pioneiros da ecologia, escreveu, em 1977:

[Eu] os sinto vindo, uma série de desastres criados por meio de nossos esforços diligentes, embora inconscientes. Se eles forem grandes o suficiente para despertar o mundo, mas não bastarem para esmagar tudo, eu os chamaria de experiências de aprendizagem, as únicas capazes de superar nossa inércia.

(De Rougemont apud Partant, 1979)

A ideia de Partant, expressa em sua citação, baseada no conceito popular de que a experiência fornece lições, é espantosamente radical e fatalista. Ao mesmo tempo, pode-se duvidar da sua eficácia. No entanto, com a publicação do livro de Jean-Pierre Dupuy, *For a crystalizing catastrophe* (2002), essa visão passou por um renascimento.

Os dicionários definem catástrofe como uma desgraça repentina e fatal que acontece a uma ou mais pessoas. Um exemplo de desastre incluiria um acidente que cause a morte de muitas pessoas, como um desastre ferroviário ou aéreo. Literalmente, isso seria “um evento decisivo que causa uma tragédia”. As catástrofes ou os desastres que nos interessam aqui são os do Antropoceno, ou seja, aqueles gerados pela dinâmica de um sistema complexo, a biosfera, em coevolução com a atividade humana e alterado por ela, como Chernobyl ou Fukushima, mas também a mudança climática ou o colapso da biodiversidade. Para gerar a **descolonização do imaginário** necessária para alterar a trajetória fatal em que nos encontramos, dificilmente podemos depender dessas “lições do desastre”. No entanto, François Partant, guru das alternativas na França e arauto do decrescimento, contou com essas ameaças para desencadear uma saída da loucura da sociedade produtivista. Não é por

acaso que ele chamou um de seus livros, de forma provocativa, de *Que la crise s'aggrave!* Nesse livro de 1978, ele argumentou que uma crise profunda seria a única forma de evitar a autodestruição da humanidade.

Essa visão é catastrófica? Os cultuadores do progresso acusam imediatamente de pessimismo qualquer um que reflita sobre os perigos que ameaçam a nossa civilização. É verdade que a pedagogia do desastre nasceu no curso de debates sobre o apocalipse nuclear, após a experiência das primeiras bombas atômicas. Neste caso, penso particularmente nos livros de Karl Jaspers ou Gunther Anders. Também está relacionada à tese do colapso, um tema popularizado por Jared Diamond (2005), mas desenvolvido vinte anos antes por Joseph Tainter (1988). A civilização desaparece, segundo Diamond, quando destrói seu ambiente sem ser capaz de se adaptar à nova situação. As sociedades complexas, para Tainter, tendem a entrar em colapso porque suas estratégias para obter energia estão sujeitas à lei dos retornos decrescentes.

A pedagogia do desastre está em sintonia com a “heurística do medo” do filósofo Hans Jonas, segundo o qual “é melhor dar ouvidos à profecia do infortúnio do que à da **felicidade**” (1990, p. 54). Ele não espera masoquisticamente experimentar o apocalipse, mas justamente evitá-lo. Sua visão é alternativa ao otimismo suicida de “uma política de avestruzes”. Esse otimismo bem aventurado (e passivo) nos levará mais certamente ao desastre do que uma atitude cuja referência seja a catástrofe que se avizinha.

Nisso, a pedagogia do desastre se junta às análises mais recentes do filósofo Jean-Pierre Dupuy. Ele também não está participando de uma forma de pedagogia do desastre? Dupuy atribui um papel de aprendizagem ao catastrofismo de Hans Jonas atribuindo a seu catastrofismo um papel de aprendizagem. Porém, em sua concepção, não é a catástrofe em si que ensina, e sim sua previsão. Dupuy propôs um *método* de governança para os tecnocratas, uma experiência de pensamento que sugere precaução diante do grande risco tecnológico, especialmente o risco nuclear. Essa pedagogia do desastre visa prevenir o irreparável e, em especial, evitar um colapso ou uma catástrofe final. Nenhuma dessas duas abordagens expressa um desejo de que o pior aconteça. Ambas pretendem evitá-lo. A primeira é baseada na experiência e no choque experimentado na forma de crises que servem de alerta, enquanto a segunda quer passar sem elas.

É natural se perguntar se as lições de uma experiência trágica, como Fukushima, são realmente úteis. Naomi Klein (2008), em sua famosa obra, *The Shock doctrine: the rise of disaster capitalism*, sustenta uma visão que é radicalmente oposta à de um desastre benéfico. Segundo ela, a oligarquia neoliberal e neoconservadora tira proveito dos desastres, ou os provoca, para impor suas soluções, que se tornam desastrosas para as classes mais baixas,

mas são lucrativas para as multinacionais no curto prazo. Seu livro começa com a devastação da Louisiana pelo furacão Katrina e a calamitosa gestão do desastre pela administração Bush: destruição do sistema público de ensino, exclusão urbana dos pobres, especulação desenfreada para a reconstrução. Muitos outros exemplos, do 11 de setembro de 2001 à guerra no Iraque, são analisados em seu texto e reforçam um argumento muito convincente.

Na verdade, as duas teses – a pedagogia do desastre e a exploração dos desastres para obter lucro – não são excludentes. A razão não é que a humanidade precisa se tornar mais sábia, e sim que a oligarquia capitalista tem que ser desarmada e neutralizada. Dependendo do contexto, em alguns casos, os *lobbies* prevalecerão diante dos desastres; em outros, a pressão das pessoas pode impor soluções que salvem vidas e mudanças contrárias à vontade desses *lobbies*.

## REFERÊNCIAS

DIAMOND, J. *Collapse: how societies chose to fail or succeed*. Harmondsworth: Penguin, 2005.

DUPUY, J.-P. *Pour un catastrophisme éclairé: quand l'impossible est certain*. Paris: Seuil, 2002.

JONAS, H. *Le principe responsabilité, une éthique pour la civilisation technologique*. Paris: Editions du Cerf, 1990.

\_\_\_\_\_. *The imperative of responsibility: in search of ethics for the technological age*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

KLEIN, N. *The shock doctrine: the rise of disaster capitalism*. Toronto: Knopf Canada, 2007.

PARTANT, F. *Que la crise s'aggrave!* Paris: Parangon, 1978.

TAINTER, J. *The collapse of complex societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

# PICO DO PETRÓLEO

*Christian Kerschner*

Collin Campbell e Aleklett Kjell desenvolveram o conceito de “pico do petróleo” quando fundaram a ASPO (Associação para o Estudo do Pico do Petróleo, na sigla em inglês), em 2002. Com demasiada frequência, os observadores interpretam mal o pico do petróleo como sendo o esgotamento do petróleo ou “ficar sem” ele e, portanto, costumam equiparar a expressão aos debates dos anos 70 e 80 sobre os limites (dos recursos) biofísicos. Esse debate perdeu de vista o fato de que os recursos não renováveis não são limitados apenas em estoque (a quantidade física economicamente extraível dos depósitos), mas, como os renováveis, também em fluxo (taxa). Por isso, o conceito pode ser igualmente aplicado a recursos renováveis, o que já aconteceu na literatura, por exemplo, pico da água, pico das terras férteis, etc.

Um “fluxo de recursos” é a quantidade física que pode ser extraída por unidade de tempo (geralmente dias), dadas as restrições externas, que podem ser geológicas, econômicas, ambientais ou sociais. Assim sendo, o pico pode ser definido como “o máximo fluxo possível de um recurso (ou seja, produção e consumo) dados os limites externos”. De acordo com a literatura sobre o pico do petróleo, essa taxa é de cerca de 85 milhões de barris por dia (mb/d). Os picos são os momentos cruciais em termos de escassez de recursos e seu impacto sobre a sociedade. Por outro lado, o muito citado tempo que resta até o esgotamento dos recursos (calculado dividindo-se o recurso restante estimado pelos atuais fluxos de consumo anual) é altamente enganoso. A British Petroleum, por exemplo, estima que esses números sejam de cerca de 40 anos para o petróleo, 60 para o gás e 120 para o carvão. Esses números dão a impressão errada de que o tempo que resta para se agir em resposta às limitações de recursos é longo.

Portanto, a primeira mensagem fundamental do pico do petróleo é que as limitações à oferta estão muito mais próximas no tempo do que geralmente

se pressupõe. “Quando” isso vai acontecer é o tema da literatura “subterrânea” sobre o pico do petróleo, dominada por geólogos, cuja principal preocupação é com a dimensão quantitativa do fenômeno, ou seja, possíveis taxas de fluxo e estoques recuperáveis. O geólogo do petróleo King Hubbert desenvolveu uma metodologia de ajuste de curvas que reflete as tendências de produção e descoberta para mostrar a produção final do petróleo cru. Ele previu quase que exatamente o pico do petróleo para os Estados Unidos (Hubbert previu um pico em 1971, e o pico real aconteceu no outono de 1970) e estimou um pico mundial de produção de petróleo para o ano 2000. Campbell e Laherrere (1998) atualizaram o trabalho de Hubbert e situaram o pico em 2006. Essa previsão foi ainda mais refinada para o primeiro comunicado de imprensa da ASPO em 2002, que previa o pico em 2010, com uma taxa de fluxo de 85 mb/d. Por enquanto, essa estimativa parece se manter, já que a produção se estabilizou atualmente em torno desse nível. A mais extensa meta-análise de estudos “subterrâneos” sobre o pico do petróleo até agora concluiu que era provável que ocorresse um pico de produção de petróleo convencional, por razões geológicas, antes de 2030, com um risco significativo de que isso ocorresse antes de 2020 (Sorrell et al. 2010).

Os URR (recursos finalmente recuperáveis) estão no centro do debate sobre o momento do pico do petróleo. Esse é o montante total estimado (histórico e futuro) de um determinado recurso a ser produzido. Para seus cálculos, a ASPO usa 1.900 Gigabarris (Gb) de petróleo convencional e 525 Gb de produto não convencional (ou seja, mar profundo, óleos pesados, como areias asfálticas, óleo e gás de xisto, xisto betuminoso e óleo polar). Considerando-se o consumo histórico total de petróleo até hoje, de cerca de 1.160 Gb, isso significa que estamos a meio caminho do esgotamento do recurso. As estimativas dos que negam um pico iminente da produção mundial de petróleo sobre os URR são muito maiores. A AIE (Agência Internacional de Energia) faz suas previsões com base em 1.300 Gb para o petróleo convencional e 2.700 Gb para o não convencional. Os recentes avanços na tecnologia de fraturamento para a extração de óleo e gás de xisto deram um novo “combustível” a essas perspectivas otimistas. No entanto, uma parte importante dos números da AIE se baseia em petróleo “ainda a ser encontrado”, sem indicar onde ele poderia ser localizado. Além disso, de acordo com muitos analistas, a “onda do xisto” é uma bolha que deve estourar a qualquer momento.

Quando se discutem os números de URR, os que negam o pico do petróleo costumam omitir referências à taxa de fluxo possível do depósito em questão, que é a variável determinante para o problema. Sorrell, Miller et al. (2010) concluíram que, dada a atual tendência ao declínio em campos de petróleo existentes (4% ao ano), o mundo teria de descobrir capacidades de

produção diárias iguais às da Arábia Saudita a cada três anos para acompanhar a demanda atual. A Arábia Saudita tem aproximadamente 264,2 Gb, e é por isso que as areias betuminosas canadenses, com 170,4 Gb, costumam ser consideradas como possíveis sucessoras. No entanto, os campos de petróleo sauditas liberam cerca de 10,85 mb/d aos mercados mundiais, enquanto as areias betuminosas de Alberta se esforçam para aumentar o seu nível atual de produção, de 1,32 mb/d.

Para além da geologia, a possível taxa de fluxo do petróleo é determinada por várias outras restrições. Por exemplo, muitos países produtores de petróleo têm diminuído substancialmente as exportações devido a aumentos de demanda doméstica (muitas vezes, subsidiada). A geopolítica pode ser outra dessas restrições. Mais importante, no entanto, é o fato de que a dimensão qualitativa do pico do petróleo, que pertence à literatura “de superfície” sobre o pico do petróleo, pode determinar as taxas de fluxo.

A segunda mensagem fundamental do pico do petróleo é que o fenômeno vai se mostrar muito prejudicial ao atual sistema socioeconômico. Isso se deve principalmente ao fato de que o petróleo de qualidade superior foi extraído antes (o princípio do melhor primeiro). O petróleo de baixa qualidade implica diretamente não apenas maiores custos econômicos por unidade de recurso obtido, mas também custos sociais e ambientais. Pode-se distinguir a qualidade do recurso em si e a qualidade da localização. Em termos do recurso, dependemos cada vez mais de óleos pesados (por exemplo, areias asfálticas) ou de petróleo com altos níveis de contaminantes (principalmente enxofre). Em termos de localização, cada vez mais nos deparamos com condições difíceis em termos geológicos (por exemplo, mar profundo, rochas impregnadas, camadas de sal líquido, bolsões dispersos/xisto), geopolíticos (por exemplo, regimes hostis, instabilidade política) e geográficos (petróleo polar, condições meteorológicas extremas, mar aberto, etc.). O que temos diante de nós é uma expansão das **fronteiras das commodities** do petróleo.

Esses custos cada vez maiores de exploração, extração e produção reduzem inevitavelmente o nosso retorno de energia sobre o investimento (EROI, na sigla em inglês), que já vem diminuindo para a maior parte dos recursos energéticos ao longo dos anos. O EROI é a energia líquida que resta depois de se subtrair o montante necessário para explorar, extrair e refinar um recurso energético. Na década de 1970, costumava estar próximo de 30:1 para o petróleo nacional nos Estados Unidos; em 2005, já havia caído a cerca de metade disso. Em comparação, as areias betuminosas estão situadas entre 2 e 4:1 (Murphy e Hall, 2010). Ainda é muito cedo para saber exatamente o EROI do óleo e do gás de xisto produzidos com fraturamento hidráulico (*fracking*). Os especialistas já chamam atenção para o fato de que os poços de xisto são

muito caros e tendem a atingir o pico rapidamente (para não mencionar os impactos sísmicos e ambientais). A maioria das formas de energia renovável (com exceção da energia hidrelétrica) também tem EROIs muito baixos.

De acordo com analistas de energia, a mudança na qualidade do nosso principal recurso energético deve ter consequências significativas para as economias. Os adeptos da “teoria de Olduvai” preveem inclusive um colapso social iminente. Alguns argumentam que a crise econômica de 2008 se deveu principalmente aos altos preços do petróleo causados pela escassez, e que o pico do petróleo está, na verdade, por trás da atual crise econômica global. Economistas ortodoxos, por outro lado, continuam a negar qualquer relação desse tipo, já que acreditam que, com a ajuda da inovação tecnológica, qualquer recurso pode ser substituído. Um problema com essa crença é que, para além dos EROIs inferiores da maior parte dos substitutos, a mesma dinâmica descrita anteriormente para o petróleo é evidente em outros recursos. Minérios de graus cada vez mais baixos elevam os preços dos minerais (por exemplo, pico do fósforo) e metais (por exemplo, pico do cobre), alguns dos quais são extremamente necessários para tecnologias de energias renováveis, em particular os chamados minerais de terras raras (por exemplo, térbio, ítrio e neodímio).

Em outras palavras, os picos de recursos destacam o fato de que a sociedade humana alcançou importantes limitações biofísicas. Dessa perspectiva, o decrescimento econômico não é mais uma opção, mas uma realidade. O desafio enfrentado pelo movimento do decrescimento é ajudar a desenvolver um caminho rumo a uma sociedade pós-carbono, que seja socialmente sustentável. Alguns analistas de energia argumentam que um declínio gerenciado ou próspero não é possível porque o sistema econômico é demasiado complexo e especializado e, portanto, muito difícil de mudar sem problemas. Para eles, ajustar o rumo provavelmente causará mais mal do que bem. Por essa razão, é importante estudar as vulnerabilidades econômicas do pico do petróleo, a fim de conceber cuidadosamente as políticas de adaptação (por exemplo, Kerschner et al., 2013). Um primeiro ponto de partida seria o distanciamento voluntário dos limites biofísicos via limitações aos recursos, para reduzir a curva de declínio e dar mais tempo para a adaptação. No entanto, o objetivo do movimento do decrescimento não deve ser apenas “sobreviver” ao pico do petróleo com o menor custo social possível, e sim usar essa crise para estimular a criação de um mundo mais justo e sustentável, que questione os atuais modos de organização socioeconômica e uma civilização baseada na superexploração negligente dos recursos não renováveis.

## REFERÊNCIAS

CAMPBELL, C.; LAHERRERE, J. The end of cheap oil. *Scientific American*, v. 278, n. 3, p. 78-84, 1998.

KERSCHNER, C.; PRELL, C.; FENG, K.; HUBACEK, K. Economic vulnerability to Peak Oil. *Global Environmental Change*, v. 23, n. 6, p. 1.424-1.433, 2013.

MURPHY, D. J.; HALL, C. A. S. Year in review: EROI or energy return on (energy) invested. *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 1.185, p. 102-118, 2010.

SORRELL, S.; MILLER, R.; BENTLEY, R.; SPEIRS, J. Oil futures: a comparison of global supply forecasts. *Energy Policy*, v. 38, n. 9, p. 4.990-5.003, 2010.

# PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

*Dan O'Neill*

O produto interno bruto (PIB) é um indicador da atividade econômica. Ele mede o valor total de todos os bens e serviços finais recém-produzidos dentro das fronteiras de um país durante um ano. Seu antecessor, o produto nacional bruto (PNB), foi desenvolvido na década de 1930 para ajudar os Estados Unidos a sair da Grande Depressão. Na época, o governo não tinha dados abrangentes sobre o estado da economia, o que tornava difícil saber se as políticas para responder à situação estavam funcionando. O economista russo-americano Simon Kuznets preparou o primeiro conjunto de cálculos nacionais do PNB. Sua ideia básica era simples: reunir dados sobre a produção econômica em um único número que subiria nos bons tempos e se reduziria nos maus (Fioramonti, 2013, p. 23-26).

O sistema de contabilidade nacional desenvolvido por Kuznets provou ser muito valioso durante a Segunda Guerra Mundial, permitindo aos Estados Unidos encontrar capacidade ociosa na economia e aumentar os níveis de produção além do que muitos acreditavam ser possível. Como observaram Cobb et al. (1995, p. 63): “Nos Estados Unidos, o Projeto Manhattan recebeu muito mais glória, mas, como realização técnica, o desenvolvimento das contas do PNB não foi menos importante”.

Após o fim da guerra, a Lei do Emprego de 1946 transformou o PNB em política econômica oficial no país. Em 1953, a ONU publicou suas normas internacionais para um sistema de contabilidade nacional. As ideias de Simon Kuznets tinham se tornado globais. Por meio de gestão fiscal adequada e conhecimento detalhado do desempenho econômico (medido pelo PNB), os economistas começaram a acreditar que poderiam finalmente dominar o temido “ciclo econômico” e garantir o aumento da prosperidade (Cobb et al., 1995).

No entanto, o PNB não foi universalmente aceito. A União Soviética usava uma medida diferente de progresso econômico – produto material líquido – que incluía bens físicos, mas excluía os serviços. Esses não eram contabilizados como renda primária na abordagem socialista, sendo considerados resultado de sua distribuição. Durante a Guerra Fria, os dois indicadores foram usados como instrumentos de propaganda, com Estados Unidos e União Soviética reivindicando maiores taxas de **crecimento** econômico com base em seus respectivos indicadores. Contudo, quando a União Soviética entrou em colapso, em 1991, o PNB se tornou a única opção (Fioramonti, 2013, p. 34-40).

No mesmo ano, o produto “nacional” bruto foi discretamente substituído pelo produto “interno” bruto. Embora os dois indicadores estejam intimamente relacionados, há uma diferença importante. Com o PNB, os lucros de uma empresa multinacional são atribuídos ao país de seus proprietários, para onde os lucros acabam indo. No caso do PIB, são atribuídos ao país onde a fábrica está localizada e onde ocorre a extração de recursos, mesmo que os lucros saiam do país. Essa mudança na contabilidade nacional teve consequências importantes, principalmente dar sustentação à globalização. Nas palavras de Cobb et al. (1995, p. 68), “As nações do Norte estão indo embora com os recursos do Sul e chamando isso de ganho para o Sul”.

Já em 1934, Simon Kuznets advertiu que “o bem-estar de uma nação dificilmente pode ser inferido a partir de uma medida de renda nacional” (Cobb et al., 1995, p. 67). Em 1962, Kuznets havia passado a criticar abertamente a forma como seu sistema de contas estava sendo usado e interpretado, afirmando que as “metas de ‘mais’ **crecimento** deveriam especificar o que cresceria e para quê” Cobb et al., 1995, p. 67).

O problema básico é que o PIB não faz distinção entre atividade econômica boa e má, mas contabiliza todas as atividades da mesma forma. Se eu comprar uma cerveja ou uma bicicleta nova, isso contribui para o PIB. Se o governo investir em educação, também contribui para o PIB. Essas são duas despesas que seriam provavelmente contabilizadas como positivas. No entanto, se houver um vazamento de petróleo que os contribuintes devam pagar para que seja limpo, isso também contribui para o PIB. Se mais famílias passarem por processos de divórcio caros, o dinheiro gasto contribui para o PIB. A guerra, a criminalidade e a destruição ambiental contribuem todas para o nosso principal indicador de progresso nacional. É uma calculadora com um enorme botão de “somar”, mas nenhum botão para “subtrair”.

Ao mesmo tempo, o PIB não contabiliza muitas atividades benéficas, como o trabalho doméstico e voluntário, porque nenhum **dinheiro** muda de mãos. Se eu lavar a minha própria roupa, isso não contribui para o PIB,

mas se eu lhe pagar 10 dólares para lavar a minha roupa, e você me pagar 10 dólares para lavar a sua, o PIB subirá 20 dólares, embora o número de camisas limpas não tenha mudado.

Outro problema é que o PIB não fornece informações sobre a distribuição de **renda**. Mesmo que o PIB per capita aumente, a pessoa média pode não melhorar de vida se a renda adicional for para quem já tem mais. Uma distribuição desigual de renda e riqueza implica a desigualdade de oportunidades para pessoas em toda a sociedade (van den Bergh, 2009).

A estratégia de aumentar eternamente o PIB é particularmente preocupante, pois vários indicadores sociais sugerem que o **crescimento** já não está melhorando a vida das pessoas nos países ricos (ver **limites sociais do crescimento**). A partir de uma **renda** média de cerca de 20.000 dólares por ano, mais **dinheiro** parece não comprar mais **felicidade**. Robert F. Kennedy, que concorreu a presidente dos Estados Unidos, era particularmente crítico do PIB, alertando, em 1968, que o PIB “não media nossa sagacidade nem a nossa coragem, nem a nossa sabedoria, nem o nosso aprendizado, nem a nossa compaixão, nem nossa devoção a nosso país. Resumindo, ele mede tudo, menos aquilo que faz a vida valer a pena” (Fioramonti, 2013, p. 81).

Apesar dessas críticas, o PIB mantém seu poder. A profissão da Economia ficou presa em uma espécie de “pensamento de grupo”, onde o desejo de conformidade está sufocando o pensamento independente e fazendo com que a profissão evite levantar questões polêmicas ou propor soluções alternativas (Fioramonti, 2013, p. 146-148). Os formuladores de políticas temem que o **crescimento** insuficiente leve à instabilidade econômica e ao aumento do desemprego, embora as evidências empíricas desse argumento sejam frágeis. Fioramonti (2013, p. 153-156) argumenta que o PIB não é apenas um número, mas um modo de organizar a sociedade com base na ideia de que os mercados são os únicos produtores de riqueza. Portanto, questionar o PIB é questionar a economia de mercado em si. Se isso for verdade, substituí-lo é um projeto fundamentalmente **político**, e não técnico.

No entanto, há um reconhecimento cada vez maior, em todo o mundo, de que o PIB é uma medida ruim do progresso, e cresce o desejo de fazer algo sobre isso. A Comissão para a Medição do Desempenho Econômico e do Progresso Social, criada pelo ex-presidente francês Nicolas Sarkozy e presidida por dois economistas ganhadores do Prêmio Nobel, concluiu que uma das razões pelas quais a crise econômica global pegou as pessoas de surpresa é que nós estávamos focados nos indicadores errados (Stiglitz et al., 2009).

Então, quais são os indicadores certos, principalmente se o nosso objetivo como sociedade é mudar, do **crescimento** para o decrescimento? Pode ser tentador usar o PIB como indicador de decrescimento, e apenas mudar

a meta (por exemplo, de +3% ao ano para -3% ao ano), mas isso não seria uma boa ideia. Apesar de um declínio no PIB poder sinalizar uma redução na pressão ambiental, isso não revelaria se o nível de atividade econômica é ambientalmente sustentável. Além disso, uma queda no PIB não nos indica necessariamente progresso social. O PIB é um mau indicador de progresso, e mudar a meta dentro de um mau indicador não altera esse fato. Parafraseando o economista ecológico Herman Daly, a melhor coisa que podemos fazer com o PIB é esquecê-lo.

Para medir o decrescimento, é necessária uma abordagem diferente, que inclua dois conjuntos distintos de indicadores: (1) um conjunto de *indicadores biofísicos*, para medir como o nível de uso dos recursos pela sociedade está mudando ao longo do tempo e se esse nível está dentro de limites ecológicos, e (2) um conjunto de *indicadores sociais*, para medir se a qualidade de vida das pessoas está melhorando. Eu falo de “conjuntos de indicadores” (e não de um único indicador) para enfatizar que o decrescimento pode ter muitos objetivos, e cada um deles pode exigir o seu próprio indicador. Essa é uma diferença fundamental entre o decrescimento e a ciência econômica neoclássica, que incide sobre o objetivo único de maximização da utilidade.

Baseado, em parte, na declaração da primeira conferência internacional sobre decrescimento (realizada em Paris, em 2008), criei um conjunto de “Contas do Decrescimento” para medir se ele está ocorrendo, e até onde ele é socialmente sustentável (ver O’Neill, 2012). Essas contas incluem sete indicadores biofísicos (uso de materiais, uso de energia, emissões de CO<sub>2</sub>, pegada ecológica, população humana, população de gado e capital construído) e nove indicadores sociais (**felicidade**, saúde, equidade, pobreza, capital social, democracia participativa, jornadas de trabalho, desemprego e inflação). Elas não incluem o PIB, e nenhum conjunto moderno de indicadores econômicos deve incluí-lo.

O PIB evoluiu em uma época na qual a sociedade enfrentava desafios muito diferentes dos de hoje. Já não enfrentamos a necessidade de maximizar a produção em tempos de guerra, e sim de melhorar o bem-estar de todas as pessoas dentro das limitações ambientais de um único planeta. Se decidirem mudar seu objetivo, passando da busca de **crecimento** econômico para a busca de decrescimento sustentável, as nações ricas também terão de mudar a maneira de medir o progresso. Terão que abandonar o PIB e substituí-lo por informações mais relevantes.

## REFERÊNCIAS

COBB, C.; HALSTEAD, T.; ROWE, J. If the GDP is up, why is America down? *Atlantic Monthly*, p. 59-78, out. 1995.

FIORAMONTI, L. *Gross domestic problem: the politics behind the world's most powerful number*. London: Zed Books, 2013.

O'NEILL, D. W. Measuring progress in the degrowth transition to a steady state economy. *Ecological Economics*, v. 84, p. 221-231, 2012.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J.-P. Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. 2009. Disponível em: <[www.stiglitz-sen-fitoussi.fr](http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr)>. Acesso em: 27 jun. 2016.

VAN DEN BERGH, J. C. J. M. The GDP paradox. *Journal of Economic Psychology*, v. 30, n. 2, p. 117-135, 2009.



‘Towards growth’: the European Commission in Brussels (foto tirada por Filka Sekulova no Edifício Berlaymont, sede da Comissão Europeia em Bruxelas, março de 2014)

# RECURSOS COMUNS (COMMONS)

*Silke Helfrich e David Bollier*

Os recursos comuns consistem em uma vasta gama de sistemas de autoabastecimento e governança que florescem principalmente fora do mercado e do Estado, na periferia da política e da economia predominante. Embora funcionem como uma cola social e corporifiquem uma lógica diferente do fundamentalismo de mercado, os recursos comuns são essencialmente invisíveis. Em geral, não se baseiam em dinheiro, contratos jurídicos ou ordens burocráticas, e sim na autogestão e na responsabilidade compartilhada.

Os recursos comuns geralmente são entendidos em dois sentidos principais: como um paradigma de governança e gestão de recursos, e como um conjunto de práticas sociais em quase todos os campos da atividade humana. Como sistema de governança, a expressão se refere às normas, regras e instituições que possibilitam a gestão compartilhada de recursos específicos. Como práticas sociais, são mais bem compreendidos como verbo (um processo social) do que como substantivo. É mais correto falar de “fazer comum” ou “fazer os recursos comuns” do que de “recursos comuns” como uma coisa. Os recursos comuns não caem do céu. Eles não são simplesmente recursos coletivos materiais ou imateriais, e sim processos de gestão compartilhada sobre as coisas que uma comunidade (uma rede ou a humanidade como um todo) possui e gere em comum, ou *deveria* fazê-lo. Temos o direito de usar coletivamente coisas que podem ser dádivas da natureza ou recursos produzidos coletivamente, como conhecimento e técnicas culturais, espaços urbanos, paisagens e inúmeros outros.

Um recurso *se torna* comum quando é cuidado por uma comunidade ou rede. A comunidade, os recursos e as regras são um todo integrado.

Essa definição de recursos comuns representa enormes desafios conceituais à economia convencional e até mesmo ao conhecimento acadêmico

tradicional sobre o tema. Ambos tendem a ver os recursos comuns como algo inerente ao recurso em si. Na economia convencional, costuma-se chamar um recurso de comum se a exclusão for difícil e o recurso for “competitivo” (seu uso por uma pessoa reduz a capacidade de outra para usá-lo). No entanto, a cultura ou o código não se esgotam se alguém os usa. Eles são “não competitivos”. Mesmo assim, muitas pessoas falam deles como recursos comuns (como a Wikipédia e o software livre). Isso sugere que é impossível basear uma abordagem coerente aos recursos comuns em categorias de recursos. O que mais importa nos recursos comuns são os compromissos, os conhecimentos e as práticas sociais para gerenciá-los, sejam eles quais forem. Uma fonte de água doce pode ser gerida como um recurso comum – com uso não discriminatório, mas limitado, para todos – ou pode ser cercada, convertida em mercadoria e vendida como água engarrafada (ver **mercantilização**). O eixo dos recursos comuns e do fazer comum não é um “conjunto de recursos comuns”, mas o processo ativo de “compartilhar os recursos comuns”. Tanto os recursos competitivos (água, terra, peixes, etc.) quanto os não competitivos (conhecimento, código, etc.) podem ou não ser compartilhados – isso depende principalmente de nós. Assim, os recursos comuns estão principalmente ligados às formas como nos relacionamos uns com os outros ao usar algo em comum.

Antes que um recurso comum possa ser criado, no entanto, é preciso superar um problema de ideação coletiva. Todos devem compartilhar uma visão clara sobre o que deve ser compartilhado e como. Os recursos comuns podem fracassar devido a más lideranças, estruturas inadequadas de governança ou simplesmente por causa das relações de poder em um mundo baseado no mercado.

A International Land Coalition (ILC) estima que dois bilhões de pessoas no mundo dependam *diretamente* dos recursos comuns como modelo de abastecimento. Mesmo que tenham existido por milênios como modo preferencial de reprodução social, sua força como padrão para a mudança só foi redescoberta recentemente. Grande parte do interesse acadêmico surgiu das pesquisas sobre “regimes de propriedade comum”, de Vincent e Elinor Ostrom, que, em 1973, fundaram a Oficina de Teoria Política e Análise de Políticas, na Universidade de Indiana. Elinor Ostrom ganharia o Prêmio Nobel de Economia em 2009. Os recursos comuns também receberam um impulso quando surgiram as novas tecnologias de comunicação e informação, na década de 1980 (ver **recursos comuns digitais**).

A maioria dos recursos comuns tem pouco a ver com direitos de propriedade individuais, mercados ou poder geopolítico. Eles se concentram na solução de problemas concretos e em atender às necessidades das pessoas ao

lhes proporcionar a autogovernança eficaz de um recurso ou de um espaço compartilhados. Assim, os recursos comuns são sobrecarregados e destruídos, de forma constante e contínua, por forças de mercado, parlamentos e governos. Esse processo é chamado de *cercamento* (*enclosure*). Ao longo da história, os cercamentos têm sido justificados por uma narrativa que também está por trás de um dos ensaios mais citados nas ciências sociais dos últimos 45 anos – “A Tragédia dos Comuns”, publicado em 1968 por Garrett Hardin. Sua mensagem enganosa continua a ter influência na mente das pessoas. Hardin faz seus leitores enxergarem “uma pastagem aberta a todos...” Ele argumenta que, se todo mundo puder criar gado em terras comunitárias, nenhum pastor terá um incentivo racional para se conter. Em vez disso, vai colocar o maior número possível de animais, e a pastagem será *inevitavelmente* superexplorada. A solução prática, Hardin sugere, seria a propriedade individual como forma de proteger a exclusividade ou o controle e a coerção exercidos de cima para baixo, por parte das autoridades.

Na verdade, Hardin não estava descrevendo um recurso comum, e sim um regime de acesso livre, uma situação na qual cada um faz o que quer, sem limites, regras nem comunicação entre os usuários. Mas um recurso comum tem limites, regras, sistemas de monitoramento, punição aos aproveitadores e normas sociais – todos geralmente desenvolvidos pelos próprios usuários de acordo com suas circunstâncias. As condições em que a autogestão pode prosperar foram resumidas nos princípios que Elinor Ostrom publicou no livro de 1990, *Governing the commons*. Eles incluem limites claramente definidos, efetiva exclusão de partes não autorizadas, regras adaptadas localmente para a apropriação e o abastecimento de recursos, sistemas de escolha coletiva, que permitam a participação da maioria dos usuários, monitoramento, sanções graduais para o descumprimento de regras, mecanismos facilmente acessíveis de solução de conflitos e reconhecimento por parte de autoridades de nível mais elevado.

Muitos adeptos dos recursos comuns apontam continuamente seu aspecto gerador como forma de criação de riqueza. Na descrição de Yochai Benkler (2006, p. 63) sobre os chamados **recursos comuns digitais**, estamos vendo “o surgimento de práticas mais eficazes de ação coletiva, que são descentralizadas, mas não dependem do sistema de preços nem de uma estrutura gerencial”. Os recursos comuns se superam na competição ao se superar na cooperação. A expressão de Benkler para isso é “produção entre pares baseada em recursos comuns”, ou seja, sistemas que são colaborativos, não são de propriedade privada e se baseiam no “compartilhamento de recursos e resultados entre indivíduos amplamente distribuídos e conectados de forma flexível” (Benkler, 2006, p. 63).

Ao longo dos últimos anos, um incipiente movimento pelos recursos comuns – trabalhando ao lado de acadêmicos – desenvolveu um discurso sobre esses recursos como filosofia **política** e agenda para políticas. Essa rede está lutando contra justificativas morais e **políticas** para os cercamentos, que justificam atualmente a propriedade individual (corporativa) de conhecimentos etnobotânicos, genes, formas de vida e nanomatéria sintética. As estratégias do decrescimento devem enfrentar esses (novos) cercamentos, que excluem os laços entre as pessoas, impõem um individualismo extremo e convertem os cidadãos em meros consumidores. Essa é a base sobre a qual está surgindo uma aliança com o movimento dos recursos comuns.

Na verdade, ambos os discursos reinterpretem a noção de riqueza, enquanto a ligam a uma ideia de “liberdade potencializada pelas conexões”. A crítica ao **crescimento** define o marco (o que fazer?), enquanto os recursos comuns desenvolvem uma narrativa sobre como devemos viver e estruturar nossas relações sociais dentro desse marco. O decrescimento nos ajuda a entender a urgência de sair da “prisão de ferro do consumismo”, enquanto o fazer comum mostra como seria uma “cultura além do consumismo”. Os adeptos dos recursos comuns tendem a estabelecer uma “lógica da abundância”, a proposição de que se produzirá o suficiente para todos se conseguirmos desenvolver uma abundância de relacionamentos, redes e formas de governança cooperativa. Esse tipo de abundância pode nos ajudar a desenvolver práticas que respeitem os limites do **crescimento** e ampliem a liberdade de todos para agir de uma maneira autodeterminada.

Além disso, o fazer comum *pode* contribuir ativamente para a **desmaterialização** da produção e do consumo, de três maneiras. Em primeiro lugar, pode realocar a produção (muitos recursos comuns estão vinculados a um território geográfico); em segundo, pode intensificar o uso por intermédio do uso compartilhado e do uso colaborativo e complementar, os quais, por sua vez, podem prevenir ou intensificar efeitos rebote (ver **Paradoxo de Jevons**); em terceiro lugar, o fazer comum pode promover o “prossumo”, ou seja, a combinação de produção e consumo em um único processo. É importante notar, entretanto, que os laços sociais fortalecidos, por si sós, estimulam a **desmaterialização** porque se baseiam em necessidades, em vez criá-las.

Em resumo: os recursos comuns e o decrescimento são complementares. Os recursos comuns sugerem soluções radicalmente democráticas que não opõem preocupações ambientais e justiça social. Os princípios do fazer comum não precisam de **crescimento** econômico para prosperar. Eles ajudam a substituir o imperativo cultural de “ter mais” por esferas sociais alternativas que demonstram que o “fazer juntos” pode superar o “ter” e, assim, alinhar mais o “decrescimento” e a “qualidade de vida”. Além disso, o foco do movimento

dos recursos comuns nos direitos de propriedade (intelectual) tem a virtude de abalar um pilar fundamental do **capitalismo** e, portanto, do crescimento.

Se “a economia” for reimaginada por meio de noções centrais aos recursos comuns, como produção distribuída, modularidade, propriedade coletiva e gestão ambiental, é possível abraçar a ideia de um sistema econômico de alto desempenho ao mesmo tempo em que se rejeitam noções e instituições capitalistas (grandes empresas, mercados globais, concorrência, trabalho) (ver **capitalismo**).

## REFERÊNCIAS

BENKLER, Y. *The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom*. New Haven: Yale University Press, 2006.

BOLLIER, D.; HELFRICH, S.; HEINRICH BÖLL FOUNDATION (Org.). *The wealth of the commons: a world beyond market and State*. Amherst: Levellers Press, 2012. Disponível em: <[www.wealthofthecommons.org](http://www.wealthofthecommons.org)>. Acesso em: 27 jun. 2016.

LINEBAUGH, P. Some principles of the commons. *Counterpunch*, 8 jan. 2010. Disponível em: <[www.counterpunch.org/2010.01/08/some-principles-of-the-commons](http://www.counterpunch.org/2010.01/08/some-principles-of-the-commons)> Acesso em: 1º jul. 2013.

OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

THE COMMONER: a web journal for other values. 2001-. Disponível em: <[www.commoner.org.uk](http://www.commoner.org.uk)>. Acesso em: 27 jun. 2016.

WEBER, A. Enlivenment: toward a fundamental shift in the concepts of nature, culture and politics. *Series on Ecology*, Berlin, n. 31, 2013.

# SIMPLICIDADE

*Samuel Alexander*

Em termos gerais, pode-se entender a simplicidade voluntária como uma forma de vida que envolve minimizar conscientemente o consumo desperdiçador e o uso intensivo de recursos. Mas ela também está relacionada a reimaginar “a vida boa”, direcionando cada vez mais tempo e energia a buscar fontes não materialistas de satisfação e sentido. Em outras palavras, a simplicidade voluntária envolve adotar um padrão material de vida minimamente “suficiente” em troca de mais tempo e liberdade para ir em busca de outros objetivos de vida, como envolvimento comunitários ou sociais, mais tempo com a família, projetos artísticos ou intelectuais, produção caseira, emprego mais gratificante, participação **política**, exploração espiritual, relaxamento, busca do prazer e assim por diante – nenhum dos quais precisa depender de dinheiro ou de muito dinheiro. Defendida de várias formas por seus adeptos, por razões pessoais, sociais, **políticas**, humanitárias e ecológicas, a simplicidade voluntária é baseada no pressuposto de que os seres humanos podem viver vidas dotadas de sentido, livres, felizes e infinitamente diversificadas, e consumir não mais do que uma parcela equitativa da natureza (ver, em termos gerais, Alexander e Ussher, 2012).

Um filósofo social chamado Richard Gregg cunhou o termo “simplicidade voluntária” em 1936, embora, obviamente, o modo de vida a que ele se referia fosse tão antigo quanto a própria civilização. Ao longo da história, sempre houve indivíduos e comunidades que manifestaram dúvidas sobre os méritos de uma vida materialista focada em riqueza e posses materiais. Uma história da simplicidade poderia começar com Siddhartha Gautama – o Buda – que, aos 29 anos, abriu mão do que considerava luxos superficiais de uma existência de realeza e procurou a verdade espiritual em uma vida de extremo ascetismo. Depois de quase morrer de fome por sua prática de autoprivação, Siddhartha reconsiderou seu caminho e, depois de anos de luta interior, disse

ter encontrado a Iluminação naquilo que os budistas chamam de “Caminho do Meio” – uma via de autodisciplina meditativa situada entre a indulgência mundana e o ascetismo. Uma mensagem semelhante sobre o valor espiritual de se viver uma vida materialmente simples pode ser encontrada em quase todos os textos religiosos e espirituais do mundo (embora nem sempre em suas práticas!), bem como em muitas das tradições de sabedoria indígena.

A simplicidade do viver também encontrou muitos defensores entre os grandes filósofos da Grécia e da Roma antigas, principalmente os cínicos e os estoicos. Em uma das expressões mais radicais da simplicidade, Diógenes, o Cínico, adotou voluntariamente uma vida de pobreza para mostrar, pelo exemplo, que uma vida livre e dotada de sentido não pode ser medida segundo visões convencionais de riqueza. Menos extremos foram os estoicos, como Epiteto, Marco Aurélio e Sêneca, que defendiam a moderação disciplinada e refletida, no lugar da pobreza. De várias maneiras, os estoicos argumentaram que as pessoas nem sempre podem controlar a quantidade de riqueza terrena e fama que alcançam, mas têm ou podem ter controle sobre as atitudes que adotam em relação a essas coisas. Da mesma forma, o filósofo chinês Lao-Tzu disse certa vez: “aquele que sabe que tem o suficiente é rico”, sugerindo, também, que quem tem o suficiente, mas não sabe, é pobre.

Avançando à Inglaterra vitoriana, encontra-se apoio veemente à vida simples nas obras dos grandes “moralistas”, John Ruskin e William Morris. Ruskin se recusava a tratar o **dinheiro** como um ponto de encontro neutro de mera troca e, em vez disso, destacava as formas em que as distâncias obscurecedoras de uma economia baseada no dinheiro potencializavam muito as consequências sociais e ambientais do consumo. Ruskin exortou as pessoas a reconhecer que as coisas materiais só são válidas na medida em que promovem algum fim que valha a pena, uma perspectiva sintetizada em sua máxima: “não existe riqueza, e sim vida”. William Morris desenvolveu essa linha de pensamento em aspectos importantes, chamando especial atenção à forma como o consumo sempre depende do trabalho. Morris sugeriu que se poderiam alcançar enormes reduções na “labuta inútil” se as pessoas reduzissem seu consumo “desses artigos de insensatez e luxo”. Os boêmios na Europa, por outro lado, tendem a viver vidas simples em nome de sua arte e por prazer. Muito diferentes, mais uma vez, são os amish, os monges trapistas e os quacres, exemplos de tipos de vidas simples, fundamentadas na crença religiosa. No século XX, figuras imponentes, como Gandhi, Lênin, Tolstói e Madre Teresa levaram vidas de grande simplicidade material.

Considerando-se que os Estados Unidos são o berço do hiperconsumismo, algumas pessoas podem se surpreender ao descobrir que, na verdade, o país sempre teve uma propensão a “vida simples e pensamento elevado” (Shi,

2007). Em meados do século XIX, houve as versões fascinantes da vida simples formuladas pelos transcendentalistas da Nova Inglaterra, um vívido grupo de poetas, místicos, reformadores sociais e filósofos – incluindo Henry Thoreau (ver Bode, 1983) – que viviam com meios modestos para poder experimentar a criatividade e a contemplação. Um transcendentalista importante, Ralph Waldo Emerson, afirmou: “é melhor ficar sem do que ter posses a um custo alto demais”. Outros dos primeiros norte-americanos destacaram a tensão entre a exploração e a virtude cívica, e insistiram na estreita ligação entre a vida simples e uma democracia florescente. Também houve as advertências de Benjamin Franklin, que protestou contra os consumidores contraírem **dívida** sem pensar:

[Q]ue loucura deve ser assumir dívidas por causa dessas superficialidades!... pense no que você faz quando entra em dívida; você dá a outro o poder sobre sua liberdade... Preserve sua liberdade e mantenha sua Independência:... seja frugal e livre.

(Franklin, 1817, p. 94)

Em décadas mais recentes, o presidente dos Estados Unidos, Carter, defendeu a contenção material, alegando que “possuir coisas e consumir coisas não satisfaz nossa ânsia por sentido”. Referindo-se a “uma crise de espírito”, ele achava que o culto à “autoindulgência e ao consumo” era baseado em “uma ideia equivocada de liberdade” (ver, em termos gerais, Shi, 2007).

O que se poderia chamar de o movimento “moderno” da simplicidade geralmente é identificado com as contraculturas norte-americanas e europeias dos anos 60 e 70, pois esses movimentos tinham profundos sentimentos anticonsumistas e ambientalistas, que geralmente apoiavam a vida simples. Era o caso especificamente do chamado movimento “*back-to-the-landers*” daquela época, exemplificado pelas vidas inspiradas de Helen e Scott Nearing, e com eco nos **neorrurais** contemporâneos. Mais recentemente, os movimentos de Cidades em Transição, Permacultura e Ecovilas também defendem um afastamento em relação a estilos de vida consumistas e em direção a modos de vida que demandem menos energia e sejam menos destrutivos (ver **eco-comunidades**). Esses movimentos estão tentando construir a sociedade alternativa ao vivenciar a solução, embora seu impacto ainda seja modesto. Também houve teorias mais focadas de simplicidade, defendendo uma “economia da suficiência” (Alexander, 2012) ou “a maneira mais simples” (Trainger, 2010). De várias formas, essas teorias defendem uma reestruturação da sociedade com o objetivo de criar economias de **estado estacionário** de baixa energia e altamente localizadas, com base em uma cultura politizada

da vida simples (ver **despolitização**). Um movimento de vida simples sem uma política certamente seria insuficiente para mudar as estruturas **políticas** e macroeconômicas. Os movimentos de vida simples não devem procurar “fugir” do sistema, e sim “transformá-lo” radicalmente.

A perspectiva puramente macroeconômica sobre o decrescimento como processo de contração planejada não consegue destacar os valores e as práticas culturais que devem acompanhar e, talvez, preceder, uma transição ao decrescimento. Afinal, se uma cultura é geralmente composta de indivíduos que procuram níveis cada vez mais elevados de rendimento e consumo, essa cultura desejaria e, na verdade, exigiria, uma economia de **crescimento**. Portanto, para que surjam uma economia e uma política de decrescimento, parece que as pessoas, no nível cultural, devem estar preparadas para abrir mão ou resistir aos estilos de vida “afluente” de alto consumo e, em vez disso, assumir estilos de vida “mais simples” de consumo reduzido ou limitado. Em termos ideais, essa seria uma transição voluntária – uma “contração econômica planejada” – mas pode acabar sendo uma transição imposta às pessoas por meio de uma recessão ou mesmo de um colapso. Há alguma razão para otimismo, no sentido de que, ao longo da história, do Oriente ao Ocidente, as pessoas têm simplificado suas vidas para se envolver em uma variedade de atividades enriquecedoras, incluindo a filosofia, a devoção religiosa, a criação artística, o hedonismo, a política revolucionária ou democrática, o serviço humanitário e o ativismo ecológico. Ao mesmo tempo, os valores da simplicidade voluntária geralmente têm sido dominados por motivações mais materialistas. No entanto, na época atual, de grande superação dos limites ecológicos e instabilidade econômica, talvez tenha chegado a hora da simplicidade do viver. O decrescimento certamente depende disso.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, S. The sufficiency economy: envisioning a prosperous way down. *Simplicity Institute Report*, 12s, 2012. Disponível em: <[simplicityinstitute.org/wp-content/uploads/2011/04/TheSufficiencyEconomy3.pdf](http://simplicityinstitute.org/wp-content/uploads/2011/04/TheSufficiencyEconomy3.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2016.

ALEXANDER, S.; USSHER, S. The voluntary simplicity movement: a multi-national survey analysis in theoretical context. *Journal of Consumer Culture*, v. 12, n. 1, p 66-86, 2012.

BODE, C. (Org.). *The portable Thoreau*. New York: Penguin, 1983.

SHI, D. *The simple life: plain living and high thinking in American culture*. Georgia: University of Georgia Press, 2007.

TRAINER, T. *The transition to a sustainable and just world*. Sydney: Envirobook, 2010.

WEEMS, M. L. *The life of Benjamin Franklin*. Philadelphia: M. Carey, 1817.

PARTE 3

# A AÇÃO

AUDITORIA DA DÍVIDA • CIÊNCIA PÓS-NORMAL  
COMPARTILHAMENTO DE TRABALHO • COOPERATIVAS  
DESOBEDIÊNCIA • DINHEIRO PÚBLICO • ECOCOMUNIDADES  
GARANTIA DE EMPREGO • HORTAS URBANAS  
INDIGNADOS/OCCUPY • MOEDAS SOCIAIS • NEORRURALS  
NOVA ECONOMIA • NOWTÓPICOS • RECURSOS COMUNS DIGITAIS  
RENDA BÁSICA E RENDA MÁXIMA • SINDICATOS

# AUDITORIA DA DÍVIDA

*Sergi Cutillas, David Llistar e Gemma Tarafa*

A dívida é uma obrigação moral entre pessoas. Quando endividada, uma parte deve cumprir suas obrigações para com a outra. Com frequência, essas obrigações são de natureza monetária. Às vezes, elas se originam em circunstâncias injustas, devido à violência e ao exercício de poder indevido; essas dívidas são ilegítimas e não devem ser pagas. O movimento contra a dívida tem feito um trabalho de conscientização sobre a importância das auditorias cidadãs. Nessas auditorias, os cidadãos decidem quais dívidas são legítimas, quem é responsável por elas e quais devem ser abolidas.

Classes sociais poderosas usam a dívida para manter a ordem hierárquica. Isso é conseguido por meio de costumes sociais e leis que priorizam o pagamento das dívidas. Desde a Idade do Bronze, há registros de movimentos de protesto no sentido de reverter esse uso injusto da dívida. Na Mesopotâmia, os camponeses se revoltaram muitas vezes contra um sistema em que o não pagamento de obrigações podia levar à escravização dos devedores e seus familiares (Toussaint, 2012). Para preservar a ordem social, as classes dominantes periodicamente anulavam dívidas pendentes e restauravam os direitos dos camponeses. Há muitos outros casos de cancelamento de dívidas na Grécia e na Roma antigas, bem como na Idade Média, todos resultando de lutas sociais que foram exacerbadas por crises e aumento da desigualdade. Com a descoberta das Américas e, depois, o advento do **capitalismo**, houve uma mobilização maciça de mão de obra, usando a dívida, impostos e inflação para coagir as pessoas a serem trabalhadoras assalariadas. A dívida manteve as massas submissas a quem está no poder e as mobilizou para trabalhar com vistas a pagar dívidas e impostos. Nesse ambiente, práticas como o cancelamento de dívidas se tornaram tabus, e o não pagamento era associado à humilhação e à perda de direitos sociais.

Em nossa época, a dominação é garantida por instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, fundados em 1944 para promover o **desenvolvimento** global. O período neoliberal de desregulamentação, principalmente dos fluxos e produtos financeiros, que começou na década de 1970, levou à Financeirização, uma nova fase do **capitalismo** em que a esfera financeira superou e controla a esfera produtiva. A financeirização é associada a um aumento significativo da geração de dívidas e à formação de relações financeiras complexas, que reproduzem o imperialismo ao proporcionar um pretexto para pressionar ou recorrer a medidas violentas se um Estado endividado ou financeiramente dependente não respeitar as condições impostas pelas potências dominantes.

A dívida tem alimentado o **crescimento** material e energético, e o pagamento de dívidas legitimou esse **crescimento**. Mas isso pode estar chegando ao fim, já que a dívida está crescendo muito mais rapidamente do que a riqueza material. Kallis et al. (2009) levantam a hipótese de que os limites na “economia real-real” (*oikonomia*) de energia, materiais e reprodução estão restringindo o **crescimento** da economia “real” da produção. O **crescimento** tem sido mantido, mas apenas por um tempo, pela produção de riqueza de papel na esfera financeira da circulação de capitais. Esse quadro liga dívida e decrescimento. Em primeiro lugar, embora o **crescimento** seja considerado necessário para pagar as dívidas, estas, na realidade, são criadas em primeiro lugar para sustentar um **crescimento** insustentável. Em segundo lugar, é necessário distribuir dívidas de forma equitativa e cancelar as ilegítimas para um “descenso” sustentável, ou seja, um decrescimento próspero e não baseado na austeridade. Este é o objetivo das Auditorias Cidadãs.

As origens dos movimentos contemporâneos de auditoria da dívida podem ser identificadas nas coalizões globais de campanhas cívicas, como Jubileu 2000, cadtm (Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo) e Jubileu Sul, criados no início dos anos 90 para pressionar pela anulação de grande parte da dívida acumulada pelos países mais empobrecidos do mundo no Sul Global. Ao longo do tempo, e desde 2007, quando a crise atingiu o “Norte”, o movimento adotou uma perspectiva cada vez mais global e multidimensional, que também reconhece os limites ecológicos do planeta. As auditorias cidadãs da dívida, que surgiram nesse contexto, identificaram como ilegítimas as dívidas que são produzidas por uma ordem baseada no abuso de poder e que contribuem para o funcionamento continuado dessa ordem injusta (Ramos, 2006). Noruega e Equador são dois precedentes emblemáticos a considerar. Em 2006, após examinar suas responsabilidades como cocredor, o governo norueguês cancelou as dívidas de sete países para com a Noruega.

Em 2007, a Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público (CAIC) do Equador realizou uma auditoria da dívida do país e a declarou ilegítima.

Esses casos são exemplos de auditorias mistas, que são conduzidas por elementos da sociedade civil e pelo governo. Brasil e Filipinas, entre outros países, realizaram auditorias da dívida impulsionadas apenas por movimentos cívicos. No Egito, na Tunísia, na Grécia, em Portugal e na Irlanda, os movimentos sociais deram início ao processo de realização de auditorias cívicas ou têm pressionado governos para instituir auditorias da dívida pública. Todos esses casos têm um elemento em comum: o desejo de determinar como as dívidas foram geradas, quais indivíduos são responsáveis pela geração das dívidas relevantes e que efeitos essas dívidas produzem. Os movimentos exigem que as partes responsáveis prestem contas e propõem modelos econômicos alternativos ao turbo-**capitalismo**. As auditorias cívicas geralmente incluem as seguintes etapas: acesso à informação, análise de dados, defesa, estabelecimento de redes, difusão, educação pública e instauração de processo judicial contra as partes responsáveis.

Na Espanha, está sendo realizado um processo de auditoria cívica com o apoio da Plataforma de Auditoria Cidadã da Dívida (PACD). A PACD faz análises gerais da dívida nacional espanhola, em diferentes níveis administrativos e, ao mesmo tempo, realiza avaliações da dívida para setores específicos (sobre serviços de saúde, educação, meio ambiente ou eletricidade). Esses esforços visam promover as auditorias como uma maneira de compreender as causas e as consequências da crise da dívida. Uma parte desse processo é a exigência de acesso permanente à informação relacionada à dívida e, mais importante, a promoção do fortalecimento da sociedade civil em relação a questões **políticas**, sociais e econômicas. A PACD considera sua auditoria como uma auditoria cidadã que envolve um processo aberto, coletivo, permanente e descentralizado, no qual diferentes grupos de trabalho criados organicamente chegam a decisões baseadas em consenso. Esse tipo de auditoria não se limita à análise por especialistas, mas permite que todas as partes solicitem informações, exijam explicações governamentais, compartilhem informações relevantes, analisem os dados a partir de suas perspectivas específicas, denunciem irregularidades e proponham alternativas.

## REFERÊNCIAS

GRAEBER, D. *Debt: the first 5.000 years*. New York: Melvillehouse, 2011.

KALLIS, G.; MARTÍNEZ-ALIER, J.; NORGAARD, R. B. Paper assets, real debts: an ecological-economic exploration of the global economic crisis. *Critical Perspectives on International Business*, v. 5, n. 1/2, p. 14-25, 2009.

PLATAFORMA AUDITORÍA CIUDADANA DE LA DEUDA. *¿Por qué no debemos pagar la deuda?* Razones y alternativas. Barcelona: Icaria Editorial, 2013.

RAMOS, L. *Los crímenes de la deuda: deuda ilegítima*. Barcelona: ODG; Icaria Editorial, 2006.

TOUSSAINT, E. The long tradition of debt cancellation in Mesopotamia and Egypt from 3000 to 1000 B.C. *CADTM*, 2 set. 2012. Disponível em: <[cadtm.org/The-Long-Tradition-of-Debt](http://cadtm.org/The-Long-Tradition-of-Debt)>. Acesso em: 27 jun. 2016.

# CIÊNCIA PÓS-NORMAL

*Giacomo D'Alisa e Giorgos Kallis*

A ciência pós-normal (CPN) é uma estratégia de solução de problemas a ser usada “quando os fatos são incertos, os valores estão em discussão, as apostas são altas e a decisão, urgente” (Funtowicz e Ravetz, 1994, p. 1882). Esses contextos caracterizam os problemas ambientais, desde as alterações climáticas, o descarte de resíduos perigosos e a contaminação, até a localização de usinas nucleares. Em casos de complexidades éticas (como nas ciências biomédicas), bem como no debate sobre políticas de meio ambiente, **desenvolvimento** e igualdade, deve haver uma “comunidade ampliada de pares”, que consista não apenas em cientistas, mas também em outros participantes legítimos, ou seja, todos os que têm interesse no tema, que vão participar da garantia da qualidade da contribuição científica (Funtowicz e Ravetz, 1994).

Compreende-se melhor a noção de CPN comparando-a, por um lado, com a ciência “pura” (básica, principal ou normal), e, por outro, com os outros dois tipos de ciência de solução de problemas atualmente dominantes: a ciência “aplicada”, orientada a objetivos e a “consultoria profissional”. Na ciência pura da pesquisa de laboratório, o que está em jogo nas decisões é desprezível, já que não existem participantes externos, e a pesquisa é impulsionada (principalmente) pelo pesquisador. O grau de incerteza também é muito baixo: a pesquisa é realizada quando se espera que o problema de pesquisa seja (razoavelmente) resolvido. A ciência aplicada amplia a ciência pura para responder a necessidades claras de implementação ou melhoria de um determinado produto ou processo. Mas as apostas e as incertezas tendem a ser baixas, e geralmente administráveis por meio de processos estatísticos tradicionais. A consultoria profissional, por sua vez, é mais ampla do que a ciência aplicada, e envolve a aplicação de discernimento e criatividade por parte de um “especialista”. Compare-se, por exemplo, a ciência aplicada de um cirurgião operando uma perna quebrada à consultoria profissional de um

patologista ou um psiquiatra. A incerteza na consultoria profissional é maior, bem como o que está em jogo nas decisões, já que a consultoria é realizada para um cliente cujas necessidades também devem ser atendidas.

Para fins de ilustração, examinemos as hidrelétricas (Funtowiz e Ravetz, 1994). Por muito tempo, o projeto e a localização das hidrelétricas tem estado no domínio da ciência aplicada. Considerando-se os objetivos de controle de inundações, o armazenamento de água e irrigação, as incertezas eram controladas cientificamente, com técnicas estatísticas. Com o surgimento de polêmicas sobre as hidrelétricas, a consultoria profissional entrou em cena, com especialistas julgando custos e benefícios, localizações adequadas, impactos ambientais, etc. A decisão entrou no processo **político**, e cada grupo com interesses mobilizou seus próprios especialistas/consultores. Agora, toda a fundamentação das hidrelétricas e do **crescimento** impulsionado pela água está em discussão, com diferentes valores em jogo, e com incertezas e críticas em todas as frentes, da hidrológica à social e à religiosa. Este é o domínio da CPN.

Os postulados epistemológicos da CPN apareceram pela primeira vez em *Scientific knowledge and its social problems* (1971), de Jerome Ravetz. Assim como Jacques Ellul, pensador influente para muitos decrescentistas, Ravetz (2011b, p. 142) criticou uma “ciência industrializada” que é “empreendedora” e que produz uma “tecnologia descontrolada”. A transição da ciência artesanal à industrial, Ravetz argumentou, teve sobre os cientistas as mesmas consequências que teve sobre os trabalhadores da indústria, ou seja, uma perda de controle e direcionamento sobre sua criação. No caso dos cientistas, isso marcou uma perda de **autonomia** sobre a pesquisa. Ravetz criticou a predominância de critérios de rentabilidade e financiamento na ciência industrial, o que reduziu a ciência a um fator de produção e apontou um afastamento em relação às formas tradicionais de garantia de qualidade baseadas nos traços (morais) e nas habilidades de cientistas, e uma aproximação a uma preocupação com a rentabilidade e aplicabilidade tecnológica dos resultados.

Na década de 1980, Ravetz e Funtowicz começaram a colaborar e publicaram *Uncertainty and quality in science for policy*, um livro cuja principal contribuição foi o projeto de um sistema de notação chamado NUSAP – Numerical Unit Spread Assessment Pedigree, voltado a avaliar (e a garantir) a qualidade dos processos que lidam com a incerteza em ambientes de políticas. Os autores foram motivados pelos problemas ambientais (globais) cada vez maiores da época, eles próprios resultado da tecnologia descontrolada que Ravetz havia criticado em seus trabalhos anteriores, e a proliferação de novas tecnologias, como a nuclear ou a transgênica, e novos problemas gerados pela tecnologia, como as mudanças climáticas. Havia muita incerteza sobre as

causas e os impactos desses fenômenos, apostas altas (incluindo a sobrevivência e o bem-estar de populações humanas inteiras) e conflitos irreduzíveis relacionados a valores, como pesar o valor de um geração em relação a outra, uma comunidade e outra ou uma espécie e outra. Nessas condições, como argumentaram Funtowicz e Ravetz, já não se pode falar de simples “enigmas” do tipo encontrado na ciência normal. A busca por uma única “verdade” não pode ser o princípio organizador da atividade científica, pois estão envolvidos valores irreduzíveis (incomensuráveis e pouco comparáveis). Por exemplo, a incerteza de um aumento do nível do mar não pode ser reduzida à incerteza do tipo metodológico ou tecnológico, que possa ser abordada, em princípio, com mais poder computacional; a avaliação dos impactos do aumento do nível do mar também envolve uma incerteza epistemológica. A CPN indica que a ciência normal (no sentido kunhiano) desenvolvida em laboratório e estendida por meio da ciência aplicada à conquista da natureza não é mais adequada à solução de problemas ambientais globais.

“Garantia de qualidade” é um conceito central na CPN. A qualidade não é simplesmente a gestão adequada da incerteza, mas um processo social integrado que seja capaz de responder às diferentes preocupações que emergem das múltiplas narrativas sobre o tema em questão. A CPN marca um redirecionamento, de uma racionalidade substantiva, um processo de decisão informado pela ciência, à busca de soluções ideais, à racionalidade procedimental, que envolve um processo voltado a encontrar soluções compartilhadas e “satisfatórias” (Giampietro, 2003). O processo de revisão por pares da ciência normal é necessário, mas não suficiente, na CPN. Uma comunidade ampliada de pares tem que garantir a qualidade. Isso envolve não apenas os especialistas certificados de uma determinada disciplina, mas um grupo ampliado de leigos com o desejo de participar da solução do problema. Em vez de uma comunidade de especialistas, essa mudança confia decisões relacionadas à sustentabilidade a uma “comunidade especialista”, um grupo ampliado de pares que surge no processo de avaliação. Essa comunidade de especialistas deve ser capaz de formular uma configuração de “fatos ampliados”, incluindo uma diversidade de conhecimentos (científicos, indígenas, locais, tradicionais), uma pluralidade de valores (sociais, econômicos, ambientais, éticos) e crenças (materiais, espirituais) que, em conjunto, e junto a “fatos científicos” convencionais, informe a análise do problema em questão. A ciência aplicada e a consultoria profissional podem fazer parte da atividade geral, mas já não podem dominar o processo de tomada de decisões. E não nos enganemos: ainda há muitos outros contextos, onde a ciência normal, aplicada ou profissional, por si só, pode ser adequada, mas não é o caso dos problemas ambientais, sociais ou econômicos mais urgentes.

Até agora, os decrescentistas têm questionado os cientistas em sua condição de detentores da verdade, principalmente os “economistas”, cujas competências e afirmações de verdade têm tendido a colonizar e despolitizar a esfera social (ver **despolitização**). Ainda assim, há pouca reflexão sobre o papel da ciência e as maneiras pelas quais os problemas serão resolvidos em uma hipotética sociedade do decrescimento. A ciência da solução de problemas continuará sendo uma parte importante de uma transição ao decrescimento, na escolha, por exemplo, entre uma série de rumos de ação socioambientais, e permanecerá essencial, mesmo em uma hipotética sociedade do decrescimento, uma vez que uma sociedade de menor escala e qualitativamente diferente ainda terá de gerenciar os legados da nossa geração, ou seja, usinas hidrelétricas, centrais nucleares, lixões perigosos e um clima alterado.

Por vários motivos, o ponto de partida para essa reflexão sobre a “ciência de uma sociedade do decrescimento” só pode ser a CPN. Em primeiro lugar, porque há um forte vínculo entre a comunidade de decrescentistas e os economistas ecológicos, a comunidade dentro da qual a CPN evoluiu. Uma nova geração de decrescentistas, muitos com formação em economia ecológica, já está imbuída do raciocínio epistêmico da CPN. A própria prática das conferências internacionais do decrescimento é inspirada no ideal da CPN, tentando acabar com especialistas ex-cathedra e criar uma “comunidade ampliada de revisão por pares” para a pesquisa sobre o decrescimento (Cattaneo et al., 2012).

Em segundo lugar, a crítica à tecnologia descontrolada por parte de Ravetz faz eco a teorias fundamentais do decrescimento. As raízes epistemológicas da CPN se encontram com a crítica do decrescimento à tecnologia, como a crítica de Illich sobre o monopólio radical exercido pela tecnologia em grande escala (ver **convivencialidade**) e as afirmações de Ellul sobre a necessidade de escapar de um “sistema tecnológico” autonomizado, um sistema autorreferente, que descobre o que pode ser descoberto apenas por descobri-lo.

Em terceiro lugar, a democratização da ciência promovida pelos defensores da PNS está em sintonia com o apelo dos decrescentistas para remodelar instituições (supostamente) democráticas nas sociedades ocidentais, incluindo instituições científicas, resgatando-as do domínio dos especialistas (Cattaneo et al., 2012).

Por fim, mas também importante, o diálogo, o compromisso com valores, a pluralidade de perspectivas legítimas, o reconhecimento da incerteza e a erradicação do monopólio de especialistas em relação às decisões coletivas são princípios fundamentais da CPN e do decrescimento.

## REFERÊNCIAS

CATTANEO, C.; D'ALISA, G.; KALLIS, G.; ZOGRAFOS, C. Degrowth futures and democracy. *Futures*, v. 44, n. 6, p. 515-523, 2012.

FUNTOWICZ, S. O.; RAVETZ, J. R. *Uncertainty and quality in science for policy*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1990.

\_\_\_\_\_. Uncertainty, complexity and post normal science. *Environmental Toxicology and Chemistry*, v. 12, n. 12, p. 1.881-1.885, 1994.

GIAMPIETRO, M. *Multi-scale integrated analysis of agroecosystems*. London: CRC Press, 2003.

RAVETZ, J. R. "Climategate" and the maturing of post-normal science. *Futures*, v. 43, n. 2, p. 149-157, 2011a.

\_\_\_\_\_. Postnormal science and the maturing of the structural contradictions of modern European science. *Futures*, v. 43, n. 2, p. 142-148, 2011b.

\_\_\_\_\_. *Scientific knowledge and its social problems*. Oxford: Clarendon Press, 1971.

# COMPARTILHAMENTO DE TRABALHO

*Juliet B. Schor*

Em uma economia capitalista em processo de encolhimento, são necessárias menos pessoas para gerar níveis de produção que estão em queda. É quase certo que as jornadas de trabalho vão diminuir. O usual é que as reduções de horas de trabalho venham na forma de desemprego. Com decréscimo intencional, o trabalho deve ser compartilhado por meio da redução nas jornadas de todos os trabalhadores, evitando o desemprego de alguns. Isso é chamado de compartilhamento de trabalho.

O compartilhamento de trabalho vem sendo uma característica importante da política econômica na Europa desde a década de 1980, mas é menos comum na América do Norte. Desde o pânico financeiro global de 2008, as jornadas diminuíram na maioria dos países ricos. Em alguns países europeus, foram estabelecidas políticas de jornadas mais curtas como resposta à crise. Alemanha, Itália, França, Áustria e Reino Unido continuam em uma trajetória de declínio, mas nos Estados Unidos e nos Países Baixos, a recuperação econômica reverteu as jornadas mais curtas do período de recessão. Na Suécia e na Espanha, as horas são consideravelmente mais elevadas hoje do que antes da recessão. Continua havendo diferenças significativas na média de horas trabalhadas entre países. Os empregados alemães trabalham uma média de 1.396 horas por ano, os trabalhadores britânicos, 1.660, e os norte-americanos, 1.708, segundo dados dos empregadores. Alguns economistas tradicionais argumentam que os altos custos trabalhistas são um obstáculo ao crescimento do emprego, mas a crise atual se deve à fraca demanda agregada e aos efeitos de longo prazo da corrupção no setor financeiro, e não a altos salários. Na verdade, os salários reais caíram em muitos países desde 2008.

O movimento do decrescimento pretende expandir o compartilhamento de trabalho no Norte global, para além de sua situação atual de política temporária. Se a produção está sendo reduzida intencionalmente, as jornadas de trabalho devem seguir um caminho paralelo de reduções, exceto nos casos em que a força de trabalho e a produtividade do trabalho também estejam em declínio. No entanto, o encolhimento da força de trabalho é improvável, mesmo nos países de baixa fertilidade da Europa, porque os países ricos terão de aceitar refugiados do clima. (A maioria dos refugiados provavelmente estará em idade de trabalhar, considerando-se a estrutura etária atual das populações dos países do Sul Global que serão mais afetados.) Da mesma forma, o **crescimento** da produtividade do trabalho deve continuar. Inovações na tecnologia digital podem substituir grandes quantidades de trabalho humano, particularmente no setor de serviços, onde há uso intenso de mão de obra. Também existe um potencial para aumentos de produtividade significativos associados a métodos ecoeficientes de produção. Um contra-argumento é que o fim da energia barata exigirá insumos mais elevados de mão de obra (ver **metabolismo societal**). É impossível saber o efeito líquido dessas tendências opostas sobre o **crescimento** da produtividade e os custos de energia, principalmente porque uso de energia e produtividade não são independentes um do outro, mas são essas variáveis que determinarão quanto compartilhamento de trabalho será necessário para manter o mercado de trabalho em equilíbrio.

Como se podem reduzir horas trabalhadas de uma forma que seja coerente com os objetivos maiores do movimento do decrescimento? O compartilhamento de trabalho convencional implica o uso do seguro-desemprego para substituir pelo menos parte dos salários perdidos dos trabalhadores. A substituição de renda é importante para manter o apoio popular à redução das horas de trabalho anuais, principalmente para trabalhadores que ganham menos. Em cenários de decrescimento, geralmente se pressupõe que os salários permaneçam constantes, e as reduções do tempo de trabalho são financiadas pelo crescimento da produtividade. Reduzir horas a uma taxa de remuneração constante eleva os salários por hora e pode gerar menor demanda de trabalho por parte dos empregadores.

Outra abordagem é trocar voluntariamente renda por tempo, com semanas de trabalho de quatro dias, meio expediente permanente (com benefícios e planos de carreira) e trabalho compartilhado. Essas abordagens foram introduzidas pela primeira vez na década de 1970, embora permaneçam relativamente raras fora de alguns países da Europa Ocidental. A troca de renda por tempo é mais aceita entre profissionais altamente qualificados do que entre trabalhadores manuais. Um obstáculo importante à redução voluntária

do tempo de trabalho é a oposição dos empregadores, que resistem a permitir jornadas curtas para trabalhadores bem pagos. Uma importante lei aprovada pelo governo holandês em 2000 dá aos empregados o direito legal de reduzir suas jornadas. Outra opção é reduzir a duração da vida de trabalho por meio de aposentadoria antecipada ou gradual, uma abordagem promissora, mas que requer uma reforma significativa dos sistemas de aposentadoria.

Os defensores do decrescimento também apoiam o compartilhamento de trabalho porque ele gera benefícios adicionais. Pesquisas recentes sobre países ricos da OCDE mostram que aqueles com jornadas de trabalho menores têm emissões de carbono e pegadas ecológicas significativamente mais baixas. Os países com jornadas menores estão produzindo menos do que sua capacidade plena de produção, o que significa que seus níveis de poluição são mais baixos. Esses países também tendem a crescer mais lentamente ao longo do tempo, e seus trabalhadores se deslocam menos para trabalhar. A segunda razão é que, quando têm mais tempo livre, as famílias conseguem ter estilos de vida mais sustentáveis, porque as atividades de baixo impacto costumam ser mais demoradas. A mobilidade é um excelente exemplo: chegar a algum lugar mais rápido requer o uso de mais carbono.

Um terceiro benefício do compartilhamento do trabalho é o valor do próprio tempo livre. Nas sociedades centradas no trabalho do Norte Global, família, comunidade e vida política sofrem quando as pessoas não têm tempo livre suficiente para atividades sociais. As relações sociais demandam tempo; longas jornadas de trabalho reduzem o investimento em conexões sociais e fazem com que as pessoas passem mais tempo assistindo televisão e fiquem mais exaustas. Da mesma forma, jornadas curtas são essenciais para a participação intensa na governança democrática. Para o decrescimento, um desafio fundamental é transformar o subemprego e o trabalho em meio expediente em uma forma desejável de vida. Muitos defensores do decrescimento acreditam que os altos níveis de esforço de trabalho da era do pleno emprego não são possíveis, além de ser ecologicamente insustentáveis. A alternativa é fornecer bens públicos, **renda básica** e acesso a produtos e serviços baratos, mas de alta qualidade, de modo que trabalhar menos seja um estilo de vida escolhido livremente. Formas inovadoras de satisfazer as necessidades das pessoas incluem a prestação pública ou coletiva de serviços básicos, como habitação, energia e transporte. Esquemas de intercâmbio entre pares para compartilhamento, possibilitados pela internet, em que as pessoas alugam, compartilham ou dão acesso a acomodação, veículos, bens de consumo e espaço, estão crescendo (ver **recursos comuns digitais**). **Hortas urbanas**, esquemas de escambo, bancos de tempo e **moedas sociais** também estão se expandindo. Esses modos de vida que consomem mais tempo só são

possíveis quando as horas de trabalho não são extenuantes. O movimento do decrescimento prevê que a transição a jornadas mais curtas também leve a novos padrões de produção e consumo de bens e serviços.

## REFERÊNCIAS

COOTE, A.; FRANKLIN, J. J. (Org.). *Time on our side: why we all need a shorter working week*. London: New Economics Foundation, 2013.

GORZ, A. *Reclaiming work: beyond the wage-based society*. Cambridge: Polity, 1999.

KNIGHT, K. W.; ROSA, E. A.; SCHOR, J. B. Could working less reduce pressures on the environment? A cross-national panel analysis of OECD countries, 1970-2007. *Global Environmental Change*, v. 23, n. 4, p. 691-700, 2013.

SCHOR, J. B. *True wealth: how and why millions of Americans are creating a time-rich, ecologically-light, small-scale, high-satisfaction economy*. New York: Penguin, 2011.

# COOPERATIVAS

*Nadia Johanisova, Ruben Suriñach Padilla e Philippa Parry*

O termo “cooperativa” se refere a um tipo de estrutura organizativa aplicável a vários tipos de empreendimentos, em diversos setores. Muitas cooperativas também se consideram parte de um movimento mundial que nasceu na Europa, em meados do século XIX. A Aliança Cooperativa Internacional (ICA, na sigla em inglês – uma federação de redes cooperativas que representam um bilhão de indivíduos) define uma cooperativa como uma “associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade compartilhada e gestão democrática”. Em 1995, a ICA aceitou os sete princípios cooperativos a seguir: adesão livre e voluntária; controle democrático pelos membros (princípio de um membro, um voto: os membros participam da governança cooperativa e os representantes eleitos prestam contas a eles); participação econômica dos membros; **autonomia** e independência; compromisso com a educação sobre o etos e a prática da cooperação; cooperação entre cooperativas; preocupação com o desenvolvimento sustentável de suas comunidades (Birchall, 1997, p. 64-71).

As cooperativas operam em uma série de setores e são de três tipos principais: cooperativas de produtores ou de trabalhadores (desenvolvidas inicialmente na França e na Itália), cooperativas de consumo (desenvolvidas inicialmente no Reino Unido, pelos Pioneiros de Rochdale) e cooperativas ou uniões de crédito (desenvolvidas pela primeira vez na Alemanha). Outro grupo importante é o das cooperativas agrícolas de compra e venda (especialmente bem sucedidas na Escandinávia).

As cooperativas passaram por uma história difícil, cooptadas por ditaduras (por exemplo, na Espanha de Franco e na Tchecoslováquia do comunismo), promovidas de forma indiscriminada por muitos governos nas décadas de 1950 e 1960, depois muito criticadas na Europa Central e Oriental

e em vários países do Sul Global sob o neoliberalismo (Birchall, 1997, p. 143, 169). Algumas cooperativas modernas que começaram com um etos forte o perderam desde então, e são motivadas predominantemente pelo lucro. As razões pelas quais muitas dessas cooperativas bem sucedidas perderam seu etos e assumiram posições tradicionais são variadas.

Uma causa está ligada a pressões econômicas em um ambiente competitivo. Para sobreviver economicamente, uma cooperativa pode decidir reduzir sua equipe, terceirizar produção ou limitar ingredientes de comércio justo local em seus produtos. Outra causa fundamental envolve a escala. Cooperativas que crescem podem constatar que não conseguem acessar capital suficiente de seus membros sob as rígidas regras da estrutura cooperativa e decidir descartá-la. Além disso, à medida que o faturamento e o número de membros de uma cooperativa crescem e sua gestão se torna mais complexa, os membros podem deixar de se identificar com ela e se tornar passivos, enquanto os administradores podem usurpar cada vez mais poder. Em algumas grandes sociedades britânicas de construção, variantes dessa situação levaram a um processo de descooperativização, no qual os membros votaram por se transformar em empresas compartilhadas. Dentro do movimento austríaco de cooperativas de crédito, algumas federações (grupos guarda-chuva) foram acusadas de usurpar o poder de decisão dos membros de suas cooperativas.

Há várias formas de garantir que as cooperativas preservem seu etos. Um fator importante é a ênfase na educação sobre princípios cooperativos e políticas explícitas destinadas a reforçar a participação dos membros na gestão. Outra é construir conexões entre cooperativas para prescindir da economia predominante. Isso pode envolver instituições de investimento éticas e comunitárias. As cooperativas que têm o que Richard Douthwaite chamou de “mercado comunitário”, como os leitores-membros de um jornal de propriedade cooperativa ou os clientes-membros de sistemas agrícolas comunitários, não têm que depender do preço como única motivação para obter clientes. Por fim, optar por uma estratégia de reprodução (um número maior de cooperativas menores), em vez de **crescimento** (uma cooperativa grande) pode ajudar a manter o fortalecimento e a lealdade dos membros.

Comparado ao modelo dominante de empreendimento com fins lucrativos baseado na propriedade de acionistas externos, o modelo de empreendimento cooperativo é mais adequado a uma economia de decrescimento devido aos seguintes fatores (Johanisova e Wolf, 2012, p. 565):

- Regras de propriedade compartilhada: as participações dos membros em sua cooperativa geralmente não são transferíveis a outros, e só

podem ser resgatadas por seu valor original (“participações com valor nominal”). Isso desestimula a abordagem baseada no **crescimento** pelo **crescimento**, uma vez que o valor da participação de um membro não aumenta com o crescimento da cooperativa. Como não se pode especular com as participações, isso também contribui para um perfil de membros de mais longo prazo e de base local, mais propensos a levar em conta valores comunitários e ambientais de longo prazo.

- Estrutura de governança: a estrutura de governança democrática abre a arena da tomada de decisões a um espectro mais amplo de interessados. A estrutura cooperativa acaba potencialmente com a distância entre proprietários, acionistas, trabalhadores e consumidores, e opera dentro de uma lógica de ajuda mútua e satisfação de necessidades.
- O **dinheiro** como “servo, em vez de senhor”: uma cooperativa é livre das exigências do dever fiduciário (a obrigação legal de maximizar o retorno aos acionistas). Mais uma vez, isso permite ter objetivos como a priorização da existência da organização no longo prazo, proteção do emprego e preocupações ambientais. Além disso, uma cooperativa que priorize atender a seus membros tende a satisfazer necessidades reais, em vez de espúrias. Como o terceiro princípio cooperativo enfatiza que os membros que trabalham para a cooperativa ou participam ativamente dela têm o mesmo direito a uma participação no lucro daqueles que investiram **dinheiro** em vez de trabalho, os ativos financeiros são distribuídos mais equitativamente dentro da cooperativa.

Poucas das grandes cooperativas tradicionais e suas federações tiveram qualquer interação com movimentos e debates sobre o decrescimento e o meio ambiente. Ao mesmo tempo, existem duas áreas emergentes que oferecem exemplos de estruturas de cooperação mais recentes, entrelaçadas com as ideias e as práticas do decrescimento.

Em primeiro lugar, o movimento da Economia Solidária (ou Economia Social e Solidária), que é relativamente jovem – tem apenas algumas décadas – e foi impulsionado pelo movimento antiglobalização, integra diferentes abordagens à transformação social, ligando a justiça social a questões ambientais. Após a cúpula Rio+20, realizada em junho de 2012, a Rede Internacional para a Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS) declarou:

Em todos os continentes, em comunidades, regiões e países, existem iniciativas econômicas e sociais em muitos setores, que demonstram a viabilidade concreta e viva de outros modelos de **desenvolvimento**, de organização da economia e de sociedade, onde a vida, a

pluralidade, a autogestão, a justiça ambiental e social definam uma economia solidária diferenciada da economia do capital.

(RIPSS, 2012)

A estrutura predominante das organizações representadas pela RIPSS é de uma cooperativa. Um exemplo seria a Som Energia, uma cooperativa de energia renovável catalã, cujos membros obtêm energia renovável por intermédio da cooperativa e também podem investir em novos projetos de energia renovável ([www.somenergia.coop](http://www.somenergia.coop), acessado em 12 de janeiro de 2014).

Em segundo lugar, há muitas iniciativas dentro do que se chamou de “Inovações de Base em Sustentabilidade” (GI, na sigla em inglês). Esse conceito descreve uma série de iniciativas de auto-organização de comunidades e, até agora, foi aplicado principalmente a países do Norte global. As Inovações de Base desenvolvem estruturas de produção e consumo baseadas nos valores de fortalecimento e sustentabilidade de comunidades (Seyfang, 2009). Elas incluem redes locais de alimentos orgânicos e grupos de consumidores, feiras de escambo e bancos de tempo, moedas locais, hortas comunitárias, moradias comunitárias, etc. As GIs são muitas vezes estruturas cooperativas informais, que fundem os valores do **ambientalismo** e da justiça social (Suriñach-Padilla, 2012). Nos países europeus, os movimentos relacionados ao decrescimento as identificaram como um dos principais meios **políticos** para atingir seus objetivos (por exemplo, Decreto Madrid, na Espanha, ou movimento Cidades em Transição, de nível mundial).

## REFERÊNCIAS

BIRCHALL, J. *The International Co-operative Movement*. Manchester: Manchester University Press, 1997.

JOHANISOVA, N.; WOLF, S. Economic democracy: a path for the future? *Futures*, v. 44, n. 6, p. 562-570, 2012.

RÉSEAU INTERCONTINENTAL DE PROMOTION DE L’ECONOMIE SOCIAL SOLIDAI-RE. *The economy we need: declaration of the social and solidarity economy movement at Rio+20*. 2012. Disponível em: <[www.ripess.org/ripess-rio20-declaration/?lang=en](http://www.ripess.org/ripess-rio20-declaration/?lang=en)>. Acesso em: 27 jun. 2016.

SEYFANG, G. *The new economics of sustainable consumption: seeds of change*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2009.

SURIÑACH-PADILLA, R. Innovaciones comunitarias en sostenibilidad: ¿cómo lidera la sociedad civil? In: CRIC (Org.). *Cambio global España 2020/50: consumo y estilos de vida*. Barcelona: CCEIM., 2012. p. 124-138.

# DESOBEDIÊNCIA

*Xavier Renou*

A desobediência civil é um método **político** de resistência que consiste em uma ação coletiva de desobediência a uma lei considerada injusta. Para ser “civil”, como o intelectual norte-americano Henry David Thoreau (2008), no século XIX, chamou suas primeiras ações de resistência à guerra contra o México, é preciso haver disposição de descumprir a lei em nome da consciência. Para Thoreau, nunca seria um ato de delinquência feito secretamente por interesses individuais, mas deve ser realizado abertamente. No século XX, o ativista indiano e figura de ponta da desobediência civil, Gandhi (2012), acrescentou uma dimensão fundamental: uma postura exclusiva de não violência que implicava a vontade (sendo que o resultado sempre está além da vontade) de prejudicar o mínimo possível o adversário, sua pessoa humana e sua psicologia, bem como sua família e seus bens. Ele rejeitava a velha visão de que os fins justificam os meios. Para Gandhi, os fins estavam nos meios; não era possível alcançar fins justos por meios injustos. Ele considerava os meios não violentos como a única maneira de convencer o público de que seus fins eram justos e que, portanto, a luta deveria ser apoiada.

Muito próximos da desobediência civil estão os conceitos de ação direta e objeção de consciência, também chamados de não cooperação, um possível primeiro passo rumo à desobediência civil e à organização coletiva da recusa. O francês La Boétie (2012), no século XVI, expressou a ideia de que, para continuar oprimindo as pessoas, os tiranos precisam sua cooperação, pois o tirano nunca tem polícia suficiente para forçar cada indivíduo a obedecer ordens constantemente. Em outras palavras, o tirano precisa da nossa aceitação covarde e da nossa obediência diária para manter o poder. Sendo assim, parar de cooperar com o que ofende nossa consciência é uma obrigação moral e um princípio de coerência. A ação direta é a ideia de que devemos agir diretamente quando ofendidos, sem esperar que outros (como

pessoas em cargos eletivos) ajam em nosso nome. O conceito sustenta que devemos agir diretamente sobre os problemas e suas origens. A ação direta não violenta é uma versão dessa estratégia **política**. Ela proíbe estritamente o uso da violência e, portanto, assemelha-se muito ao conceito de desobediência civil, mas sem a necessidade de descumprir qualquer lei. Desobedecer a uma lei injusta é uma ação direta não violenta: a construção de banheiros secos em casa como forma de resistência à contaminação da água também é uma ação direta não violenta, embora perfeitamente legal.

No passado, a desobediência civil já provou ser uma ferramenta poderosa para lutar por direitos iguais (emancipação de mulheres, homossexuais e negros), direitos trabalhistas, independência (como na Índia e em Zâmbia), paz (como a oposição aos testes de bombas nucleares, à guerra do Vietnã) e libertação **política** (a queda de várias ditaduras ocidentais, orientais e, recentemente, árabes).

A desobediência civil tem muito em comum com a ideia e o movimento do decrescimento. Graças a uma conscientização crescente, um número cada vez maior de lutas envolvendo ações diretas de desobediência civil e não violência vem sendo influenciado por valores, visões ou reivindicações relacionados ao decrescimento, quando não travado em nome dele. Entre eles, ações para deter projetos de mineração, para introduzir mudanças radicais em políticas de energia e de água (movimentos contra a privatização da água na Itália, na França, na Grécia), contra grandes projetos de infraestrutura de aeroportos, rodovias e ferrovias para trens de alta velocidade (Espanha, Itália, França). Como às vezes é necessário desobedecer para viver de acordo com os princípios do decrescimento, algumas lutas envolvendo a desobediência civil foram iniciadas diretamente por seus ativistas. Por exemplo, na França, em 2011, foram instalados acampamentos ilegais em várias cidades, e eles conseguiram enfrentar uma lei dirigida à moradia gratuita (barracas, trailers, ocupações) e ao direito de construir a própria casa. A mobilização em massa contra a introdução de cultivos geneticamente modificados na França, no final dos anos 90, que contou com centenas de pessoas participando da destruição de plantações de transgênicos, foi muito motivada pelo decrescimento (e o mesmo aconteceu na Espanha e na Bélgica), como o foi a batalha pelo direito de cultivar e comercializar sementes tradicionais (na sequência de uma campanha internacional de desobediência civil chamada “Aja pelas Sementes”, iniciada pela ativista indiana Vandana Shiva). A desobediência civil tem sido usada contra a publicidade (com ativistas indo a julgamento ao pintar sobre outdoors) ou novas tecnologias invasivas (mobilizações neoluditas, como aquelas contra as nanotecnologias no Reino Unido e na França). No caso emblemático do ativista catalão do decrescimento Enric Duran, os atos

de “desobediência civil financeira” foram diretamente voltados a patrocinar o decrescimento. Duran abertamente “expropriou” (em suas próprias palavras) 492.000 euros de 39 bancos, chamando atenção para o insustentável sistema bancário e de crédito espanhol, pouco antes da explosão da crise de 2008. Duran, que usou o **dinheiro** para financiar movimentos e projetos alternativos, incluindo muitos relacionados ao decrescimento, declarou que não tinha intenção de pagar a dívida e estava preparado para enfrentar as consequências e ir para a cadeia.

Essas lutas **políticas** lembram aos ativistas do decrescimento que pode ser necessário lutar contra a lei por meio de desobediência civil. Eles não vão se salvar mudando seu modo de vida enquanto o mundo à sua volta desmorona, e não vão derrotar o **capitalismo** e o produtivismo apenas com seu exemplo, como os “socialistas utópicos” do século XIX ou os hippies dos anos 70 pensavam que poderiam.

Por outro lado, ações diretas de desobediência civil e não violência são basicamente métodos e táticas, e às vezes são escolhidos por ativistas que nada têm a ver com os valores ambientais e progressistas, como ativistas antiaborto. No entanto, as táticas não são neutras e não podem ter êxito se não forem sustentadas por valores fortes. Esses valores costumam estar muito próximos aos dos apoiadores do decrescimento. Em primeiro lugar, o valor da ação direta, incluindo a regra da **democracia direta**, muitas vezes está em processos de decisão baseados em consenso e movimentos sem líderes. Em segundo, o valor de uma abordagem pragmática está em manter uma mente aberta às diferenças e à escolha de objetivos realistas e atingíveis, com processos de tentativa e erro, em vez de posturas dogmáticas e objetivos demasiadamente abstratos e irrealistas. Em terceiro lugar, por saber que podem estar errados, como qualquer pessoa, e que podem ser induzidos ao erro por sua consciência, os ativistas optam por não causar danos que seriam irreversíveis – como os provocados pelo uso da violência – praticando a não violência contra seres humanos. Essa não violência inclui, cada vez mais, a vida e os bens em geral.

Por fim, é a busca de coerência entre valores e ações que tem impulsionado algumas das principais figuras na história da desobediência civil a viver de acordo com princípios que se assemelhem muito aos do decrescimento: Thoreau praticou e defendeu a autossustentabilidade, Tolstoi e Gandhi distribuíram seus bens e assumiram a sobriedade. Os três compartilhavam uma forte preocupação com o meio ambiente e todas as criaturas vivas. Gandhi também insistiu na necessidade de campanhas de desobediência civil impulsionadas por um programa alternativo/constutivo pragmático. Os programas de desobediência civil voltados a criar obstáculos têm mais ímpeto e força se

estimulados por um programa construtivo e alternativas positivas à opressão, que mostrem a que uma vitória poderia levar.

Muitos ativistas da desobediência civil consideram o decrescimento como um programa construtivo desse tipo, uma possível resposta ao que eles estão combatendo, que, muitas vezes, é o **capitalismo**. Soluções relacionadas ao decrescimento foram articuladas à desobediência civil na maioria das campanhas recentes mencionadas anteriormente, com acampamentos envolvendo cozinhas coletivas baseadas em alimentação gratuita vegana, orgânica ou reciclada, moedas alternativas ou de escambo, banheiros secos e chuveiros de baixa tecnologia que funcionam a energia solar, etc. Esses atos de desobediência provam que é possível, ao mesmo tempo, criar uma resistência forte e construir alternativas compatíveis com o decrescimento.

## REFERÊNCIAS

DE LA BOÉTIE, E. *Discourse on voluntary servitude*. Indianapolis: Hackett Publishing Co., 2012.

GANDHI, M. K. *Autobiography: the story of my experiments with truth*. CreateSpace Independent Publishing Platform, 2012. Disponível em: <[wwwcreatespace.com](http://wwwcreatespace.com)>. Acesso em: 3 abr. 2013.

THOREAU, H. D. *On the duty of civil disobedience*. Radford: Wilder Publications, 2008.

# DINHEIRO PÚBLICO

*Mary Mellor*

A defesa da ação em torno do dinheiro público considera o dinheiro como um recurso público (Mellor, 2010). Argumenta-se que a criação e a circulação públicas de dinheiro livre de dívidas e sob controle democrático podem permitir o abastecimento de sociedades de grande porte, com base na justiça social e na sustentabilidade ecológica (Robertson, 2012). Para sustentar essa noção de dinheiro público, é importante pensar sobre como se cria dinheiro novo nas economias modernas (Ryan-Collins et al. 2011). Nessas economias, existem duas fontes de dinheiro novo: dinheiro criado por autoridades monetárias, como bancos centrais (geralmente chamado de Dinheiro de Alto Poder ou Base Monetária) e dinheiro criado por meio do sistema bancário, na forma de empréstimos (normalmente chamado de Crédito). A produção de dinheiro nacional (notas e moedas) é monopólio das autoridades monetárias públicas, mas o dinheiro público também pode ser emitido em formato eletrônico, como quando os bancos centrais emitiram grandes quantidades de dinheiro novo em resposta à crise financeira de 2007/2008 (alívio quantitativo).

A principal diferença entre as duas fontes de dinheiro novo (autoridades monetárias ou crédito bancário) é que o dinheiro autorizado publicamente *pode* ser emitido como **dívida**, mas o crédito bancário *só* pode ser emitido como **dívida** (Ingham, 2004). Os bancos não estão autorizados a cunhar moedas nem a imprimir notas (eles devem comprá-las do banco central), mas podem estabelecer contas de empréstimo, que é dinheiro novo emitido a um tomador do empréstimo (pessoal, empresarial ou governamental) ao se acrescentarem quantias a uma conta bancária (como em um empréstimo hipotecário). A teoria bancária convencional afirma que as autoridades monetárias têm capacidade de controlar a quantidade de dinheiro novo criado pelos bancos na forma de empréstimos, mas a crise financeira indica que os empréstimos bancários podem sair de controle. A maior parte do dinheiro

nas economias modernas é criada e posta em circulação pelo setor bancário como dívida – mais de 97%, no caso do Reino Unido (Jackson e Dyson, 2013). Efetivamente, a oferta de dinheiro nas economias modernas foi privatizada e é emitida a partir de uma base comercial. Vários fatores levaram a essa “privatização” da oferta de dinheiro como **dívida**: a ideologia e a desregulamentação neoliberais, o aumento das **dívidas** pública e privada, menor uso de notas e moedas, e mais dependência em relação a transferências entre contas bancárias, garantia pública de contas bancárias, como no seguro de depósitos, e o papel dos bancos centrais como emprestadores aparentemente ilimitados de última instância.

O vínculo com o decrescimento está no papel que a **dívida** tem na emissão de dinheiro novo. Embora se possa emitir dinheiro público novo sem **dívidas**, por ser gasto e entrar em circulação (por exemplo, como alívio quantitativo para as pessoas, e não para o sistema bancário), o dinheiro emitido por intermédio do sistema bancário sempre é emitido como **dívida**, ou seja, deve ser devolvido, com juros, ao banco emissor. Isso cria uma enorme dinâmica de **crescimento**. Se quase todo o dinheiro é emitido como empréstimos que têm de ser pagos com juros, a oferta de dinheiro tem que ser constantemente ampliada por meio da emissão de novas **dívidas**. Se cessar a disposição dos bancos para emprestar ou das pessoas para tomar emprestado, a oferta de dinheiro se desfaz. As **dívidas** não pagas aos bancos, ou sua amortização, reduzem ainda mais a oferta de dinheiro. Durante essas crises, a única fonte de dinheiro novo é o banco central/estatal. No entanto, embora o dinheiro público emitido de forma emergencial pudesse ser gasto diretamente na economia, a política monetária atual exige que ele seja emitido ao sistema bancário ou a governos, como **dívida**. Há uma lógica em fornecer dinheiro público como **dívida** ao sistema bancário (que vai emprestá-lo com juros), mas não ao público a quem o dinheiro deveria pertencer. Em vez disso, considere-se que o público emprestou o dinheiro usado para socorrer os bancos, empurrando os orçamentos do Estado ao déficit e resultando na imposição de severas medidas de austeridade.

A maneira mais simples de eliminar **dívidas** criadas pelos bancos e sua dinâmica de **crescimento** é retirar do sistema bancário o direito de criar dinheiro novo, ou limitá-lo em muito. Os bancos ficariam restritos a fazer o que a maioria das pessoas pensa que eles fazem: emprestar o dinheiro existente dos poupadores a tomadores de empréstimos. Em vez de dinheiro criado por meio de **dívidas** emitidas por bancos, poderia ser emitido dinheiro público novo, livre de **dívidas**, diretamente na economia para atender às necessidades públicas. Atualmente, os gastos públicos têm que esperar que a circulação comercial de dinheiro produza um lucro que possa ser tributado. Ou seja, o

gasto público depende do **crescimento** no setor comercial. Da mesma forma, a maioria das pessoas não pode produzir diretamente os bens e serviços de que necessita, tendo antes que trabalhar em atividades privadas com fins lucrativos ou atividades públicas que dependem de lucros para ter acesso ao dinheiro.

Propostas para criar dinheiro público novo como um recurso público teriam como objetivo criar dinheiro completamente novo, seja sob controle democrático, por meio de um orçamento monetário nacional, ou por meio de uma autoridade monetária independente (Jackson e Dyson, 2013). O dinheiro público seria emitido livre de **dívidas** e seria gasto diretamente na economia. Poder-se-ia distribuir dinheiro para permitir o abastecimento suficiente e a atividade econômica baseada em necessidades (Mellor, 2010). O dinheiro público poderia ser emitido de diversas formas, em níveis nacional, regional, local ou mesmo internacional. O dinheiro novo poderia ser usado para financiar serviços públicos essenciais, como serviços de saúde e **cuidado** ou sistemas energéticos de baixa emissão de carbono. Seria possível atingir a flexibilidade dentro da economia mediante a emissão de dinheiro como **renda básica** ou como fundo para investimento social ou **desenvolvimento** econômico baseado na comunidade. O dinheiro público recém-emitido poderia ser disponibilizado aos bancos comerciais para que emprestassem, desde que fosse usado no interesse público mais amplo. Ainda haveria um papel a ser cumprido pela tributação, que seria usada para retirar dinheiro da economia se houvesse ameaça de inflação. O imposto também poderia ser usado para incentivar o uso mais eficiente dos recursos naturais e para redistribuir riqueza. A defesa do dinheiro público se baseia na necessidade de resgatar o dinheiro do controle orientado ao lucro e ao **crescimento**, e devolvê-lo ao seu lugar – ao público, mas, dessa vez, sob controle democrático e de acordo com princípios de sustentabilidade ecológica e justiça social.

## REFERÊNCIAS

- INGHAM, G. *The nature of money*. Cambridge: Polity, 2004.
- JACKSON, A.; DYSON, B. *Modernising money: why our monetary system is broken and how it can be fixed*. London: Positivemoney, 2013.
- MELLOR, M. *The future of money: from financial crisis to public resource*. London: Pluto Press, 2010.
- ROBERTSON, J. *Future money: breakdown or breakthrough?* Totnes: Green Books, 2012.
- RYAN-COLLINS, J.; GREENHAM, T.; WERNER, T.; JACKSON, A. *Where does money come from? A guide to the UK monetary and banking system*. London: New Economic Foundation, 2011.

# ECOCOMUNIDADES

*Claudio Cattaneo*

As ecocomunidades são planejadas e criadas especificamente para que as pessoas vivam juntas, com o objetivo de viver e trabalhar de acordo com princípios ecológicos, promovendo um grau de compartilhamento (ver, também, **compartilhamento de trabalho**) e buscando bem-estar por meio de estilos de vida mais sustentáveis, **democracia direta** e um grau de **autonomia**.

As ecocomunidades incluem as ecovilas, que, de acordo com Gilman (1991, p. 10) são caracterizadas por “assentamentos em escala humana, com todas as funções, em que atividades humanas são integradas ao mundo natural, sem causar danos, de uma forma que ajude o **desenvolvimento** humano saudável e possa ter continuidade em um futuro indefinido”. Apesar de as ecovilas representarem a forma mais comum, as ecocomunidades também podem ser estabelecidas em prédios isolados ou dentro de cidades (algumas delas, em formas de coabitação).

As ecocomunidades geralmente se caracterizam por sua dimensão relativamente pequena – em torno de cem pessoas ou menos. Há projetos urbanos e “rururbanos”, mas a maioria das ecocomunidades está localizada em áreas rurais, onde o acesso a meios naturais de produção é mais fácil e o aluguel e os imóveis, mais baratos. Os participantes praticam a pequena agricultura orgânica e a permacultura, o artesanato e a produção em oficinas, a construção por conta própria ou práticas do tipo “faça você mesmo”, e preferem energias renováveis ou meios de produção e de transporte que conservem energia, como as bicicletas (ver **nowtópicos**). Materiais e processos de produção tendem a ser de baixo impacto e, muitas vezes, os itens são reciclados a partir de resíduos, ou reusados ou consertados. O conjunto desses tipos de abastecimento agrícola, material e de serviços expressa a ideia de lugares convivenciais onde os meios de produção são de propriedade comum (Illich, 1973, ver **convivencialidade**).

As ecocomunidades podem ser consideradas como **recursos comuns** tanto materiais quanto imateriais, pois administram terras e recursos físicos de forma comunal, ao mesmo tempo em que definem normas, crenças, instituições e processos que fortalecem uma identidade comum que, por sua vez, contribui para a preservação e a reprodução da comunidade.

Dispostos a estabelecer lugares onde possam viver e cultivar seus próprios ideais utópicos, seus participantes muitas vezes fazem parte de uma onda de **neorrurais** inspirada em revistas como *In Context* (em inglês) ou *Integral* (em espanhol). O movimento teve origem na década de 1960 e, em 1994, foi constituída a Rede Global de Ecovilas.

Alguns exemplos notáveis, que também constituem diferentes tipologias de ecocomunidades, são: The Farm, no Tennessee, em uma propriedade comprada de forma comunal por hippies veganos da Califórnia, Twin Oaks, uma comunidade rural igualitária na Virginia, baseada em um sistema estruturado de crédito de mão de obra (Kinkaid, 1994), Lakabe, um povoado ocupado no País Basco, com uma padaria comercial de gestão comunal, e Longomai, um resultado pragmático do movimento de maio de 1968, com uma propriedade principal no sul da França e várias comunidades-satélite compradas em outros lugares da França, da Suíça e da Alemanha.

Os valores utópicos se manifestam na criação de uma identidade de grupo, no compartilhamento de determinados ideais culturais e **políticos** (e espirituais, às vezes) e no estabelecimento de práticas organizativas que podem incluir qualquer coisa, de simples vida residencial ao desenvolvimento de um projeto de vida em comum.

Uma ecocomunidade constitui uma entidade específica que existe entre o indivíduo e a sociedade em geral. Elas são caracterizadas por suas dimensões ambiental (eco) e social (comunidade), que, combinadas, são consideradas por eco-adeptos dos **recursos comuns** como traços muito ausentes nos sistemas de vida das sociedades (pós-) industriais.

Há muita variação entre as comunidades no que diz respeito à relevância da esfera individual dentro da comunidade e aos graus de **autonomia** em relação ao resto da sociedade. Essas são questões desafiadoras no desenvolvimento de cada projeto de ecocomunidade.

Ao estabelecer uma ponte entre a escala individual/familiar e a grande escala social, as ecocomunidades se constituem internamente como processos auto-organizados de decisão que, entre outras coisas, determinam a natureza e a dimensão ecológica do projeto e a integração entre as economias individuais e a comunitária. Normalmente, as comunidades ecológicas adotam a tomada horizontal de decisões e processos deliberativos não representativos, enquanto algumas adotam o consenso em lugar de regras de decisão por maioria.

Em certo sentido, as ecocomunidades são *oikonomias* aristotélicas (referindo-se à arte da boa vida e, literalmente, à “gestão da casa”). O **dinheiro** não tem um papel fundamental, sendo simplesmente um meio para satisfazer necessidades. As ecocomunidades evitam a acumulação porque a comunidade garante a manutenção de um determinado nível de bem-estar para todos os seus membros. O tipo de modelo econômico varia muito entre as comunidades. Algumas compartilham todo o **dinheiro** entre os membros, outras mantêm uma esfera econômica individual forte. Um estudo de ocupações rurais, que podem ser consideradas um caso específico de ecocomunidade, postula a existência de uma correlação entre o grau de isolamento de uma comunidade e seu grau de comunitarismo. Ecocomunidades mais próximas de grandes cidades têm mais probabilidades de manter um nível mais elevado de economias pessoais (monetárias) (Cattaneo, 2013).

As fontes de rendimento monetário variam muito. Em geral, prevalecem os princípios da autogestão cooperativa, e a ecocomunidade produz coletivamente mercadorias que podem ser vendidas no local ou fora dele, por exemplo, em feiras. Comunidades maiores, como Logomai, na França, dependem da captação de recursos e, cada vez mais, de *crowdfunding*. Ecocomunidades com um alto grau de integração financeira entre os membros funcionam como “**cooperativas** integrais” nas quais trabalhadores, produtores e consumidores fazem parte da mesma organização.

As ecocomunidades possibilitam vislumbrar como pode ser uma sociedade do decrescimento. Qualquer realização de intenções utópicas depende de uma forte disposição e de um pragmatismo que podem colidir com os ideais originais. Nas fases iniciais (relevantes para o início de uma transição societal), a prioridade é fazer as coisas acontecerem; nessas circunstâncias difíceis, frequentemente ocorrem austeridade autoimposta e autoexploração dos membros. Por meio de processos auto-organizados, uma ecocomunidade escolhe viver de forma independente da sociedade em geral. Como observou Marcuse em *O homem unidimensional*, uma sociedade liberta de controle e manipulação externos será capaz de autodeterminar o que satisfaz suas necessidades; os participantes optam por se tornar protagonistas de suas vidas e fomentar um **imaginário** do decrescimento, proporcionando à comunidade a fonte da autoridade econômica e sociopolítica normalmente encontrada nos mercados capitalistas e no aparelho de Estado.

Se a comunidade sobrevive a essa fase inicial, é provável que surja uma prática de decrescimento feita de desempenho ecológico e **convivencialidade** social sólidos. Não há dados empíricos sobre as tendências de consumo material e energético relativos nas ecocomunidades ao longo do tempo. Uma hipótese plausível é a de que a maioria das ecocomunidades começa com uma queda drástica

no consumo pessoal de materiais e energia, mas, à medida que elas entram em uma fase madura – e que é mais confortável, embora não seja mais sustentável – condições de vida melhores substituem as mais precárias (embora as primeiras ainda conservem mais recursos em comparação com a média da sociedade).

As ecocomunidades desenvolvem práticas de **simplicidade** voluntária. Ainda que isso faça parte do **imaginário** do decrescimento, alguns defensores da **simplicidade** podem ser criticados porque evitam o envolvimento com problemas sociais e ações **políticas**. Geralmente, as ecocomunidades não podem ser caracterizadas como **políticas** ou apolíticas. Em um extremo, algumas podem ser consideradas como “botes salva-vidas”, com um limite claro e “fronteiras fechadas”, ao passo que, em outras, particularmente naquelas caracterizadas por ideais **políticos** radicais de esquerda, os membros estão mais conscientes da necessidade de cooperar para além dos limites e promover a transformação societal universal. A maioria das ecocomunidades está consciente do seu poder limitado e endossa uma filosofia semelhante à de Holloway, sobre “mudar o mundo sem tomar o poder”. Isso pode ocorrer pela constituição e a consolidação de redes “de baixo para baixo” – em vez de processos de baixo para cima – que contribuam para um abandono estratégico cada vez maior do sistema (Carlsson e Manning, 2010) e para a consequente retração no papel, no tamanho e no poder desempenhado pelo *establishment*. A ampliação dessas práticas a setores maiores da sociedade que não os habitados por pessoas ecologicamente atentas ainda não ocorreu. A duradoura crise econômica e ecológica pode ser uma oportunidade para fomentar mais ecocomunidades e criar um fenômeno social que vá além do movimento contracultural que o precedeu.

## REFERÊNCIAS

- CARLSSON, C.; MANNING, F. Nowtopia: strategic exodus? *Antipode*, v. 42, n. 4, p. 924-953, 2010.
- CATTANEO, C. Urban squatting, rural squatting and the ecological-economic perspective. In: SQUATTING EUROPE COLLECTIVE (Org.). *Squatting in Europe, radical spaces, urban struggles*. New York: Minor Compositions, 2013. Disponível em: <[www.minorcompositions.info/wp-content/uploads/2013/03/squattingin\\_europe-web.pdf](http://www.minorcompositions.info/wp-content/uploads/2013/03/squattingin_europe-web.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2016.
- GILMAN, R. The eco-village challenge. *Context Institute*, 1991. Disponível em: <[www.context.org/iclib/ic29/gilman1/](http://www.context.org/iclib/ic29/gilman1/)>. Acessado em: 27 jun. 2016.
- ILLICH, I. *Tools for conviviality*. 1973. Disponível em: <[clevercycles.com/blog/tools\\_for\\_conviviality/](http://clevercycles.com/blog/tools_for_conviviality/)>. Acesso em: 27 jun. 2016.
- KINKAID, K. *Is it utopia yet? An insider's view of Twin Oaks Community in its twenty-sixth year*. 2. ed. Louisa: Twin Oaks Publishing, 1994.

# GARANTIA DE EMPREGO

*B. J. Unti*

Uma garantia de emprego é uma proposta política que demanda que o governo prometa um emprego a qualquer pessoa que o esteja procurando e esteja em condições de exercê-lo. A proposta resulta do reconhecimento de que as economias capitalistas são caracterizadas por desemprego involuntário crônico. Embora várias versões do programa tenham sido propostas, a abordagem mais geral demanda uma garantia *universal*, com o governo nacional fornecendo a verba necessária para oferecer um pacote uniforme de benefícios e salário a quem esteja disposto e em condições de trabalhar (Mitchell, 1998; Wray, 1998, 2012). A maioria das propostas também prevê uma administração descentralizada do programa, contando com governos locais, organizações sem fins lucrativos e organizações comunitárias para propor e supervisionar projetos de garantia de emprego. O pacote de salário e benefícios é definido pelo governo nacional e serve como piso para os salários em toda a economia. Com o preço mínimo do trabalho definido, a quantidade de trabalho que o governo promete comprar pode flutuar ao longo do ciclo de negócios. Consequentemente, o déficit do governo se desloca automaticamente em contraciclo, na quantidade certa para manter o pleno emprego.

A ideia de uma garantia de emprego apareceu já na década de 1930. Assim como o banco central funcionava como um prestador de última instância, argumentava-se que o tesouro deveria funcionar como um empregador de última instância (Wray, 2012, p. 222). Baseando-se nas obras de Keynes, Lerner e Minsky nas últimas duas décadas, economistas ligados ao Centro de Pleno Emprego e Estabilidade de Preços (CFEPE, na sigla em inglês), da Universidade do Missouri, em Kansas City, ao Centro de Pleno Emprego e Igualdade (CofEE), da Universidade de New Castle, e ao Instituto de Economia Levy, em Nova York, têm refinado propostas para a garantia de emprego.

Os defensores da garantia de emprego argumentam que seus benefícios vão além da simples criação de empregos. Eliminar o desemprego vai ajudar a resolver problemas sociais e econômicos relacionados, como pobreza, desigualdade, criminalidade, divórcio, violência doméstica, discriminação, doença mental e abuso de drogas (Wray e Forstater, 2004). Embora os atuais programas de assistência social (bem como propostas de **renda básica**) tenham como objetivo abordar questões semelhantes, os defensores da garantia de emprego salientam que esses programas carregam o estigma da dependência sem assegurar que aqueles que estejam dispostos a trabalhar consigam encontrar trabalho. A garantia de emprego vai oferecer não só empregos aos desempregados, mas também formação, habilidades e experiência de trabalho. Mais importante ainda, tornando o emprego, e não apenas a renda, um direito, dará àqueles que querem trabalhar uma oportunidade de participar produtivamente de suas comunidades. Os benefícios do programa não se limitam aos seus participantes. A garantia de emprego também irá melhorar as condições de trabalho no setor privado: como os trabalhadores desse setor sempre terão a opção de entrar nela, seus empregadores serão obrigados a fornecer salários, benefícios e condições pelo menos semelhantes às do programa (Wray, 2012, p. 223-224). A esse respeito, a garantia de emprego pode servir como uma ferramenta para se atingir uma variedade de objetivos em termos de políticas. No que diz respeito ao decrescimento, por exemplo, pode dar início a uma semana de trabalho de quatro dias, pressionando os empregadores privados para que sigam o exemplo. Por último, o trabalho sob a garantia de emprego pode ser direcionado a dar à sociedade bens e serviços públicos necessários, que não são produzidos pelo setor privado.

As duas objeções mais comuns à garantia de emprego estão relacionadas a inflação e viabilidade financeira. O senso comum diz que o pleno emprego e a estabilidade dos preços são objetivos incompatíveis porque mercados de trabalho rígidos exercem pressão para que salários e preços aumentem. Assim, o desemprego é visto como o custo necessário para combater a inflação. No entanto, os defensores da GE argumentam que o programa *aumentará* a estabilidade dos preços ao criar um estoque regulador de trabalhadores empregados no programa, permitindo mercados de trabalho mais frouxos no pleno emprego (Mitchell, 1998; Wray, 1998). Sob uma garantia de emprego, o governo se compromete a comprar toda a mão de obra oferecida a um preço mínimo e “vendê-la” ao setor privado a qualquer preço acima do piso. O estoque regulador de trabalhadores na garantia de emprego funciona como um exército de reserva de *empregados*, proporcionando a flexibilidade exigida por uma economia dinâmica (Forstater, 1998). Durante um período de expansão, as pressões salariais são contidas enquanto o governo “vende” mão de obra.

Se o conjunto dos trabalhadores em garantia de emprego se torna demasiado pequeno para conter as demandas salariais inflacionárias, o governo pode cortar despesas discricionárias ou aumentar impostos, repondo o estoque regulador. Na parte negativa do ciclo, o estoque regulador proporciona um piso a partir da renda e da demanda agregada, combatendo as pressões deflacionárias. Por fim, como a mão de obra é um insumo fundamental para a produção de todos os bens, estabilizar o seu preço vai ajudar a estabilizar os preços em toda a economia (Wray, 2012, p. 224).

Várias estimativas sobre o custo monetário de um programa de garantia de emprego (calculadas antes da crise financeira) situaram as despesas totais em menos de 1% do **PIB** nos Estados Unidos. Grande parte do custo monetário será compensada por reduções nos gastos em outros programas, como o seguro-desemprego e a assistência social (Wray, 1998). Mais importante, os defensores da proposta argumentam, seguindo a moderna teoria monetária (MTM), que um governo com moeda soberana sempre pode financiar uma garantia de emprego. O problema percebido de viabilidade financeira surge de uma falsa analogia, na teoria neoclássica, entre finanças públicas e domésticas. Essa analogia ignora o fato de que, enquanto as famílias são *usuárias* da moeda, o governo é o *emissor* (ver **dinheiro público**). Como tem monopólio da emissão de moeda, o governo deve, por uma questão de lógica, emitir **dinheiro** (ou seja, gastar) antes para coletá-lo de volta por meio de impostos ou vendas de títulos. Isso vira de cabeça para baixo o senso comum, pois o governo não precisa do **dinheiro** do público; antes, o público precisa do **dinheiro** do governo para pagar impostos ou comprar títulos. E como um governo soberano gasta ao emitir **dinheiro**, ele sempre pode comprar qualquer coisa que esteja à venda em sua própria moeda, incluindo a mão de obra desempregada (Wray, 1998; 2012).

A garantia de emprego é coerente com o decréscimo em várias frentes. Mais obviamente, seu potencial está relacionado a questões de justiça social e econômica. Na verdade, o programa foi concebido originalmente com um foco estreito sobre o problema do desemprego, mas, reconsiderada à luz do declínio ambiental, a garantia de emprego apresenta possibilidades únicas para enfrentar simultaneamente problemas socioeconômicos e ambientais.

No curto prazo, oferece um meio de conciliar a aparente contradição entre emprego e meio ambiente, enfrentada pelas sociedades capitalistas. Ao contrário das políticas tradicionais que dependem de aumento da demanda agregada e do **crescimento** acelerado para estimular o emprego, a garantia de emprego garante o pleno emprego, independentemente do nível da demanda agregada. Desvincular emprego e demanda agregada permite o pleno emprego mesmo quando o **crescimento** cessa ou se torna negativo.

Em um prazo mais longo, uma garantia de emprego pode oferecer um caminho de transição para nos afastarmos das atuais formas ambiental e socialmente destrutivas de produção com base em lucros monetários, e em direção a um sistema organizado em torno do atendimento de necessidades sociais e ecológicas fundamentais. A característica mais promissora da JG é que ela não é limitada por lucros e, portanto, cria a possibilidade de as pessoas ganharem a vida fora da esfera da acumulação. E como o trabalho sob uma garantia de emprego envolve a produção para uso em vez de troca, ele pode ser canalizado para projetos ambientalmente sustentáveis e métodos de produção que não vão e não podem ser levados a cabo pelo setor privado (Forstater, 1998; Mitchell, 1998). Os trabalhadores em garantia de emprego podem ser empregados em qualquer coisa que seja democraticamente considerada de valor social, ampliando potencialmente a nossa concepção de trabalho para incluir coisas como criar filhos, cuidar de idosos e enfermos (ver **cuidado**), educação, restauração de habitats, hortas comunitárias, artes, etc. Como tal, a garantia de emprego é uma ferramenta **política** aberta, que pode servir para complementar, apoiar ou incorporar uma infinidade de outras medidas propostas para o decrescimento.

## REFERÊNCIAS

- FORSTATER, M. Flexible full employment: structural implications of discretionary public sector employment. *Journal of Economic Issues*, v. 32, n. 2, p. 557-564, 1998.
- MITCHELL, W. F. The buffer stock employment model and the path to full employment. *Journal of Economic Issues*, v. 32, n. 2, p. 547-555, 1998.
- WRAY, R. L. *Modern money theory: a primer on macroeconomics and sovereign monetary systems*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Understanding modern money: the key to full employment and price stability*. Northampton: Edward Elgar, 1998.
- WRAY, R. L.; FORSTATER, M. Full employment and economic justice. In: DELL, C.; KNOEDLER, J. (Org.). *The institutionalist tradition in labor economics*. Armonk: M. E. Sharpe, 2004.

# HORTAS URBANAS

*Isabelle Anguelovski*

As hortas urbanas são uma prática pela qual as pessoas cultivam hortaliças e outras plantas nas cidades. A expressão é frequentemente usada como sinônimo de agricultura urbana, embora a segunda costume ser praticada em escala maior. O que se conhece como “hortas comunitárias” nasceu na Alemanha, no século XIX, para responder à insegurança alimentar. Durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais e a Grande Depressão, “as hortas da liberdade” e “as hortas da vitória” brotaram nos Estados Unidos, no Canadá, na Itália (sob o nome de “*orticelli di guerra*”) e no Reino Unido, e as pessoas cultivavam produtos agrícolas e ervas para reduzir as pressões sobre a produção de alimentos e apoiar os esforços de guerra. Nos Estados Unidos, muitas eram cultivadas por imigrantes europeus, sobretudo italianos. Hoje em dia, mais de 800 milhões de pessoas participam da agricultura urbana em todo o mundo, apesar de, em muitos casos, principalmente no Norte global, as hortas serem pequenas demais para fornecer produtos diários a hortelões e suas famílias. A agricultura urbana ganhou muita visibilidade **política**, sendo que o exemplo mais recente foi o frenesi midiático quando Michelle Obama fez uma horta com alunos de escolas, dentro da Casa Branca.

Os inúmeros benefícios das hortas já foram amplamente reconhecidos. Em primeiro lugar, a agricultura urbana apoia as metas de emissão de gases do efeito estufa, promovendo a produção de alimentos frescos e de baixo impacto local para clientes vizinhos. As hortas melhoram a qualidade ambiental dos bairros urbanos ao reduzir o escoamento de águas pluviais, filtrar o ar e a água da chuva, mitigar os efeitos de ilhas de calor urbanas, servir como sumidouro de resíduos urbanos por meio de compostagem descentralizada e ajudar a prevenir a erosão do solo – mesmo que, em alguns casos, as hortas sejam feitas em solos contaminados e demandem muita assistência técnica. Ao brotar nas cidades, as hortas também fornecem hortaliças a bairros que

antes eram considerados arruinados, como Haddington, na zona oeste de Filadélfia, e assim, em muitos casos, ajudam a embelezar lugares. No entanto, tornar os bairros mais verdes por meio de hortas urbanas implica riscos de gentrificação e deslocamento, à medida que bairros que voltam a ser atraentes começam a ser valorizados novamente pelos investidores. Em cidades como Deli, Nova York ou Boston, as hortas urbanas estão, de fato, cada vez mais sendo geridas por moradores de maior renda, recém-chegados, enquanto a proporção dos hortelões de baixa renda e não brancos diminuiu.

Do ponto de vista social, por meio das hortas, as relações no bairro são reforçadas e renovadas à medida que os hortelões se engajam ativamente na limpeza, na produção e na manutenção das hortas. Elas reforçam a conexão entre as pessoas e seu bairro, e dão um maior sentido de comunidade. Os plantadores muitas vezes constroem um projeto coletivo, sem se apropriar de espaços para usos privados nem fechá-los, compartilham responsabilidades e imaginam um uso diferente (do especulativo) para a terra (ver **recursos comuns**). As hortas facilitam a criação de redes, promovem interações entre grupos, além do orgulho local e a participação dos cidadãos (Lawson, 2005). Do ponto de vista da saúde, proporcionam relaxamento, cura e benefícios relacionados à recuperação de traumas, e também oferecem oportunidades recreativas e de lazer a moradores que podem tender a permanecer isolados em casa.

Por último, e talvez mais importante, as hortas urbanas enfrentam as desigualdades no fornecimento de alimentos em toda a cidade ao oferecer fontes acessíveis aos moradores de baixa renda e não brancos, que muitas vezes tendem a viver em desertos alimentares. Por exemplo, em Los Angeles, o LA Regional Food Bank criou uma fazenda de 14 hectares, a South Central Farms, em 1993, que levava alimentos frescos a mais de 350 famílias pobres de origem latino-americana, até ser demolida pela prefeitura, em 2006. No Sul global, as hortas urbanas sempre estiveram mescladas na paisagem urbana e cada vez mais recebem apoio de governos, ONGs e grupos de agricultores em lugares como Harare, Nairóbi, Rosario, Deli ou Havana, para ajudar na renda dos residentes (Mougeot, 2005).

O conceito de ruptura metabólica, como proposto por Marx, é útil para explorar a relação entre decrescimento e hortas urbanas. Na verdade, as hortas urbanas contribuem para enfrentar três dimensões da ruptura metabólica: a ruptura ecológica, que é a ruptura nas relações metabólicas biofísicas (ou seja, ciclagem de nutrientes), já que os seres humanos estão constantemente em busca de novos espaços para a acumulação permanente, e o redimensionamento correspondente da produção e a busca de soluções tecnológicas (ou seja, fertilizantes); a ruptura social, que está relacionada à **mercantilização**

da terra, do trabalho e dos alimentos, cujo melhor exemplo é a expropriação das terras das populações rurais, e, por último, a ruptura individual, por meio da qual os seres humanos se tornam alienados em relação à natureza e aos produtos do seu trabalho (McClintock, 2010).

O redimensionamento desses ciclos de nutrientes, a redução da dependência em relação à produção de alimentos baseada no petróleo e a reciclagem de resíduos orgânicos por meio do plantio de cultivos que fixem nitrogênio são centrais ao potencial das hortas urbanas para reduzir a ruptura ecológica. As hortas urbanas são uma resposta à ruptura social ao cultivar terras subexploradas, limitar a expansão do agronegócio e de processos e itens alimentícios embalados em bairros pobres e outros lugares, e garantir a produção de pequeno porte ou de subsistência (enquanto se permite indiretamente a acumulação permanente em um nível mais macro), de modo que o mercado não controle totalmente o solo e as pessoas. Aqui, as hortas urbanas, como um movimento alternativo alimentar, podem contribuir para recuperar recursos anteriormente considerados comuns em relação ao cercamento das forças capitalistas (ver **mercantilização**), de maneiras que tornem o alimento disponível e acessível a todos. Por fim, hortas nas cidades enfrentam a ruptura individual ao reconectar as pessoas com seu metabolismo e com processos de produção e consumo de alimentos.

As hortas urbanas e o decrescimento têm uma relação estreita. Com frequência, os ativistas têm se engajado nas hortas urbanas, como os moradores de Can Masdeu (Barcelona) ou os líderes do Urbainculteurs (Québec), com o objetivo de demonstrar o valor da agricultura de pequena escala e não comercial, de baixo impacto, onde a comida é cultivada de maneiras que beneficiem os residentes locais e os envolvam na produção de alimentos. São iniciativas comunitárias que incorporam uma transição para uma economia de baixo carbono, e uma alternativa a uma agricultura empresarial com alto uso de agrotóxicos, voltada a retornos. As hortas urbanas costumam ser uma prática não capitalista. Elas reduzem a distância entre a produção e o consumo de alimentos, e promovem relações face a face entre produtores e consumidores, podendo levar ao que alguns chamam de “agricultura cívica”, a reconexão entre o meio rural, o alimento e a comunidade (Lyson, 2004). As pessoas estão mais conscientes e interessadas na origem e na qualidade dos alimentos, e em garantir que os agricultores tenham controle sobre os meios e o processo de produção. Esse interesse é exemplificado pela crescente demanda por feiras de agricultores e **cooperativas** de alimentos.

## REFERÊNCIAS

- LAWSON, A. *City bountiful: a century of community gardening in America*. Berkeley: University of California Press, 2005.
- LYSON, T. A. *Civic agriculture: reconnecting farm, food, and community, civil society*. Medford: Tufts University Press; Lebanon: University Press of New England, 2004.
- McCLINTOCK, N. Why farm the city? Theorizing urban agriculture through a lens of metabolic rift. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 3, n. 2, p. 191-207, 2010.
- MOUGEOT, L. (Org.). *The social, political, and environmental dimensions of urban agriculture*. London: Earthscan, 2005.
- SCHMELZKOPF, K. Urban community gardens as contested space. *Geographical Review*, v. 85, n. 3, p. 364-380, 1995.

# INDIGNADOS/OCCUPY

*Viviana Asara e Barbara Muraca*

Os Indignados, ou Occupy, são um movimento social permanente que começou em 2011 em muitos países diferentes, para protestar contra políticas de austeridade, altas taxas de desemprego, agravamento das tendências a desigualdades sociais e a cumplicidade de política de governos com os interesses do **capitalismo** corporativo e financeiro, ao mesmo tempo em que faz campanhas pela democracia “real” e a justiça social. Embora se refiram a duas dinâmicas distintas que se originaram, respectivamente, na Espanha e nos Estados Unidos, e depois se espalharam a outros países, os dois movimentos têm em comum as reivindicações, a metodologia de ocupações do espaço urbano e o uso da **democracia direta** baseada em assembleias.

No início de 2011, na Espanha, uma nova plataforma de diferentes coletivos e redes, com o nome “Democracia Real Ya”, publicou um manifesto no Facebook e convocou uma manifestação no dia 15 de maio, com o lema “não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros”. No manifesto, os ativistas se declaravam indignados com os “ditames das grandes potências econômicas”, a ditadura dos partidos, o predomínio do economicismo, as injustiças sociais e a corrupção de políticos, banqueiros e empresários. A convocação conseguiu levar às ruas dezenas de milhares de pessoas em 50 cidades de toda a Espanha, e, após a demonstração, as ocupações se espalharam, em alguns dias, a mais de 800 cidades ao redor do mundo. Na Espanha, muitos acampamentos continuaram até junho ou julho, produzindo um rico debate e a proliferação de grupos de trabalho, comissões e, em muitas cidades, um longo e difícil processo de elaboração de um consenso sobre as reivindicações mínimas da mobilização. O manifesto de Barcelona incluía as seguintes reivindicações: não mais privilégios para políticos e banqueiros; renda alta, salário decente e qualidade de vida para todos, direito à moradia, qualidade dos serviços públicos, liberdades (com relação à liberdade de informação e

expressão na internet), **democracia direta** e meio ambiente. Após a remoção (nem sempre) voluntária dos acampamentos, alguns grupos de trabalho, comissões e assembleias continuaram funcionando e as assembleias de bairro ganharam importância, reunindo-se periodicamente em “espaços de coordenação”. O movimento entrou em uma fase mais latente, ganhando visibilidade em greves gerais e manifestações, como a “tomada” simbólica do Parlamento, em setembro de 2012. O manifesto pelo primeiro aniversário do movimento incluiu reivindicações como a recusa de socorro aos bancos, a **auditoria da dívida** pelos cidadãos, educação pública, redistribuição econômica e **renda básica**, redistribuição do trabalho, recusa ao trabalho precário e valorização do trabalho reprodutivo e doméstico, ou seja, de **cuidado**.

O movimento Occupy Wall Street teve início em 17 de setembro de 2011, com a ocupação, por cerca de cem pessoas, do Parque Zuccotti, no distrito financeiro de Manhattan. As grandes ocupações começaram depois que a revista *Adbusters* publicou uma chamada, em julho, para ocupar Wall Street, o que provocou ações semelhantes em muitas cidades dos Estados Unidos, continuando até novembro. Algumas das principais questões levantadas pelo Occupy Wall Street eram distribuição equitativa da riqueza, reforma do sistema bancário, redução da influência política das grandes empresas e a necessidade de mudar o sistema para tratar de questões de injustiça e desigualdade.

Os dois movimentos têm estrutura e organização dos processos internos de decisão semelhantes: a Assembleia Geral (AG) é a instância (aberta) que possui poder de decisão. Questões específicas são tratadas por comissões e grupos de trabalho, que informam periodicamente a AG. Na maioria das vezes, as decisões são tomadas por consenso, que também pode ser visualizado com um sistema de sinais de mão. O “meio das ocupações baseadas em assembleias” reflete a reivindicação central por uma democracia “real” e incorpora de forma prefigurativa a implementação de formas de tomada de decisões e autogestão sustentadas no consenso e na democracia de base. O atual sistema democrático representativo é criticado como uma “plutocracia” corrompida ou um “sistema empresarial-partidário” sujeito aos interesses do **capitalismo** financeiro e considerado incapaz de representar a vontade do povo.

À semelhança de outros movimentos sociais antes deles, o Occupy e o Indignados constituem uma arena importante onde diferentes concepções de democracia podem se encontrar e ser experimentadas, com um desafio explícito à visão minimalista, individualista e liberal da democracia liberal (Della Porta, 2013). Enquanto alguns ativistas pedem a substituição dos sistemas parlamentares pela generalização do sistema de assembleias, democrático, autogestionário e de **democracia direta**, outros buscam fortalecer a

participação verdadeira na **política** institucional e melhorar os mecanismos representativos por meio de uma reforma das leis eleitorais, com injeções de **democracia direta** em nível local.

A implementação de uma democracia “real”, contudo, implica mais do que a transformação de formas de representação e de tomada de decisões **políticas**: direitos sociais e redistribuição da riqueza são condições necessárias para que as pessoas participem de modo real e efetivo dos processos democráticos. Enquanto as democracias atuais são sequestradas por poderes econômicos, a democracia real requer democracia econômica, ou seja, a (auto) gestão democrática de bairros, trabalho e produção. Democracia real, portanto, é “imaginar uma democracia em todos os domínios da vida” (ver Asara, 2014).

Longe de ser apenas uma reação às políticas de austeridade e ao caráter antidemocrático das democracias representativas (liberais), o movimento Indignados corporifica uma crítica mais radical e cultural às sociedades contemporâneas, em relação aos seus valores de produtivismo, economicismo, individualismo e consumismo. Evidentemente, há um terreno comum entre Indignados/Occupy e o movimento do decrescimento: a reivindicação de uma transformação sistêmica, como na maioria das perspectivas do decrescimento, combina-se com a percepção de uma crise multidimensional sistêmica, que inclui dimensões (de valor) não apenas **políticas** e econômicas, mas também ecológicas e culturais. Em vez de protestar pela retomada do **crescimento**, ambos demandam modelos socioeconômicos diferentes nos quais as propostas de decrescimento estejam combinadas com apelos de justiça redistributiva e social (Asara, 2014). A política prefigurativa do movimento e suas significações imaginárias, como ocupações, acampamentos e retomada de praças públicas, as **hortas urbanas**, as cozinhas coletivas e limpezas dos espaços ocupados, ou as feiras de trocas livres e escambo, também são reivindicações básicas do decrescimento.

A crise atual marca uma virada na frágil aliança entre democracia e **capitalismo** como nós a conhecemos: na verdade, essa aliança parece ter sido bastante conjuntural à relação virtuosa entre o **crescimento** econômico e o estado de bem-estar social, à mediação de partidos políticos de massa e à competição partidária (Offe, 1984; Macpherson, 1977). Nesse meio tempo, enquanto a antiga promessa de prosperidade e liberdade ligadas ao **crescimento** econômico já não se sustenta, as políticas destinadas à austeridade como meio para chegar ao **crescimento**, considerado a única solução para a crise, estão pondo em risco a própria democracia.

O programa neoliberal hegemônico, no entanto, parece estar passando por uma crise de legitimidade no que diz respeito à sua capacidade de conso-

lidar um amplo consenso. Ainda é cedo para dizer até que ponto movimentos sociais como Indignados ou Occupy podem começar a construir o núcleo de um bloco contra-hegemônico, mas eles podem vir a ser o trampolim para uma transformação de longo prazo, devido à sua receita original: a fusão bem sucedida de formas conflitivas de oposição com práticas criativas, nas quais alternativas viáveis são experimentadas e aperfeiçoadas coletivamente, a abertura pluralista de processos de decisão que possam se tornar uma plataforma para um consenso maior, a articulação compartilhada e contínua de um sistema de valores alternativo e a capacidade de estabelecer redes e comunicações globais. Suas “políticas prefigurativas” que tentam construir visões alternativas de sociedade no “aqui e agora” têm um potencial forte e atrativo.

## REFERÊNCIAS

- ASARA, V. The Indignados movement: framing the crisis and democracy. *Sociology*, 2014. No prelo.
- DELLA PORTA, D. *Can democracy be saved?* Cambridge: Polity Press, 2013.
- MacPHERSON, C. B. *The life and times of liberal democracy*. Oxford: Oxford University Press, 1977.
- OFFE, C. *Contradictions of the welfare State*. London: Hutchinson & Co., 1984.

# MOEDAS SOCIAIS

*Kristofer Dittmer*

O **dinheiro** costuma ser definido por meio de suas três funções principais: unidade de contabilidade, meio de troca e reserva de valor. As moedas são o meio para a função de troca. As moedas sociais (MSS) são **dinheiro** não convencional, ou seja, que não está sendo declarado por qualquer governo nacional como moeda legal. As MSS são criadas para uma ampla variedade de fins. Com conotações variáveis, também são chamadas, muitas vezes, de moedas alternativas, complementares ou locais. Não é aconselhável tentar fazer uma definição rígida, mas os termos se referem a moedas que são criadas principalmente pela sociedade civil e, por vezes, por autoridades públicas, e circulam em níveis subnacionais.

Desde o início da década de 1980, tem havido experimentações em todo o mundo com moedas sociais, em uma escala sem precedentes desde a Grande Depressão. Os cinco tipos contemporâneos mais importantes são LETS (normalmente, Sistemas ou Esquemas Locais de Intercâmbio, na sigla em inglês), bancos de tempo, HOURS, moedas de feiras de escambo e moedas locais conversíveis (ver North, 2010, para uma introdução do tamanho de um livro). Muitas delas se espalharam pelo movimento verde internacional, para o qual incorporam princípios verdes como “pequeno é bonito” e economia de base social. No entanto, o legado ideológico das moedas sociais remonta pelo menos às tentativas dos socialistas utópicos do século XIX, Owen e Proudhon, de construir mercados mais progressistas por meio de inovações monetárias. A experimentação contemporânea com moedas sociais dentro da esquerda pode ser entendida como parte da sua reavaliação de abordagens de mercado, tendo em conta o fracasso do planejamento central nos países socialistas. As moedas sociais também são defendidas por libertários de direita na tradição de E. C. Riegel, embora mais provavelmente com outros nomes, como “sistemas de crédito mútuo”.

A relevância das moedas sociais para o decrescimento depende do que se entende por este. Em certo sentido, o decrescimento pode ser pensado como um afastamento intencional em relação à sociedade baseada no **crescimento**, destinado a prevenir mais destruição ambiental e sofrimento humano. Em outra possibilidade, no contexto de uma crise de longo prazo do **capitalismo** global, manifestada na forma de níveis de **crescimento** cronicamente deficientes (um cenário que muitos defensores do decrescimento consideram provável em um futuro não muito distante), o decrescimento pode ser imaginado como uma adaptação socialmente equitativa a uma sociedade sem **crescimento**. Como a experimentação contemporânea com moedas sociais tem ocorrido dentro dos altos e baixos comuns ao **capitalismo**, seu histórico atual é mais relevante para o primeiro cenário anterior do que para o segundo. De acordo com esse histórico, as moedas sociais não têm facilitado muito qualquer afastamento voluntário do caminho do **crescimento**. Seu potencial de decrescimento intencional pode ser avaliado em relação a quatro critérios, que estão entre as motivações mais comuns para criar e participar de sistemas de moedas sociais: *construção de comunidade*, ou seja, a ressurreição e a melhoria de redes sociais locais; promoção de *valores alternativos* mediados pelo intercâmbio econômico (ou seja, questionar valores dominantes de raça, classe, gênero e natureza); facilitação de *meios de subsistência alternativos*, nos quais uma maior autodeterminação sobre a atividade produtiva enfraqueça o imperativo de procurar emprego independentemente de suas consequências ambientais; e *ecolocalização*, ou seja, a localização ecológica e politicamente motivada das redes de produção e consumo. Uma recente revisão da literatura acadêmica sobre LETS, bancos de tempo, HOURS e moedas locais conversíveis descobriu que a base para defendê-las como ferramentas para o decrescimento intencional era muito frágil, a julgar por seu desempenho em relação a esses quatro critérios (Dittmer, 2013).

A relevância das moedas sociais para o decrescimento no segundo sentido é mais especulativa, já que não há precedente para uma crise de longo prazo do **capitalismo**. A experiência existente sugere que as moedas sociais podem cumprir um papel em situações em que maiores restrições ao acesso popular ao **dinheiro** convencional geram necessidades generalizadas não atendidas, juntamente com capacidades produtivas ociosas. A utilidade das redes de moeda de escambo para milhões de argentinos durante a crise de 2001-2002 é um caso desses (ver, por exemplo, Gómez, 2009; North, 2007). No entanto, essas redes se basearam, em grande parte, no intercâmbio de segunda mão de bens domésticos da classe média, acumulados em anos anteriores de riqueza relativa, e ficaram sobrecarregadas e entraram em colapso, em parte, porque essa capacidade não utilizada tinha se exaurido. Felizmente, o governo introduziu importantes políticas de assistência nessa

fase da crise. A atenuação de uma crise mais longa, em que se podem esperar políticas de assistência mais fracas, exigiria um impacto positivo muito maior sobre os setores produtivos mais amplos do que aquele obtido pelas moedas de escambo argentinas.

Um grande desafio à adoção de moedas sociais por setores produtivos formais é superar a contradição entre o maior acesso a recursos que vem com a circulação em grande escala e as dificuldades de gestão da moeda. Em todo o mundo, moedas sociais só escaparam dessa contradição, de forma limitada, respaldando a oferta monetária com **dinheiro** convencional, uma solução inviável em uma situação de escassez de dinheiro. Na Argentina, as moedas de grande circulação que tinham servido à esmagadora maioria dos participantes entraram em colapso com a hiperinflação, por má gestão monetária combinada com falsificação generalizada. Como isso ilustra, grandes sistemas monetários exigem grandes quantidades de recursos financeiros e organizacionais, e se pode generalizar e dizer que os sistemas estáveis têm sido historicamente promovidos por Estados (ver, também, **dinheiro público**). Isso deixa pouco espaço para a manutenção de sistemas monetários materialmente significativos em uma posição de resistência contra o Estado. No entanto, na Argentina, algumas redes menores conseguiram continuar, apesar do colapso das maiores, mas, naquele momento, a pior fase da crise já tinha passado, de modo que essas redes só foram úteis a algumas pessoas, muitas vezes por razões sociais e não econômicas. Em uma crise de longo prazo, talvez essas redes menores pudessem cumprir um papel mais duradouro. Seu potencial para a gestão democrática, em contraste com grandes redes incontroláveis, sustentará sua atração a muitos defensores do decrescimento. Em um cenário de crise de longo prazo do **capitalismo**, em que grandes populações fossem deixadas para se defender sozinhas, as moedas sociais, supérfluas aos interesses de governos e capitalistas, poderiam se tornar especialmente úteis.

## REFERÊNCIAS

- DITTMER, K. Local currencies for purposive degrowth? A quality check of some proposals for changing money-as-usual. *Journal of Cleaner Production*, v. 54, p. 3-13, 2013.
- GÓMEZ, G. M. *Argentina's parallel currency: the economy of the poor*. London: Pickering & Chatto, 2009.
- NORTH, P. *Local money: how to make it happen in your community*. Totnes: Transition Books, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Money and liberation: the micropolitics of alternative currency movements*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

# NEORRURAIS

*Rita Calvário e Iago Otero*

Os e as neorrurais são pessoas sem origem rural que migram da cidade para o campo para adotar um estilo de vida agrário ou artesão radicalmente novo. Suas motivações estão ligadas à busca por um estilo de vida mais simples, autossuficiente, autônomo (livre do trabalho assalariado e de relações com o mercado), próximo à natureza e ecológico. Elas fazem isso seguindo uma crítica à cultura materialista predominante, práticas agrícolas modernas e a globalização dos sistemas agroalimentares. Os e as neorrurais veem sua opção como um projeto de estilo de vida e uma forma de transição social à sustentabilidade ecológica. Isso explica por que as pessoas neorrurais podem ser consideradas atores de uma estratégia diversificada de transformação socioecológica rumo a um futuro de decrescimento.

A pequena agricultura orgânica, a realocação da produção e do consumo, as economias e as redes alternativas são algumas das qualidades associadas ao “rural” pelas pessoas neorrurais. Essas qualidades estão em conflito com outras representações da ruralidade (por exemplo, visões baseadas no agronegócio). Mesmo que as “ruralidades radicais” muitas vezes adotem uma divisão entre rural e urbano em sua estrutura discursiva, são comuns as conexões com a “cidade” por meio de economias e redes alternativas.

O retorno à terra não é algo novo na história ocidental. Desde o advento do **capitalismo**, o “campo” tem desempenhado um papel de crítica à abstração racionalista, à **mercantilização** da terra e do trabalho, ao Estado e à política modernos, à alienação individual e à dissolução dos laços sociais. Essas críticas – que têm uma importante presença no discurso do decrescimento – foram expressas de maneiras diferentes por diferentes atores ao longo do tempo. Por exemplo, o campo tem sido um lugar para certa elite rural lamentar um passado perdido ou para buscas utópicas, socialistas ou libertárias de uma nova ordem social. O campo tem sido ainda um refúgio em relação às condições

degradantes do trabalho industrial e da vida urbana. Os Estados também promoveram a migração da cidade ao campo, o **capitalismo** agrário em pequena escala ou um “campesinato” não diferenciado, como forma de transferir o custo da reprodução social por meio de autoabastecimento, redução de gastos com assistência social e combate à agitação urbana durante períodos de crise.

As décadas de 1960 e 1970 são de importância considerável para os ideais neorrurais, a reestruturação do **capitalismo** e a transformação dos espaços rurais. Os movimentos sociais hippies e de maio de 1968 levaram a uma ascensão das pessoas neorrurais, paralela ao processo mais amplo de contraurbanização, ou seja, a emigração dos habitantes urbanos às áreas rurais, atraídos por uma melhor qualidade de vida, mas sem qualquer motivação contracultural. O neorruralismo fez eco à crescente consciência ambiental, à reação ao consumismo e aos discursos sobre os limites ao **crescimento** após a crise energética dos anos 70. Foi inspirado por um retorno tanto à “natureza” quanto a uma sociedade rural idealizada, como forma de rejeitar o fetichismo da mercadoria, a alienação do trabalho assalariado e os valores modernos de progresso e avanço tecnológico. Várias dessas experiências e comunas neorrurais terminaram devido a conflitos internos, desilusões, **dívidas** e pobreza, enquanto outras prosperaram e existem ainda hoje.

A persistência do movimento neorrural pode ser parcialmente explicada pelo seu envolvimento em um campo cada vez mais transformado em lugar de lazer para uma população urbana. As zonas rurais mudaram como resultado do **crescimento** de uma economia de serviços e de estilos de vida e cultura consumistas. Paradoxalmente, o movimento neorrural pode ter funcionado como pioneiro da gentrificação e da **mercantilização** rurais, facilitando a (re)produção da “natureza” e da “ruralidade”, valorizadas para novas demandas de consumo. A integração das atividades de neorrurais inicialmente radicais a novos mercados e o acesso a financiamento do Estado para recriar um ambiente rural nostálgico foram algumas das formas como foi assimilado. Essa cooptação remonta de modo mais amplo à forma como a crítica à alienação da vida cotidiana da década de 1960 foi resgatada em um “novo espírito do **capitalismo**” que surgiu a partir de meados dos anos 1970. Ideias como **autonomia**, rede, criatividade, flexibilidade, iniciativa individual e liberdade foram integradas ao discurso (neoliberal) dominante. A perda do etos anticapitalista prejudicou o poder de crítica social das pessoas neorrurais.

As pessoas neorrurais se sustentaram de outras maneiras: a ascensão das economias e das redes alternativas funcionou como modo de contestação de sistemas agroindustriais cada vez mais globalizados. Alguns autores argumentam que estas alternativas criam espaços fora do **capitalismo**, construindo redes de contrapoderes locais que resistem e subvertem a sua

hegemonia ideológica. Essa visão nos permite olhar para as experiências e os projetos dos e das neorrurais como formas de construir **imaginários** de uma sociedade (pós-capitalista) do decrescimento. Outros, no entanto, afirmam que as alternativas que reforçam as noções de soberania de consumo, incapacidade do Estado e comunidades autossuficientes e ordenadas estão reproduzindo subjetividades e práticas neoliberais. Ou que viver em um mercado capitalista altamente competitivo faz com que os projetos alternativos tenham muita dificuldade de preservar as diferenças que pretendem ter. Outra crítica ainda é que, por permanecerem pequenas, locais e marginais, essas iniciativas não conseguem desafiar os canais convencionais de produção e distribuição, assim como as causas fundamentais do acesso social desigual a alimentos de alta qualidade. O autoabastecimento em nível micro também pode facilitar o acúmulo contínuo de capital em um nível mais macro.

Pessoas neorrurais têm potencial para transformar o modelo agroalimentar dominante e um campo cada vez mais mercantilizado, o que os torna atores de uma transição ao decrescimento. O desafio é transcender sua condição de ser apenas uma fração residual do sistema agroalimentar e do espaço rural. Para isso, e para evitar o risco de cooptação, a ação **política** rumo à emancipação social que envolve alianças estratégicas com outros movimentos parece crucial. Mais do que o formato das experiências locais, o que conta é sua direção. Abrir pequenas janelas de libertação pode ser importante para alimentar **imaginários** do decrescimento e capacitar indivíduos, mas a construção da emancipação como uma possibilidade concreta envolve uma luta coletiva mais ampla e articulada. As redes de experiências locais podem aqui cumprir um papel relevante. A ação em rede tem sido importante nas lutas contra a especulação da terra, a privatização de recursos, a gentrificação e a **mercantilização** rurais, e a expansão do agronegócio. Esse trabalho em rede tem ampliado a capacidade de resistência das populações locais. Recuperar os **recursos comuns** é uma questão central para esses movimentos sociais baseados na terra. Mais do que defender seus próprios interesses, isso deve ser visto como uma visão rumo a transcender as relações capitalistas de propriedade privada e a reconectar os habitantes locais com seus territórios.

## REFERÊNCIAS

- BOYLE, P.; HALFACREE, K. (Org.). *Migration into rural areas: theories and issues*. Chichester: John Wiley & Sons, 1998.
- BROWN, D. *Back-to-the-land: the enduring dream of self-sufficiency in modern America*. Madison: University of Wisconsin Press, 2011.

HALFACREE, K. (Org.). Back-to-the-land in the twenty-first century: making connections with rurality. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 98, n. 1, p. 3-67, 2007.

JACOB, J. *New pioneers: the back-to-the-land movement and the search for a sustainable future*. Philadelphia: The Pennsylvania State University Press, 1997.

WILBUR, A. Growing a radical ruralism: back-to-the-land as practice and ideal. *Geography Compass*, v. 7, p. 149-160, 2013.

# NOVA ECONOMIA

*Tim Jackson*

A sociedade está diante de um profundo dilema: resistir ao **crescimento** é arriscar um colapso econômico e social, mas buscá-lo incessantemente é colocar em perigo os ecossistemas dos quais dependemos para sobreviver no longo prazo. A resposta à recessão foi um apelo onipresente para reativar os gastos dos consumidores e dar um pontapé inicial no **crescimento**. Todos aqueles inclinados a questionar o consenso foram rapidamente criticados como revolucionários cínicos ou luditas modernos.

Com essa ameaça de um suposto bicho-papão pairando sobre nós, dar um pontapé inicial no **crescimento** parece ser a coisa mais lógica a fazer. E o mais próximo que chegamos de fazer algo que não o de sempre era a possibilidade de que, de alguma forma, a partir da crise, pudéssemos criar um “motor diferente de **crescimento**”, como disse Achim Steiner, do Programa Ambiental da ONU. O crescimento verde se tornou o santo graal da recuperação econômica.

Essa ideia ainda é essencialmente um apelo à dissociação (ver **desmaterialização**). O **crescimento** continua, enquanto o uso intenso de recursos (e, com sorte, o rendimento) diminui. Mas há uma espécie de esboço de como pode ser uma economia alternativa – pelo menos na ideia de uma economia verde, diferente dos sonhos tecnológicos de dissociação – que, de alguma forma, esperam milagrosamente conseguir reduzir as emissões de carbono de cada dólar de produção em 130 vezes até 2050, em um mundo de 9 bilhões de pessoas, todas aspirantes a estilos de vida ocidentais. Isso nos dá uma ideia sobre o que as pessoas estão comprando e o que as empresas estão vendendo nessa nova economia. Seu conceito fundador é a produção e a venda de “serviços” desmaterializados, em vez de “produtos” materiais.

É evidente que um certo **desenvolvimento** ocidental ocorrido nas últimas décadas não pode ter se caracterizado apenas por “economias baseadas em serviços”. Em sua maior parte, ele foi alcançado reduzindo a indústria

pesada, continuando a importação de bens de consumo do exterior e expandindo serviços financeiros para pagar por eles.

Sendo assim, o que exatamente constitui a atividade econômica produtiva nessa nova economia? Certamente, a venda de “serviços energéticos” em vez de estoques de energia. Vender mobilidade em vez de carros. Reciclar, reusar, alugar, talvez aulas de ioga, talvez cortes de cabelo, **hortas urbanas**: desde que não sejam realizados usando prédios, não envolvam a última moda e você não precise de um carro para chegar a eles. A humilde vassoura deveria ser privilegiada em detrimento do diabólico “soprador de folhas”, por exemplo.

A questão fundamental é: pode-se realmente ganhar **dinheiro** suficiente com essas atividades para manter uma economia em **crescimento**? A verdade é que nós simplesmente não sabemos. Nunca, em momento algum da história, nós vivemos nessa economia. Soa suspeito, como algo que o *Independent on Sunday* iria desconsiderar imediatamente como uma economia baseada no yurt dos pastores nômades – sendo que os yurts estão cada vez mais caros.

Mas isso não significa que devemos descartar completamente a visão que está por trás disso. Independentemente de como for a nova economia, as atividades econômicas de baixo carbono, que empregam pessoas de maneiras que contribuam significativamente para o florescimento humano, têm que ser a base dela. Disso não restam dúvidas.

Então, em vez de partir do pressuposto do **crescimento**, talvez devêssemos começar identificando como queremos que seja e se comporte uma economia sustentável. É claro que alguma forma de estabilidade – ou resiliência – é importante. Economias em colapso ameaçam a prosperidade humana imediatamente. Sabemos que a igualdade é importante. Sociedades desiguais estimulam a competição improdutiva por status (ver **limites sociais do crescimento**) e prejudicam o bem-estar não só diretamente, mas também ao desgastar o nosso sentido de cidadania compartilhada.

O trabalho – e não apenas o emprego remunerado – ainda é importante nessa nova economia, é vital por todos os tipos de razões. Para além da contribuição óbvia do emprego remunerado à subsistência das pessoas, o trabalho faz uma parte da nossa participação na vida da sociedade. Por intermédio dele, criamos e recriamos o mundo social, e encontramos um lugar confiável nele.

Talvez mais vital do que qualquer outra coisa, a atividade econômica deve permanecer ligada ao fator ecológico. Os limites de um planeta finito precisam ser codificados diretamente em seus princípios de trabalho. A valoração dos serviços ecossistêmicos, a sensibilidade ecológica das contas nacionais, a identificação de uma função de produção de orientação ecológica – todos provavelmente serão essenciais para o desenvolvimento de um marco econômico sustentável.

E em nível local, é possível identificar alguns princípios operacionais simples que essas novas atividades econômicas precisam cumprir. Chamemos a essas atividades ecológicas de empreendimentos, caso elas cumpram três critérios simples:

- contribuir de forma positiva para o florescimento humano;
- apoiar a comunidade e proporcionar meios de vida dignos;
- usar o mínimo possível de materiais e de energia.

Observe que não são apenas os resultados da atividade econômica que devem dar uma contribuição positiva ao florescimento; também a forma e a organização dos nossos sistemas de abastecimento. O empreendimento ecológico precisa trabalhar com a essência da comunidade e o bem social de longo prazo, e não contra ele.

Curiosamente, o empreendimento ecológico tem uma espécie de precursor. As sementes da nova economia já existem, em projetos de energia comunitários, feiras de agricultores locais, **cooperativas** de comida lenta (*slow-food*), clubes esportivos, bibliotecas, centros comunitários de saúde e ginástica, serviços locais de consertos e manutenção, oficinas de artesanato, cursos de escrita, esportes aquáticos, música e teatro comunitários, e treinamento e habilidades em nível local. E sim, talvez até ioga (ou artes marciais ou meditação), cabeleireiro e jardinagem.

As pessoas muitas vezes adquirem uma sensação maior de bem-estar e realização como produtoras e como consumidoras dessas atividades do que jamais obtêm da economia de supermercado, materialista e sem tempo, na qual gastam a maior parte de suas vidas. Portanto, é irônico que esses empreendimentos sociais de base comunitária quase não contem na economia atual. Eles representam uma espécie de economia Cinderela, que fica negligenciada nas margens da sociedade de consumo.

Alguns deles quase nem são registrados como atividades econômicas em um sentido formal. Às vezes, empregam pessoas em meio expediente ou mesmo como voluntárias, e suas atividades costumam demandar muita mão de obra. Então, se elas dão alguma contribuição ao **PIB**, o crescimento da produtividade do trabalho é naturalmente “sombrio” – na linguagem da ciência sombria. Se começássemos a mudar no atacado, para padrões de serviços desmaterializados, não levaríamos imediatamente a economia a um impasse, mas teríamos reduzido em muito o **crescimento**.

Estamos nos aproximando perigosamente da loucura no coração da economia de consumo obcecada pelo **crescimento**, que se caracteriza por alto consumo de recursos. Temos aqui um setor que poderia proporcionar trabalho significativo, oferecer às pessoas capacidades para florescer, contribuir positi-

vamente para a comunidade e ter uma boa chance de ser materialmente leve. Mesmo assim, é denegrado como inútil porque está, de fato, empregando pessoas.

Essa resposta mostra o fetiche da produtividade do trabalho pelo que ele é: uma receita para desgastar trabalho, comunidade e meio ambiente. É claro que as melhorias de produtividade do trabalho nem sempre são ruins. Há lugares onde ela visivelmente faz sentido para substituir o trabalho humano, principalmente onde a própria experiência de trabalho é ruim. Mas a ideia de que o insumo de mão de obra é sempre e necessariamente algo a ser minimizado vai contra o senso comum.

Na verdade, há uma razão muito boa para que os serviços desmaterializados não gerem **crescimento** da produtividade: para muitos deles, é a contribuição humana que gera valor. A busca da produtividade da mão de obra em atividades cuja integridade depende da interação humana prejudica sistematicamente a qualidade do que se produz.

Além de tudo isso, o próprio trabalho é uma das maneiras pelas quais os seres humanos participam significativamente da sociedade. Reduzir nossa capacidade de fazer isso – ou reduzir a qualidade da nossa experiência ao fazê-lo – é um golpe direto no florescimento. Nessas circunstâncias, a busca incessante da produtividade do trabalho não faz absolutamente nenhum sentido.

Então, em resumo, parece que aqueles que pedem um novo motor do **crescimento**, baseado em serviços desmaterializados, estão realmente avançando em alguma direção, mas podem ter perdido de vista um aspecto vital. A ideia de que uma economia cada vez mais baseada em serviços poderia (ou deveria) proporcionar produção econômica cada vez maior simplesmente não se sustenta.

Por outro lado, fizemos alguns progressos claros. Essa nova economia “Cinderela” realmente oferece uma espécie de esboço para um tipo diferente de sociedade. Novos empreendimentos ecológicos proporcionam capacidades para florescer. Eles oferecem os meios para uma subsistência e para a participação na vida da sociedade. Eles proporcionam segurança, um sentimento de pertencimento e a capacidade de participar de um esforço comum e ainda ir em busca de nosso potencial como seres humanos individuais, ao mesmo tempo em que oferecem uma boa chance de permanecer na escala ecológica. A próxima economia realmente significa convidar a Cinderela para o baile.

## REFERÊNCIA

JACKSON, T. *Prosperity without growth: economics for a finite planet*. London: Earthscan, 2009.

# NOWTÓPICOS

*Chris Carlsson*

Fuçadores, inventores e espíritos improvisadores, que trazem uma abordagem artística a tarefas importantes que são ignoradas ou desvalorizadas pela sociedade de mercado, são o que eu chamo de nowtópicos. Enraizada em práticas surgidas nas últimas décadas, a relação dos nowtópicos com o trabalho destaca um importante fio condutor na política de classe autoemacipatória, que vai além da tradicional arena do trabalho assalariado. Essas práticas incluem atividades como agricultura/**hortas urbanas, cooperativas** de consertos de bicicletas do tipo “faça você mesmo”, muitas vezes chamadas de “sopão comunitário da bicicleta,” coletivos de hackers que desenvolvem ferramentas de software livre e ampliam e aprimoram as comunicações sociais, fabricantes de roupas recicladas, **cooperativas** de biocombustíveis e muito mais. Uma característica de muitas dessas atividades é que as pessoas estão levando seu tempo e seu conhecimento tecnológico para fora do mercado e – trabalhando de graça – reapropriando-se do fluxo de resíduos do **capitalismo** moderno ao mesmo tempo em que usam as tecnologias de maneiras inesperadas. Visto em um nível mais amplo, estão inventando os alicerces sociais e tecnológicos para uma forma pós-capitalista de vida. Mais e mais pessoas, reconhecendo a degradação inerente às relações comerciais, estão criando redes de atividades que recusam a medida do **dinheiro**. As atividades nowtópicas cruzam caminhos com o movimento do decrescimento na prática, mesmo que isso não seja declarado explicitamente. Ao levar seu tempo e seu conhecimento tecnológico para fora do mercado e decidir, elas próprias, a que dedicar seus esforços, as pessoas estão provocando um curto circuito na lógica da sociedade de mercado que depende do **crescimento** incessante. Estão, como é o lema do decrescimento, “saindo da economia”. O uso em comum que elas fazem de materiais descartados e reciclados obtidos a partir do fluxo de resíduos do **capitalismo** também

demonstra um redirecionamento à atividade produtiva que é, por definição, não “**crecimento**”.

O trabalho autogerido e exercido fora da esfera da mão de obra assalariada pode ser mais bem compreendido em termos de classe e, em última análise, de uma sociedade sem classes. Os dois componentes cruciais são o *tempo* e a *tecnosfera*. As pessoas estão engajadas em atividades que acontecem fora de seus empregos, no chamado tempo “livre”. Essas práticas, que costumam ser muito demoradas e extenuantes, exigem compartilhamento e ajuda mútua, e constituem o início de novos tipos de comunidades. Isso representa uma “recomposição” da classe trabalhadora, mesmo que a maioria dos participantes não adote esse marco. Como essas pessoas estão envolvidas na apropriação criativa de tecnologias para propósitos que são de concepção e escolha próprias, essas atividades encarnam a transcendência (parcial) da prisão do trabalho assalariado por “trabalhadores” que têm coisas melhores para fazer do que seus empregos. Ao ser libertadas das amarras coercitivas do trabalho assalariado e de hierarquia arbitrária, as pessoas *trabalham muito*. São fuçadores e ferreiros que trabalham nos fluxos de resíduos e espaços abertos do **capitalismo** tardio, evocando novas práticas enquanto redefinem o propósito da vida.

Em uma sociedade que se celebra perpetuamente como democrática, raramente se ouve debate público sobre o nosso maior segredo público, o trabalho. Não há qualquer controle público sobre as decisões fundamentais que moldam nossas vidas – sobre *qual* trabalho é feito, *como* é feito, com *quem* vamos trabalhar ou, mais amplamente, a natureza da pesquisa científica, os tipos de tecnologias que podemos escolher ou recusar (dependendo de uma divulgação pública das consequências de várias escolhas) e assim por diante. É nessa profunda separação que surge a classe, a separação da maioria de nós em relação ao mundo que (re)produzimos com o nosso trabalho compartilhado.

Envolvendo-se com a tecnologia de forma criativa e experimental, os nowtópicos travam uma guerrilha pelos rumos da sociedade. Em muitos comportamentos e de maneiras pequenas e “invisíveis”, eles estão tornando a vida melhor agora, mas também estabelecendo o alicerce técnico e social para um verdadeiro movimento de libertação em relação à vida de mercado.

À medida que o **capitalismo** continua seu impulso inexorável para cercar cada centímetro quadrado do planeta dentro de sua lógica de **dinheiro** e mercados, ao mesmo tempo em que procura colonizar até os nossos pensamentos e controlar nossos desejos e comportamentos, surgem novas práticas que redefinem a **política** e a abertura de espaços de imprevisibilidade. Em vez de formas **políticas** tradicionais, como **sindicatos** ou partidos, as pessoas estão se unindo em projetos práticos.

A mesma criatividade e o mesmo gênio criativo atribuídos equivocadamente ao capital e às empresas estão sendo aplicados à ecologia planetária. Ações locais diante de catástrofes globais que estão se desenrolando (muitas delas evitáveis, se realmente tentássemos), amigos e vizinhos estão redesenhando muitas das bases tecnológicas cruciais da vida moderna. Esses novos desenhos são feitos por meio de programas de “pesquisa e desenvolvimento” em garagens e fundos de quintal, entre amigos que usam os detritos da vida moderna. Nossos **recursos comuns** contemporâneos tomam a forma de bicicletas descartadas e óleo vegetal usado em frituras, de terrenos baldios e conexões abertas de internet. “Mercados realmente livres,” antimercadorias, festivais e serviços gratuitos são produtos imaginativos de uma antieconomia, provisoriamente em construção por pessoas livremente cooperativas e inventivas. Elas não estão esperando por uma mudança institucional a partir de cima; elas estão se dedicando a construir o novo mundo na casca do velho.

O que vemos no movimento nowtópico não é uma luta pela emancipação dentro da divisão capitalista do trabalho (que é o melhor que se poderia esperar da estratégia dos **sindicatos**, se lhes dêssemos o benefício da dúvida). Em vez disso, vemos as pessoas respondendo ao excesso de trabalho e ao vazio de uma vida bifurcada que é imposta no mercado precário orientado ao **crescimento**. Elas buscam se emancipar da condição de meros trabalhadores. Para uma minoria cada vez maior de pessoas, a rotina interminável de consumismo e excesso de trabalho é algo de que elas estão *trabalhando* para escapar. Assim, para muitas pessoas, o tempo é mais importante do que **dinheiro**. O acesso a bens tem sido o principal incentivo para obedecer à ditadura da economia, mas, em bolsões aqui e ali, está se rompendo o fascínio de riqueza material oca e, com ela, a disciplina imposta pela vida econômica.

Essa também é a essência básica de uma **política** de decrescimento. A lógica incessante imposta pela economia sem rosto encontra rejeição na afirmação diária da subjetividade e da produtividade criativa que ocorre fora da economia monetária. O decrescimento, neste contexto, não significa o fim do bem-estar material, mas uma reorganização autoconcebida da atividade humana para que possamos trabalhar menos, desperdiçar menos, ter tudo de que precisamos e que queremos, e aproveitar a vida ao máximo. As únicas pessoas que podem reorganizar a vida dessa maneira são as que hoje se levantam e produzem uma sociedade capitalista global – em outras palavras, só podemos fazer isso juntos. Recuperar o controle sobre o que fazemos e como o fazemos é o primeiro passo da rotina do **crescimento** incessante, o primeiro passo crucial para uma sociedade que adote o decrescimento.

## REFERÊNCIAS

CARLSSON, C. *Nowtopia: iniciativas que estão construindo o futuro hoje*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

GORZ, A. *Farewell to the working class: an essay on post-industrial socialism*, Boston: South End Press, 1982.

\_\_\_\_\_. *Reclaiming work: beyond the wage-based society*. Malden: Blackwell Publishers Inc., 1999.

HOLLOWAY, J. *Change the world without taking power: the meaning of revolution today*. New York: Pluto Press, 2002.

\_\_\_\_\_. *Crack capitalism*. New York: Pluto Press, 2010.

# RECURSOS COMUNS DIGITAIS

*Mayo Fuster Morell*

Com a adoção das tecnologias da informação e comunicação (TICS), comunidades de indivíduos estão indo em busca de objetivos comuns e construindo recursos colaborativamente, através da comunicação mediada tecnologicamente (Benkler, 2006). Definimos como recursos comuns digitais (RCD) essas “comunidades de criação na internet” (CCI) que compartilham recursos de informação e conhecimento digitais não exclusivos, criados coletivamente. Geralmente, esses recursos são de propriedade e/ou usados livremente entre a comunidade, e também estão disponíveis para uso por terceiros. Eles são usados e reusados, mas não trocados na forma de mercadorias. As pessoas que fazem parte de uma comunidade que está construindo e compartilhando recursos comuns digitais podem intervir na governança de seus processos de interação e dos recursos compartilhados (Fuster Morell, 2010).

A primeira raiz da comunidade de recursos comuns digitais é a cultura hacker. A ética hacker é caracterizada por uma paixão por criar e compartilhar conhecimentos. Na década de 1950, a maioria dos softwares circulava livremente entre os desenvolvedores, mas, nos anos 70, um sentido de propriedade começou a crescer em relação a eles. A fim de preservar o caráter livre do software, Richard Stallman (fundador do movimento do Software Livre) estabeleceu a “Licença Pública Geral”, um marco jurídico para o software livre. Outra raiz dos RCD e da cibercultura mais geral é o movimento contracultural dos anos 60 (Turner, 2006). As comunidades **neorrurais** estiveram entre as primeiras a enxergar um uso social para a internet, e criaram comunidades “virtuais”, como The Well, que influenciou a cultura digital. O **ambientalismo** e a ecologia foram inspirações importantes – presentes na linguagem, na terminologia e no pensamento ecossistêmico das comunidades da internet.

A disseminação da internet e dos computadores pessoais reduziu barreiras, e surgiram expressões de uma nova “cultura livre”, com o objetivo de

criar conteúdo cultural e gerar acesso universal ao conhecimento de forma colaborativa. O exemplo mais conhecido é a Wikipédia.

Outro importante caso de compartilhamento de arquivos e arquitetura entre pares (p2p) que facilita o acesso e o intercâmbio de produtos culturais é o sueco Pirate Bay. Os ideais dos RDC também chegaram ao mundo científico, com lutas pelo acesso a medicamentos antirretrovirais para o tratamento de HIV/aids na África do Sul durante a década de 90 e o movimento para resgatar o caráter público da pesquisa por meio de acesso livre, como a Public Library of Science, um conjunto de revistas científicas de acesso livre.

Por fim, os movimentos sociais contra as “patentes de software” conseguiram interromper a criação dessas patentes na Europa. Um enorme leque de esforços legislativos para colocar a internet sob controle de interesses empresariais foi contido na Europa e em outros lugares.

Depois do colapso das empresas “ponto-com”, em 2001, surgiu um novo modelo comercial – conhecido posteriormente como economia da informação, Web 2.0 ou Wikinomics – baseado na prestação de serviços e infraestruturas de colaboração on-line (Tapscott e Williams, 2007). Entre os exemplos estão o YouTube, oferecido pelo Google, e o Flickr (uma plataforma de compartilhamento de fotos), do Yahoo. Esses sites popularizaram infraestruturas colaborativas on-line, mas alteraram as condições de seu uso, passando de uma lógica de recursos comuns a outra em que as empresas são os principais fornecedores. Nos recursos comuns digitais, como a Wikipedia, a comunidade está envolvida no fornecimento de infraestrutura e tem mais controle sobre o desenho do processo. Sob a lógica empresarial, a maioria das fontes de controle está nas mãos do fornecedor de infraestrutura, e a comunidade de usuários, em grande parte, é impotente. Por exemplo, no Flickr, a comunidade não tem controle sobre o desenho da plataforma, não participa do mecanismo de tomada de decisões do site e não pode definir as regras que regem a interação da comunidade.

Há várias semelhanças entre o decrescimento e o movimento dos recursos comuns digitais. Ambos questionam o paradigma dominante do consumo. Os recursos comuns digitais promovem a figura do “prossumidor” (produtor-consumidor), um indivíduo que participa da comunidade on-line e “consome” valor, mas também produz valor. Produtos e valor não são mercadoria; são acessíveis como serviços públicos. Na verdade, os recursos comuns digitais concretizam o chamado do decrescimento à desmercantilização. Além disso, nos recursos comuns digitais, o acesso ao valor criado é aberto, além de universalmente acessível (sem estabelecer mecanismos de discriminação além de conexão à internet e “visibilidade”). Por fim, a produção ou a criação do recurso comum não são impulsionadas por motivações comerciais e contratos de trabalho, mas pelo engajamento voluntário. O acesso ao valor produzido

é separado de sua produção. Alguns setores do movimento dos recursos comuns digitais também reivindicam uma **renda básica** ou promovem moedas sociais on-line (ver **moedas sociais**) para reduzir a dependência em relação à troca monetária. Os adeptos dos recursos comuns digitais, assim como os decrescentistas, são críticos em relação à publicidade e resistem a ela (ver, por exemplo, a Wikipedia, onde o compromisso de publicidade zero é um dos princípios mais fortes da comunidade on-line).

Além disso, nos RCDs, os meios de produção estão sob o controle das comunidades, com o objetivo de cobrir suas necessidades sociais e sua missão comum, ao contrário do **capitalismo**, no qual eles são de propriedade privada e visam ao lucro. Nos RCDs, a informação e o conhecimento são concebidos como parte do nosso patrimônio humano, e o acesso ao conhecimento é um direito humano. Portanto, os RCDs contestam visões neoliberais que tentam restringir o acesso ao conhecimento (por meio de sua privatização ou **mercantilização**).

Diferentemente dos **recursos comuns** tradicionais, as novas tecnologias de informação e comunicação favorecem condições de acesso baseadas na abundância, e não na escassez ou na rivalidade. Por outro lado, os RCDs dependem de uma infraestrutura que consome recursos ambientais (materiais escassos para telefones celulares, eletricidade para os computadores, cabos nos oceanos, campos eletromagnéticos) e contribui para o seu esgotamento. Embora alguns membros do movimento dos recursos comuns digitais sejam sensíveis a questões de impacto ambiental, este não é um problema predominante na agenda do movimento e é algo que ele tem muito a aprender com os decrescentistas. A energética e as limitações de energia tampouco estão presentes nas comunidades de RCDs, que geralmente têm uma visão otimista a respeito das capacidades das melhorias baseadas na cooperação e na comunicação para manter o **desenvolvimento** econômico. No entanto, para além dessas diferenças referentes a questões ambientais ou do **imaginário** baseado em “menos” dos decrescentistas, os RCDs e o decrescimento se aproximam no que se refere à mudança de paradigma na produção de valores e no consumo, à recuperação e à repolitização dos **recursos comuns**.

## REFERÊNCIAS

- BENKLER, Y. *The wealth of networks*. New Haven: Yale University Press, 2006.
- FUSTER MORELL, M. *Governance of online creation communities*. (Tese de doutorado editada) – European University Institute, 2010.
- TAPSCOTT, D.; WILLIAMS, A. *Wikinomics*. New York: Portfolio, 2007.
- TURNER, F. *From counterculture to cyberculture*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

# RENDA BÁSICA E RENDA MÁXIMA

*Samuel Alexander*

Para eliminar a pobreza, as sociedades capitalistas geralmente objetivam fazer crescer o bolo econômico, e não cortá-lo de forma diferente. Contudo, caso a busca do **crescimento** fosse abandonada e se adotasse um processo de contração econômica planejada para o decrescimento, a pobreza teria que ser enfrentada mais diretamente. Entre outras coisas, seria necessária uma reestruturação dos sistemas de propriedade e tributação para redistribuir a riqueza e garantir que todos tivessem o “suficiente” (Alexander, 2011). A Renda Básica e a Renda Máxima são duas políticas que poderiam ajudar a alcançar esses objetivos igualitários importantes, sem depender de **crescimento**.

Embora haja uma variedade considerável de formas de Renda Básica, a ideia central é relativamente simples. Em sua forma idealizada e mais radical, cada pessoa que vive permanentemente em uma nação receberia do Estado um pagamento periódico (por exemplo, quinzenal), que seria suficiente para um indivíduo viver em um padrão mínimo, embora digno, de segurança econômica. Os defensores da proposta geralmente argumentam que o pagamento de uma Renda Básica deve ser *garantido* pelo Estado, *não condicionado* à realização de qualquer trabalho, e *universal*.

Dentro de um sistema de renda básica integralmente desenvolvido, alguns defensores argumentam que outras transferências feitas pelo Estado poderiam ser abolidas – como seguro-desemprego, salários-família, aposentadorias, etc. – já que a concessão da Renda Básica seria suficiente para dar a todos uma subsistência decente, embora mínima. O atual sistema de “seguridade social” se mostrou incapaz de eliminar a pobreza, mesmo nos países mais ricos, de modo que o poder de atração moral de uma Renda Básica reside no quão diretamente ela enfrenta a pobreza. É uma política baseada na ideia de

que a distribuição da riqueza de uma economia deve começar por garantir que todos tenham o “suficiente” para viver com dignidade. A Renda Básica também poderia incluir benefícios não monetários, como serviços de saúde gratuitos ou fornecimento direto de alimentos, roupas e moradia para quem precisar.

A viabilidade de um sistema de Renda Básica costuma ser questionada por duas razões principais (Fitzpatrick, 1999). A primeira objeção é que não condicionar a Renda Básica a qualquer trabalho daria origem a uma sociedade de “parasitas” e acabaria levando a um colapso econômico. Essa objeção, no entanto, decorre de uma concepção discutível sobre os seres humanos. Embora possa ser verdade que haveria algum problema de “proveitadores”, pode-se argumentar que os seres humanos, em geral, são criaturas sociais, que veem mais sentido e gratificação em se envolver no trabalho de sua comunidade do que em estar isolados, ociosos e parasitários em relação a ela. Além disso, mesmo se uma minoria optasse por não contribuir de forma produtiva em qualquer maneira, isso poderia muito bem ser um fardo social tolerável – mais tolerável, pode-se argumentar, do que os níveis de pobreza que existem hoje. Outra possibilidade é que a Renda Básica poderia obrigar a alguma forma de contribuição social, mesmo que estivesse situada fora da “economia formal”.

A segunda objeção que se costuma fazer à Renda Básica diz respeito à sua viabilidade financeira, uma questão pragmática que é obviamente de grande importância. No entanto, esta pode ser mais uma questão de compromisso **político** do que um problema de financiamento, principalmente considerando-se que o Estado tem poder de emitir **dinheiro** para objetivos válidos ou necessários. Para aliviar o fardo sobre o erário e suavizar a transição, uma política possível seria iniciar os pagamentos de Renda Básica em algum nível muito baixo e aumentá-los gradualmente até um nível de subsistência digna. Outra opção seria estabelecer um Sistema de Imposto de Renda Negativo, que difere da Renda Básica por fornecer um crédito em impostos às pessoas, não de forma universal, mas apenas àquelas com rendas abaixo do nível de subsistência. Isso proporcionaria uma renda mínima garantida a essas pessoas, mas por uma via alternativa. Com o tempo, o Sistema de Imposto de Renda Negativo poderia evoluir para um sistema de Renda Básica.

Os benefícios sociais de um sistema de Renda Básica que funcionasse seriam profundos e de longo alcance. Além de eliminar a pobreza e a insegurança econômica, sua instituição também reforçaria a posição dos trabalhadores para negociar, uma vez que daria às pessoas um direito de propriedade independente de seu trabalho remunerado e, portanto, mais poder para exigir condições de trabalho decentes. Também evitaria que as pessoas aceitassem trabalhos alienantes, exploradores ou degradantes apenas para sobreviver; tampouco haveria qualquer pressão real para sacrificar a **autonomia** social e – a fim de alcançar a

segurança econômica. Além disso, uma renda básica também reconheceria efetivamente o valor do trabalho não remunerado e outras formas de contribuição social, ampliando a cidadania econômica para além dos participantes do mercado de trabalho tradicional ou da “economia formal” (ver **cuidado, nova economia**). Por esses motivos, entre outros, uma Renda Básica produziria sociedades muito mais democráticas e igualitárias do que qualquer sociedade capitalista, razão pela qual recebe o apoio de muitos defensores do decrescimento.

Assim como uma Renda Básica – ou “pisso” – alguns defensores do decrescimento também insistem em que deve haver um “limite” à renda – isto é, um limite máximo ao tamanho da renda de qualquer indivíduo. Às vezes, isso é chamado de “renda máxima” e, como a Renda Básica, poderia ser implantada de várias maneiras. Por exemplo, um imposto poderia subir progressivamente à medida que aumentasse a renda tributável, culminando em uma alíquota de 100% sobre toda a renda acima de um determinado nível. Isso evitaria a criação de uma sociedade estratificada de Beneficiários da Renda Básica, por um lado, e super-ricos, por outro. Essa política também encontra apoio nas sólidas evidências de que grandes desigualdades de riqueza são socialmente corrosivas e que sociedades mais igualitárias têm melhor desempenho em toda uma série de indicadores sociais e econômicos (Pickett e Wilkinson, 2010). A ideia da “renda máxima” encontra mais justificativas na pesquisa sociológica que indica que, uma vez satisfeitas as necessidades materiais básicas, novos aumentos na renda contribuem pouco ou nada para o bem-estar subjetivo ou a **felicidade** (Alexander, 2012). O que essa pesquisa sugere é que rendas elevadas são essencialmente desperdiçadas no que diz respeito ao bem-estar, tornando a renda máxima um modo importantíssimo de evitar desperdícios no consumo e criar sociedades mais igualitárias. O imposto obtido a partir da renda máxima poderia ser usado para financiar uma renda básica.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, S. Property beyond growth: toward a politics of voluntary simplicity. (Tese de doutorado) – University of Melbourne, 2011.

\_\_\_\_\_. The optimal material threshold: toward an economics of sufficiency. *Real-World Economics Review*, v. 61, p. 2-21, 2012.

FITZPATRICK, T. *Freedom and security: an introduction to the basic income debate*. New York: Palgrave, 1999.

PICKETT, K.; WILKINSON, R. *The spirit level: why greater equality makes societies stronger*. London: Penguin, 2010.

RAVENTÓS, D. *Basic income: the material conditions of freedom*. London: Pluto Press, 2007.

# SINDICATOS

*Denis Bayon*

Nos países ocidentais – e na maior parte do mundo – os principais sindicatos de trabalhadores se opõem à ideia do decrescimento econômico por razões históricas e pragmáticas. Desde que se tornou óbvio que não haveria qualquer revolução proletária, os sindicatos têm atuado como organizações reformistas comprometidas com o pleno emprego e o aumento da participação dos trabalhadores a partir do **crescimento** econômico. Em países industrializados, essa estratégia teve bastante êxito entre 1950 e 1980 e, como consequência, a desigualdade social e a pobreza diminuíram muito. Mesmo que alguns sindicatos que têm referência na “luta de classes” tenham continuado a lutar pelo desenvolvimento de instituições não capitalistas (seguridade social, serviços públicos de saúde, educação, cultura, etc.), eles nunca criticaram o **crescimento** econômico e a divisão industrial e social do trabalho, nem qualquer dos principais impactos ambientais resultantes.

A violência da crise do **capitalismo**, principalmente desde 2008, levou os sindicatos em duas direções. Por um lado, diante da destruição do emprego e de um aumento elevado das falências em termos históricos, os grandes sindicatos parecem menos abertos do que nunca à temática do decrescimento ou da “frugalidade compartilhada”. No curto prazo, eles têm concentrado todos os seus esforços em defender o emprego e os salários dos trabalhadores, e têm apoiado políticas econômicas que supostamente impulsionarão o **crescimento**. Por outro lado, também estão surgindo novas alianças entre alguns sindicatos e ativistas do decrescimento. Não surpreendentemente, essas ligações envolvem sindicatos pequenos, até mesmo marginais, historicamente opostos às estratégias reformistas dos grandes sindicatos, ou parcelas dissidentes dentro das principais organizações. A maioria deles está enraizada no movimento revolucionário-sindicalista ou, pelo menos, é implicitamente influenciada por ele. Exemplos disso são a Confédération

Nationale du Travail (CNT), ou a Union Syndicale Solidaires (SUD), na França, e a Confederación General del Trabajo (CGT), na Espanha (o maior sindicato libertário do mundo, com 65.000 membros).

Portanto, há uma clara postura pró-decrescimento dentro da CNT francesa, que declarou recentemente: “a defesa do meio ambiente implica a luta contra o **capitalismo**; nosso sindicato de classe é ecologista e favorável ao decrescimento” (Confédération Nationale du Travail, 2011). Para a CGT espanhola, a exploração da natureza e do trabalho impõe uma estratégia semelhante de luta de classes, que poderia se servir da ideia do decrescimento. Em desacordo com a teoria defendida por sindicatos reformistas, bem como por ideólogos capitalistas, de que o **crecimento** cria condições para uma sociedade mais coesa, a CGT denuncia o “modo de vida escravo” (Taibo Arias, 2008) imposto pela produção e o consumo em massa. O sindicato aponta o risco de um decrescimento econômico *forçado* por causa da superexploração dos recursos naturais, que provavelmente ocorreria em condições desumanas. A violência da recessão econômica na Grécia ou na Espanha desde 2008 pode muito bem ser uma indicação antecipada de um colapso social e econômico desse tipo.

É claro que esses sindicatos revolucionários também têm que lutar por emprego nos setores econômicos onde ele está ameaçado, se não quiserem perder sua (modesta) influência. Como resultado, eles podem se encontrar defendendo empregos, mesmo que eles sejam ecológica e eticamente questionáveis (indústria automobilística, usinas nucleares, fábricas tóxicas). Mas essas são precisamente as dificuldades que o movimento do decrescimento tem de enfrentar quando se afasta da academia ou de pequenos grupos de ativistas e se envolve na realidade diária dos milhões de trabalhadores da indústria, da agricultura e dos setores de serviços públicos ou privados.

Os assalariados da indústria, dos serviços ou da administração não são donos do capital nem senhores de seu próprio trabalho. Ao contrário dos agricultores, que podem desenvolver práticas agroecológicas em suas propriedades e iniciar relações de cooperação com consumidores, os assalariados não podem atuar como produtores no sentido do decrescimento. Contudo, há alguns sinais de que os sacrifícios pedidos dos trabalhadores estão chegando aos seus limites, e a crise atual cria um contexto adequado para o ressurgimento de **cooperativas** geridas pelos trabalhadores, apoiadas por sindicatos após ocupações e greves, para se opor a demissões ou a “liquidações”. Os exemplos incluem a planta Vio-Me, na Grécia, a fábrica de New Era Windows, em Chicago, a produção de chá (Scop Ti) e sorvete (La Belle Aude) na França, e mais de 300 fábricas na Argentina. Uma vez que as ferramentas estejam cada vez mais nas mãos dos trabalhadores, pode-se esperar

que as questões ecológicas e de saúde no local de trabalho ganhem destaque, considerando-se a preocupação cada vez maior com as doenças ocupacionais.

Até onde se sabe, a CGT espanhola é o único sindicato que proporciona uma reflexão estimulante sobre as relações entre trabalho e decrescimento – resultado de sua cooperação com a associação Ecologistas en Acción. Em um documento interessante do sindicato, o “trabalho” recebe uma definição ampla, já que não se aplica apenas ao “uso de nervos, músculos, cérebro”, que legitima o salário pago por patrões privados ou públicos (e que define “força de trabalho”), mas também o trabalho doméstico ou coletivo (alimentação, saúde, criar filhos, cuidar de pais idosos, desenvolver relações de bairro e culturais). Isso inclui o trabalho que as pessoas fazem por si (alimentação, saúde, cultura), aquele realizado para a autorreprodução (ver, também, **cuidado e economia feminista**) (Confederación General del Trabajo y Ecologistas en Acción, 2008, p. 18-19). Essa abordagem questiona a oposição tradicional entre “trabalho” (sujeito à necessidade e contrário à liberdade) e “ação” (equiparado ao “reino da liberdade humana” [ver Arendt, 1958]), e, portanto, difere claramente das teorias contemporâneas conhecidas como “crítica do trabalho”. Considerando a realidade da exploração da força de trabalho, alguns sindicalistas querem libertar o trabalho concreto da dominação do **capitalismo** – em outras palavras, abolir o mercado de trabalho.

Na verdade, há um conflito de classes crescente em países europeus, que está tentando ampliar a área das atividades humanas que podem justificar um salário. Por exemplo, uma pessoa desempregada deve ser considerada um trabalhador no duplo sentido de que não recebe qualquer renda oriunda da propriedade (juros, lucros) e de que procurar emprego, cuidar da saúde e realizar tarefas domésticas *são* trabalho. Portanto, todos os desempregados deveriam receber um salário, e não uma minoria deles, como acontece atualmente por causa dos limites e restrições que se aplicam ao seguro-desemprego e a outros benefícios atualmente ameaçados pelas políticas neoliberais. É por isso que, mesmo dentro de grandes sindicatos, há demandas cada vez maiores por “seguridade social profissional” e por salários decentes garantidos para todos os trabalhadores, empregados ou não. Ao contrário da reivindicação de “**renda básica**”, essa proposta poderia ser implementada reforçando-se as instituições de seguridade social já existentes na maioria dos países desenvolvidos. Considerando-se o aumento da pobreza gerado pela crise econômica, essas reivindicações devem ser prioritárias, pois poriam fim à “chantagem do emprego” a que os trabalhadores são submetidos pelo desemprego em massa, ao mesmo tempo em que questionariam o sentido e a finalidade do trabalho humano.

Essa concepção do âmbito laboral sugere que o fim do “trabalho” é um pré-requisito para o projeto do decrescimento. Na medida em que a economia

do **crescimento** parece “um imenso acúmulo de problemas ambientais”, o decrescimento econômico, como o veem os sindicalistas radicais, implicaria uma redução drástica da produção (e, conseqüentemente, dos problemas ambientais) e a destruição do emprego; em outras palavras, uma destruição do trabalho explorado pelo capital. Mas o trabalho ainda existiria! Não mais dominado pelo capital, o trabalho humano poderia gerar, com novas ferramentas – ou um uso alternativo de algumas das máquinas existentes – uma sociedade mais cooperativa e sustentável. Se o trabalho estivesse sob controle dos trabalhadores, o trabalho humano teria muito mais probabilidades de não prejudicar o meio ambiente, uma vez que, ao abrigo das regras de propriedade do **capitalismo** e do imperativo do **crescimento**, o trabalho é *forçado* a ser prejudicial ao meio ambiente. Portanto, o decrescimento aparece como um caminho potencial para o fim da exploração da natureza e do trabalho humano pelo capital. Um objetivo comum para ativistas do decrescimento e para os sindicalistas radicais, se não para todos?

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1998. (Originalmente publicado em 1958).

ARIAS, T. C. Intervención en las jornadas CGT “Una realidad de lucha y compromiso contra la crisis del capital”, 26 set. 2008. Disponível em: <[www.cgt.org.esgeb](http://www.cgt.org.esgeb)>. Acesso em: 17 ago. 2013.

CONFEDERACIÓN GENERAL DEL TRABAJO Y ECOLOGISTAS EN ACCIÓN. *Ecología y anarcosindicalismo: manual curso*. 2008. Disponível em: <[www.cgt.org.es/sites/default/files/IMG/pdf/pdf\\_ecologismo\\_y\\_sindicalismo.pdf](http://www.cgt.org.es/sites/default/files/IMG/pdf/pdf_ecologismo_y_sindicalismo.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2016.

CONFÉDÉRATION NATIONALE DU TRAVAIL. Sortir du nucléaire? Le minimum syndical. Communiqué à la National Confederation of Labor – France, 7 mar. 2011.

PARTE 4

# ALIANÇAS

BEM VIVER • ECONOMIA DA PERMANÊNCIA  
ECONOMIA FEMINISTA • UBUNTU

# BEM VIVER

*Eduardo Gudynas*

A expressão “bem viver” se origina na América do Sul e pressupõe críticas e alternativas às ideias convencionais sobre **desenvolvimento**. Ela reúne um conjunto diversificado de questões e alternativas sobre as bases conceituais e práticas do **desenvolvimento**, que vão das mais superficiais às mais profundas.

Os precursores diretos do bem viver podem ser encontrados em diversos conceitos de alguns grupos indígenas andinos. As primeiras referências com significados semelhantes ao presente apareceram na década de 1990, principalmente no Peru, e se tornaram muito mais importantes na Bolívia e no Equador, nos anos seguintes.

É possível reconhecer três usos do conceito de bem viver:

- Um uso genérico. É empregado em críticas genéricas a diferentes formas de **desenvolvimento** convencional. Tem sido usado para questionar a prática de empresas (por exemplo, denunciando aquelas que poluem) ou como palavra de ordem para caracterizar projetos alternativos de governos sul-americanos progressistas (por exemplo, classificando como bem viver a construção de zonas de pedestres da cidade de Quito ou políticas de assistência social, como os programas de transferência de renda para os pobres na Venezuela).
- Um uso restrito. Corresponde a críticas mais complexas ao **capitalismo** contemporâneo que demandam outro tipo, pós-capitalista, de **desenvolvimento**. A maioria dessas críticas está ligada à tradição socialista, e o questionamento que se coloca é profundo e envolve um debate sobre os diferentes tipos de **desenvolvimento** que se desejam. Embora não questione necessariamente o objetivo de **crescimento** econômico ou o uso utilitarista da Natureza, esse uso transmite visões específicas sobre

a propriedade dos recursos e o papel a ser desempenhado pelo Estado na alocação desses recursos. As expressões mais conhecidas nessa linha envolvem o bem viver como “biossocialismo republicano” no Equador ou “**desenvolvimento** integral” na Bolívia.

- Uso substantivo. Trata-se de uma crítica radical a todas as formas de **desenvolvimento** em suas bases conceituais e uma consequente defesa de alternativas que sejam pós-capitalistas e pós-socialistas. Essas alternativas se baseiam em conhecimentos e sensibilidades indígenas, bem como em vertentes ocidentais críticas de pensamento. O uso substantivo é um conjunto plural e intercultural de ideias ainda em construção. Essa foi a formulação original do bem viver, ao passo que as duas formulações anteriores são mais recentes.

O bem viver corresponde mais de perto ao conceito de decrescimento em seu uso substantivo, uma vez que outras posições são descritas com mais precisão como “alternativas de desenvolvimento” – isto é, arranjos instrumentais que não questionam ideias fundamentais como a necessidade de industrialização, o mito do progresso ou a dualidade que separa a sociedade da natureza. Em comparação, o bem viver, em seu sentido substantivo, constitui uma “alternativa ao **desenvolvimento**” (no sentido de Escobar, 1992).

Se é verdade que o bem viver, em seu sentido substantivo, é um campo plural em construção, já existem elementos fundamentais consistentes. O bem viver critica radicalmente diferentes tipos de **desenvolvimento** convencional, seus alicerces tanto teóricos quanto práticos, assim como suas instituições e discursos legitimadores. Em particular, o bem viver rejeita a ideia de uma linearidade histórica predeterminada em que todos os países devem seguir “etapas de desenvolvimento” (imitando as nações industrializadas) e defende a multiplicidade dos processos históricos. Ele não aceita o conceito de progresso e seus derivados (particularmente o **crecimento**) ou a ideia de que o bem-estar depende apenas do consumo material.

Em seu sentido substantivo, o bem viver defende a diversidade de conhecimentos. A dominação das ideias ocidentais é substituída por uma promoção da “interculturalidade”, na qual as ideias ocidentais não são rejeitadas, mas vistas como uma opção entre muitas. A separação entre sociedade e natureza não é reconhecida, e é substituída por uma noção de comunidades ampliadas, que também pode incluir diferentes seres vivos ou elementos do meio ambiente em contextos territoriais. O bem viver só é possível dentro de comunidades de ontologias ampliadas ou relativas. Isso implica reconhecer valores intrínsecos na natureza, rompendo com a posição antropocêntrica ocidental dominante na qual os seres humanos são os únicos sujeitos de

valor. Além disso, o bem viver rejeita a instrumentalização da natureza pela humanidade.

Esse e outros fatores tornam o bem viver uma perspectiva não essencialista, relativa a cada contexto histórico, social e ambiental. Essa característica também contribui para a pluralidade subjacente ao termo.

Tal pluralidade pode ser apreciada em suas diferentes variantes. Uma das formas mais conhecidas é a categoria *suma qamaña*, que expressa a sensibilidade de algumas comunidades aimarás na Bolívia. É uma noção de bem-estar, ou de uma vida plena, que só pode ser alcançada por meio de relacionamentos profundos dentro de uma comunidade. Por sua vez, o sentido de “comunidade” é ampliado, uma vez que integra outros seres vivos e elementos do meio ambiente situados dentro de uma estrutura territorial (*ayllu*). Uma sensação de realização só é possível no âmbito desses tipos de racionalidades e sensibilidades amplificadas.

A ideia de *sumak kawsay*, do Equador, também é bem conhecida. O conceito é semelhante ao anterior e destaca um sistema de proteção que não é apenas material, mas que também se expressa nas comunidades ampliadas, tanto sociais quanto ecológicas. Ao contrário do *suma qamaña*, o *sumak kawsay* não contém um conceito como o *ayllu* boliviano.

Vários povos indígenas têm conceitos análogos, como o *ñande reko* do povo guarani, o *shiir waras* dos ashuares, no Equador, ou o *küme mongen* dos mapuches, no sul do Chile.

O bem viver também é baseado no pensamento crítico dentro da tradição ocidental. As duas fontes mais importantes são o **ambientalismo**, que propõe os direitos da natureza, e novo feminismo, que questiona centralidades patriarcais e reivindica uma ética do **cuidado**.

Portanto, o bem viver representa a confluência de conhecimentos de diferentes origens, e não pode se restringir a ser uma ideia “indígena”. Isso ocorre porque não existe um conhecimento indígena no singular, já que essa é uma categoria colonial. Assim, o bem viver incorpora conceitos e sensibilidades de alguns grupos indígenas e, já que cada um tem uma origem cultural específica, a postura *suma qamaña* de bem viver entre as comunidades aimarás não é igual ao *sumak kawsay* dos quéchuas no Equador. Essas são posições que pertencem a cada contexto social e ambiental, que, além disso, foram afetadas, hibridizadas ou misturadas de formas diferentes com o pensamento atual ou moderno, mesmo que não tenham qualquer relação com ideias como a “boa vida” no sentido aristotélico ou qualquer de seus derivados ocidentais.

O bem viver não é um retorno ao passado, e sim confronta situações atuais com um olhar para o futuro. Isso ocorre em um contexto intercultural

e até mesmo gera desafios recíprocos (por exemplo, para o conhecimento crítico ocidental, o desafio de compreender as visões de comunidades ampliadas sobre os aspectos não humanos, e, para algumas visões indígenas, lidar com o chauvinismo). Um exemplo disso são as explorações de uma transição da **justiça ambiental**, com base em direitos humanos de terceira geração (a qualidade de vida ou a saúde), à justiça ecológica, baseada especificamente nos direitos da natureza (aqueles independentes de avaliações humanas).

O bem viver deve ser interpretado como uma plataforma compartilhada ou um campo em que diferentes posições convergem em uma crítica ao **desenvolvimento**, em particular, e à modernidade, em geral. O bem viver propõe alternativas que também apresentam sentidos complementares.

O bem viver não é apresentado como uma unidade, uma disciplina acadêmica ou um plano de ação. É um conjunto de ideias e sensibilidades mobilizadas em outro nível, que se poderia situar na “filosofia política”, para usar uma expressão ocidental disponível, como ocorre com ideias como a participação ou a igualdade.

O bem viver, em seu sentido radical original, influenciou a redação das novas Constituições da Bolívia e, em particular, do Equador. Nos dois países, contudo, houve decisões **políticas** e novas leis ou resoluções que limitam os componentes da crítica radical ao **desenvolvimento** que é inerente ao bem viver. Ela foi substituída por uma nova forma de **desenvolvimento** aceitável (é o caso do “desenvolvimento integral” na Bolívia) ou, em um sentido restrito, por uma opção socialista *sui generis* no Equador (Gudynas, 2013).

Como o bem viver, em seu sentido substantivo, não aceita as bases conceituais dos diferentes tipos de **desenvolvimento** contemporâneo, podem-se estabelecer ligações com o decrescimento. Isso se aplica especialmente à crítica do bem viver ao **crecimento** ou ao consumismo. Em qualquer caso, o bem viver redireciona a discussão sobre o **crecimento** à da realização social e ambiental. Assim, em um contexto latino-americano, algum setor deve ser reduzido e o consumismo, rejeitado, mas as melhorias em outros setores, como a educação ou a saúde, podem resultar em **crecimento** econômico. A partir dessa perspectiva, pode-se dizer que o decrescimento é uma das consequências possíveis em determinados contextos, e não um objetivo em si. Ao contrário do decrescimento, o bem viver, devido à sua perspectiva intercultural, segue objetivos mais ambiciosos voltados a alterar cosmovisões atuais dos seres humanos, da sociedade e da natureza.

## REFERÊNCIAS

ESCOBAR, A. Imagining a post-development era? Critical thought, development and social movements. *SocialText*, v. 31/32, p. 20-56, 1992.

GUDYNAS, E. *Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. América Latina en Movimiento*, v. 462, p. 1-20, 2011a.

\_\_\_\_\_. *Buen vivir: today's tomorrow. Development*, v. 54, n. 4, p. 441-447, 2011b.

\_\_\_\_\_. Development alternatives in Bolivia: the impulse, the resistance, and the restoration. *NACLA Report on the Americas*, v. 46, n. 1, p. 22-26, 2013.

# ECONOMIA DA PERMANÊNCIA

*Chiara Corazza e Solomon Victus*

A Economia da Permanência é um modelo econômico proposto por J. C. Kumarappa (1892-1960) – um cristão indiano, nativo de Madras. Foi concebida para aldeias indianas e formulada a partir dos princípios de economia de Gandhi. Visava estabelecer a democracia em pequena escala, administrada pelas próprias pessoas, ao atender a necessidades básicas, ajudando pequenas indústrias locais e a agricultura de subsistência. De acordo com a Economia da Permanência, todos tinham que contribuir para sua própria autossuficiência por meio da atividade agrícola ou prestando um serviço útil à aldeia ao praticar um ofício, como fabricação de *khadi*, o típico pano indiano feito à mão, carpintaria, ferraria, cerâmica, controle de água e trabalhos artesanais (Kumarappa, 1958a). A partir disso, camponeses e artesãos trocariam seus próprios produtos mediante escambo, sem usar **dinheiro**, e a aldeia se tornaria uma entidade autossuficiente. Um conselho de aldeia – ou *panchayat* – teria a tarefa de regular a administração da aldeia em si. Na Economia da Permanência, as mulheres tinham importância fundamental na educação de jovens e crianças, para criar futuros homens e mulheres capazes de garantir sua própria autossuficiência (Kumarappa, 1958a).

Sobre a permanência, Kumarappa disse: “a vida inanimada, o segredo da permanência da natureza, reside no ciclo de vida, pelo qual os vários fatores funcionam em estreita cooperação para manter a continuidade da vida” (1945, p. 1). Ele considerava que a natureza tinha capacidade para sustentar a permanência da vida e que os seres humanos deveriam aprender com ela. Kumarappa argumentou que o sistema econômico ocidental era intrinsecamente transitório, baseado na produção em grande escala, em mercados orientados a exportação, consumismo e individualismo (Kumarappa, 1958a). A Economia da Permanência não concebe a economia como uma disciplina “desconectada”, mas em coexistência com a natureza, seus recursos e as gerações futuras. Ela considera a economia e a ética inseparáveis.

Economia da Permanência é uma expressão menos conhecida do que “economia gandhiana”, porque se refere a um modelo econômico alternativo específico, enquanto a segunda é uma mistura de ideias econômicas relacionadas a Gandhi. As ideias econômicas de Gandhi eram fundamentadas principalmente em dois princípios: a Verdade e a Não Violência. Ele também usou outros conceitos relacionados, como *swaraj* (autogoverno), *sarvodaya* (bem-estar de todos), *swadeshi* (autossuficiência), *khadi* feito em casa, e fez da *chakra* (roda de fiar) um símbolo de seu programa econômico (Kumarappa, 1951).

A Economia da Permanência foi concebida na década de 1940, quando a Índia estava envolvida, havia muito tempo, na luta pela Independência. Kumarappa tinha trabalhado em estreita colaboração com Gandhi, que foi preso por mais de um ano em 1942, durante o movimento Quit India, criado em 1929. Em várias ocasiões, Kumarappa teve oportunidades de analisar atentamente a situação econômica das aldeias indianas. Ele observou a eliminação, pelo colonialismo britânico, dos inúmeros ofícios e práticas agrícolas que outrora haviam animado a vida rural, o que transformou a economia das aldeias indianas em produtoras de matérias-primas para as indústrias da Inglaterra. Nesse contexto, a Economia da Permanência nasceu do desespero. Kumarappa foi motivado por uma aspiração a restaurar a prosperidade e a sustentabilidade ancestrais da Índia sobre bases autossuficientes, rurais e de pequena escala, que garantissem o sustento de todos.

Em 1945, Kumarappa publicou o livro *Economy of permanence*. Escrita na prisão, a obra formula um modelo que seu autor tinha praticado e experimentado na Índia rural desde a segunda metade dos anos 30, e não era puramente acadêmico. Duas organizações foram criadas por Gandhi e Kumarappa para apoiar as atividades artesanais indianas, estranguladas, na época, pela concorrência industrial inglesa: a All India Spinners Association e a All India Village Industries Association.

Os objetivos dessas associações eram a promoção de *khadi*, de produtos, habilidades e técnicas tradicionais indianos, e o ensinamento dos antigos ofícios, restabelecendo-os e ajudando os moradores a conquistar autossuficiência econômica. O objetivo geral era a erradicação de uma pobreza que, para Kumarappa, estava diretamente ligada ao sistema fiscal colonial britânico.

Após a independência da Índia em 1947, a Economia da Permanência se apresentou como um modelo adequado para a nação recém-nascida. No entanto, a opinião de Kumarappa esbarrou na figura do popular primeiro ocupante do cargo de primeiro ministro da Índia independente, Jawarlal Nerhu. Socialista fabiano, ocidentalizado e fascinado pela modernidade, Nehru acreditava que as ideias de Gandhi e Kumarappa eram inaplicáveis. Ele seguiu uma política industrial baseada no **desenvolvimento** e entrou em

conflito com Kumarappa, que – como Gandhi – abominava o industrialismo porque este proporcionava produtos mais baratos em grandes quantidades, em uma concorrência acirrada com os pequenos artesãos e, conseqüentemente, causava o desemprego deles. Houve uma disputa aberta entre Nehru e Kumarappa sobre qual deveria ser a base do plano de **desenvolvimento** econômico indiano – as cidades ou as aldeias? Embora estivesse com Kumarappa em espírito, Gandhi apoiou politicamente Nehru, mesmo tentando chegar a meios termos criativos entre os dois modelos. Quando Gandhi morreu, Nehru, com sua força **política**, tomou o poder e implementou um processo de industrialização de caráter urbano, e marginalizou o modelo de Kumarappa.

Kumarappa se retirou da cena **política** nacional, mas continuou promovendo a Economia da Permanência em nível de base. Hoje em dia, muitas organizações ainda estão ativas e outras foram formadas, aplicando os princípios da Economia da Permanência, como o Instituto Kumarappa de Gram Swaraj, fundado em Jaipur, em 1965, e o Instituto Kumarappa de Tecnologia e Desenvolvimento Rural, baseado no Gandhi Niketan Ashram, ativo desde 1956, em Tamil Nadu. Atualmente, a popularidade do modelo está crescendo entre os neomarxistas indianos.

Pensadores e praticantes do decrescimento poderiam ser inspirados pelo pensamento econômico de Gandhi. A economia da permanência tem muitas características em comum com o decrescimento, como a atenção à vulnerabilidade dos recursos naturais, o foco na criatividade e no potencial revolucionário das bases, a ideia de um caminho alternativo ao economicismo, a importância dos valores espirituais em oposição ao contentamento unicamente material, a agricultura orgânica, o valor do trabalho, o **cuidado** em relação aos outros, a ajuda mútua e o renascimento das relações interpessoais e da permanência como valor alternativo desejável, oposto ao consumismo ostentatório.

Indiretamente, o modelo econômico de Kumarappa foi uma fonte importante para o decrescimento, mesmo que até agora isso não tenha sido reconhecido e pesquisado. Na verdade, Kumarappa influenciou os precursores do decrescimento, como Ernst Schumacher e Ivan Illich. Schumacher cita Kumarappa em seu livro *Small is beautiful*, conclamando a que se estude a Economia da Permanência, pois implica uma profunda reorientação da ciência e da tecnologia. Illich reconheceu a influência de Kumarappa e visitou T. Kallupati, onde Kumarappa passou seus últimos dias (Victus, 2003). Illich ficou impressionado com a visão holística da Kumarappa; Schumacher, com o seu conceito de tecnologia apropriada. Do ponto de vista indiano, o decrescimento é uma expressão do pensamento econômico de Gandhi no Ocidente.

Por fim, a Economia da Permanência está muito próxima do decrescimento, na prática. O modelo ainda é praticado hoje em dia por muitas aldeias indianas que dependem de rendas de subsistência, apesar do ataque em muitas frentes, por parte do neoliberalismo e das indústrias pesadas ou corporações do país. Muitos movimentos e organizações sociais indianos, no passado e no presente, têm sido influenciados direta ou indiretamente pelo pensamento de Kumarappa e Gandhi sobre o **crescimento** e o **desenvolvimento** intensos: o Lakshimi Ashram, o Movimento Chipko, o Narmada Bachao Andolan, Navdanya, a Aliança Nacional de Movimentos Populares, o Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Rural Kumarappa e o Instituto Kumarappa de Gram Swaraj. Eles têm estado envolvidos na promoção da agricultura orgânica, de pequenas barragens, do **desenvolvimento** descentralizado e do apoio à indústrias e à produção locais. São os aliados naturais, na Índia, do movimento do decrescimento no Ocidente.

## REFERÊNCIAS

- KUMARAPPA, J. C. *Economy of permanence*. Varanasi: Sarva Seva Sangh Prakashan, 1945.
- \_\_\_\_\_. *Economy of permanence: a quest for a social order based on non-violence*. Wardha: Sarva Seva Sangh, 1958a.
- \_\_\_\_\_. *Gandhian economic thought*. Bombay: Vora & Co., 1951.
- \_\_\_\_\_. *Why the village movements?* Rajghat: Akil Bharat Sarva Seva Sangh (ABSSS), 1958b.
- LINDLEY, M. J. C. *Kumarappa: Mahatma Gandhi's economist*. Mumbai: Popular Prakashan Pvt. Ltd., 2007.
- VICTUS, S. *Religion and eco-economics of J. C. Kumarappa: Gandhism redefined*. New Delhi: ISPCK, 2003.

# ECONOMIA FEMINISTA

*Antonella Picchio*

A economia feminista introduz uma mudança de perspectiva na maneira como vemos a economia. Essa nova perspectiva é estabelecida ao se verem as mulheres como sujeitos autônomos não definíveis com base na norma masculina, que transformou a diferença sexual em inferioridade social. O ponto de vista feminista, livre do viés masculino redutor e distorcedor (Elson, 1998), permite uma visão mais profunda e mais ampla da economia. É mais profunda porque o conhecimento vivencial das mulheres nos aproxima mais da complexidade da vida real, e é mais amplo porque estende a análise econômica a atividades domésticas que não se baseiam no mercado.

O poder de mudar a perspectiva está enraizado no movimento feminista internacional dos anos 60 e início dos 70. Naquela época, como agora, a onda política feminista estava concentrada na resistência das mulheres ao uso de seus corpos como meio de produção e reprodução por parte do Estado e da Igreja, e ao controle dos homens sobre eles (Dalla Costa e James, 1972).

O pensamento econômico feminista é um campo de estudos em rápida expansão, um esforço heterogêneo e pragmático, aberto a diferentes abordagens, paradigmas e métodos empíricos. As principais áreas de pesquisa e debate são:

- a desagregação dos dados econômicos por sexo, para destacar formas persistentes e negligenciadas de desigualdades de gênero e seu impacto sobre mercados de trabalho, processos de **desenvolvimento**, comércio e políticas públicas;
- a extensão de dimensões econômicas micro e macro a atividades não baseadas no mercado;
- a posição das dimensões sociais na análise econômica e nas políticas;
- a crítica feminista às atuais teorias tradicionais e heterodoxas, por sua cegueira metodológica em relação à reprodução social dos seres humanos.

Uma instituição acadêmica muito importante da comunidade é a IAFFE (Associação Internacional para a Economia Feminista, na sigla em inglês), que publica a revista *Feminist Economics*.

De acordo com a minha análise feminista, os sistemas econômicos são caracterizados por relações específicas entre a produção dos meios e a reprodução social das pessoas. As relações de produção e reprodução se baseiam na divisão do trabalho produtivo e reprodutivo, na distribuição de renda e de recursos, e em relações de poder com base em sexo e classe (Picchio, 1992).

O sistema capitalista é baseado em uma estrutura específica dos processos históricos: produção de mercadorias, trocas no mercado, distribuição de renda e, por último, mas não menos importante, reprodução social da população. Esses processos estão todos interligados em um fluxo circular, que não é automaticamente sustentável e se adapta por meio de crises recorrentes.

O sistema capitalista é caracterizado pelo mercado de trabalho assalariado, ou seja, a compra e a venda da capacidade de trabalhar (força de trabalho), que é tratada como uma mercadoria (ver **mercantilização**). Economistas políticos clássicos (Smith, Ricardo e Marx) definiram os salários como os custos normais das necessidades convencionais que permitiram à “população trabalhadora” trabalhar e reproduzir sua “raça” (é o termo que eles usaram). Na verdade, em um contexto capitalista, as vidas dos trabalhadores se tornam meios de produção que devem ser mantidos, em nome do lucro, dentro dos limites da eficiência e do controle social. Esse processo de transformação de vidas em capital é um campo de batalha moral e **político** que torna indissolúvel a ligação entre economia e ética, e faz com que o conflito de sexo e classe seja endêmico ao **capitalismo**.

O **capitalismo** é um sistema inerentemente perigoso e destrutivo. Como um todo, é insustentável justamente por causa do conflito entre o lucro e o bem-estar da população trabalhadora e da exploração do meio ambiente para ocultar os custos reais de produção e se liberar das responsabilidades sociais.

As teorias econômicas não são neutras nem inocentes com relação ao funcionamento do sistema de abastecimento. Os principais paradigmas econômicos divergem quando se trata da definição de lucro, capital, salários e distribuição de renda. Particularmente, a forma como a reprodução social da população trabalhadora está relacionada a outros processos estruturais implica grandes diferenças paradigmáticas. Considerando-se que, na economia política clássica, o lucro é definido como um resíduo entre a produção e o que quer que vá para a população trabalhadora sob qualquer justificativa (salários, serviços públicos e transferências), e que o processo de distribuição do excedente é explicado com base nas relações de força entre classes, o pro-

cesso de reprodução da população trabalhadora se situa no centro da análise de valor e de distribuição, e no cerne de um conflito estrutural.

No atual contexto de crescentes insegurança, desigualdade social, temores de novas guerras e destruição contínua do meio ambiente, os sentimentos da crítica do decrescimento e, mais ainda, as variadas experiências de vida local convivencial, são atrativos e, mais do que isso, são capazes de produzir condições de vida mais humanas em nível local. No entanto, de uma perspectiva feminista, eles têm algumas limitações. A economia feminista em nível macro e a perspectiva do decrescimento diferem na maneira como ordenam e veem os processos estruturais, e na atenção que dão à distribuição entre lucro e subsistência da população (trabalhadora). A perspectiva do decrescimento se preocupa muito com a produção e o consumo, dando à economia de subsistência um papel mítico, mas não presta suficiente atenção à política corporal de reprodução social baseada em sexo e classe no contexto capitalista em que vivemos.

No nível micro, o abastecimento de bens e serviços para uso direto pode levar em conta a necessidade se ter uma vida saudável, sociável, justa, mas, no nível macro, a narrativa do decrescimento não questiona a estrutura do **capitalismo**. A crise atual mostra que há um pequeno grupo de especuladores financeiros com poder de comandar os gastos públicos, ou seja, de decidir sobre o sofrimento dos corpos e mentes da população. Qualquer pessoa sensível deve ficar indignada com esses eventos, mas uma mera censura moral às formas como produzimos e consumimos tampouco é satisfatória. O verdadeiro desafio consiste em estabelecer e desarmar as forças estruturais que estão na raiz dessas dinâmicas destrutivas e alienantes.

Para entender as características materiais e morais do sistema capitalista, precisamos de teorias que compreendam sua estrutura e sua dinâmica. A abordagem clássica, baseada no excedente, oferece ferramentas poderosas para essa finalidade. Essa abordagem mostra não apenas o excedente como motivo principal da produção, em conflito com um bem-estar sustentável da população trabalhadora, mas também que a distribuição entre salários (incluindo salários sociais) e lucro (mais a renda) é resultado de um confronto **político** e institucional baseado em relações desiguais de poder entre sexos e classes (Picchio, 1992). Uma vez que a política de distribuição fique clara e as condições reais de vida apareçam como cruciais e centrais ao conflito social, as chamadas “limitações objetivas” que condenam tantas pessoas à pobreza e à exclusão social, e as mulheres a fazer cada vez mais trabalho não remunerado, vão perder sua sustentação. O uso da reprodução social como capital e como razão para controlar o corpo e a agência das mulheres também poderia explicar a longa história de violência exercida contra elas desde o início do **capitalismo** (Federici, 2004).

As mais recentes ferramentas analíticas da abordagem das capacidades, desenvolvida por Amartya Sen e Martha Nussbaum, podem enriquecer a abordagem clássica do excedente. Elas ampliam o conceito de padrão de vida: não mais uma cesta de mercadorias, mas um conjunto multidimensional de funcionamentos individuais que define o bem-estar efetivo dentro de um espaço de múltiplas capacidades. A liberdade para organizar nossas vidas segundo nossos valores como indivíduos autônomos, corporificados e inseridos em um contexto social, torna-se uma dimensão fundamental de uma vida boa.

Servindo-se da caixa de ferramentas do excedente e das abordagens das capacidades, a perspectiva feminista sobre a experiência das mulheres – sobre o que *realmente* significa ser corporificada e inserida em um contexto social – propõe uma “abordagem macroeconômica ampliada, reprodutiva” (Picchio, 2003) como base para uma economia do **cuidado** transformadora.

A perspectiva do decrescimento não é suficientemente ampla para incluir a crítica à macrodinâmica do atual sistema capitalista e não é profunda o suficiente para revelar a complexidade das vidas reais e o uso de atividades das mulheres para torná-la sustentável. Portanto, ela compartilha a cegueira geral que joga qualquer responsabilidade reprodutiva de **cuidado** no espaço doméstico, e isso significa, entre outras coisas, que a vulnerabilidade humana, incluindo a vulnerabilidade dos homens adultos, permanece como um problema da mulher.

## REFERÊNCIAS

DALLA COSTA, M.; JAMES, S. *The power of women and the subversion of the community*. Bristol: Falling Wall Press, 1972.

ELSON, D. The economic, the political and the domestic: businesses, States and households in the organization of production. *New Political Economy*, v. 3, n. 2, p. 189-208, 1998.

FEDERICI, S. *Caliban and the Witch: women, the body and primitive accumulation*. New York: Autonomedia, 2004.

PICCHIO, A. An extended macroeconomic approach. In: PICCHIO, A. (Org.). *Unpaid work and the economy, a gender perspective on standards of living*. London: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. *Social reproduction: the political economy of the labour market*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

# UBUNTU

*Mogobe B. Ramose*

Ubuntu é uma filosofia dos povos de língua banto, na África. Na base da filosofia está a crença de que o movimento é o princípio do ser. Por meio do movimento, todos os seres existem em um fluxo complexo e incessante de interações e transformações (Ramos, 1999, p. 50-59). No Ubuntu, para ser humano, devem-se praticar dar, receber e transferir os bens da vida aos outros (Griaule, 1965, p. 137). Essa visão de mundo assume a posição ética segundo a qual ser um humano é **cuidar** de si e dos outros. O lema do Ubuntu é: *uma pessoa é uma pessoa por meio de outras pessoas*. Um humano é ser e devir em relação e em interdependência com outros.

Aqui, o conceito de outros também inclui todas as outras entidades que não são seres humanos e, portanto, está diretamente relacionado a um **cuidado** e uma preocupação com o meio ambiente. A posição ética da filosofia do Ubuntu toma como ponto de partida o princípio de que se deve promover a vida e evitar matar (Bujo, 1998, p. 77). O provérbio sesoto *feta kgomo o tshware motho* é uma afirmação desse princípio. Significa que, se e quando for necessário escolher entre a preservação, principalmente da vida humana, e a posse de riqueza em excesso, deve-se optar pela preservação da vida. A filosofia do Ubuntu (*botho* ou *hunhu*) está ancorada no princípio ético da promoção da vida por meio da preocupação mútua, do **cuidado** e do compartilhamento entre seres humanos e com relação ao ambiente mais amplo de que eles fazem parte. A filosofia Ubuntu entende a vida em sua integralidade (Bohm, 1980).

Segundo a filosofia Ubuntu, uma comunidade é uma tríade composta pelos vivos, os mortos-vivos (ancestrais) e os que ainda estão por nascer. A comunidade dos vivos responde aos mortos-vivos ao recordá-los constantemente por meio de vários rituais, relacionados às diferentes fases da vida individual e familiar. Acredita-se que manter a relação com os mortos-vivos

dessa forma promove bem-estar e harmonia e, assim, os vivos evitam a aflição imposta pelos mortos-vivos descontentes. Também se acredita que um dos benefícios da harmonia entre vivos e mortos-vivos é que estes fornecerão o que for necessário para que os primeiros cumpram sua obrigação párea com o terceiro degrau da comunidade, ou seja, tornar reais os que ainda estão por nascer ao ter filhos. Ter filhos é algo incompleto se não se têm os meios para nutri-los e criá-los; tudo o que é necessário para a preservação da vida deve estar disponível. Este é o nó e o ponto vital no qual o conceito de vida se estende ao meio ambiente e às gerações futuras, reafirmando a filosofia da integralidade. Aqui surge a responsabilidade de promover a vida ao praticar realmente a ética da preocupação e do **cuidado** para com o meio ambiente. Do ponto de vista da visão filosófica do Ubuntu sobre a vida como integralidade, pode-se dizer que o meio ambiente é a quarta dimensão da comunidade.

Na prática, os protagonistas da filosofia Ubuntu continuam a cuidar do meio ambiente por meio de vários rituais de fertilidade, da observância dos tabus e do respeito pelos totens.

O aquecimento global ameaça a vida em sua integralidade, uma ameaça que só tem paralelo no risco silenciado, mas ainda real, do holocausto nuclear. A marcha teimosamente inexorável rumo ao suicídio coletivo por meio da destruição da vida como se conhece até agora tem paralelo na busca desenfreada pelo **dinheiro** e, em particular, pelo lucro. Isso desafia o conceito de comunidade do Ubuntu e o princípio ético que o acompanha, de *feta kgomo o tshware motho*. A comunidade dos que ainda estão por nascer tem o mesmo direito à vida que os vivos têm.

O Ubuntu oferece a base filosófica para um **imaginário** alternativo ao **crescimento** e ao **desenvolvimento** e, portanto, pode ser uma fonte de inspiração para os decrescentistas. Enquanto o decrescimento desafia a ideia de **desenvolvimento** no Norte Global, **imaginários** como os do Ubuntu o desafiam na África e em outros lugares. A questão não é se o Norte tem que decrescer para que o Sul cresça, e sim se podemos deixar espaço para que **imaginários** nativos alternativos façam parte da definição do futuro. A ênfase do Ubuntu na conexão, e em estar em relação com os outros, tem forte sintonia com as noções de **recursos comuns** e de fazer comum. O Ubuntu também expressa um forte princípio de solidariedade comunitária, materializado em uma redistribuição de riqueza. Seu espírito de “comunidades extrovertidas” faz eco ao chamamento dos decrescentistas por economias localizadas, com fronteiras e fluxos abertos. Privilegiam-se o trabalho coletivo e a cooperação em detrimento da autopromoção, em sintonia com o espírito cooperativista do decrescimento, embora também se reconheçam a diferença e a singularidade dos indivíduos. O caráter abstrato das sociedades urbanas modernas

prejudicou uma socialização da comunidade que é central ao Ubuntu, mas isso pode ser recuperado com uma ética de responsabilidade coletiva e compromisso com a prosperidade da comunidade.

Apesar da supressão de sua voz na África do Sul, passaram-se mais de três séculos, e a filosofia Ubuntu não morreu. Sua prática continuada é um desafio importante aos problemas ambientais que surgem, principalmente o aquecimento global. A hora da mudança é agora, e a prática da filosofia Ubuntu é uma das respostas éticas apropriadas à necessidade de interromper e reverter a mudança ambiental global.

## REFERÊNCIAS

- BOHM, D. *Wholeness and the implicate order*. London: Routledge and Kegan Paul, 1980.
- BUJO, B. *The ethical dimension of community*. Tradução de Cecilia Namulondo Nganda. Nairobi: Paulines Publications Africa, 1998.
- GRIAULE, M. *Conversations with Ogotommeli*. Oxford: Oxford University Press, 1965.
- MAATHAI, W. *The challenge for Africa*. London: William Heinemann, 2009.
- RAMOSE, M. B. *African philosophy through Ubuntu*. Harare: Mond Books Publishers, 1999.



EPÍLOGO

# DA AUSTERIDADE À DÉPENSE

*Giacomo D'Alisa, Giorgos Kallis e Federico Demaria*

- [Um] grande duelo, Tio. Coisas incríveis estão por acontecer, e eu não quero ficar em casa...
- Você é louco, rapaz, de se misturar com essa gente! Eles são da máfia, e são uns baderneiros. Um Falconeri tem que estar conosco, pelo Rei.
- Pelo Rei, Tio, claro, mas qual Rei?... Se quisermos que as coisas continuem como estão, elas têm que mudar.

(Giuseppe Tomasi di Lampedusa, *O leopardo*)

Aquela cidade toda... não dava pra ver onde acabava... não foi o que eu vi que me impediu, Max. Foi o que eu não vi... Naquela cidade imensa, havia tudo, menos fim... O piano, por exemplo... as teclas têm começo, as teclas têm fim. Você sabe que há 88 teclas... Elas não são infinitas... você que é infinito. E naquelas teclas, a música que você faz é infinita... Você me bota naquela passarela e abre um teclado com milhões e bilhões de teclas e... que nunca acabam. Aquele teclado é infinito. E se esse teclado é infinito, não há música que se possa tocar.

(Do filme *A lenda do pianista do mar*)

[O] sacrifício humano, a construção de uma igreja ou a dádiva de uma joia não tinham menos interesse do que a venda de trigo... Não é a necessidade, mas seu contrário, o “luxo”, que coloca para a matéria viva e para o homem seus problemas fundamentais...

(Georges Bataille, *A parte maldita*)

A pergunta fundamental após a crise econômica na Europa e nos Estados Unidos tem sido feita em termos de austeridade versus gastos. Os governos

devem implementar medidas de austeridade ou de despesas deficitárias para relançar o **crescimento**? Enquanto a União Europeia escolheu majoritariamente a primeira alternativa, os Estados Unidos optaram principalmente pela segunda. Em termos econômicos convencionais, pode-se argumentar que a austeridade não está funcionando: a maioria dos países europeus ainda está em recessão, enquanto os Estados Unidos voltaram lentamente a crescer. Mas em termos de decrescimento, nem a austeridade nem os gastos deficitários são a solução; eles são o problema. Na verdade, ambos têm o objetivo de relançar o **crescimento**; os decrescentistas se opõem a eles precisamente porque eles estão enraizados ideologicamente no **imaginário do crescimento**. Mesmo quem quer gastos e **crescimento** apenas no curto prazo, para sair da crise, e espera avançar além do **crescimento** depois, não percebe que esse “depois” nunca virá, pois é precisamente pelo espectro da recessão e da crise que o **crescimento** é legitimado para sempre.

Para mostrar as diferenças substanciais entre a sociedade do decrescimento que vislumbramos e a sociedade ocidentalizada contemporânea em que vivemos, parece útil desconstruir brevemente os **imaginários** da austeridade e dos gastos, usando dois exemplos do noticiário.

Corte 1: 11 de novembro de 2013: o discurso de David Cameron sobre austeridade no banquete do prefeito de Londres (Lord Mayor). O primeiro-ministro britânico pediu uma “mudança cultural fundamental”. Ele condenou a ociosidade e invocou o valor britânico tradicional do trabalho árduo. “Simplificando”, ele disse, “nenhum país pode ter êxito no longo prazo se pessoas capazes forem pagas para ficar ociosas e sem trabalhar”. As pessoas ficam presas ao desemprego por benefícios elevados, Cameron observou: “Durante gerações, pessoas que poderiam trabalhar foram ignoradas pelo sistema e presas a benefícios”. Os benefícios serão reduzidos, ele prometeu, e *ninguém vai ver qualquer gratificação em ficar ocioso ou trabalhar menos*: “Estamos garantindo que, para cada hora que você trabalhar a mais, e para cada trabalho a mais que fizer, você ficará melhor de vida”. Na fala de Cameron, o Estado é o problema, não a solução; ele tem que ser reduzido, tornar-se mais enxuto e se limitar a definir e fazer cumprir regras, deixando que os mercados e o setor privado produzam riqueza. Sua fala foi uma celebração da empresa privada: “a economia do Reino Unido deve ser baseada na empresa... temos de apoiar, recompensar e celebrar a empresa... garantir que ela seja impulsionada em todas as partes, promovida nas escolas, ensinada nas faculdades, celebrada nas comunidades”.

Corte 2: 16 de novembro de 2013: Paul Krugman comenta a palestra de Lawrence Summers no FMI, quando ele apontou o espectro de uma “estagnação secular” para a economia dos Estados Unidos, ou seja, um estado

de crescimento zero de longo prazo. Para Krugman, isso é resultado de uma armadilha da liquidez, que torna vitais as despesas do Estado. Em termos ideais, essas despesas devem ser produtivas, mas mesmo a despesa improdutiva é melhor do que nada, Krugman argumenta. O importante é fazer a circulação acontecer. Esconder dinheiro ou ouro em cavernas e fazer com que empresas o desentrem, como Keynes propôs, diz Krugman. Falsificar uma ameaça de alienígenas espaciais inexistentes e gastar em proteção militar (“a favorita” de Krugman). Ou fazer com que as empresas dos Estados Unidos “equipem todos os seus empregados como cyborgs, com Google Glass e relógios de pulso inteligentes em toda parte”. Mesmo que isso não compense, “a explosão de investimento resultante nos teria dado vários anos de muito mais emprego, sem desperdício real, *uma vez que, se não fosse por isso, os recursos usados teriam ficado ociosos*”.

Na superfície, os dois discursos parecem muito distantes. Cameron apela a uma mudança cultural sem precedentes, mas, na verdade, volta a evocar as instruções de Locke para a burguesia emergente, o que Max Weber chamou, mais tarde, de “ética protestante”: trabalhar arduamente e rejeitar a autoidulgência e o prazer. Assim, o capital se acumularia e as empresas produziriam riqueza, Cameron sugere. Na atual conjuntura, não há dúvida de que o projeto de Cameron é classista, redistribuindo para cima. As classes trabalhadoras são convidadas a apertar o cinto e aceitar a perda de serviços que lhes são prestados, de forma gratuita ou subsidiada, pela riqueza comum, para que os ricos não tenham que arcar com impostos mais altos para sustentar a riqueza comum na ausência de **crescimento**. O projeto keynesiano, por sua vez, parece colocar o emprego das classes trabalhadoras em primeiro lugar; sua defesa do gasto público parece, pelo menos em princípio, não ser regressiva (mesmo que não seja destinada ao que normalmente se chamaria de serviços públicos).

No entanto, nós sustentamos, o que é comum entre os dois discursos é mais instrutivo do que aquilo que os separa. Tanto Cameron quanto Krugman estão preocupados com “investimento”. O primeiro considera que o investimento será desencadeado elevando-se a confiança dos mercados de que os gastos do Estado estão sob controle; o segundo quer que o Estado dê o pontapé inicial no investimento despejando **dinheiro** na economia. Eles diferem no “como”, mas o que ambos querem é ver o capital circulando e se expandindo novamente. A segunda característica que eles compartilham é a sua aversão à “ociosidade”. Para Cameron, o problema é a ociosidade dos trabalhadores e os recursos desperdiçados pelo Estado para sustentá-la. Para Krugman, o problema é a ociosidade do capital e o desperdício de recursos produtivos que poderiam ser investidos. Para Cameron, o problema é o trabalhador que não trabalha; para Krugman, é o capital que não flui.

Diferentemente, nós, decrescentistas, não temos medo da ociosidade. O provocante “O direito à preguiça”, de Paul Lafargue, é a nossa inspiração. Uma sociedade que desenvolveu tantos recursos certamente pode estender o direito à ociosidade dos poucos ricos a todos, Lafargue argumentou em 1883, e André Gorz aprofundou, cem anos depois. Nós, decrescentistas, também não temos medo da ociosidade do capital; nós a desejamos. O decrescimento envolve frear o capital. A essência do **capitalismo** é o reinvestimento contínuo do excedente em nova produção. A riqueza nas sociedades industrialistas é o que pode ser investido de novo.

A despesa proposta por Krugman e Summers parece um desperdício e parece ser improdutiva no curto prazo, mas é produtiva no longo prazo: é uma despesa utilitária cujo objetivo é valorizar o capital para que ele não fique ocioso, relançando sua circulação e seu **crecimento**. Pior ainda, em sua proposta está implícita a suposição de que as políticas públicas não devem se envolver com o sentido da vida e a criação de um coletivo **político**. Pelo contrário, para nós, a atual crise socioecológica exige superar o **crecimento** sem sentido do **capitalismo** mediante uma **dépense** social. A **dépense** é uma despesa genuinamente coletiva – o gasto em uma festa coletiva, a decisão de subsidiar uma classe de temas espirituais para falar sobre filosofia, ou deixar uma floresta ociosa – uma despesa que, em sentido estritamente econômico, é improdutiva. As práticas de **dépense** “queimam” capital e o tiram da esfera da circulação, freando-o. Esse “desperdício” coletivo não é para a utilidade pessoal nem para a utilidade do capital; ele aspira a ser **político**. Ele oferece um processo para que um coletivo possa entender e definir a “vida boa”, resgatando os indivíduos de suas vidas privatizadas ilusórias e sem sentido.

A **dépense** gera horror, não apenas entre os partidários da austeridade, mas também entre keynesianos, marxistas e radicais de todos os tipos, incluindo alguns ambientalistas. Voltando aos nossos exemplos, vejamos a reação ao contexto da fala de Cameron. Os progressistas reagiram porque o primeiro-ministro estava pedindo austeridade, enquanto falava em um suntuoso salão rodeado por mobiliário trabalhado em ouro. Nós não estamos particularmente preocupados com essas despesas pródigas, por parte de uma instituição pública como a City of London Corporation, que foi fundada na Idade Média. O ouro do Salão do Prefeito é uma despesa improdutiva, com a essência antiutilitarista de uma era passada que precedeu o **capitalismo**. Para os keynesianos, o terrível nesse quadro era a exibição de riqueza ociosa; para nós, não. A contradição não está entre o apelo de Cameron à austeridade em meio a móveis dourados; a verdadeira contradição é seu apelo a um Estado austero em um lugar que simboliza uma época durante a qual os soberanos não se constrangiam com a **dépense**.

O Salão do Prefeito é uma forma de **dépense** pública, que nós não queremos reproduzir, mas que não censuramos como tal. Estamos cientes de que o ouro no Guildhall de Londres é resultado da exploração de trabalhadores, colônias e ecossistemas pelo Império Britânico, e somos contrários a essas expropriações e esses esgotamentos, mas nossa questão aqui é o destino do excedente, e não a sua origem. O excedente social *pode* ser, e muitas vezes foi, resultado de exploração, mas não precisa ser, pois a riqueza comum pode ser gerada sem exploração. Os progressistas que não gostaram do discurso de Cameron condenaram a contradição entre a exibição de riqueza e seu apelo à austeridade. Não vemos nada de contraditório entre essa riqueza ser produto da exploração e o apelo de Cameron à austeridade, ou seja, a mais exploração dos trabalhadores.

Muitos ambientalistas terão dificuldade de aceitar um desperdício não utilitarista dos recursos, porque seu **imaginário** está muito apegado à ideia de escassez natural. Mas a escassez é social. Desde a Idade da Pedra, temos mais do que precisamos para um nível básico de vida. As sociedades afluentes originais de Sahlins não vivenciaram escassez, mas não porque tivessem muito, e sim porque não sabiam o que significa escassez e achavam que sempre tinham o suficiente. Consumiam o que coletavam, e nunca acumulavam. A escassez pede que se economize e se acumule, é por isso que o senso comum na sociedade industrial diz que a escassez é o grande problema da humanidade. É por isso que a escassez é a condição *sine qua non* do **capitalismo**. Nossa mensagem aos ecologistas frugais é de que é melhor desperdiçar recursos em decorações de ouro em um prédio público ou bebê-los em uma grande festa do que colocá-los em uso, acelerando ainda mais a extração de novos recursos e a degradação do meio ambiente. É a única maneira de escapar do **Paradoxo de Jevons**. É a acumulação que fomenta o **crescimento**, e não o desperdício. Mesmo em uma sociedade de indivíduos frugais, com um **metabolismo** reduzido, ainda haverá um excedente que terá de ser gasto para que o **crescimento** não seja reativado.

Para aqueles que estão preocupados com a possibilidade de não haver recursos suficientes para garantir as necessidades básicas, e menos ainda para desperdiçá-los inutilmente, observemos a incrível quantidade de recursos gastos atualmente em bolhas e jogos posicionais de soma zero, cujo objetivo nada mais é do que a circulação de capital (na verdade, o que Krugman pede). Os economistas percebem que as bolhas não são uma aberração; elas são vitais para o **capitalismo** e o **crescimento**. Pensemos na imensa quantidade de recursos gasta em esportes profissionais, cinema e arte moderna comercial, serviços financeiros ou todos os tipos de consumo posicional (últimos modelos de carros, casas ou aparelhos cujo único valor fugaz é ser de último

modelo). Um jogo de futebol é tão agradável quanto era há 50 anos, quando o esporte era praticado por amadores, e um filme ou uma pintura não são melhores hoje do que naquela época, apesar das enormes quantidades de capital que circulam para financiar e vender esportes e artes. “Ferraris para todos” é o sonho fugaz do **crescimento**, mas, quando todos tiverem uma Ferrari, a Ferrari será o Fiat de sua geração. Os economistas têm demandado limites para essa competição de soma zero pelo consumo posicional, limites que liberariam recursos para o **crescimento** real. Nós queremos liberar esses recursos para garantir as necessidades básicas e festejar coletivamente com o resto, para afirmar o **político** de uma nova era. No decrescimento, fizemos avanços consideráveis no pensamento sobre instituições do Estado e autônomas que servirão para atender necessidades básicas. Agora, precisamos pensar sobre as instituições que serão responsáveis pela socialização da **dépense** improdutiva e as maneiras pelas quais o excedente em circulação será limitado e gasto.

Ao mesmo tempo em que os discursos capitalistas culpam a ociosidade dos “fatores de produção” em nível da sociedade, eles também promovem a privatização do consumo supérfluo: o indivíduo pode ficar bêbado, gastar todas as suas economias no cassino, organizar festas privadas com champagne e caviar para o seu séquito, gastar todos os seus recursos acumulados em passatempos luxuosos ou compras ostentatórias, ou alugar belos corpos de mulheres e homens para orgias VIP. Toda essa **dépense** personalizada é permitida em nome da liberdade de cada indivíduo para procurar de forma ilusória o sentido da vida em sua esfera pessoal. A premissa inquestionável de uma sociedade moderna é o direito de cada pessoa a acumular recursos além das necessidades básicas e usá-los para realizar o que considera uma “vida boa”. Como consequência, o sistema tem que crescer constantemente para permitir que cada um tenha a oportunidade de exercer esse direito, já que finge fazê-lo em abstrato.

Essa característica central da modernidade também tem afetado muitas vertentes do marxismo, que levaram o sonho da emancipação coletiva ao extremo, por meio de uma vida de abundância material para todos. Os regimes socialistas realmente existentes, na verdade, constataram que as necessidades básicas poderiam muito bem ser satisfeitas para todos. Mas, ao fazer isso, reprimiram a **dépense** privada e negaram a **dépense** socializada (com exceção de desfiles militares e cerimônias em honra de burocratas stakhanovistas). A hipótese postulada aqui é de que foi a supressão da **dépense** tanto privada quanto social que levou ao fracasso e, posteriormente, ao colapso, desses regimes.

Na sociedade do decrescimento que imaginamos, a **dépense** será levada de volta à esfera pública, mas a sobriedade vai caracterizar o indivíduo. Esse

chamado à sobriedade pessoal não se dá em nome de déficits financeiros, limites ecológicos ou razões morais; nosso chamado não é o chamado protestante, dos apoiadores da austeridade. Nossa reivindicação de sobriedade se baseia na premissa de que encontrar o sentido da vida individualmente é uma ilusão antropológica. Considere, por exemplo, aqueles indivíduos ricos que, depois de ter tudo, ficam deprimidos e não sabem o que fazer com suas vidas. Encontrar o sentido sozinho é uma ilusão que leva a resultados ecológica e socialmente injustos, uma vez que não pode ser sustentada para todos. O sujeito sóbrio do decrescimento que vislumbramos não aspira à acumulação privada de coisas, porque quer estar livre da necessidade de encontrar o sentido da vida individualmente. As pessoas devem se levar menos a sério, por assim dizer, e desfrutar a vida, livres do peso insuportável das opções ilimitadas. Assim como o pianista em “A lenda do pianista do mar”, o sujeito sóbrio sabe muito bem que não deve desejar um piano com teclas ilimitadas. Como o pianista, ele sempre vai preferir um barco limitado a uma cidade ilimitada. O sujeito sóbrio encontra sentido nas relações, não em si mesmo. Liberado do projeto de encontrar individualmente o sentido da vida, ele pode se dedicar a uma vida cotidiana centrada no **cuidado** e na reprodução, e participar da **dépense** social democraticamente determinada. Antropologicamente, esse sujeito do decrescimento já existe. É o tema dos **nowtópicos** e das **ecocomunidades**. É encontrado entre os **neorrurais** que trabalham a terra ou nos moradores da cidade que cultivam **hortas urbanas** ou que ocupam praças. A questão em aberto é como isso pode se espalhar e se reproduzir, mas esta é uma questão **política**, e não uma questão individual.

O par **dépense** social/sobriedade pessoal deve substituir o par austeridade social/excesso individual. Nosso **imaginário** dialético é “**político**” no sentido profundo do termo. Comparemos com a economia supostamente “política” de Krugman, que, como o personagem de *O leopardo*, quer mudar tudo (até mesmo inventar alienígenas!), apenas para que as coisas permaneçam as mesmas. O paradoxo da economia política contemporânea é, de fato, que ela não deve ser política, ou seja, não deve participar da construção do (novo) sentido da vida, que é um assunto a ser deixado aos indivíduos e suas redes privadas. Em vez disso, sustentamos que, uma vez que as necessidades básicas tenham sido garantidas, é na decisão coletiva sobre “o que gastar (**dépense**)” que se pode construir um sentido da “vida boa”, e o **político** de uma nova era pode ser liberado. O domínio do sentido começa onde termina o da necessidade. Uma sociedade do decrescimento teria de construir novas instituições para escolher de forma coletiva como dedicar seus recursos a necessidades básicas, por um lado, e a diferentes formas de **dépense**, por outro. O **político** não termina com a satisfação das necessidades básicas; ele

começa nela. A escolha entre festas coletivas, jogos olímpicos, ecossistemas ociosos, gastos militares ou viagens ao espaço ainda existirá. O peso sobre a democracia e as instituições deliberativas será mais intenso do que agora, que o dogma do **crescimento** e do reinvestimento permanente evadiu as perguntas difíceis sobre o que queremos fazer quando tivermos o suficiente. A economia política estará interessada no sagrado novamente, e a economia da austeridade para a maioria e do desfrute privado para poucos dará lugar a uma economia de festa comum para todos os indivíduos sóbrios.

*Vive la décroissance conviviale! Pour la sobriété individuelle et la dépense sociale!*

# SIM, PODEMOS DECRESCER

*Giorgos Kallis e Research & Degrowth*

Com a intenção de abordar a questão da transição de uma sociedade como a atual, baseada no **crescimento** econômico (independentemente de ela o ter ou não), até uma sociedade de prosperidade sem **crescimento**, apresentamos, em dezembro de 2014, dez propostas de políticas públicas decrescentistas. O texto faz parte de uma trilogia de artigos que foi a primeira tentativa modesta por parte do Coletivo Recerca i Decreixement (Research & Degrowth), de Barcelona, de intervir no debate espanhol. Particularmente, quisemos responder a Antonio Turiel (Kallis, 2014b), Vincenç Navarro (Kallis, 2014a) e Juan Torres Lopez no debate que eles haviam travado sobre o programa do partido Podemos e o decrescimento.

Publicado pela primeira vez em *Eldiario.es* (Kallis; Coletivo Recerca i Decreixement, 2014), o texto que apresentamos aqui é uma versão mais extensa que foi reproduzida por vários meios de comunicação europeus, incluindo *The Press Project*, *The Ecologist*, *Libération*, *Der Freitag*, *Wiener Zeitung* e *Der Standard*, bem como por Naomi Klein, que definiu as propostas como “excelentes” em seu blog.

Na história política europeia, houve várias contribuições, de diferentes cores, na linha do decrescimento. A título de exemplo, recordemos o comunista Enrico Berlinguer (secretário do PCI, 1972-1984) com sua proposta de “austeridade revolucionária”, o social-democrata holandês Sicco Mansholt (presidente da Comissão Europeia, 1972-1973), que defendia o crescimento zero, ou os verdes alemães da primeira onda, os “fundis” (fundamentalistas), cujas propostas eram muito semelhantes às do decrescimento. Mais recentemente, tampouco fomos os primeiros nem seremos os últimos a tentar desenhar um decálogo de propostas políticas decrescentistas. Serge Latouche fez isso no *Le Monde Diplomatique* (2005) e Florent Marcellesi, em *Ecologia Política* (2013). Contudo, em vez de princípios gerais, tentamos apresentar

propostas concretas e bem delimitadas, embora incompletas. Outros aspectos importantes são discutidos no livro, como a reapropriação do **dinheiro** ou a questão do trabalho do **cuidado**. Com relação à escala, nossas propostas estão pensadas em nível de região do mundo ou de país, enquanto já existem outros excelentes decálogos de políticas municipais decrescentistas (Martínez; Marcellesi, 2015; Municipales 2015, 2014; González Reyes, 2015). Por fim, cabe destacar como óbvio que a via parlamentar não é a única nem a mais importante, mas é uma estratégia complementar que está se configurando como oportunidade possível na conjuntura atual.

Por ocasião da publicação de nosso livro na Espanha, convidamos Alberto Acosta (ex-candidato à presidência da República do Equador), Florent Marcellesi (EQUO) e Juan Carlos Monedero (Podemos) a comentar as propostas, com a esperança de poder continuar, no futuro, uma discussão construtiva, frutífera e transformadora com qualquer ator sinceramente interessado, sem medo de críticas ou diferenças, mas sempre com a justiça social e a sustentabilidade ecológica como horizonte. Nossa impressão é de que a prolongada recessão na Espanha e em outras economias maduras poderia facilitar a entrada do decrescimento no debate político parlamentar, nem que fosse para transformar a necessidade em virtude. Se o FMI (Balgrave; Furceri, 2015) ou os economistas neoclássicos, como Lawrence Summers (2013) propõem o “estancamento secular” (ou sistêmico) como “nova normalidade”, acreditamos que o decrescimento também pode aspirar, com toda a legitimidade, a ser uma alternativa de “nova normalidade”, digamos, uma alternativa subversiva, “incivil” e emancipatória para superarmos esta crise de civilização e nos lançarmos sem medo a uma nova era.

## REFERÊNCIAS

BALGRAVE, P.; FURCERI, D. Lower potential growth: a new reality. *International Monetary Fund*, 7 abr. 2015. Disponível em: <[www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2015/new040715a.htm](http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2015/new040715a.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

GONZÁLEZ REYES, L. Políticas municipales decrecentistas. *El Salmon Contracorriente*, 5 jan. 2015. Disponível em: <[www.elsalmoncontracorriente.es/?Politicas-municipales](http://www.elsalmoncontracorriente.es/?Politicas-municipales)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

KALLIS, G. Malentendiendo el significado de decrecimiento. *Público.es*, 4 dez. 2014a. Disponível em: <[blogs.publico.es/otrasmiradas/3239/malentendiendoel-significado-de-decrecimiento/](http://blogs.publico.es/otrasmiradas/3239/malentendiendoel-significado-de-decrecimiento/)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Por un nuevo sentido común decrecentista. *Eldiario.es*, 1º dez. 2014b. Disponível em: <[www.eldiario.es/ultima-llamada/Decrecimiento-limitesfin\\_del\\_capitalismo\\_6\\_330426966.html](http://www.eldiario.es/ultima-llamada/Decrecimiento-limitesfin_del_capitalismo_6_330426966.html)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

KALLIS, G.; COLETIVO RECERCA I DECREIXEMENT. Sí, podemos decrecer. *Eldiario.es*, 14 dez. 2014. Disponível em: <[www.eldiario.es/ultima-llamada/Decrecimiento-programa\\_economico\\_Podemos\\_6\\_334276588.html](http://www.eldiario.es/ultima-llamada/Decrecimiento-programa_economico_Podemos_6_334276588.html)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

LATOUCHE, S. Écofascisme ou écodémocratie. *Le Monde Diplomatique*, nov. 2005. Disponível em: <[www.monde-diplomatique.fr/2005/11/LATOUCHE/12900](http://www.monde-diplomatique.fr/2005/11/LATOUCHE/12900)>. Disponível em espanhol em: <[www.decrecimiento.info/2012/03/ecofascismo-o-ecodemocracia.html](http://www.decrecimiento.info/2012/03/ecofascismo-o-ecodemocracia.html)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. La décroissance: un projet politique. *Entropia: Revue d'Étude Théorique et Politique de la Décroissance*, n. 1, 2012. Disponível em: <[www.entropia-la-revue.org/spip.php?article101](http://www.entropia-la-revue.org/spip.php?article101)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

MARCELLESI, F. Decálogo para la gran transformación ecológica. *Ecología Política*, 29 maio 2013. Disponível em: <[www.ecologiapolitica.info/?p=468](http://www.ecologiapolitica.info/?p=468)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

MARTÍNEZ, R.; MARCELLESI, F. Ganemos, una visión desde la ecología política. *Trasversales*, n. 33, 2015. Disponível em: <[www.trasversales.net/t33rmfm.htm](http://www.trasversales.net/t33rmfm.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

MUNICIPALES 2015. *DecreceMadrid*, 8 dez. 2014. Disponível em: <[sindominio.net/wp/decrecimientomadrid/municipales-2015-3/](http://sindominio.net/wp/decrecimientomadrid/municipales-2015-3/)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

SUMMERS, L. Why stagnation might prove to be the new normal. *Financial Times*, 15 dez. 2013. Disponível em: <[www.ft.com/cms/s/2/87cb15ea-5d1a-11e3-a558-00144feabdc0.html](http://www.ft.com/cms/s/2/87cb15ea-5d1a-11e3-a558-00144feabdc0.html)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

# DEZ PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

*Giorgos Kallis e Coletivo Research & Degrowth*

Em nosso livro *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*, argumentamos que o **crescimento** econômico não apenas está se tornando cada vez mais difícil nas economias avançadas, mas também não é sustentável – ambiental ou socialmente falando. O clima global, o Estado de bem-estar e laços sociais ancestrais são sacrificados para apaziguar o deus do crescimento.

Como um paciente terminal, populações inteiras são forçadas a sofrer eternamente, apenas para que suas economias subam alguns décimos na escala do **PIB**, o que, na realidade, serve apenas para sustentar os benefícios do 1%.

Em teoria, o crescimento é necessário para pagar **dívidas**, criar novos empregos ou elevar a renda dos mais pobres. Na prática, temos tido décadas de **crescimento** econômico e continuamos em **dívida**, com desemprego juvenil e índices de pobreza mais elevados do que nunca. O **crescimento** econômico se baseou em nosso endividamento, e agora somos obrigados a crescer para pagar a **dívida**.

O decrescimento se propõe a descolonizar o **imaginário** coletivo da ideologia que vislumbra no futuro uma única alternativa para que a maioria da população mundial possa viver melhor: **crescimento** econômico. Decrescimento não é o mesmo que recessão; é a possibilidade de se obter prosperidade sem **crescimento** econômico, de conseguirmos um mundo melhor vivendo de forma simplesmente diferente.

Em outras palavras, podemos ter trabalhos de qualidade sem a necessidade de **crescimento** infinito, sustentar um Estado de bem-estar sem que a economia aumente todos os anos, aumentar a igualdade e eliminar a pobreza sem ter que acumular mais e mais dinheiro a cada ano.

O decrescimento visa não apenas as consequências do **capitalismo**, mas também seu próprio espírito. O **capitalismo** não conhece limites, só sabe se expandir, criando enquanto destrói. O **capitalismo** não pode e não sabe estabilizar a situação. O **capitalismo** pode vender tudo, mas nunca pode vender menos. O decrescimento econômico oferece uma nova narrativa para a esquerda radical que quiser ir além do **capitalismo** sem reproduzir as experiências autoritárias e produtivas do socialismo existente, que alguns chamam capitalismo de Estado.

Uma nova esquerda – nova em termos de ideias, mas também em termos da juventude de seus membros – está se levantando na Europa, da Espanha e da Catalunha, à Grécia, à Eslovênia ou à Croácia (Horvat, 2014). Será que essa esquerda também é verde e vai propor um modelo alternativo e cooperativo de economia, inspirado nas ideias do decrescimento? Ou essa nova esquerda, assim como a nova esquerda da América Latina, arrastada pelas demandas do capital global, reproduzirá a lógica de expansão do **capitalismo**, apenas substituindo corporações multinacionais por nacionais e distribuindo mais migalhas à população?

Muitas pessoas que simpatizam com as ideias e críticas expressadas em nosso livro nos dizem que, embora a crítica decrescentista soe razoável, suas propostas são vagas e nunca poderiam ser implementadas. Parece mais fácil imaginar o fim do mundo, ou mesmo o fim do **capitalismo**, do que o fim do **crescimento**.

Nem os partidos políticos mais radicais se atrevem a pronunciar a “palavra que começa com D”, tampouco questionam até onde o **crescimento** é desejável. Para romper com esse malefício do **crescimento**, nós, do Research & Degrowth, decidimos organizar algumas das políticas propostas que têm origem na tese do decrescimento, as quais se discutem neste livro.

A seguir, apresentamos dez propostas que redigimos para o contexto espanhol e catalão. O contexto a que essas políticas se referem é específico, mas, com certos ajustes e adaptações, elas são aplicáveis e relevantes para a esquerda radical ou os partidos verdes de toda Europa.

Este programa não pretende ser completo, já que não inclui propostas sobre temas cruciais (aposentadorias, hospitais e escolas, bancos públicos, fim dos despejos, etc.), já incluídas nos programas de partidos progressistas e que contam com nosso apoio.

## 1 REESTRUTURAR E ELIMINAR PARTE DA DÍVIDA

Uma economia não pode ser forçada a crescer para pagar as **dívidas** acumuladas, que contribuíram para um **crescimento** fictício no passado. É

essencial não apenas reestruturar, mas também eliminar parte da **dívida** com uma auditoria liderada pela cidadania, parte de uma nova cultura realmente democrática. Essa eliminação não deveria se dar à custa de poupadores ou aposentados modestos da Espanha ou de outros lugares. Uma vez reduzida a dívida, os limites ao carbono e aos recursos (ver proposta 9) garantirão que a oportunidade não seja usada para mais **crescimento** e consumo.

## 2 REDUZIR E COMPARTILHAR O TRABALHO

Reduzir a 30 as horas semanais de trabalho e desenvolver programas de apoio a empresas e organizações que queiram facilitar o **compartilhamento de trabalho**. Isso deve ser feito de forma que a perda salarial só afete os 10% da população que recebem as rendas mais altas. Complementada com limites ambientais e a reforma fiscal proposta abaixo (ver proposta 4), será mais difícil usar essa liberação de tempo para consumo material.

## 3 RENDA BÁSICA E RENDA MÁXIMA

Estabelecer uma **renda básica** para todos os residentes da Espanha, entre 400 e 600 euros mensais, concedida sem qualquer outro requisito (Arcarons et al., 2014). Essa política deve ser formulada em conjunto com outras, de modo que aumentem a renda dos 50% inferiores da população enquanto diminuem a dos 10% superiores, para financiar a mudança. A **renda máxima** de qualquer pessoa – procedente tanto do trabalho como do capital – não deveria ultrapassar o valor de 30 vezes a **renda básica** (12.000-18.000 euros mensais).

## 4 REFORMA FISCAL

Implementar um sistema de contabilidade para transformar o sistema fiscal no longo prazo, passando de uma política fiscal baseada principalmente no trabalho a outra, baseada no uso de energia e recursos. Os impostos sobre os salários mais baixos poderiam ser reduzidos e compensados com um imposto sobre o carbono. Estabelecer alíquotas de 90% para as rendas mais altas (comuns nos Estados Unidos na década de 1950). Esses impostos freariam o consumo de luxo e eliminariam os incentivos aos lucros excessivos, que levam à especulação financeira. Taxar, também, a riqueza do capital através do imposto de sucessão e de alíquotas muito mais elevadas à propriedade, como pode ser o caso das moradias, a partir de um nível razoável (por exemplo, em zona urbana, uma moradia de não mais de 80 m<sup>2</sup> por membro adulto do domicílio).

## 5 DEIXAR DE SUBSIDIAR ATIVIDADES SUJAS E FORTEMENTE CONTAMINANTES, REDIRECIONANDO OS RECURSOS PARA ATIVIDADES LIMPAS

Reduzir a zero os investimentos ou subvenções públicas a infraestruturas de transporte privado (como novas estradas ou ampliações de aeroportos), tecnologia militar, combustíveis fósseis e mineração de grande porte. Usar os fundos economizados para investir na melhoria de espaços públicos rurais e urbanos já existentes, como praças e ruas exclusivas para pedestres, subsidiar o transporte público e os sistemas de bicicletas compartilhadas. Apoiar o desenvolvimento das energias renováveis em pequena escala, descentralizadas e sob controle local e democrático, em vez de macroestruturas concentradas e massificadas, sob controle empresarial.

## 6 APOIAR A SOCIEDADE ALTERNATIVA

Apoiar, com subvenções, isenções tributárias e legislação, o setor econômico cooperativo e não mercantil, que inclui redes alternativas de alimentação, economia solidária, **cooperativas** e redes de atenção básica à saúde, cooperativas de moradia compartilhada, de crédito, de ensino, de artistas e de outros trabalhadores. Facilitar a desmercantilização de espaços e atividades como grupos de apoio mútuo, grupos de **cuidado** compartilhado de crianças e centros sociais.

## 7 OTIMIZAR O USO DO PARQUE IMOBILIÁRIO

Frear a construção de novas moradias, reabilitar o parque existente e fomentar sua plena ocupação. Na Espanha, esses objetivos poderiam ser atingidos por meio de impostos muito altos sobre imóveis abandonados e vazios, e segundas casas, priorização do uso social das moradias do SAREB e, se for necessário, expropriação por interesse social de moradias vazias de investidores privados. Como “uso social”, entendemos as políticas de aluguel social, a economia cooperativa e o bem comum.

## 8 REDUZIR A PUBLICIDADE

Estabelecer critérios muito restritivos para a publicidade em espaços públicos, priorizando, se for o caso, a publicidade pública e reduzindo em muito aquela de caráter comercial. Desenvolver políticas por meio de impostos e comitês para controlar a quantidade e a qualidade da publicidade permitida nos meios de comunicação.

## 9 ESTABELECEER LIMITES AMBIENTAIS

Estabelecer limites absolutos e decrescentes à quantidade total de CO<sub>2</sub> que a Espanha pode emitir e à quantidade total de recursos materiais que o país usa, muitos deles importados do Sul Global. Esses limites seriam estabelecidos em termos de CO<sub>2</sub>, materiais, pegada hídrica e as superfícies de cultivo que os produtos importados trazem incorporados. Essas contabilidades já existem, devendo ser tornadas politicamente relevantes e ser popularizadas. Deveriam ser estabelecidos outros limites similares à extração de água, à quantidade total de solo construído e ao número de licenças para serviços turísticos em zonas de chegada massiva de turistas.

## 10 ABOLIR O USO DO PIB COMO INDICADOR DE PROGRESSO ECONÔMICO

Se o **PIB** é um indicador enganoso, deveríamos deixar de usá-lo e buscar outros indicadores de prosperidade. É possível coletar e usar dados de contabilidade macroeconômica nacional com finalidades monetárias e fiscais, mas a política econômica já não deveria ser expressa em metas do **PIB**. É necessário abrir um debate sobre que é bem-estar, refletindo sobre o que medir, em vez de *como* medi-lo.

Essas políticas são complementares e têm que ser implementadas em harmonia. Por exemplo, estabelecer limites ambientais pode reduzir o **crescimento** e criar desemprego, mas **compartilhar trabalho** com uma **renda básica** desvincula a criação de empregos e a seguridade social do **crescimento** econômico.

Redirecionar investimentos que estão em atividades sujas a outras, limpas, e reformar o sistema tributário nos garantem o surgimento de uma economia verde, ao passo que deixar de usar o **PIB** como parâmetro de prosperidade nos garante que essa transição seja considerada um êxito e não um fracasso.

Por fim, as mudanças na tributação e os controles na publicidade relaxarão a concorrência posicional e reduzirão o sentimento de frustração relacionado à falta de **crescimento**. Investir nos **recursos comuns** e nas infraestruturas compartilhadas aumentará a prosperidade sem **crescimento**. Não esperamos que partidos políticos façam do decrescimento sua bandeira. Compreendemos as dificuldades de confrontar, de repente, um senso comum tão arraigado. Mas esperamos, sim, que os partidos políticos da esquerda radical deem passos na direção correta e adotem boas políticas públicas como as que propomos, independentemente de seu efeito sobre o **crescimento**.

Esperamos que eles evitem a todo custo o relançamento do **crescimento** econômico dentro de seus objetivos. Esperamos que estejam preparados com ideias e um plano de ação caso a economia resista a crescer. Não é um objetivo simples, mas nunca se supôs que a esquerda radical seguiria o caminho fácil.

## REFERÊNCIAS

ARCARONS, J.; DOMÈNECH, A.; RAVENTÓS, D.; TORRENS, L. Un modelo de financiación de la renta básica para el conjunto del Reino de España: sí, se puede y es racional. *Sin Permiso*, 7 dez. 2014. Disponível em: <[www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=7535](http://www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=7535)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

HORVAT, S. Europe's new left parties can make the dreams of 1968 come true. *The Guardian*, 6 dez. 2014. Disponível em: <[www.theguardian.com/commentisfree/2014/nov/06/europe-new-left-parties-1968-syriza-podemos-united-left](http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/nov/06/europe-new-left-parties-1968-syriza-podemos-united-left)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

# SOBRE OS AUTORES

## ORGANIZADORES

FEDERICO DEMARIA é pesquisador no Instituto de Ciência e Tecnologia Ambientais da Universidade Autônoma de Barcelona, e tem ligação com o Centro de Estudos em Políticas para a Ciência da Universidade Jawaharlal Nehru (jnu), na Índia. Trabalha com economia ecológica e ecologia política, com foco na política de resíduos na Índia, e faz parte do ejolt ([www.ejolt.org](http://www.ejolt.org)), um projeto de pesquisa global que reúne ciência e sociedade para catalogar e analisar os conflitos de distribuição ecológica e enfrentar a injustiça ambiental. Desde 2006, tem participado do movimento e do debate sobre o decrescimento, inicialmente com a Associação Italiana de Decrescimento e, posteriormente, como cofundador da Research & Degrowth (Espanha). E-mail: [federicodemaria@gmail.com](mailto:federicodemaria@gmail.com).

GIACOMO D'ALISA, doutor em economia, é um jovem economista ecológico e ecologista político. Desde 2012, tem trabalhado como coordenador adjunto do projeto Rede Europeia de Ecologia Política, financiado pela ue, no Instituto de Ciência e Tecnologia Ambientais (Universidade Autônoma de Barcelona). Nos últimos cinco anos, sua pesquisa tratou da má gestão de resíduos na Campânia (Itália) e dos recursos comuns. Atualmente é pesquisador na Universidade de Roma La Sapienza, trabalhando com o tráfico ilegal de resíduos na Europa. É membro da associação Research & Degrowth (Barcelona). Para ele, a transformação rumo a uma sociedade do decrescimento implica uma mudança suave do indivíduo hipertrófico moderno em direção a uma pessoa sóbria, comprometida com a *dépense* social. E-mail: [giacomo\\_dalisa@yahoo.it](mailto:giacomo_dalisa@yahoo.it).

GIORGOS KALLIS é economista ecológico e coordena a Rede Europeia de Ecologia Política, financiada pelo programa Marie Curie. Antes de se tornar professor em Barcelona, fez pós-doutorado no Grupo de Energia e Recursos da Universidade da Califórnia, em Berkeley, e doutorado em política e pla-

nejamento ambiental na Universidade do Egeu, na Grécia. Tem mestrado em economia pela Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona, além de mestrado em engenharia ambiental e graduação em Química pelo Imperial College de Londres. É membro da Research & Degrowth (Espanha). E-mail: giorgoskallis@gmail.com.

## COLABORADORES

ALEVGÜL H. ŞORMAN é investigadora no grupo de Avaliação Integrada no Instituto de Ciência e Tecnologia Ambientais da Universidade Autônoma de Barcelona. Concentra-se na análise integrada multiescala de sistemas de energia e metabolismo social. E-mail: alevgul@gmail.com.

ANTONELLA PICCHIO é economista feminista com interesse de pesquisa em reprodução social e trabalho não remunerado. Seu livro mais conhecido é *Social reproduction: the political economy of the labour market* (1992). Picchio também organizou *Unpaid work and the economy: a gender analysis of the standards of living* (2003). Ela milita no movimento feminista desde os anos 1970. E-mail: picchio@unimo.it.

ARTURO ESCOBAR é professor de antropologia da Universidade da Carolina do Norte, em Chapel Hill. Seus principais interesses são: ecologia política, design e antropologia do desenvolvimento, movimentos sociais, e ciência e tecnologia. Nos últimos vinte anos, tem trabalhado em estreita colaboração com diversos movimentos sociais afro-colombianos do Pacífico colombiano, especialmente o Processo de Comunidades Negras (PCN). Seu livro mais conhecido é *Encountering development: the making and unmaking of the third world* (1995, 2ª ed 2011). Seu livro mais recente é *Territories of difference: place, movements, life, redes* (2008). E-mail: aescobar@email.unc.edu.

BARBARA MURACA é pesquisadora de pós-doutorado no Instituto de Sociologia da Universidade Friedrich-Schiller, em Jena, com a Fundação Alemã de Pesquisa – Grupo Avançado de Pesquisa “Sociedades do Pós-Crescimento”. Barbara trabalha no campo de pesquisa de ética, filosofia ambiental e filosofia social. E-mail: barbara.muraca@uni-jena.de.

B. J. UNTI é doutorando no Departamento de Economia da Universidade de Missouri-Kansas City e atualmente leciona na Faculdade de Bellevue, no estado de Washington. E-mail: bjufz5@mail.umkc.edu.

BLAKE ALCOTT nasceu em Oklahoma e Connecticut, e trabalhou até 2001 em Zurique, como marceneiro. Fez mestrado em política ambiental da Universidade de Cambridge, em 2006, e doutorado em estratégias de sustentabilidade na Universidade de East Anglia, em 2013. Atualmente, é economista ecológico e, aposentado, mora em Cambridge. Site: [www.blakealcott.org](http://www.blakealcott.org). E-mail: [blakeley@bluewin.ch](mailto:blakeley@bluewin.ch).

CHIARA CORAZZA se formou na Universidade Ca'Foscari (Veneza) com tese sobre a economia da Kumarappa, apresentada na Conferência sobre Decrescimento em Veneza (2012). É membro do Conselho Editorial de DEP (Deportate, Esuli, Profughe). Site: [www.unive.it/dep](http://www.unive.it/dep). E-mail: [chiaracory@hotmail.it](mailto:chiaracory@hotmail.it).

CHICO WHITAKER arquiteto, trabalhou na França e no Chile como pesquisador e orientador para o Comitê Católico Contra a Fome, a UNESCO e a CEPAL, dentre outras organizações. Ajudou a organizar o Fórum Social Mundial. Recebeu o Prêmio Nobel Alternativo por sua luta a favor da justiça social. É membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz e militante na Coalizão Por um Brasil Livre de Usinas Nucleares, também é um dos fundadores do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral e um dos organizadores do Projeto Ficha Limpa. Whitaker fez parte do conselho consultivo do Wikileaks e foi sócio-fundador da organização não-governamental Transparência Brasil.

CHRIS CARLSSON é um dos dirigentes do projeto de história multimídia Shaping San Francisco ([www.shapingsf.org](http://www.shapingsf.org)) e é escritor, editor, organizador de publicações e mobilizador da comunidade. Escreveu dois livros (*After the deluge* e *Nowtopia*, publicado em língua portuguesa pela Tomo Editorial) e organizou outros seis (mais recentemente, *Shift happens! Critical Mass at 20!*). Fez centenas de apresentações públicas a partir dos projetos Shaping San Francisco, Massa Crítica, Nowtopia e suas antologias de história "Reclaiming San Francisco" desde o final da década de 1990. Site: [www.chriscarlsson.com](http://www.chriscarlsson.com).

CHRISTIAN KERSCHNER tem doutorado em economia ecológica do Instituto de Ciência e Tecnologia Ambientais da Universidade Autônoma de Barcelona. Sua principal área de interesse é escassez de recursos e questões gerais de escala econômica. Christian é autor de um influente artigo relacionando a economia de estado estacionário com o campo emergente da economia do decrescimento, e apresentou ideias sobre as bases da Economia de Estado Estacionário.

CHRISTOS ZOGRAFOS é pesquisador sênior do Instituto de Ciência e Tecnologia Ambientais (icta) da Universidade Autônoma de Barcelona. Sua pesquisa sobre ecologia política investiga conflitos ambientais locais relacionados a políticas que tratam das mudanças climáticas (recursos renováveis e adaptação). Seu trabalho sobre economia ecológica explora a relevância dos valores plurais e da democracia deliberativa para a sustentabilidade da tomada de decisões, e a relevância da democracia direta para as transformações baseadas no decrescimento. E-mail: christos.zografos@uab.cat.

CLAUDIO CATTANEO fez seu doutorado no Instituto de Ciência e Tecnologia Ambientais da Universidade Autônoma de Barcelona, onde continua atuando como pesquisador. Sua tese de doutorado explorou a economia ecológica dos moradores de ocupações de Barcelona. Seus interesses de pesquisa se concentram em estilos de vida alternativos, movimentos urbanos e ocupações, “faça você mesmo”, ecologia humana e economia ecológica política. Claudio combina pesquisa com o trabalho prático e social como “okupa”, mecânico de bicicletas e plantador de azeitonas. E-mail: claudio.cattaneo@liuc.it.

DAN O’NEILL é professor de economia ecológica da Universidade de Leeds e economista-chefe do Centro para o Avanço da Economia de Estado Estacionário. É coautor (com Rob Dietz) de *Enough Is enough: building a sustainable economy in a world of finite resources*. E-mail: d.oneill@leeds.ac.uk.

DAVID BOLLIER é escritor, ativista, blogueiro e pesquisador independente. Vem estudando os recursos comuns como um novo paradigma de economia, política e cultura nos últimos quinze anos. É cofundador do Commons Strategies Group e seu livro mais recente é *Think like a commoner: a short introduction to the life of the commons*.

DAVID LLISTAR é autor do livro *Anticooperación: interferencias globales Norte-Sur* (2009). É cofundador do Observatório da Dívida na Globalização (ODG). É físico e deu aulas sobre ecologia política em diferentes universidades. Sua principal área de pesquisa está relacionada aos impactos da economia espanhola sobre países do Sul. E-mail: david.llistar@odg.cat.

DENIS BAYON é membro da associação Research & Degrowth.

DIEGO ANDREUCCI é doutorando “Marie Curie” do projeto Rede Europeia de Ecologia Política (European Network of Political Ecology, ENTITLE), do Instituto de Ciência e Tecnologia Ambientais da Universidade Autônoma de Barcelona. Pesquisa geografias críticas de meio ambiente e desenvolvimento,

com foco na política de extração de recursos naturais na América Latina. E-mail: [diego.andreucci@gmail.com](mailto:diego.andreucci@gmail.com).

EDUARDO GUDYNAS é estudioso do bem viver. Gudynas é secretário-executivo do Centro Latino-Americano de Ecologia Social, no Uruguai, e autor de mais de dez livros e muitos artigos acadêmicos. Tem especialização em desenvolvimento sustentável e alternativas ao desenvolvimento. Site: [www.gudynas.com](http://www.gudynas.com).

ERIK GÓMEZ-BAGGETHUN, doutor em ecologia e meio ambiente, é cientista ambiental e trabalha nos campos da economia ecológica e da ecologia política. É membro da associação Research & Degrowth e pesquisador sênior do Instituto Norueguês de Pesquisa sobre a Natureza e do Instituto de Ciência e Tecnologia Ambientais da Universidade Autônoma de Barcelona. Sua pesquisa tem foco em serviços ecossistêmicos e resiliência de longo prazo. E-mail: [erik.gomez@nina.no](mailto:erik.gomez@nina.no).

ERIK SWYNGEDOUW é professor de geografia na Universidade de Manchester, em sua Escola de Meio Ambiente, Educação e Desenvolvimento. Swyngedouw publicou vários livros e artigos científicos nas áreas de economia política, ecologia política e teoria e cultura urbanas. Concentra-se em pesquisas politicamente explícitas, mas com fundamentação teórica e empírica, que contribui para a construção de uma geografia mais genuinamente humanizante. E-mail: [erik.swyngedouw@manchester.ac.uk](mailto:erik.swyngedouw@manchester.ac.uk).

FELIPE MILANEZ é professor de Descolonização do Conhecimento, Universidade, Sociedade e Ambiente, no Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Integra a Rede Europeia de Ecologia Política (ENTITLE) e o Grupo de Ecologia Política da CLACSO. Escreve sobre conflitos e resistências ecológicas. E-mail: [felipemilanez@ufrb.edu.br](mailto:felipemilanez@ufrb.edu.br)

FILKA SEKULOVA é pesquisadora do Instituto de Ciência e Tecnologia Ambientais da Universidade Autônoma de Barcelona, em estudos de transição e bem-estar. Com formação em psicologia e economia ambiental, escreveu sua tese de doutorado sobre a economia da felicidade e a mudança climática. Tem escrito sobre decrescimento, felicidade e economia ecológica. E-mail: [filka@degrowth.net](mailto:filka@degrowth.net).

GEMMA TARAFÁ tem doutorado em biologia molecular na Universidade de Barcelona e pós-doutorado na Universidade de Yale. Foi pesquisadora do

Instituto Catalão de Oncologia e atualmente é pesquisadora em saúde pública da Universidade Pompeu Fabra (UPF), no Grupo de Pesquisa em Desigualdades e Saúde (GREDS). É pesquisadora do Observatório da Dívida na Globalização (ODG) desde a sua criação, em 2000, e membro da PACD (Plataforma Auditoria Ciudadana de la Deuda). E-mail: gemma.tarafa@odg.cat.

IAGO OTERO, doutor em ciências ambientais, é pesquisador em nível de pós-doutorado nos IRI THESys (Humboldt Universität zu Berlin) e trabalha com o projeto de grupos de “Mudança de vínculos rural-urbanos no mundo” e “Transformações e incertezas de sistemas água-terra”. Escreveu sua tese de doutorado sobre a transformação socioecológica rural-urbana das zonas de montanha mediterrâneas. E-mail: iago.otero.armengol@hu-berlin.de.

ISABELLE ANGUELOVSKI tem formação em estudos e planejamento urbanos. Sua pesquisa se situa no cruzamento entre desigualdade urbana, política ambiental e estudos de planejamento e desenvolvimento. Ela acaba de publicar *Neighborhood as refuge: community reconstruction, place remaking, and environmental justice in the city* (MIT Press, 2014). E-mail: isabelle.anguelovski@uab.cat.

JOAN MARTÍNEZ-ALIER é professor emérito da Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha) e da FLACSO, Quito, Equador. É autor de *Ecological economics: energy, environment and society* (1987) e *The environmentalism of the poor: a study of ecological conflicts and valuation* (2002). E-mail: joanmartinezalier@gmail.com.

JOSHUA FARLEY é economista ecológico e professor titular de Desenvolvimento Comunitário e de Economia Aplicada e Administração Pública. Seus amplos interesses de pesquisa estão direcionados ao formato de uma economia capaz de equilibrar aquilo que é biofisicamente possível com o que é social, psicológica e eticamente desejável. Com Herman Daly, é coautor de *Ecological economics, principles and applications*, 2ª ed. Island Press (2010). E-mail: joshua.farley@uvm.edu.

JULIET SCHOR é professora de sociologia no Boston College e autora de *Plenitude: the new economics of true wealth*. Entre seus livros anteriores estão *The overworked American* e *The overspent American*. Schor também é a principal organizadora do Summer Institute in New Economics e já recebeu o Prêmio Daly Herman da Sociedade Norte-Americana para Economia Ecológica. E-mail: juliet.schor@bc.edu.

KRISTOFER DITTMER é doutorando em economia ecológica no Instituto de Ciência e Tecnologia Ambientais da Universidade Autônoma de Barcelona. E-mail: kristofer.dittmer@gmail.com.

MARCO DERIU é professor assistente de sociologia da comunicação política na Universidade de Parma (Itália). Como membro da Associação Italiana do Decrescimento e da Associação Maschile Plurale, fez parte da Comissão Organizadora da 3ª Conferência Internacional sobre Decrescimento (Veneza, 2012). E-mail: marco.deriu@unipr.it.

MARIANA WALTER é pesquisadora no Instituto de Ciência e Tecnologia Ambientais da Universidade Autônoma de Barcelona e no Instituto Internacional de Estudos Sociais da Universidade Erasmus, de Roterdã. Possui doutorado em estudos ambientais, e sua tese aborda a ecologia política dos conflitos de mineração na América Latina. Participou de projetos de pesquisa na Argentina (UNGS) e na Europa (ALARM, CEECEC), e atualmente trabalha no Projeto ENGOV, com financiamento europeu, visando desenvolver um quadro para o uso sustentável e equitativo dos recursos naturais. E-mail: marianawalter2002@gmail.com.

MARTA CONDE faz doutoramento no Instituto de Ciência e Tecnologia Ambientais da Universidade Autônoma de Barcelona. Sua pesquisa analisa as reações sociais à expansão das indústrias extrativas nas fronteiras das *commodities*. E-mail: mcondep@gmail.com.

MARY MELLOR é professora emérita do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Northumbria, no Reino Unido. É autora de *The future of money: from financial crisis to public resource* (2010). Também publicou amplamente sobre economia política ecofeminista, incluindo um livro intitulado *Feminism and ecology* (1997). Atualmente, trabalha em um livro sobre dinheiro público. E-mail: m.mellor@northumbria.ac.uk.

MAURO BONAIUTI lecionou nas universidades de Bolonha, Modena e Parma, e atualmente leciona na Universidade de Turim. Tem trabalhado principalmente com as relações entre economia, ecossistemas e sociedade, seguindo uma abordagem de sistemas complexos. É cofundador da Associação Italiana do Decrescimento e promotor da Rede Italiana de Economia Solidária. É autor de *The great transition*, (2014) e organizador de *From bioeconomics to degrowth: Georgescu-Roegen's new economics in eight essays* (2011), ambos publicados pela Routledge. E-mail: mauro.bonati@unito.it.

MAYO FUSTER MORELL é pesquisadora de pós-doutorado no Instituto de Governo e Políticas Públicas da Universidade Autônoma de Barcelona, e membro do Centro Berkman para Internet e Sociedade, da Universidade de Harvard. Em 2010, concluiu sua tese de doutoramento no Instituto Universitário Europeu, sobre a governança de recursos comuns digitais. É a principal pesquisadora do IGOPnet para o projeto europeu P2Pvalue, e do programa nacional de pesquisa espanhol Informação, Cultura e Conhecimento: Novas práticas dos cidadãos, novas políticas públicas. E-mail: mayo.fuster@eui.eu.

MOGOBE B. RAMOSE é chefe do Departamento de Filosofia da Universidade da África do Sul, em Pretória. E-mail: ramosmb@unisa.ac.za.

NADIA JOHANISOVA é professora assistente na Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Masaryk (Brno, República Checa). Trabalha nas áreas de economia ecológica e decrescimento. Publicou um estudo comparativo sobre empreendimentos sociais checos e britânicos (*Living in the cracks*, 2005). Seus interesses atuais residem em “práticas econômicas alternativas” (incluindo empreendimentos sociais, cooperativas, projetos locais de alimentos, sistemas de moeda comunitária, etc.) no Norte e no Sul globais e seu papel nas economias do decrescimento atuais e futuras. E-mail: nadia.johaniso@fss.muni.cz.

ONOFRIO ROMANO é professor de sociologia da cultura na Universidade de Bari (Departamento de Ciências Políticas), na Itália. Seus escritos se concentram em culturas pós-modernas e sociedades mediterrâneas. Entre seus livros mais recentes está *The sociology of knowledge in a time of crises* (2014). E-mail: onofrio.romano@uniba.it.

PETER A. VICTOR é professor de Estudos Ambientais na Universidade de York, no Canadá. Seu foco de ensino e pesquisa está na economia ecológica. Está atualmente envolvido em uma colaboração contínua com o professor Tim Jackson (Reino Unido) para desenvolver macroeconomia ecológica, principalmente a construção de um modelo de simulação de economias nacionais destinado a explorar alternativas ao crescimento econômico. E-mail: petervictor@sympatico.ca.

PHILIPPA PARRY é formada na Universidade de Birmingham (Reino Unido) e mestre pelo Forum for the Future (Londres) em Liderança para o Desenvolvimento Sustentável. Sua experiência na The Ecology Building Society semeou um interesse em estruturas cooperativas, levando à criação de um

café orgânico gerido de forma cooperativa, em Barcelona. E-mail: philippa01@gmail.com.

RITA CALVÁRIO é doutoranda no Instituto de Ciência e Tecnologia Ambientais (ICTA) da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) e recebe a bolsa Marie Curie de pesquisa de doutorado da Rede Europeia para a Ecologia Política (ENTITLE). É formada em engenharia agrônômica, tem mestrado em planejamento territorial e ambiental (2010) e em mudanças climáticas e políticas de desenvolvimento sustentável (2012).

RUBEN SURIÑACH PADILLA trabalha no Centro de Pesquisa e Informação sobre o Consumo (CRIC) como gerente de projetos e consultor em consumo sustentável e novas economias. Por meio da revista *Opcions*, tem desenvolvido projetos de pesquisa sobre cooperativismo, inovação social e comunitária e estilos de vida sustentáveis. É economista e tem mestrado em estudos ambientais, especializando-se em economia ecológica. E-mail: rubens@pangea.org.

SOLOMON VICTUS é analista social. Tem doutorado em religião e filosofia pela Universidade Madurai Kamaraj, e mestrado em teologia em análise social pela Universidade de Serampore. Foi teólogo sênior no Seminário Teológico de Tamilnadu, Madurai. É autor de sete livros e centenas de artigos em revistas de importância nacional na Índia. E-mail: solomonvictus@gmail.com.

SAMUEL ALEXANDER é codiretor do Instituto Simplicidade ([www.simplicityinstitute.org](http://www.simplicityinstitute.org)) e leciona uma disciplina chamada “Consumismo e paradigma do crescimento” no mestrado em Meio Ambiente da Universidade de Melbourne, Austrália. Também é um dos fundadores da Transition Coburg e publicou recentemente seu segundo livro, *Entropia: Life Beyond Industrial Civilisation* (2013). E-mail: s.alexander@simplicityinstitute.org.

SERGE LATOUCHE é professor emérito de Economia na Universidade de Paris-Sud. É especialista em relações econômicas e culturais Norte-Sul, e em epistemologia das ciências sociais. Desenvolveu uma teoria crítica em relação à ortodoxia econômica e é um dos principais pensadores e mais renomados partidários da tese do decrescimento. É autor de vários livros, entre eles *Farewell to growth* (2009).

SERGI CUTILLAS é doutorando na Escola de Estudos Orientais e Africanos. Sua pesquisa trata da economia política do dinheiro e das finanças, com interesse especial na natureza e na dinâmica do crédito. Sergi também trabalha como pesquisador do Observatório da Dívida na Globalização, além de

participar da campanha pela auditoria cidadã da dívida no estado espanhol (PACD), parceira da rede CADTM e parte da Rede Internacional de Auditoria Cidadã. E-mail: sergi.cutillas@odg.cat.

SERGIO ULGIATI é professor de Avaliação do Ciclo de Vida e Certificação Ambiental da Universidade Parthenope de Nápoles, Itália. Seus interesses de pesquisa estão nas áreas de contabilidade ambiental e síntese de emergência, avaliação do ciclo de vida e análise de energia. E-mail: sergio.ulgiati@uniparthenope.it.

SILKE HELFRICH é autora e pesquisadora independente, promotora de redes e ativista dos recursos comuns. É fundadora do Commons Strategies Group. Site: [www.commonsblog.de](http://www.commonsblog.de). E-mail: [silke.helfrich@gmx.de](mailto:silke.helfrich@gmx.de).

SUSAN PAULSON explora interações entre gênero, classe, etnia e meio ambiente em diversos contextos da América Latina. A colaboração em pesquisa e construção de teorias sobre a dinâmica do território rural resultou em seu livro de 2013 *Masculinidades en movimiento, transformación territorial* e no volume de 2005 *Political ecology across spaces, scales, and social groups*. Ela leciona sustentabilidade na Universidade da Flórida. E-mail: [spaulson@latam.ufl.edu](mailto:spaulson@latam.ufl.edu).

SYLVIA LOREK, diretora do Instituto de Pesquisas Europa Sustentável, na Alemanha, tem doutorado em economia do consumidor e graduação em economia doméstica e nutrição. Está envolvida em atividades de OSCs relacionadas ao consumo sustentável em níveis nacional, europeu e global. E-mail: [sylvia.lorek@t-online.de](mailto:sylvia.lorek@t-online.de).

TERRENCE MCDONOUGH é professor de economia na Universidade Nacional da Irlanda, em Galway. Seu principal interesse é em abordagens marxistas a etapas na história capitalista. É o co-organizador de *Contemporary capitalism and its crises: social structure of accumulation theory for the 21<sup>st</sup> century* (2010). E-mail: [terrence.mcdonough@nuigalway.ie](mailto:terrence.mcdonough@nuigalway.ie).

TIM JACKSON é professor de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Surrey e Diretor de RESOLVE (Research Group on Lifestyles Values and Environment). Ele também dirige o projeto de acompanhamento Grupo de Pesquisa em Estilos de Vida Sustentáveis (SLRG). Foi autor do polêmico relatório publicado pela Earthscan como *Prosperity without growth: economics for a finite planet*. Seus projetos atuais incluem – em colaboração com o Professor Peter Victor (Universidade de York, em Toronto) – o desenvolvimento do

macromodelo e das contas da economia verde (GEMMA). E-mail: t.jackson@surrey.ac.uk.

VIVIANA ASARA é doutoranda no Instituto de Ciência e Tecnologia Ambientais da Universidade Autônoma de Barcelona, e atualmente faz pesquisas sobre decrescimento e democracia e a ecologia política do movimento dos Indignados. É estudante visitante no Instituto Universitário Europeu (Florença). E-mail: viviana.asara@gmail.com.

XAVIER RENOU é ex-ativista do desarmamento nuclear do Greenpeace francês. Iniciou a rede de ativistas chamada Les Désobéissants (os desobedientes), que treina pessoas para táticas de desobediência civil em um grande número de países e fornece ajuda àqueles que lutam contra a injustiça de qualquer natureza, seja ela ambiental, social ou internacional. Ele próprio ativista e instrutor, também é autor de uma dúzia de livros e editor de uma série de manuais, *Desobeir* (em *Le passager clandestin*, Paris). E-mail: xrenou2@gmail.com.

# COMENTÁRIOS SOBRE O LIVRO

O decrescimento bate de frente com a falsa moeda do crescimento econômico por meio da acumulação de capital: não há riqueza que não seja a vida e, para proteger a vida no planeta e garantir o futuro de todos, é necessário sair do atual sistema de produção. Essa é a mensagem essencial ao nosso tempo.

(John Bellamy Foster, professor de Sociologia da  
Universidade de Oregon, em Eugene)

Realmente precisamos desenvolver um vocabulário para uma nova era, e este livro muito oportuno nos faz dar um grande passo nessa direção, ao apresentar um conjunto impressionante de ideias e conceitos relacionados ao debate sobre o decrescimento. É um recurso muito útil para novatos e para participantes experientes. Todo mundo pode encontrar inspiração e novas conexões entre ideias, seguindo seu caminho pessoal pelos verbetes – é um prazer.

(Inge Røpke, professora de Economia Ecológica da  
Universidade de Aalborg, em Copenhague)

O pensamento do decrescimento é um ponto de encontro estratégico para muitas tendências na política ambiental contemporânea, e este compêndio enciclopédico, amplamente acessível e profundamente informativo ao mesmo tempo, será de valor inestimável na promoção do trabalho de acadêmicos e ativistas comprometidos com a construção de ecossuficiência e da justiça global.

(Ariel Salleh, professor de Ciências Sociais  
da Universidade Friedrich Schiller, em Jena)

Esta coletânea é uma fonte inestimável de conhecimento e inspiração para qualquer pessoa interessada acadêmica ou politicamente em formas alternativas de pensar e agir sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. A coleção é de interesse para economistas, cien-

tistas políticos, ecologistas, geógrafos, planejadores, ambientalistas, ativistas, estudiosos do desenvolvimento, antropólogos, formuladores de políticas e qualquer pessoa que deseje pensar e agir de maneiras que transcendam o atual impasse ambiental e econômico.

(Maria Kaika, professora de Geografia Humana da Universidade de Manchester, em Manchester)

Mais do que uma ideia, o decrescimento é um sonho. Nascido na década de 1970, esse sonho coletivo recorrente sobreviveu à hegemonia neoliberal e – como este livro mostra de forma convincente – tornou-se mais político (e mais feminista) por meio do pensamento e de práticas sociais coletivas. Gostando ou não, deve-se reconhecer essa persistência do conceito e sua capacidade de estimular novos debates e novas formas de mobilização social, apelando a todos aqueles que continuam a ver o “crescimento” como uma falsa solução para os problemas sociais e um verdadeiro desastre para o meio ambiente.

(Stefania Barca, historiadora ambiental na Universidade de Coimbra, em Coimbra)

O “decrescimento” ilumina diversos conceitos para pensar claramente, fornece novas linguagens ao discurso político e descreve os muitos passos que podemos dar para recriar nossa economia, nossas vidas e nossas relações com o planeta Terra. Chame como quiser – felicidade, viver dentro de limites, comunidade, democracia real – o decrescimento nos chama e nos capacita para a ação corajosa”.

(Richard Norgaard, professor emérito de Recursos Energéticos da Universidade da Califórnia, em Berkeley)

Para que os pobres cresçam até uma economia de estado estacionário que seja suficiente para uma vida boa e sustentável por um longo futuro, os ricos devem abrir espaço ecológico, decrescendo ao mesmo nível suficiente (não luxuoso) de estado estacionário. Os ensaios desta coletânea reconhecem a necessidade de enfrentar essa difícil tarefa convergente de compartilhar nosso mundo finito de forma justa.

(Herman Daly, professor emérito de Economia Ecológica da Universidade de Maryland, em Maryland)

Os editores convidam o leitor a fazer a sua própria viagem por este livro. É um sábio conselho, pois os leitores vão percorrer um país das maravilhas de pensamentos radicais, observações intrigantes e visões corajosas para um tipo diferente de mundo. É emocionante e profundamente subversivo.

(Clive Hamilton, professor de Ética Pública do Centro de Filosofia Aplicada e Ética Pública, em Melbourne)

Em uma época marcada pela letargia política, é um alento ter um guia tão ágil para percorrer um universo de ideias não tradicionais, que vão da convivencialidade ao Ubuntu e das hortas urbanas à entropia.

(Marina Fischer-Kowalski, professora de Ecologia Social da Universidade Alpen Adria, em Viena)

Este dicionário é um recurso vital para quem quiser se envolver com as diversificadas redes de ideias e tradições, conceitos analíticos e teorias conhecidas como Decrescimento. Também é uma bússola indispensável para se orientar na complexa simplicidade de alternativas.

(Massimo de Angelis, professor de Economia Política e Desenvolvimento da Universidade de East London, em Londres)

Este livro é uma excelente introdução à política do decrescimento em seus diversos significados e dimensões, aqui analisados e catalogados em dezenas de verbetes que proporcionam um ponto de referência indispensável para quem estiver interessado em participar dos debates em torno dessa perspectiva. Também é uma obra reveladora da evolução do conceito, pois, como demonstra a introdução escrita por seus coordenadores, o decrescimento implica, para muitos, uma variedade de iniciativas – bancos de tempo, moedas sociais, hortas urbanas, economias solidárias – que apontam para uma alternativa à acumulação capitalista e propõem a reconstrução de nossa reprodução em termos mais cooperativos. Portanto, é um volume de consulta, útil para aquelas pessoas comprometidas com o estabelecimento de relações que não sejam baseadas na exploração, já que oferece um mapa das alternativas mundiais ao capitalismo.

(Silvia Federici, professora emérita da Universidade Hofstra, em Nova York)

Num momento da história em que líderes políticos, econômicos e intelectuais nos garantem que já não se pode questionar coisa alguma de fundamental, nada pode ser mais importante do que o movimento – de ideias e ações – que este livro sobre o decrescimento representa. Ele levanta a possibilidade de transcender os dois demônios gêmeos – o produtivismo e o consumismo – responsáveis por muitos fracassos históricos da esquerda e também da direita, e nos convida à tarefa essencial de imaginar e construir uma sociedade na qual os seres humanos possam viver.

(David Graeber, professor de Antropologia da London School of Economics, em Londres)

Este livro é uma apresentação meticulosa e reveladora dos debates sobre as teorias e as práticas econômicas no âmbito da economia do decrescimento, uma tentativa revolucionária de entender a economia levando-se em conta a importância dos seres humanos e da natureza.

(Manuel Castells, professor emérito de Planejamento Urbano e Regional da Universidade da Califórnia, em Berkeley)

O decrescimento analisa a falsa moeda do crescimento econômico mediante acumulação de capital, e a questiona sem rodeios: não há riqueza maior do que a vida e, para proteger a vida no planeta e garantir um futuro para todos, é necessário sair do atual sistema de produção. Essa é a mensagem essencial de nossa época.

(John Bellamy Foster, professor de Sociologia da Universidade do Oregon, em Eugene)

Para que os pobres possam alcançar uma economia de estado estacionário que seja suficiente para uma vida boa e sustentável no futuro, os ricos devem abrir espaço ecológico, decrescendo até esse mesmo estado estacionário suficiente e não opulento. Os ensaios reunidos neste volume reconhecem a necessidade de afrontar essa difícil tarefa de convergência: compartilhar de forma justa o nosso mundo finito.

(Herman Daly, professor emérito de Economia Ecológica da Universidade de Maryland, nos Estados Unidos)

Romper com mitos sempre será difícil. O chamado ao pragmatismo freia as mudanças, e a comodidade e os privilégios se opõem a elas sistematicamente. Um desses mitos é o crescimento econômico, assumido sem questionamentos como via indispensável e indiscutível para atender às demandas sociais, e inclusive para dispor de ferramentas que permitam minimizar os impactos ambientais. Apesar de ser insustentável, o crescimento econômico permanente em um mundo com limites biofísicos inegáveis, essa verdadeira distopia, mantém seu vigor e sua vigência. Na contramão dessa visão dominante, vozes contrárias se elevaram há muito tempo. O crescimento econômico se converteu em um caminho sem saída. Mais do que isso, não basta uma economia estacionária; o decrescimento – principalmente para muitas economias opulentas – aparece como uma urgência inescapável. É nesse espírito que se concentram as leituras deste livro: será possível escaparmos do monstro do crescimento? A resposta é simples: mais do que possível, é indispensável, mas não suficiente, pois é necessário pensar simultaneamente em novas utopias que nos orientem. As respostas múltiplas e diversas que se encontram neste livro têm cheiro de utopia, e essas utopias implicam tanto a crítica de uma realidade perversa quanto a construção paciente e solidária de opções novas e diversas. Ou seja, alternativas a ser imaginadas coletivamente, a ser executadas por ações democráticas, a todo momento e em qualquer circunstância.

(Alberto Acosta, professor de Economia da Universidade FLACSO e ex-presidente da Assembleia Nacional Constituinte do Equador)

Este livro emocionante é uma exploração pioneira do recém-amadurecido campo da economia e das políticas de decrescimento. Será um marco para todos aqueles que quiserem transcender o fetiche do crescimento que encanta tantas pessoas hoje em dia.

(James Gustave Speth, professor de Direito da Faculdade de Direito de Vermont, em Royalton)

# OUTRAS PUBLICAÇÕES DA TOMO EDITORIAL



A *Colecção Filósofinhos*, coordenada pela filósofa Maria de Nazareth Agra Hassen convida o leitor a conhecer um pouco da filosofia acompanhando historinhas cujos personagens são grandes filósofos quando ainda eram pequenos... Nessas histórias, os pensadores são crianças, mas já apresentam algumas de suas ideias revolucionárias. Todas as crianças são naturalmente curiosas, característica fundamental para buscar o saber, e a filosofia introduzida de forma lúdica favorece a exploração do mundo do conhecimento. Essa coleção também ajuda os adultos a pensarem o mundo e a compreenderem as crianças, mas principalmente mostra como é bom ser curioso e perguntador. Para os adultos (pais, cuidadores e professores) cada volume inclui uma pequena biografia do pensador retratado, além da sugestão de outras leituras para aprofundar o conhecimento. As histórias são bilíngues (português/francês), pois a coleção tem como propósito alargar as fronteiras da criança, mostrando-lhe que a mesma história pode ser lida em outra língua. Também visando estimular o pensamento crítico e uma relação ser humano/natureza mais sadia, a *Colecção Filósofinhos/Les Petits Philosophes* é impressa em papel reciclado.

## **Colecção Filósofinhos**

autores: Cauê Borges, Celso Gutfreind, Maria de Nazareth Agra Hassen, Pascal Reuillard e Francisco Juska Filho (ilustrações)

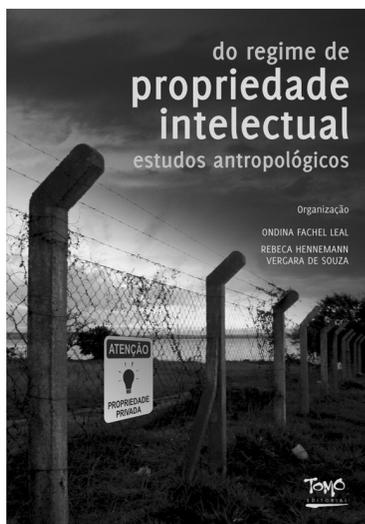
32 páginas Bilíngue (português/francês)

ISBNs: **René Descartes** 978-85-86225-64-2, **Sigmund Freud** 978-85-86225-63-5,

**Sócrates** 978-85-86225-68-0, **Sartre & Simone** 978-85-86225-40-1,

**Platão** 978-85-86225-91-8, **Karl Marx** 978-85-86225-98-7,

**Immanuel Kant** 978-85-86225-76-5, **Jean-Jacques Rousseau** 978-85-86225-83-3.



O atual regime de propriedade intelectual incide, direta e radicalmente, sobre tudo aquilo que chamamos cultura, o objeto clássico do fazer antropológico. A investigação da efervescência cultural e política em torno dos direitos de propriedade intelectual representa um dos desafios mais instigantes das ciências sociais contemporâneas, a despeito de o debate nessa área ainda ser incipiente no Brasil. Este livro é organizado a partir de quatro eixos que partem do inverso de regulamentação de um regime restritivo de propriedade intelectual, focando no direito de acesso à saúde, ao conhecimento, à informação, à alimentação, enfim, a viver neste mundo.

### **Do regime de propriedade intelectual: estudos antropológicos**

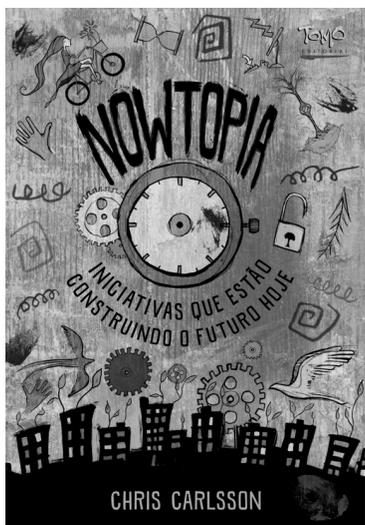
organizadoras: Ondina Fachel Leal e Rebeca Hennemann Vergara de Souza  
288 páginas ISBN 978-85-86225-65-9



Analisar uma realidade requer a utilização de determinadas ferramentas. Da mesma forma, quem elabora projetos, planeja, reflete e avalia ações necessita de algum tipo de instrumental. Escolher os instrumentos para a finalização mais adequada de cada um destes desafios é um dos primeiros passos para a sua resolução. Para dar uma visão geral do conjunto de instrumentos e, assim, auxiliar na sua escolha consciente é que surgiu este livro. Mas ele vai além, ao partir do pressuposto de que os métodos devem perder a aura mítica que muitos lhes atribuem. Aqui se defende a ideia de que os instrumentos são meros meios para que se discuta o que é central na questão da participação: as disputas pelo poder.

### **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**

organizador: Markus Brose  
2ª edição 328 páginas ISBN: 978-85-86225-66-6

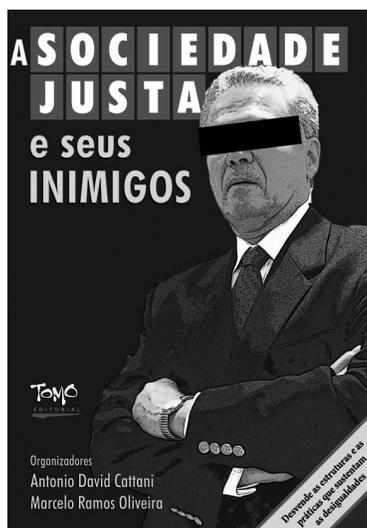


Neste livro, conheceremos pessoas que estão lutando com a dualidade entre ganhar a vida e expressar sua humanidade integral. O que vemos no movimento nowtópico não é uma luta pela emancipação dos trabalhadores dentro da tradicional divisão capitalista do trabalho; em vez disso, vemos a busca por transcender sua condição de meros trabalhadores. Surgem iniciativas que se empenham em escapar do labutar infundável que caracteriza o consumismo e o excesso de trabalho: permacultores, hortelões e jardineiros urbanos, desenvolvedores de software livre e de código aberto, cicloativistas, recicladores e fuçadores envolvidos na apropriação criativa de tecnologias para fazer algo por sua própria escolha.

### **Nowtopia: iniciativas que estão construindo o futuro hoje**

autor: Chris Carlsson

320 páginas ISBN 978-85-86225-84-0



Retire a máscara dos principais inimigos da sociedade justa e descubra seus diversos mecanismos de proteção e ocultamento. Conheça a “Bolsa Rico”, que transfere recursos públicos para milionários rentistas, saiba por que o sistema tributário, altamente regressivo, é moldado para privilegiar o capital e facilitar a apropriação privada da riqueza, faça um tour pelos paraísos fiscais e examine legislações que favorecem práticas criminosas. Explore essas e outras artimanhas pouco conhecidas da realidade brasileira que nos permitem compreender as contradições que marcam o país, sexta potência econômica do planeta, mas ocupando uma vexatória posição entre os dez países com maior desigualdade social.

### **A sociedade justa e seus inimigos**

organizadores: Antonio David Cattani e Marcelo Ramos Oliveira

184 páginas ISBN 978-85-86225-77-2

---

**Tomo Editorial Ltda.** Fone/fax: (51) 3227.1021  
Rua Demétrio Ribeiro, 525 CEP 90010-310 Porto Alegre RS  
tomo@tomoeditorial.com.br www.tomoeditorial.com.br

“Simplicidade”, “convivencialidade”, “autonomia”, “cuidado”, “recursos comunitários” e “dépense” são algumas das palavras que expressam como poderia ser uma sociedade do decrescimento.

*Decrescimento: vocabulário para um novo mundo* traz um apanhado amplo da florescente literatura sobre o decrescimento.

Ele apresenta e explica as diferentes linhas de pensamento, imaginários e propostas de ação que, juntos, completam o quebra-cabeças do decrescimento.

O livro reúne os melhores estudiosos que escrevem no campo com jovens pesquisadores que cultivam a fronteira de pesquisa e ativistas que praticam concretamente o decrescimento. Será uma fonte indispensável de informação e inspiração para todos aqueles que não só acreditam que um outro mundo é possível, mas que também trabalham e lutam para construí-lo agora.

### **GIACOMO D'ALISA**

pesquisador da Universidade Autônoma de Barcelona

### **FEDERICO DEMARIA**

pesquisador na Universidade Autônoma de Barcelona

### **GIORGOS KALLIS**

professor na Universidade Autônoma de Barcelona

Os três são membros da

**RESEARCH & DEGROWTH**

**O DECRESCIMENTO** é mais uma teoria da transformação social do que uma teoria do desenvolvimento. Esta coleção de ensaios cuidadosa e acessível, de leitura obrigatória, oferece muitas perspectivas diferentes que estimularão uma nova reflexão sobre que tipo de sociedade queremos e poderíamos ter.

(Nicholas A. Ashford, professor de Tecnologia e Políticas no MIT, em Massachusetts)

### **ESTE VOLUME É INDISPENSÁVEL**

a qualquer pessoa interessada em ir além de soluções que sejam meros ajustes nos grandes problemas econômicos e ecológicos do nosso tempo. O livro ajuda a enterrar várias construções contraditórias que aparecem como soluções para as dificuldades humanas. Ele faz isso dando golpes intelectuais e políticos definitivos na conveniência e na possibilidade do crescimento econômico desenfreado como panaceia para todos os males.

(Deepak Malghan, professor de Economia Ecológica no Instituto Indiano de Gestão, em Bangalore)

**QUE VOCABULÁRIO ESPLÊNDIDO!** Uma gama de autores internacionais examina de forma brilhante o campo emergente de uma economia que se despede da obsessão do crescimento. Os verbetes são compactos, mas eloquentes; são eruditos, mas voltados à ação. No novo estilo de pensamento econômico, ideias como compartilhamento, frugalidade, dinheiro livre de dívidas, desmaterialização e recursos comuns digitais têm um papel de destaque. Quem quiser saber mais sobre uma economia da permanência para o século XXI deve recorrer a este livro.

(Wolfgang Sachs, professor de Ciências Sociais no Instituto Wuppertal, Berlim)

**ROMPER COM MITOS** sempre foi difícil... Mas esse é o espírito das contribuições deste livro, que perguntam: será possível escapar do monstro do crescimento? A resposta é simples: não apenas é possível, também é indispensável. Mas tampouco é suficiente. Também precisamos pensar novas utopias que nos orientem, e elas podem ser encontradas neste livro... Essas utopias implicam uma crítica à realidade perversa, bem como a construção paciente em solidariedade a opções novas e diversificadas... Alternativas imaginadas coletivamente e implementadas de forma democrática...

(Alberto Acosta, Universidade FLACSO e ex-presidente da Assembleia Nacional Constituinte do Equador)

**DECRESCIMENTO**  
VOCABULÁRIO PARA UM NOVO MUNDO

br.boell.org  
degrowth.org  
tomoeditorial.com.br

